

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local

Lorena Helena dos Santos Silva Anile

Doutoramento em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha, Professora
Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local

Lorena Helena dos Santos Silva Anile

Doutoramento em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local

Lorena Helena dos Santos Silva Anile

Doutoramento em Serviço Social

Júri:

Doutor Domingos Martins Vaz, Professor Auxiliar com agregação, Universidade da Beira Interior.

Doutor Rafael Soares Gonçalves, Professor Associado, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.

Doutora Vanda Sofia Braz Ramalho, Professora Auxiliar, Instituto Superior de Serviço Social da Universidade Lusíada de Lisboa.

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

O presente texto mantém as variantes da língua portuguesa brasileira por ser original da escrita da autora.

Dedico este trabalho a todos os residentes de áreas consideradas de gênese ilegal e favelada, sobretudo àqueles que me concederam a honra de partilhar um pouco da sua história.

Agradecimento

Os agradecimentos é a parte do trabalho que leva o nosso coração. Longe de conseguir agradecer a todos os que merecem ser prestigiados por me acompanhar nesse processo, dedico esse espaço para os que influenciaram cada passo para a finalização desta tese.

Não seria novidade o quão árduo é o caminho para concluir um trabalho como uma tese de doutoramento, e este processo não foi fácil, foram muitas ausências, muitos estresses, muitos silêncios e angústias e nada disso seria possível se eu não tivesse ao meu lado meu companheiro, amigo e marido Marco Anile, toda a força e apoio que tive vieram numa doçura e leveza que sempre me colocou pra cima, e foram tão importantes pra mim, que me fizeram chegar até aqui. É o primeiro da minha lista, porque sempre foi o primeiro a me dar coragem para seguir. É de sempre e para sempre.

Em falar da ausência, ela se fez presente na minha vida e na vida dos meus familiares. Como migrante que sou, deixar a minha terra foi uma tarefa difícil e começar o trabalho desta tese me deixou ainda mais ausente, não só fisicamente, dos acontecimentos da minha “casa” que é a minha família. Então, Eliana Costa, minha mãe, a senhora é tudo na minha vida, te agradeço todo e qualquer ensinamento que me deu, agradeço seu apoio e paciência, sobretudo, por eu estar em outro país. Agradeço não só por acompanhar esse processo, mas por entendê-lo e nunca sair do meu lado, e por ter atravessado o oceano no momento em que eu mais precisei. A senhora é minha força, minha luz, meu coração todinho. Ao meu pai, Abel Silva, que ao me ver migrar esteve comigo o mais presente possível, foram tantas ligações, conselhos e orações que sei o quanto torceu para eu chegar até aqui. E as minhas irmãs, Lohana Amaral e Isabella Silva, que nesse caminho que escolhi para minha vida, me fez perder a vida delas, entre a chegada à adolescência de uma e o casamento da outra, fui participando pela tela do telemóvel. À minha família o meu muito obrigada por me compreender e me apoiar sempre.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado me encorajando e cobrando o término da minha tese para ficar mais próximos deles. José Júnior, Debora Peres, René Alexandre, Tatiana Boschiroli e Alessandro Sela, muito obrigada por estarem comigo e pela força dispensada a mim, vocês são minha família alargada.

Ao Moisés Menezes, que entre as conversas afinadas da vida pessoal e académica se fez como um irmão na minha vida, o meu muito obrigada!

À Tatiane Valduga, minha amiga, meu anjo e meu apoio para todas as horas, você não sabe a diferença que fez e faz na minha vida. Agradeço por toda aprendizagem dispensada a mim. Não tenho palavras para descrever todo amor e carinho que recebi de você e o quanto sou grata por tudo.

Às minhas colegas de doutoramento, Amanda Barros, Sara Teiga e Rita Barata, cada uma com o sua ponta de contribuição que me acompanharam ao longo de toda essa trajetória acadêmica. Às melhores amigas da vida, Aline Lourenço e Priscila Ambrósio, escrevo esse agradecimento com lágrima nos olhos, vocês duas são a base da minha resistência, o meu apoio diário e a garantia de que não enlouquecerei sozinha nessa vida. Sem vocês eu não conseguiria. O meu muito obrigada por todas as horas conectadas comigo nessa ponte Rio-Lisboa.

Agradeço a uma amiga especial que, contra todos as possibilidades, apareceu na minha vida e se tornou aquela que eu sei que posso contar, muito obrigada Jéssica Ganhão, por tudo!

Agradeço a todos que me concederam a entrevista para a conclusão desta tese, nomeadamente, a todos os residentes e moradores que partilharam um pouco de sua história comigo. Agradeço, também, às duas Associações situadas no Alto da Cova da Moura, eu tenho muita admiração pelo trabalho desenvolvido dentro da localidade.

Não podendo deixar de agradecer à Sofia Santos, pessoa que me acolheu desde o meu primeiro momento dentro do bairro do Alto da Cova da Moura, não foi só importante para o desenvolvimento desta tese, mas também para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço aos professores do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, pelos ensinamentos adquiridos ao longo do doutoramento, sobretudo, ao Professor Doutor Jorge Ferreira, que me apoiou a seguir com o meu tema de pesquisa quando pensei em desistir: o meu muito obrigada por me incentivar a chegar até aqui.

Às minhas colegas de trabalho: Isabel Muñoz, Paula Ramos e Joana Correa, por todo carinho, atenção e partilha ao longo desses anos.

Muitas vezes caminhamos sozinhos na empreitada acadêmica, mas eu tive a sorte de ter uma pessoa ao meu lado durante todo esse caminho. Você foi minha conselheira, parceira, amiga e protetora, e eu sei que sem você eu nunca chegaria até aqui. Minha querida professora e orientadora Helena Belchior-Rocha, muito obrigada por tudo, por cada gesto, cada conselho, cada palavra e sobretudo, por nunca ter desistido de mim. O meu penúltimo agradecimento vai a você, justamente por não ter palavras para descrever o quão sou grata por ter entrado na minha vida.

Por último, agradeço a Deus, sem ele me guiando nada disso teria sido possível, Ele foi o responsável por cada um desses seres estar na minha vida. Obrigada por essas bênçãos!

Resumo

Este estudo, intitulado “A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local”, mais especificamente, em contexto de informalidade urbana, tem como objetivo geral analisar e sistematizar as práticas informais urbanas que contribuem para o enraizamento e para a constituição do territorial informal.

Optou-se pelo método de pesquisa qualitativo, de natureza indutiva, através da pesquisa de terreno, pautada nas técnicas de observação não participante, análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas.

O campo empírico foram dois bairros, um no Brasil (Favela da Rocinha) e outro em Portugal (Bairro Alto da Cova da Moura), observamos mudanças ocorridas ao longo da história, com a criação de políticas sociais de habitação para sanar este déficit habitacional, mas constatamos que esta questão ainda está longe de ser resolvida, podendo verificar-se o seu agravamento.

No que se refere à informalidade urbana e às práticas informais, podemos inferir que a permanência local dos residentes dos dois bairros se deve à iniciativa dos residentes, ações da sociedade civil, na sua maioria. Constatamos que estes espaços podem ser promotores de um Desenvolvimento local pautado na sua sustentabilidade e que o Serviço Social tem, nestas comunidades, um espaço de intervenção através do Modelo EcoSocial e que pode integrar as práticas informais dos residentes nas suas estratégias de intervenção.

Palavras-chave: Relações Sociais, Práticas Informais Urbana, Informalidade Urbana, Serviço Social, Favela e bairros de génese ilegal.

Abstract

This study entitled "Informality in urban contexts: challenges for local growth and permanence", more specifically in the context of urban informality, has the general objective of analyzing and systematizing the urban informal practices that contribute to the rooting and informal territorial constitution.

The qualitative research method was chosen, inductive in nature, through a field research, based on non-participant observation techniques, document analysis, bibliographical research, and semi-structured interviews.

The empirical field were two neighborhoods, one in Brazil (Favela Rocinha) and the other in Portugal (Bairro Cova da Moura).

Concerning urban informality and informal practices, we can infer that the local permanence of the residents of the two neighborhoods is mostly due to the initiative of the residents and civil society actions. We found that these spaces can be promoters of local development based on sustainability and that Social Work has a space for intervention in these communities through the EcoSocial Model and can integrate also the informal practices of the residents in its intervention strategies.

Keywords: Social Relations, Urban Informal Practices, Urban Informality, Social Work, Slums and Neighborhoods of Illegal Genesis.

Índice

Agradecimento	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice de Figuras.....	xiii
Índice de Quadros	xv
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	xvii
Introdução	1
Capítulo 1. Metodologia	7
1.1. Campo Empírico	10
1.2. Métodos Científicos	20
1.3. Universo da Pesquisa	21
1.4. Técnica de recolha, tratamento e análise dos dados.....	22
1.5. Limites e Delimitações do Estudo	25
Capítulo 2. Espaço Urbano e Território: como o urbano se transforma em informalidade.....	27
2.1. Introdução aos conceitos: cidade, espaço urbano, territórios, bairros, favela e bairros de génese ilegal.....	28
2.2. A Construção do Espaço Urbano: uma breve análise sobre a criação da cidade	41
2.3. Políticas de Habitação (Portugal/Brasil).....	48
2.4. O Espaço urbano Informal: um habitat alternativo para a população menos favorecida	56
2.4.1. A Exclusão Social a partir do território informal	64
Capítulo 3. Serviço Social e Práticas Informais Urbanas.....	71
3.1. Atores Sociais: Identidade, pertença, poder simbólico.....	71
3.2. Práticas Informais Urbanas: caracterização da informalidade nas áreas urbanas	78
3.3. Autonomia comunitária e o direito à cidade	83
3.4. Serviço Social e Intervenção Comunitária	88
Capítulo 4. Resultados e Discussão.....	103
4.1. Análise dos Resultados: Rocinha.....	103
4.2. Análise dos Resultados: Alto da Cova da Moura	128
4.3. Desigualdades Territoriais: um breve panorama do Rio de Janeiro e Lisboa	156

4.4. Semelhanças e diferenças	164
4.5. Reflexões, aprendizagens e contributos	169
Capítulo 5. Práticas Informais Urbanas e o Desenvolvimento Sustentável	173
5.1. Implicações na Crise Ecológica: do local para o global	173
5.2. Adequação às ferramentas práticas da realidade: participação e metodologias simplificadas	177
5.3. Bases conceptuais para a intervenção na informalidade urbana: a proposta	182
Conclusões	187
Referências Bibliográficas	191
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre Esclarecido	212
Anexo 2 - Roteiro para entrevista semi-estruturada para os residentes dos bairros	214
Anexo 3 - Roteiro para entrevista semi-estruturada para os trabalhadores do bairro	215
Anexo 4 – Grelha de análise de conteúdos	216
Anexo 5 – Fotos da Rocinha	217
Anexo 6 – Fotos da Cova da Moura	220

Índice de Figuras

Figura 1 – Modelo de Análise.....	9
Figura 2 – Localização da Rocinha.....	12
Figura 3 – Mapa da Rocinha com Subdivisão da Área.....	13
Figura 4 – Localização da Cova da Moura.....	17
Figura 5 – Mapa da Cova da Moura.....	18
Figura 6 – Crescimento da Cidade.....	34
Figura 7 – Beco na Rocinha.....	118
Figura 8 – Rua da Cova da Moura.....	145

Índice de Quadros

Quadro 1 – Modelos de Trabalho Comunitário.....	95
Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados: Rocinha/Brasil.....	104
Quadro 3 – Motivação.....	108
Quadro 4 – Caracterização dos entrevistados: Cova da Moura/ Portugal.....	129
Quadro 5 – Índice de Vulnerabilidade Social no Rio de Janeiro – Brasil.....	161
Quadro 6 – População de favelas por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro – 2010.....	162

Lista de Abreviaturas e Siglas

AUGI – Áreas urbanas de gênese ilegal

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CIESPI – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FFH – Fundo de fomento da habitação

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNRE – Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IMI – Imposto Municipal sobre imóveis

LBH – Lei de Base da Habitação

MDR – Ministério de Desenvolvimento Regional

NGPH – Nova Geração de Políticas de Habitação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNH – Programa Nacional de Habitação

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

PROHABITA – Programa de Financiamento para o Acesso à Habitação

PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SNH – Sistema Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UCP – Universidade Católica Portuguesa

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

Introdução

O estudo que se apresenta intitula-se “A informalidade em contextos Urbanos: Desafios para o crescimento e permanência local”, mais precisamente na construção das práticas informais no território urbano informal, compreendendo a importância destas práticas para o pertencimento e enraizamento da comunidade urbana informal, e como as mesmas podem influir na construção de uma proposta de trabalho que apoie a intervenção do Serviço Social nesses lugares.

Através da marginalização criada pela condição social espacialmente segregada, tais práticas surgem como forma de adaptação ao modo de habitar na cidade, pautada em lógicas próprias (Lobosco, 2009). Associada às desigualdades sociais e ao acesso precário à habitação, a ocupação informal surgiu como um tipo de respostas há essa problemática. Sendo o Serviço Social uma profissão situada no processo reprodução das relações sociais e da reprodução dos processos de contradição capitalista, está intimamente ligada a expressão das manifestações da vida cotidiana (Iamamoto & Carvalho, 2007). E é através dessa perspectiva de construção coletiva que pretendemos utilizar as práticas informais urbanas em conjunção com intervenção do Serviço Social.

As questões ligadas ao processo de segregação territorial, caracterizam-se pelas desigualdades sociais através do espaço urbano na sociedade, sobretudo os lugares marcados pela informalidade urbana. Lugares precários tornaram-se o habitat de várias famílias que vivem em uma situação econômica desfavorável, mantendo-se lado a lado com as construções de alto padrão, é neste cenário que visualizamos claramente a exclusão social e territorial vivenciadas por um grupo específico de atores sociais (Gonçalves, 2013, 2017).

Partindo do princípio que no mundo contemporâneo o processo de exclusão vai-se incorporando e alargando a novos territórios, a partir da pós-industrialização, também, tem crescido, sobretudo, quando pensamos na exclusão territorial, que se apresenta como o pilar de outras exclusões (Rolnik, 2017) e cujo processo de exclusão social através do espaço urbano informal, nasce da necessidade do habitar populacional, e se intensifica com a falta de estrutura política para garantir a habitação de boa parte da população, que acaba por viver nas partes excluídas da cidade.

Na informalidade do território, existe um paralelo entre a formalidade e a informalidade, uma caracterizada pela ordem e a outra pelo não ordenamento. Trazer essa perspectiva dual

favorece o entendimento do termo informalidade, e faz perceber a sua aplicação no espaço urbano.

A questão sobre a informalidade urbana inserida dentro do campo das Questões Urbanas, agregada ao entendimento das práticas informais urbanas para o desenvolvimento comunitário, aparecem como um tema para o Serviço Social, pois podem introduzir mudanças significativas através da produção do conhecimento nesta área, já que identificamos uma escassez de produção científica nesta área específica no Serviço Social.

O processo histórico na construção do conhecimento em Serviço Social, ganhou novos espaços no mundo acadêmico, concretizando o pluralismo com as novas formas de pensar a realidade social capitalista, a vida social e as políticas que antes eram de domínio de outras ciências. Neste sentido, o Serviço Social passa a produzir conhecimento e não só a consumir. Entende-se que esse processo também é fruto da transformação social e da transformação da própria profissão que faz refletir criticamente sobre o seu papel (Moraes, 2017).

O fato de o Serviço Social constituir-se uma profissão, traz inerente uma exigência de ação na sociedade, o que não exclui a possibilidade e a necessidade de dedicar-se a investigações e pesquisas no amplo campo das ciências sociais e da teoria social, adensando o acervo da produção intelectual sobre intercorrências da questão social e das políticas sociais, contribuindo para o crescimento do patrimônio científico das Ciências Humanas e Sociais. (Iamamoto, 2007, p. 239)

Considerando que o Serviço Social tem como objetivo promover mudanças significativas no âmbito da vida dos sujeitos sociais, a pesquisa aparece como uma ferramenta importante para alcançá-lo, não só como instrumento de trabalho, mas também como reflexão crítica para o crescimento profissional, a partir da compreensão da realidade social (Freitas & Reis, 2017).

Assim, objetivamos os estudos sobre a Questão Urbana como ponto fundamental a ser discutido também dentro do Serviço Social, como complemento às outras áreas das ciências sociais, na tentativa de utilizar conceitos relacionados entre as questões urbanas e sua contribuição para o trabalho do Serviço Social, elaboramos a seguinte pergunta de partida: De que modo as práticas informais urbanas contribuem para o enraizamento e a constituição do território informal?

A Informalidade Urbana e as Práticas Informais Urbanas se definem como objeto de estudo, deste trabalho e cujo objetivo geral é:

- Analisar e Sistematizar as práticas informais urbanas que contribuem para o enraizamento e para a constituição territorial informal.

E os objetivos específicos são:

- Identificar as dimensões conceituais sobre a informalidade urbana, as práticas informais urbanas e a sua compreensão para o Serviço Social;
- Caracterizar as dinâmicas das práticas informais urbanas produzidas em contextos de informalidade urbana;
- Categorizar as práticas informais que geram o enraizamento e a constituição do território em contexto urbano informal;
- Interpretar e discutir os elementos e características do enraizamento e a constituição local a partir do conceito de território e espaço urbano;
- Elaborar indicadores para a intervenção do assistente social na informalidade urbana;

Para dar suporte aos objetivos consideramos as seguintes proposições de investigação:

- A informalidade urbana é compreendida como uma forma de habitar a cidade e os atores sociais urbanos encontraram nela uma resposta para a necessidade de residência.
- As práticas informais possibilitaram (construíram) um modo de habitar o espaço urbano informal, através de ações próprias dos atores sociais envolvidos.
- O contexto social e local expresso na informalidade urbana manifesta a necessidade da criação de respostas à inexistência de fatores que possibilitem o seu enraizamento local.
- Os elementos e características do enraizamento e constituição do território informal podem ser compreendidos a partir da identidade dos atores sociais que vivem na informalidade urbana.
- A relação entre o Serviço Social e a informalidade urbana possibilita uma forma de atuação para o assistente social, sobretudo através do caráter interventivo, promotor de autonomia, que baseia a profissão.

Optou-se pelo método de pesquisa qualitativo, de natureza indutiva, através da pesquisa de terreno, pautada nas técnicas de observação não participante, análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

O campo de pesquisa escolhido foi a Rocinha, no Brasil, e o Alto da Cova da Moura em Portugal, ambos por ter a construção histórica semelhante. O universo da pesquisa foram os residentes, as lideranças comunitárias, os trabalhadores locais não residentes e as pessoas que possuem algum envolvimento com os movimentos sociais do bairro.

Entendemos que a possibilidade de elaborar indicadores de intervenção para o Serviço Social que se coadunem com a informalidade urbana como constitutiva das relações sociais do sujeito e vice-versa, para valorizar as práticas informais urbanas e as suas implicações na construção do território, será uma mais-valia para a profissão, por agregar a prática profissional com a pesquisa, o que dará ao assistente social meios reflexão e inovação na sua intervenção.

Este trabalho está dividido em 5 (cinco) capítulos, no Capítulo I apresentamos o método científico usado no processo da pesquisa: o tipo de pesquisa, a descrição do campo empírico, o universo, as técnicas de recolha de dados e análise dos mesmos, as limitações do estudo e as questões éticas.

No Capítulo II, temos o enquadramento teórico onde se apresentam os conceitos referentes ao objeto de estudo, assim como a construção histórica e política da cidade, da habitação e o processo de segregação do espaço. Inicia-se com a abordagem dos conceitos de cidade, espaço urbano, territórios, bairros, comunidade, favelas e bairros de gênese ilegal. Seguindo-se a construção histórica desses espaços e como o desenvolvimento da sociedade urbana influenciou a criação dos espaços informais. Fez-se uma breve análise das políticas de habitação nos dois países (Portugal e Brasil). Finalizando com o fenómeno da informalidade urbana, enquanto espaço urbano alternativo, para uma parcela da sociedade urbana e a consequência da segregação e exclusão social territorial.

O Capítulo III inicia com a discussão dos conceitos: atores sociais, identidade, pertença e poder simbólico, seguido da construção das práticas informais urbanas no contexto de informalidade urbana. Nos dois primeiros pontos, buscamos trazer a relação entre os conceitos abordados e as práticas informais urbanas, já que a construção dessas práticas, não pode ser pensada sem as implicações da própria informalidade urbana. Os outros pontos deste capítulo destinaram-se aos conceitos de autonomia comunitária, vinculada ao direito à cidade e a intervenção do Serviço Social nas comunidades.

O Capítulo IV debruça-se sobre a análise dos resultados da pesquisa realizada na Rocinha (Favela-Rio de Janeiro, Brasil) e no Alto da Cova da Moura (Bairro de gênese ilegal-Amadora, Portugal).

No Capítulo V associamos o Práticas Informais Urbanas e o Desenvolvimento Sustentável, considerando as implicações da crise ecológica, com vista à adequação das práticas de participação e metodologias simplificadas já levadas a cabo, onde se propõe bases conceptuais para a intervenção na informalidade urbana.

Nas conclusões voltamos a visitar o tema da tese respondendo à pergunta inicial e aos objetivos propostos em que o contributo do Serviço Social através do modelo EcoSocial associado às práticas informais, pensamos, pode ser uma forma de intervenção que responda às necessidades destes espaços, assim como indicação para futuras pesquisas sobre a temática.

Este trabalho teve como referencial teórico diversos autores, com destaque internacional e nacional, contemporâneos e não-contemporâneos, como podemos verificar nas referências bibliográficas, dando destaque a: Rafael Soares Gonçalves, Helena Belchior-Rocha, Marilda Iammamoto, Carmelita Yazbek, Marx Weber, Karl Mar, Pierre Bourdieu, Tales Lobosco, Henri Lefebvre, Colin McFarlane, Ananya Roy.

CAPÍTULO 1

Metodologia

O processo de investigação desenvolve-se através de uma pesquisa, observação e interpretação de uma dada realidade, onde o investigador busca uma leitura mais atenta dos factos, com técnicas e métodos específicos para fazê-lo, utilizando conhecimentos e experiências adquiridos no percurso académico. Sem um juízo preconcebido o investigador deve procurar respostas às questões e objetivos criados para orientar a pesquisa (Goldenberg, 1993).

Existem etapas para a realização da investigação, como, por exemplo, a definição da pergunta de partida, dos objetivos, hipóteses, do campo empírico e a escolha do método para a realização de toda a pesquisa. Assim, na primeira fase, que definimos como fase exploratória, elaboramos um projeto de pesquisa com a exploração do estado da arte, a criação de um plano de trabalho com todos os procedimentos para a realização da pesquisa de campo e selecionou-se o objeto de estudos desta tese.

Após a escolha do tema e a elaboração da pergunta de partida, seguimos para uma leitura mais aprofundada de materiais bibliográficos e a realização de duas entrevistas exploratórias a especialistas, que contribuíram para construir o fio condutor ao afirmar que “as práticas informais estão relacionadas, de forma mais ampla, com até as próprias trocas entre moradores ou as próprias relações intercomerciais” (Esp. A).

Ou seja, entendem que:

essas práticas informais seriam arranjos estabelecidos pelos distintos atores [sociais] em vista de solucionar, de alcançar, certos interesses. Interesses esses que podem solucionar problemas muito concretos (materiais), mas que também podem estar imbuídos, por exemplo, de interesses económicos, especulativos, etc. (Esp. B)

Após reflexão sobre o problema formulado e a opção do caminho metodológico, a seguir identificaram-se quais os métodos de recolha e tratamento de dados que se considerou adequados para responder aos objetivos propostos.

Posteriormente, selecionaram-se os conceitos-chave para discutir a problemática. Pesquisaram-se bibliográficos e após a leitura conseguimos ter mais clareza sobre o problema

a ser estudado, partindo, então, para a construção dos outros elementos necessários para a pesquisa: a formulação dos objetivos, proposições e o enquadramento teórico. Após essas etapas foi possível determinar o eixo da pesquisa, culminando nos capítulos desta tese.

A Informalidade Urbana e as Práticas Informais Urbanas são o objeto de estudo, deste trabalho, com o objetivo geral de:

- Analisar e Sistematizar as práticas informais urbanas que contribuem para o enraizamento e para a constituição territorial informal.

E os objetivos específicos são:

- Identificar as dimensões conceituais sobre a informalidade urbana, as práticas informais urbanas e a sua compreensão para o Serviço Social;
- Caracterizar as dinâmicas das práticas informais urbanas produzidas em contextos de informalidade urbana;
- Categorizar as práticas informais que geram o enraizamento e a constituição do território em contexto urbano informal;
- Interpretar e discutir os elementos e características do enraizamento e a constituição local a partir do conceito de território e espaço urbano;
- Elaborar indicadores para a intervenção do assistente social na informalidade urbana;

Para dar suporte aos objetivos propõem-se as seguintes proposições de investigação:

- A informalidade urbana é compreendida como uma forma de habitar a cidade e os atores sociais urbanos encontraram nela uma resposta para a necessidade de residência.
- As práticas informais possibilitaram (construíram) um modo de habitar o espaço urbano informal, através de ações próprias dos atores sociais envolvidos.
- O contexto social e local expresso na informalidade urbana manifesta a necessidade da criação de respostas à inexistência de fatores que possibilitem o seu enraizamento local.
- Os elementos e características do enraizamento e constituição do território informal podem ser compreendidos a partir da identidade dos atores sociais que vivem na informalidade urbana.

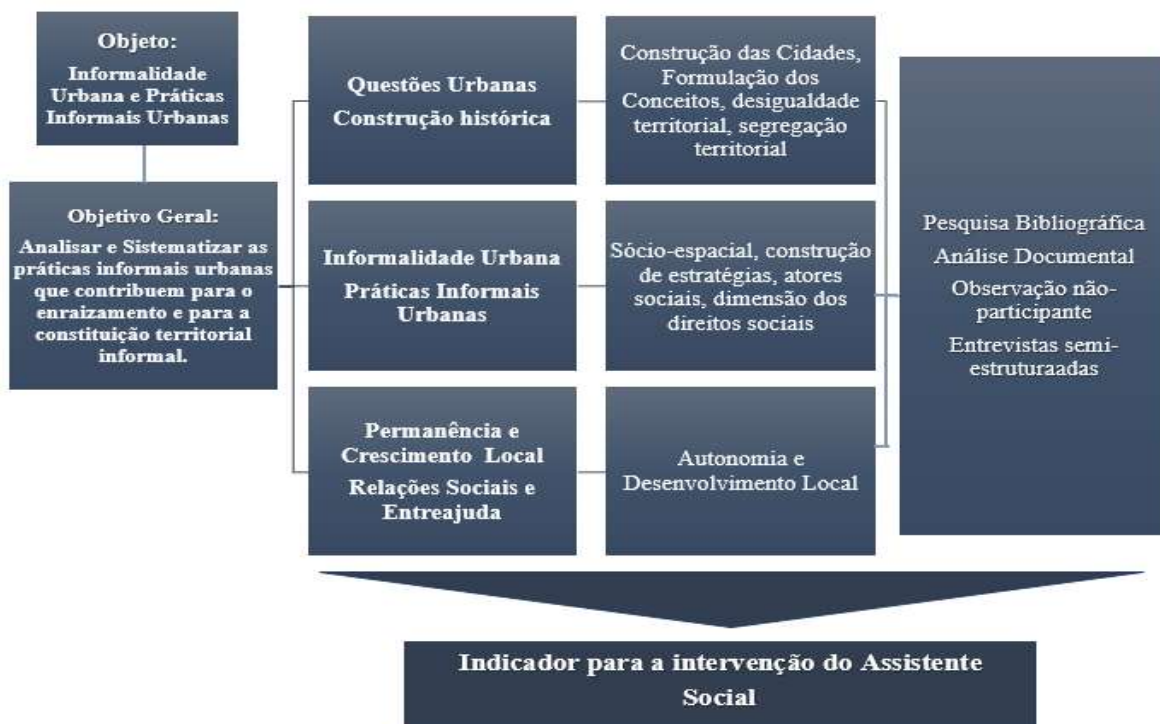
- A relação entre o Serviço Social e a informalidade urbana possibilita uma forma de atuação para o assistente social, sobretudo através do caráter interventivo, promotor de autonomia, que baseia a profissão.

Optou-se pelo método de pesquisa qualitativo, de natureza indutiva, através da pesquisa de terreno, pautada nas técnicas de observação não participante, análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas.

O campo de pesquisa escolhido foi a Rocinha, no Brasil, e o Alto da Cova da Moura em Portugal. O universo da pesquisa foram os residentes, as lideranças comunitárias, os trabalhadores locais não residentes e as pessoas que possuem algum envolvimento com os movimentos sociais do bairro.

Para dar seguimento a todo o trabalho de pesquisa foi elaborado um modelo de análise (Figura 1), que nos ajudou a compreender a relação entre os objetivos, as proposições, esclarecendo a posição dos principais conceitos e a importância do campo empírico, assim como as variáveis em torno da pesquisa e as principais técnicas para a recolha dos dados.

Figura 1: Modelo de Análise



Fonte: Elaboração própria

Nesta etapa, o campo empírico já havia sido escolhido, em duas regiões diferentes, acreditamos que através do estudo em duas realidades, podemos enriquecer o contributo deste trabalho.

Após a elaboração do projeto de pesquisa, a escolha metodológica e a leitura dos materiais bibliográficos, seguimos para a pesquisa de campo, onde entramos em contacto com os sujeitos entrevistados. Este foi o momento em que identificamos as características mais marcantes das práticas informais urbanas dentro do que entendemos como informalidade urbana. A partir daí, fizemos a análise e o tratamento dos dados da pesquisa.

Conforme fomos caminhando e desenvolvendo a pesquisa, surgiram questões acerca dos métodos escolhidos, dos critérios utilizados, e adaptamos algumas situações encontradas no caminho durante os anos em que decorreu essa pesquisa. Sabemos que as dificuldades encontradas, nos deram pistas de como poderíamos chegar à conclusão do trabalho, uma vez que, os limites da pesquisa também nos trouxeram novas respostas, ou confirmações sobre as proposições apresentadas nesta tese.

1.1. Campo Empírico

Considerando a Informalidade Urbana e as Práticas Informais Urbanas como objeto deste estudo, escolhemos como campo empírico dois territórios de origens clandestinas ou de construção informal: a Rocinha, no Brasil, e o Alto da Cova da Moura¹, em Portugal. Os dois bairros localizam-se em dois grandes centros, na cidade do Rio de Janeiro e na cidade da Amadora (distrito de Lisboa) ambos com características sociais, políticas, culturais e económicas diferentes e respostas sociais distintas. Entendemos que a apresentação desses dois lugares, situados em continentes diferentes, nos dará uma análise mais ampla possibilitando um melhor resultado para a prática de intervenção do Serviço Social e para abrir espaço a futuras investigações.

¹ Para este estudo utilizaremos a nomenclatura Cova da Moura, por ser o nome popularmente conhecido do Bairro.

Em relação aos dois bairros escolhidas, fizemos uma pesquisa sobre a construção histórica (origem, população, densidade, localização), em que recorremos a livros, dissertações de mestrados e teses de doutoramentos, arquivos digitais, websites governamentais, artigos publicados e análise das entrevistas aos residentes. Destaca-se que os sujeitos coletivos tiveram grande destaque durante essa parte da pesquisa, pois além de alguns dos trabalhos históricos terem sido realizados por eles, existem fontes digitais produzidas que complementaram este estudo, já que falamos de duas áreas consideradas informais e por isso torna-se difícil de encontrar materiais oficiais estatísticos.

Para esta pesquisa e compreensão do objeto de estudo, foi importante entender as duas localidades como construção coletiva, com componentes históricos, políticos e sociais, que se permeiam pela característica das práticas informais urbanas e como isso as coloca num lugar distinto da restante cidade.

Inicialmente, pretendíamos realizar uma etnografia dos bairros, mas devido a fatores externos, que trataremos nos limites da pesquisa, tivemos que reconfigurar a nossa escolha. Nesse sentido, a visita à Rocinha foi realizada em agosto de 2021, e a da Cova da Moura, entre os meses de abril e junho de 2022.

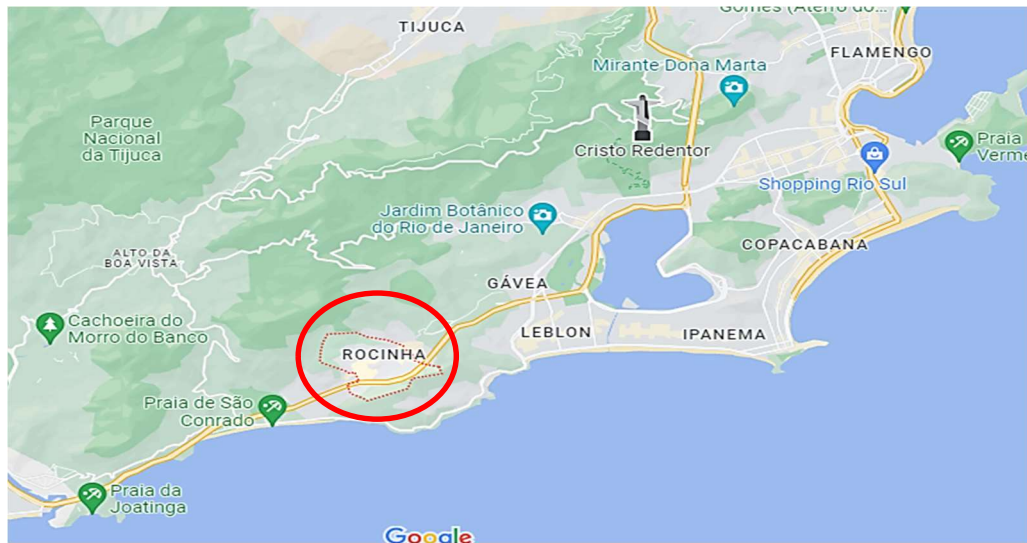
Em ambas localidades foi possível fazer-se entrevistas e observação não participante, sendo na que na Cova da Moura, a investigadora, acabou por fazer trabalho voluntário numa associação do bairro.

Rocinha

A localização da Rocinha é numa região considerada nobre na Cidade do Rio de Janeiro, compreendida entre os Bairros da Gávea e São Conrado.

Segundo Andrade & Valverde (2003), a Rocinha surgiu nos anos 20 devido ao loteamento de terrenos por parte de Castro Guidon & Cia, pois os proprietários perderam o interesse pelas terras.

Figura 2: Localização da Rocinha



Fonte: Google Maps, 2022²

A favela da Rocinha constituiu-se a partir do loteamento de uma fazenda de 550 mil m² situada nos limites da parte oeste do Bairro da Gávea (no alto do morro), incorporado pela empresa Castro Guidon em 1927. (...) O loteamento não foi aprovado pelos organismos municipais competentes, não só pela precariedade da urbanização, mas também pelo fato de que não respeitava as disposições estabelecidas, posteriormente, pelo Código de Obras de 1937 (...). Os compradores não puderam, portanto, obter o registro definitivo dos seus títulos de propriedade (Gonçalves, 2013, p. 352).

Existe outra versão sobre como a Rocinha foi constituída, nesta foi a partir do fim da II Guerra Mundial, onde os seus primeiros moradores seriam da Europa, nomeadamente, da França, Portugal e Itália (Anile & Gonçalves, 2018).

Considerada a maior favela do estado do Rio de Janeiro, a Rocinha, localizada entre os bairros da Gávea e São Conrado, tem uma população estimada de 98.319 habitantes, de acordo com o Censo de Favelas do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2008). Equivalente a uma cidade de porte médio, a comunidade lidera o ranking de potencial de consumo das favelas, o que acabou por atrair uma completa infraestrutura de comércio e serviços. Segundo estimativa da Outdoor Social, empresa de impacto social voltada para comunidades periféricas, em 2020 a Rocinha possuía 1497 estabelecimentos comerciais. Os moradores da comunidade contam com

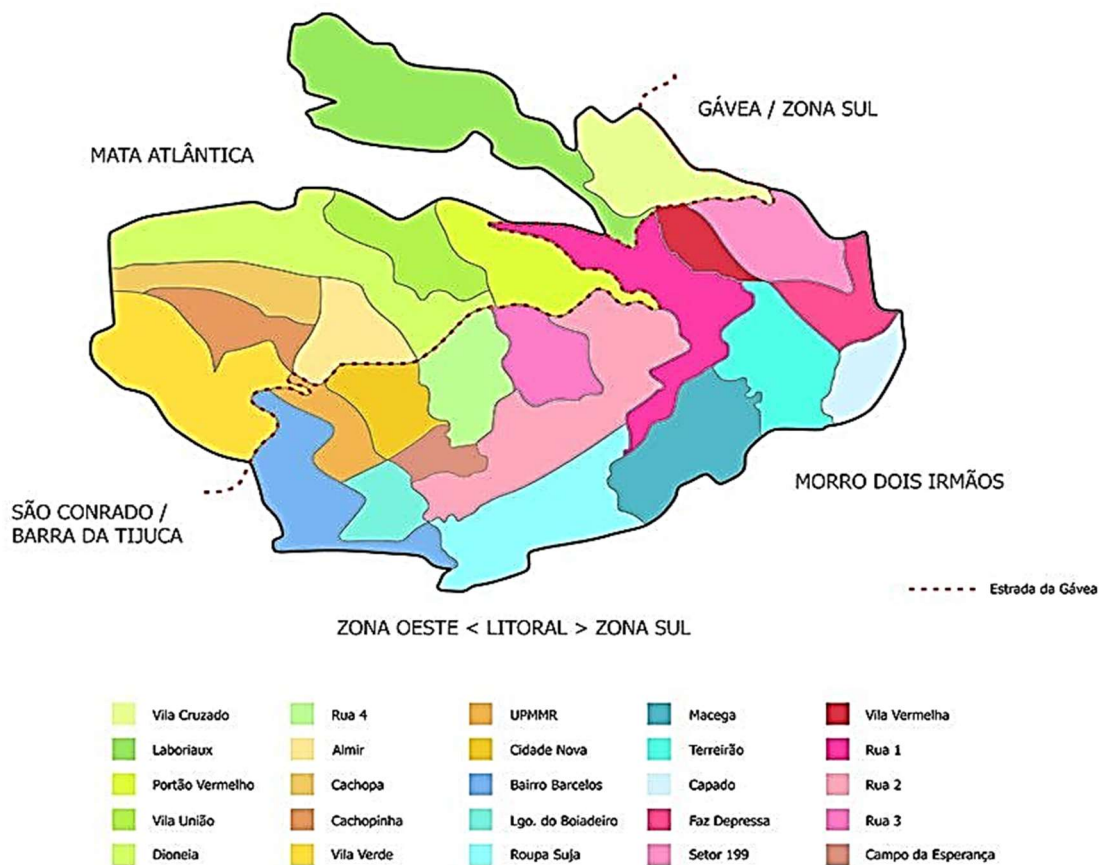
² <https://www.google.com/maps/place/Rocinha,+Rio+de+Janeiro+-+RJ,+Brasil/@-22.968478,-43.2831652,12.75z/data=!4m5!3m4!1s0x9bd427adbbdaeb:0x4cf95af6dc0096b9!8m2!3d-22.9879622!4d-43.2480261>

agências bancárias, mercados, redes de fast foods, serviços de internet e TV a cabo, rádios comunitárias, casas de shows, cinco escolas públicas, várias creches comunitárias, além de diferentes linhas de ônibus, vans e serviços de moto-táxi. Na área da saúde, a Rocinha conta com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e três postos de saúde. (Guatimosim, 2022).

No Censo 2010, calculou-se 23.352 domicílios na Rocinha, enquanto o resultado prévio do Censo de 2022, estima-se 25.742 domicílios (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022).

Atualmente a Rocinha ocupa uma área de 877.575 m², destaca-se que mesmo ainda sendo reconhecida, ora como favela, ora como comunidade, a Rocinha tornou-se bairro, ou seja, teve o título de bairro reconhecido pelo Governo do Rio de Janeiro em 1993, mesmo ainda possuindo características de ocupação informal, causando um contraste urbano na paisagem da zona sul carioca (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância [CIESP], s.d.).

Figura 3: Mapa da Rocinha com subdivisão da área



Fonte: CIESP, s.d.

A Rocinha está subdividida em regiões, como mostra a Figura 3. Essas regiões possuem características distintas entre elas, onde umas áreas são muito movimentadas, outras são mais silenciosas, quase como dormitória, onde os residentes só vão para dormir; existem também as áreas que as residências têm melhores estrutura construídas, outras ainda são precárias, sobretudo na parte mais alta da favela.

A localidade apresenta algumas características sociais e urbanísticas inerentes, como a alta densidade populacional, a localização na zona nobre da cidade, uma parcela significativa de população proveniente da classe média-baixa, a facilidade no acesso a outros recursos devido à existência da Estrada da Gávea e, uma atividade comercial intensa e diversificada tanto a nível formal como informal (Andrade & Valverde, 2003). Tornando a Rocinha, uma favela complexa e de grandes dimensões sociais.

Conhecida como “a maior favela da América Latina”, segundo a Associação Comercial da Rocinha citado por Nunes (2008), a Rocinha possui cerca de 2500 estabelecimentos comerciais, duas linhas de autocarros, dois bancos, duas rádios e três jornais comunitários, uma escola de samba, quatro escolas municipais, um posto de correios e dois postos de saúde.

No entanto, perante Andrade & Valverde (2003), um dos obstáculos encontrados é o aumento da dificuldade de acesso a casas à medida que estas se distanciam das estradas principais. Não obstante, ainda a nível territorial, outra das características bem vincada é a arquitetura irregular dos becos, das vielas e das escadarias que acabam por dificultar a qualidade de vida da população residente, tanto nos acessos aos serviços públicos como à própria integridade física. E ainda, relativamente a outras barreiras cívicas: a insuficiência de itens básicos intrínsecos à população, nomeadamente, a débil rede de água e esgoto, a fraca iluminação pública, a frágil qualidade dos postos de saúde, a recolha de lixo e o precário ensino.

As ruas e travessas foram determinadas pelas construções heterogéneas das residências, ou seja, uma arquitetura informal. Desta forma, as ruas são sinuosas e irregulares, com becos sem saída ou com praças diminutas e discretas. Em suma, a rocinha é uma favela que possui na sua essência vários bairros baseados no espírito carioca, onde os próprios moradores batizam as ruas (Klintowitz, 2008 citado por M. F. Rodrigues, 2015) potencializando o sentimento de pertença, a entre ajuda, a solidariedade, os laços afetivos e a identidade social.

Do ponto de vista de Rodrigues (2015), relativamente à educação, apesar da Rocinha possuir uma população maioritariamente jovem, a quantidade de jovens que frequentam a escola não é expressiva. E ainda, cerca de 10% dos moradores nunca frequentou a escola. Contudo, devido à evolução social proveniente da globalização sentida, consegue-se perceber um aumento crescente de jovens heterogéneos que prosseguem estudos no ensino superior, cujo objetivo de ser alguém é inerente a todos.

A Rocinha apresenta uma organização tipicamente capitalista, pois existe, dentro da favela, diversidade de classes sociais e económicas consoante a localização destas. Ou seja, quanto mais próximas das estradas principais e do acesso aos transportes públicos, mais valorizada é a população, apesar de na generalidade, esta possuir uma população com baixos recursos económicos (Rodrigues, 2015).

Muitos destes fatores, como a educação, a organização territorial, as políticas públicas, a saúde, a criminalidade e outros mais, perpetuam as desigualdades sociais e consequentemente, tudo o que uma comunidade frágil acarreta e compromete.

A Rocinha apresenta-se como uma comunidade em evolução, tanto a nível económico como social, habitacional e educacional. Para além da evolução sentida aos longo dos anos, esta ainda é alvo de críticas, olhares discriminatórios e estigmas associados, fazendo dela refém de lutas constantes pela sobrevivência. Uma favela empobrecida, desprovida de regras, políticas públicas e padrões, mas, ao mesmo tempo rica em matéria de relações sociais entre os moradores.

Alto da Cova da Moura

O distrito de Lisboa divide-se em dezesseis municípios, nomeadamente, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Odivelas, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Veras e Vila Franca de Xira. Atualmente, a concentração populacional encontra-se nestas zonas periféricas, principalmente na parte norte e leste de Lisboa. Nestes territórios existem uma diversidade de bairros sociais, zonas onde a exclusão social faz parte do quotidiano e onde predominantemente reinam os contrastes sociais frutos de conflitos sociais.

É importante realçar que a população cuja etnia é díspar culturalmente e socialmente da comunidade dominante, está localizada nas zonas periféricas referidas anteriormente, especificamente nos espaços intersticiais entre os grandes eixos de expansão metropolitana de Lisboa, como por exemplo nas freguesias do concelho da Amadora e nos seus prolongamentos para Norte e Sul (Rodrigues, 2007).

À semelhança de outros bairros existentes na Amadora, também eles habitados maioritariamente por população africana, em particular de origem cabo-verdiana, intensamente afetada pela segregação residencial, precariedade laboral e discriminação racial, este bairro distingue-se dos demais pela sua maior dimensão, comércio e tecido associativo, bem como pelas infraestruturas e equipamentos sociais. (Alves, 2021, p. 54)

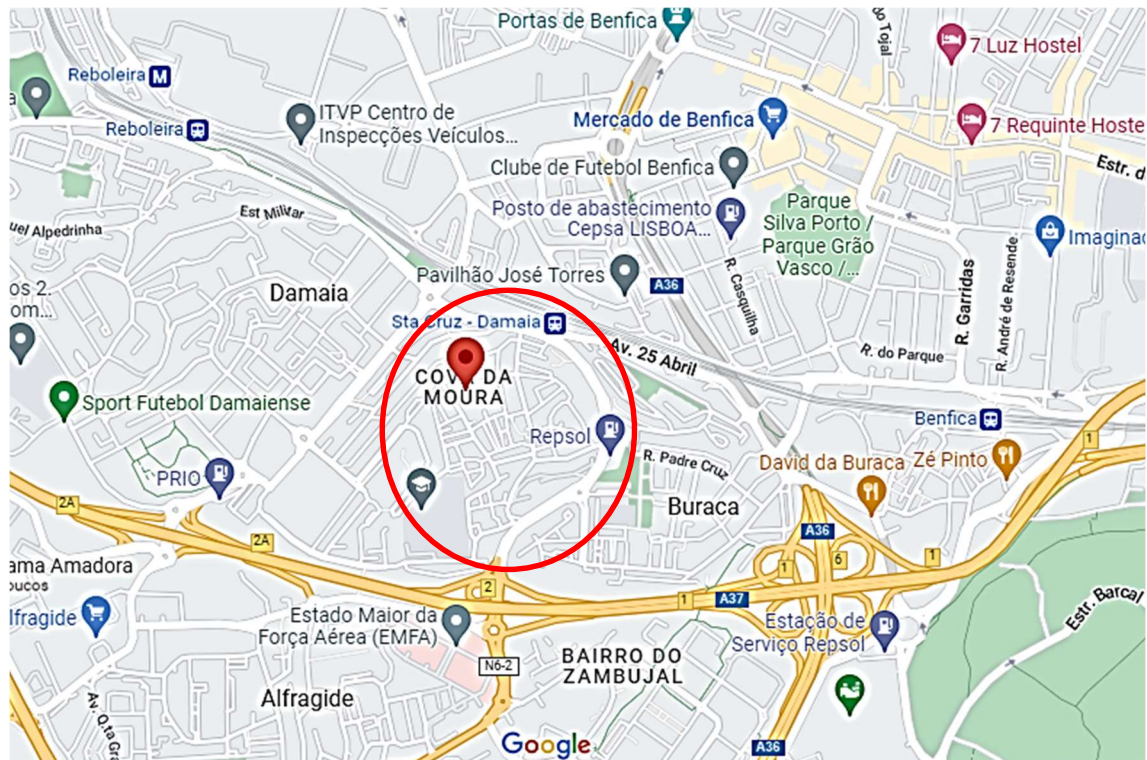
Pode-se afirmar que é nestas áreas onde há a concentração das populações mais desfavorecidas e a marginalização é duplamente sentida, tanto pela localização afastada e provida de pouca acessibilidade, como pela fraca qualidade de vida e estigmas associados (Alves, 2021). Portanto, perante o objetivo desta tese, uma das unidades de análise é o bairro da Cova da Moura.

Segundo Godinho (2010), o bairro da Cova da Moura situa-se na área do concelho da Amadora com proximidade a Benfica, dividindo-se entre as freguesias da Damaia e da Buraca, conforma a Figura 4. O nome dado a este bairro é proveniente da associação do buraco causado pela pedreira existente e à família Moura que habitava nas proximidades. Apenas nos anos 70 se verificou um aumento de fluxo habitacional originário dos “retornados da ex-colónias” (Godinho, 2010) sobretudo de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, e pontualmente do Brasil, que na impossibilidade de pagarem as rendas dos alojamentos no centro de Lisboa, se deslocaram para as periferias urbanas da cidade, sendo a Amadora um dos destinos mais procurados.

Esta ocupação foi expressa através da construção inicial de edifícios precários. No entanto, devido à evolução social, foram construídas infraestruturas básicas como saneamento, recolha de lixo, asfaltamento de vias, iluminação pública e escolas primárias, esta trajetória social trouxe consigo também a edificação de construções que outrora eram precárias e que atualmente são revestidas por tijolo, transformando-as em habitações qualificadas com uma melhor infraestrutura (Godinho, 2010).

Atualmente, o bairro da Cova da Moura apreende cerca de 6000 residentes oriundos de colónias portuguesas expressas anteriormente, uma população considerada heterógena e jovem. Segundo E. Rodrigues (2009), a organização familiar é muito forte, sendo que existe tendência para a diminuição do número de membros do agregado familiar, evoluindo para uma estrutura familiar nuclear caracterizada pela abundância de laços, vínculos e sentimentos de pertença familiares fortes.

Figura 4: Localização da Cova da Moura



Fonte: Google Maps, 2022³

Ao nível das habilitações académicas, estas, em geral são baixas, a maioria da população mais envelhecida apenas possui o 3.º ciclo do Ensino Básico, contudo, relativamente à geração mais nova, verifica-se um elevado insucesso escolar, bem como um elevado abandono escolar precoce. Devido às dificuldades económicas, os jovens acabam por optar pela busca antecipada

³ <https://www.google.com/maps/place/Cova+da+Moura,+2720-425+Amadora/@38.7457891,-9.2215144,15z/data=!4m5!3m4!1s0xd1ecce11f54d843:0x20dd0368b6075039!8m2!3d38.7450352!4d-9.2151721>

de inserção no mercado de trabalho, acabando por agarrarem empregos precários com vencimentos baixos, desqualificados e desvalorizados socialmente (E. Rodrigues, 2009).

Não obstante, abordando E. Rodrigues (2009), à medida que se percorre o bairro, pode-se observar a existência de vários pequenos comércios maioritariamente relacionados com a cultura africana, o que evidencia o carácter empreendedor da comunidade em matéria de subsistência. Por fim, é importante referir a existência de uma economia informal perpetuada por jovens relacionada com o tráfico de substância ilícitas, que inevitavelmente contribui para a degradação social do bairro e para a reprodução de situações de violência e furtos.

Figura 5: Mapa da Cova da Moura



Fonte: Jorge & Carolino (2019)

Para além disto, a distribuição espacial da população residente é feita através da existência de quarteirões, uma estratégia que fortalece a proximidade entre as pessoas baseada nas redes informais (familiares e de amizade), na cultura e na língua. Pode-se assinalar também o forte convívio social proveniente da flexibilidade das ruas derivado do fácil acesso à rede de transportes da área metropolitana de Lisboa bem como a linha ferroviária de conexão a Sintra (Godinho, 2010).

Ainda segundo Godinho (2010), existe uma rua principal que atravessa e divide o bairro. Na transição para as ruas secundárias existem travessas e becos. Ao nível das habitações, estas são heterogêneas, orientadas exclusivamente pelas condições financeiras dos seus proprietários e, literalmente, pela mão dos mesmos. São caracterizadas pela diversidade estilística, uma arquitetura espontânea sem qualquer tipo de orientação formal, ou seja, um espaço que vai sendo pensado à medida que é construído, consoante poder monetário e as necessidades sentidas de quem lá reside.

Através de E. Rodrigues (2009) e do levantamento de informação proveniente de atores sociais, alienado às características do bairro anteriormente mencionadas, verificou-se a existência de uma associação denominada “Associação Cultural Moinho da Juventude” cuja missão prende-se na resposta às necessidades, aos problemas e à criação de iniciativas no bairro do ponto de vista social, cultural e económico. Esta nasceu no início dos anos 80 através do esforço inigualável dos próprios moradores do bairro, na luta de saneamento básico e na inclusão social com a participação de crianças, jovens e adultos, um projeto de pessoas para pessoas.

A par deste, também existe outro projeto comunitário, nomeadamente “projeto Sabura – apreciar aquilo que é bom, saborear”, que consiste na realização de visitas guiadas a grupos de pessoas, escolas, associações e outros que demonstrem vontade de conhecer o bairro e os projetos desenvolvidos neste. Estas são compostas por várias atividades, desde provas gastronómicas até à passagem por cabeleireiros tipicamente africanos. Este projeto tem como principal objetivo: a requalificação do bairro e a abertura desta para o exterior, como forma de combater as ideias pré-concebidas das pessoas exteriores ao bairro, ou seja, mostrar que a realidade vivida no bairro é bem diferente daquela que é alvo de estigmatização pela comunicação social (E. Rodrigues, 2009).

O bairro é caracterizado pela sua coesão, a força de vontade, a mudança, a solidariedade, a tradição, o companheirismo e o sentido de entre ajuda, cultivados pela necessidade psicossocial de sobrevivência e de autodefesa numa sociedade estigmatizante. Por isso, estes dois últimos projetos aos olhos dos atores sociais, revelam-se duas verdadeiras potências em matéria de respostas sociais, de melhoria de qualidade de vida, de educação e de cidadania.

1.2. Método Científico

Em termos metodológicos, optou-se nesta pesquisa pelo paradigma interpretativista, pois compreende a realidade social e a sua construção através do olhar dos sujeitos envolvidos, ou seja, busca entender a realidade do ponto de vista desses sujeitos e das suas experiências (E. P. Oliveira, 2018). Saccol (2009) compreende a ontologia do paradigma interpretativista considerando a interação sujeito-objeto, onde a realidade social passa a ser um produto da negociação dos significados entre os sujeitos, resultado da construção social, criada em uma dinâmica coletiva e, portanto, entendida como intersubjetiva.

Neste sentido, o interpretativismo toma distância da descrição, e assim compreende os significados e as significações que os atores sociais dão as coisas, tratando-se de interpretar os factos, mais do que somente descrever e explicar, insistindo na subjetividade como modo de apreensão do social (Poupart et al., 2008)

Para isso considerou-se a abordagem qualitativa, de natureza indutiva. A investigação qualitativa segue um caminho de produção do conhecimento de descoberta e valorização dos sujeitos sociais, e esses são os utilizadores de serviço do Serviço Social (Restrepo, 2003). A observação aprofundada do fenómeno, suas atitudes, hábitos e costumes no seu contexto natural são partes da compreensão da perspectiva qualitativa, enfatizando uma descrição minuciosa e não explicativa (Rubin e Babbie, 2011).

“A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social, ou humano” (Creswell, 2002, p. 50). Também é utilizada quando o pesquisador quer ouvir os atores sociais, suas histórias, minimizando a relação de poder entre os envolvidos (Creswell, 2002).

Por sua vez Godoy (1995b), apresenta a pesquisa qualitativa como a possibilidade de se estudar os fenómenos que envolve os sujeitos sociais e as relações sociais, pois o fenómeno pode ser melhor compreendido quando analisado juntamente a realidade e as pessoas envolvidas, numa perspectiva integrada.

A investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem com campo de práticas e objetivos trazer à luz fenómenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenómenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. (Paulilo, 1999, p. 135)

Com diversas estratégias e procedimentos de observação daquele local para evitar dúvidas sobre os métodos, procedimentos ou teorias utilizadas (Günther, 2006), para complementar a observação usamos as entrevistas semi-estruturadas, pois permite ao investigador um maior aprofundamento e validade do estudo.

Através da observação da realidade social como um fenómeno, e dos fatores que contribuem para a sua construção, refletindo sobre a problemática sustentada pela pesquisa empírica destacamos, concomitantemente, a natureza indutiva desta pesquisa. Godoy (1995a) afirma que os pesquisadores que recorrerem à natureza indutiva da pesquisa, iniciam as questões com carácter amplo, e vão especificando-as, tornando mais diretas ao longo da pesquisa, é um processo de baixo para cima, onde são construídas a partir de dados.

1.3. Universo da Pesquisa

Com o propósito de identificar e caracterizar as práticas informais urbanas no contexto informal urbano, em dois países que possuem contextos diferentes (Brasil e Portugal), o eixo dessa pesquisa tem como campo empírico os atores sociais envolvidos no território escolhido como (Rocinha e Bairro Cova da Moura).

Como nem em toda pesquisa há a possibilidade de pesquisar o universo, é sobre a amostragem que se debruçam, como sendo parte deste universo, ou seja, “consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos” (Marconi & Lakatos, 2002, p. 30). Os autores supracitados, ainda afirmam que o sistema da amostragem vai depender se: a. É suficientemente representativa ou significativa; b. Possui todas as características numa parte deste universo (Marconi & Lakatos, 2002).

Neste sentido, o universo são as lideranças comunitárias, os residentes e as pessoas envolvidas com os movimentos sociais, coletivos ou associações, dentro das duas áreas escolhidas para o estudo.

A partir daí recorreremos a uma amostragem por bola de neve, pois é entendida como um tipo de amostragem que permite um processo contínuo de coletas de dados e que propicia ao pesquisador um maior número de possíveis entrevistados, podendo ser útil em lugares de difícil acesso, utilizando rede de referências (Vinuto, 2014), que ajudou a ter mais informações do campo empírico.

No Brasil, após a escolha do campo empírico, a unidade de observação começou a ser desenhada gradativamente, onde o primeiro contacto realizado foi através de um residente que ao ter ciência da pesquisa indicou outros residentes para participar do estudo, dentre eles líderes comunitários, residentes antigos e comerciantes. Na Rocinha realizamos 7 (sete) entrevistas, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino. Fomos de casa em casa, conversando com os residentes com o intuito desta participação. Vale ressaltar que uma das entrevistas foi realizada online, devido a falta de agenda da entrevistada no período da visita ao bairro.

Já em Portugal, a inserção no campo empírico foi através de contactos por email, mas uma vez que conseguimos a primeira entrevista logo houveram as indicações de pessoas para participar da pesquisa, dentre eles: residentes que estavam na construção do bairro, migrantes, e trabalhadores do bairro. Realizamos 7 (sete) entrevistas, todas as entrevistas foram agendadas previamente com os participantes.

1.4. Técnica de recolha, tratamento e análise dos dados

Foram realizadas as entrevistas semiestruturadas aos participantes dos dois territórios, resultando num total de 14 entrevistas, entre os anos de 2021 e 2022. Além dessas entrevistas foi realizada a observação não participante aos bairros, onde mantivemos registrado os acontecimentos através de um diário de campo.

Na Rocinha, o trabalho de campo foi realizado com a ajuda de uma residente que acompanhou a pesquisadora durante toda a passagem pelo bairro. Já na Cova da Moura, tivemos a colaboração de uma trabalhadora do bairro, que indicou a maior parte dos entrevistados, porém não acompanhou a execução da pesquisa.

Portanto, as técnicas de recolha de dados baseou-se na observação não-participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental, de modo a dar respostas aos objetivos específicos, nomeadamente: identificar as dimensões conceituais sobre a informalidade urbana e as práticas informais, e a sua compreensão para o Serviço Social; caracterizar as dinâmicas das práticas informais produzidas em contextos de informalidade urbana; categorizar as práticas informais que geram o enraizamento e a constituição o local em contexto urbano informal; interpretar e discutir os elementos e características do enraizamento e a constituição local a partir do conceito de território e espaço urbano.

A observação não-participante permitirá ao pesquisador compreender o fenómeno - as práticas informais urbanas - na sua natureza, no presente. Já as entrevistas semiestruturadas darão uma ênfase maior sobre o objeto de estudo, tendo a aplicabilidade em pessoas/informantes-chaves para a investigação. A análise documental, juntamente com a entrevista semiestruturada, permitirá uma melhor investigação do processo ao longo do tempo.

As questões elaboradas para as entrevistas semiestruturadas, foram de acordo com os objetivos supracitados e tiveram três eixos fundamentais: relação entre o entrevistado e o bairro, relação social entre os sujeitos do bairro, opiniões acerca das características do bairro e dos residentes. De forma a tentar obter dados possíveis para a apresentação das duas realidades, utilizamos o mesmo guião de perguntas nos dois bairros. O guião compõe-se de 14 perguntas aos residentes e líderes comunitários e 10 perguntas aos trabalhadores do bairro e pessoas que participam de movimentos sociais (Anexo 2 e 3).

Para a análise dos dados recolhidos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo categorial, que tem como objetivo a análise sistemática e objetiva do conteúdo das mensagens, e, assim, pode ser usada para inferir conhecimentos sobre as condições de produção/recepção das mensagens (variáveis inferidas), suas características formais (variáveis manifestadas) e seus recetores (variáveis manifestadas ou inferidas) (Bardin, 2016). Com esta técnica, interpretamos e analisamos os dados de modo que podemos nos aprofundar nos conteúdos das entrevistas.

Para além das técnicas de recolha de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica e análise documental como outras técnicas para suporte teórico dos conceitos-chave, a construção histórica do objeto de estudo e do campo empírico, as políticas urbanas e de habitação, as desigualdades e segregação territorial entre outras questões abordadas ao longo deste trabalho. Procurou-se sistematizar todo material sobre a informalidade urbana, para assim, poder refletir juntamente com a pesquisa empírica, sobre as práticas informais urbanas.

Questões Éticas

As questões éticas aplicadas à pesquisa são importantes para garantir a qualidade da pesquisa a partir das informações recolhidas. Considerando que a ética é a ciência que se ocupa dos costumes, da moral e dos deveres do homem, possibilitando uma reflexão e análise (Barroco, 2001), ou seja, uma avaliação crítica a respeito dos preceitos e julgamentos, ações e atitudes acometidas no campo da moralidade (Fortin, 1999).

Partindo da premissa que o investigador deve ser claro com suas intenções com os grupos ou pessoas participantes da pesquisa, levando o pesquisador a assumir compromisso com a categoria pesquisada, sobretudo, quando falamos de indivíduos (Poupart et al., 2008). O investigador possui responsabilidades perante a sociedade e a comunidade científica (Fortin, 1999).

Segundo Babbie (1996), a investigação social científica deve estar de acordo com aquilo que é próprio para a investigação, sabendo o que é impróprio para não fazê-lo durante a pesquisa. A autora elenca importantes sobre o acordo ético durante a investigação social: participação voluntária; não prejudicar os participantes através de questões que os podem ser sensíveis; anonimato e a confidencialidade; enganar os participantes; análise e informação fidedignas com os resultados; revisão dos conselhos institucionais (Babbie, 1996).

Na perspetiva apresentada pela autora, deve-se garantir os direitos dos participantes durante todo o estudo.

Assim sendo, a pesquisa no Brasil e em Portugal, foi utilizado Termo de Consentimento Live e Informado, para o esclarecimento sobre o estudo e a garantia do direito dos participantes,

com base no Despacho nº 86/2016 do Reitor do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, integrando o Código de Conduta Ética na Investigação da universidade.

Antes de qualquer entrevista, os participantes foram informados sobre: os objetivos do estudo; as proposições; quem era a investigadora; o anonimato e a confidencialidade, a proteção dos seus dados garantidos, bem como o sigilo da gravação da entrevista.

Ressaltamos que uma das entrevistas não foi autorizada a gravação, então os relatos foram escritos simultaneamente.

A gravação das entrevistas, os consentimentos informados e o tratamento dos dados serão armazenados num disco rígido externo, guardado pela investigadora durante cinco anos, após os quais será destruído, não comprometendo em momento algum o anonimato dos participantes

1.5. Limites e Delimitações do Estudo

A metodologia escolhida inicialmente para a pesquisa não pode ser executada. Num primeiro momento, pensamos em realizar uma etnografia nos dois campos empíricos, onde a pesquisadora iria residir durante dois ou três meses nos bairros, para poder realizar a técnica de observação participante. Acreditávamos que vivenciar o quotidiano do bairro nos traria mais clareza sobre o objeto de estudo.

Entretanto, no cronograma pensado, a etnografia aconteceria no segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021. Porém, em março de 2020 foi decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a pandemia causada pela Covid-19, paralisando o mundo inteiro. Dada a condicionante, optou-se por abandonar a pesquisa etnográfica e seguir com a observação não participante e as entrevistas semiestruturadas.

Outra limitação que podemos destacar nesta pesquisa relaciona-se com a particularidade de a investigadora não pertencer aos bairros pesquisados e que devido às suas características, são bairros em que a insegurança urbana está presente, assim, tivemos que tomar alguns cuidados durante o trabalho no terreno, sobretudo, no nosso primeiro contacto com a localidade. Vale ressaltar que não ocorreu nenhum evento durante a pesquisa, e não houve nenhuma reação negativa à presença da investigadora.

A abrangência da pesquisa foi identificada também como uma limitação, pois, face ao tempo, que já tinha sido perdido no período pandémico, não foi possível alargar mais as áreas de discussão sobre este assunto, mas, entendemos que pode ser um impulso para futuros estudos.

CAPÍTULO 2

Espaço Urbano e Território: como o urbano se transforma em informalidade

O processo de urbanização das cidades, em todos os continentes, se intensificou com o crescimento do êxodo rural, sobretudo, com a necessidade de mão de obra nas cidades e o declínio da zona rural (Urvoy, 2018). Essa acelerada mudança da população da zona rural para o espaço urbano, acarretou também no crescimento das expressões das questões sociais devido o aumento da aglomeração de pessoas nestes espaços urbanos. Este fenômeno surge, sobretudo, na era capitalista, a partir da Revolução Industrial (Lefebvre, 2001; Freitag, 2006; Scott & Storper, 2018). O rápido crescimento das cidades e a intensificação dos problemas sociais encontram-se com mais facilidade nos países periféricos, o que ocasiona a crescente desigualdade social e territorial entre os países.

Com isso, a partir de meado do século XX surge uma tipologia de cidade que passa a diferenciá-los dos demais, na mesma perspectiva em que há uma concentração de pessoas nos espaços urbanos, mas foi em 2006 que houve a superação da população urbana sobre a rural global, o que levou a concentração de pessoas a lugares já saturados, fomentando novos problemas sociais e conseqüentemente a vulnerabilidade social se torna mais visível (Freitag, 2006; Giddens, 2008).

Antes de pensar na problemática social trazida pela construção das cidades capitalistas, apresentar-se-á a construção deste espaço urbano, sua configuração e caracterização, bem como, os diferentes estudos sobre a temática, as políticas urbanas e de habitação que foram desenvolvidas e, por último, a construção da informalidade urbana. A reflexão sobre a construção do espaço urbano, da cidade e da informalidade urbana, é, sumariamente importante para a compreensão deste estudo.

2.1. Introdução aos conceitos: cidade, espaço urbano, territórios, bairros, favela e bairros de gênese ilegal

Para iniciarmos este capítulo, é importante perceber os conceitos que orientam esta pesquisa. Trabalhá-los é fundamentalmente importante para situar o caminho escolhido para o desenho da tese. Neste sentido, Lencioni (2008) afirma que os conceitos estão intrinsecamente relacionados com a observação/pensamento sobre o objeto real, eles se constroem como elementos fundamentais para podermos interpretar a realidade. Por isso, não se tratando de algo tão comum dentro do Serviço Social português (área científica deste trabalho), entendê-los torna-se imprescindível para compreender o objeto de estudos que aqui propomos.

Partindo da premissa que esta tese está desenhada à luz das configurações urbanas informais, e como esta influência, ou não, o modo de vida das pessoas, escolhemos apresentar os conceitos de cidade, espaço urbano, territórios, bairros, favela e bairro de gênese ilegal.

O conceito de cidade pode ser definido de várias maneiras, em vários estudos e com determinados teóricos ou Escolas Teóricas, mas alguns aspetos vamos sempre encontrar nessas nuances de definições, que, para além de estar diretamente ligada ao olhar de quem a define, estão associadas entre si, são elas: a noção de aglomeração, mercado, administração (pública), poder e conexão, como veremos a seguir. Outra questão inerente ao conceito de cidade é que a sua definição deve ser visto através do momento histórico ao qual foi pensado, e assim em cada momento da história podemos ter características diferentes sobre a cidade, devendo levar em consideração também as questões políticas e os espaços geográficos (Vasconcelos, 2015), ou seja, para se entender ou descrever a cidade é imprescindível que pensamos sobre a sua forma, sua experiência em concreto, sua construção histórica.

Um ponto importante para começarmos a discussão do conceito de cidade é que necessita de uma sede administrativa, uma religiosa e de um mercado. Para Weber (2004) o conceito de cidade pode ser vasto, caracteristicamente a cidade pode ser definida por um grande povoado e não por residências isoladas, um extenso assentamento ao qual a associação de vizinhança é escassa, ou seja, falta conhecimento pessoal mútuo nos seus habitantes (Weber, 2004). Para o sociólogo o tamanho não é somente o que define a cidade, mas faz parte dela.

Wirth (1938) traz a noção de cidade como um assentamento mais ou menos grande e denso, com indivíduos heterogêneos que se relacionam entre si. Já para Scott & Stoper (2008) as cidades “podem ser entendidas em termos de um quadro teórico que combina dois processos

principais, a saber, a dinâmica de aglomeração/polarização e o desdobramento de um nexos associado de localização, usos da terra e de interações humanas” (Scott & Storper, 2008, p. 5).

Weber (2004) revela que para definirmos uma cidade precisamos ter uma atividade produtiva e comercial, um sistema de fortificação, um mercado e uma administração. O autor ainda destaca a importância dos fatores de economia, poder, propriedade da terra e regulação de um grupo, como parte da definição da cidade. Já Lencione (2008) vai destacar que a cidade, não importando a sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da “relação do homem com o meio” (Lencioni, 2008, p. 115). Rolnik (2017) interpreta a cidade como “fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, [...] é uma obra coletiva que desafia a natureza” (p. 8). A autora ainda destaca que o aparecimento da cidade advém de uma relação entre o homem e a natureza, onde o homem precisa garantir o domínio do território para fixar-se num lugar, plantar e sobreviver (Rolnik, 2017), podendo associar, deste modo, a organização da vida social. Assim, a cidade remete a criação do ambiente que se vive a vida da coletividade (Rossi, 2004). Marx & Engels (2007 [1845-1846]) tratou de afirmar que a “cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades” (Marx & Engels, 2007 [1845-1846], p. 52).

Robinson (2011) traz uma perspectiva comparativa entre as cidades, capitalista versus socialista, entre ricos e pobres. “Interest in drawing comparisons among different cities has escalated in an era of ‘globalization’, as economic and social activities as well as governance structures link cities together through spatially extensive flows of various kinds and intense networks of communication” (Robinson, 2011, p. 1). A autora chama o “mundo das cidades”, onde uma cidade só pode ser definida em comparação com a outra, e, ao mesmo tempo pode estar dentro de outra, aponta também que essa teoria que estuda a cidade (de forma comparativa) pode haver falhas como tantas outras (Robinson, 2011). Essa dinâmica de comparação ocorre quando falamos, por exemplo, da cidade rural e a cidade urbana, duas zonas distintas, mas que podem estar ligadas pelo próprio conceito da palavra.

Neste sentido, é importante ressaltar que com a variação de interpretações sobre a cidade, acrescentamos a multiplicidade das cidades, ou seja, os adjetivos que ao agregar a palavra “cidade” especifica um determinado lugar, com uma determinada temporalidade, como, por exemplo, podemos falar sobre cidade medieval, cidade contemporânea, cidade global,

megalópole. Tais adjetivos só são possíveis de ser pensados e analisados se atrelarmos a ela a noção de comparação trazida por Robinson (2011). Longe de querer caracterizar todas elas, abordaremos alguns adjetivos de cidade para nos ajudar a perceber a cidade atual, desenhada a luz da formalidade e informalidade.

Começando pelas megalópoles, entende-se que são cidades gigantes, uma megacidade, onde a sua população ultrapassa os 10 milhões de habitantes, e que o seu crescimento se deu com uma acelerada urbanização durante um curto período (Freitag, 2006). Esse crescente e acelerado crescimento da cidade é também o crescente e acelerado crescimento da população dentro da cidade, ou seja, a megalopolização só existe pelo crescimento populacional e não somente pelas construções urbanas e de infraestrutura da cidade, e esse fenómeno ainda se deve à questão migratória do campo para a cidade, levando-nos a não poder desassociar a relação do campo com a cidade; a história da cidade urbana vai estar intrinsecamente ligada a história da cidade rural, do campo.

Freitag (2006) traz a noção de megalopolização a partir de um padrão específico de urbanização, ancorada numa transformação rápida da cidade, cujas características são: “crescimento descontrolado, desregrado da população urbana, que faz transbordar os limites naturais e administrativo da cidade” (Freitag, 2006, p. 153), acrescentando alguns problemas urbanos que são mais comuns nesses espaços, como a poluição de ar, da água e da terra e as questões sociais, associadas as questões económicas, de trabalho, habitações, saúde, educação e a violência urbana. Freitag (2006) aponta que o fluxo migratório, o choque de cultura e o despreparo do Estado para receber essas pessoas gera essa problemática urbana.

O conceito de cidade global está intimamente ligado com as questões da economia global, ou a globalização da economia, como grandes centros económicos, mas também envolto do resultado do processo de migração, ou seja, relaciona-se com os impactos que ocorreram nas grandes cidades desenvolvidas com o processo de globalização da economia, no final dos anos de 1970 (Carvalho, 2000).

Global cities are the sites for the over-valorization of corporate capital and the devalorization of disadvantaged workers; but they are also the sites for new types of politics that allow the latter to emerge as political subjects. This dynamic is not present in all cities. It is particular types of cities that bring together key global economic actors and key disadvantaged actors; they are global cities and cities with global city functions (Sassen, 2008, p. 170)

Portanto, para além das questões económicas globais, este tipo de cidade também se desenvolve através da evolução da tecnologia, o aumento da mobilidade e o fluxo do capital.

Estas questões levantadas pela autora, por um lado possuem características da evolução da cidade através do capital e comércio, sobretudo, o mercado; e por outro percebemos que gera desigualdades sociais, exclusão, pobreza, segregação, através da existência dos trabalhos precários e falta de investimentos públicos em certos espaços.

O conceito de cidade global está relacionado com o processo histórico das grandes cidades do mundo, sobretudo, das metrópoles do Primeiro Mundo, que por um lado marca as mudanças na estrutura produtiva das grandes cidades através da globalização da economia, por outro, mostra grandes contradições produzidas (ou alargadas) a esse mesmo processo histórico, como: “as alterações promovidas no mercado de trabalho e o aumento consequente da desigualdade social, com rebatimento na apropriação do espaço urbano” (Carvalho, 2000, p. 71).

A cidade contemporânea pode ser distinguida da cidade antiga pela sua expansão e velocidade de articulação (Rolnik, 2017). Na cidade antiga, ou na antiguidade, tínhamos as cidades delimitadas pelos muros que a cercava, e separava da parte rural. Hoje quando falamos de cidade urbana, não temos mais essa delimitação visível, onde “o espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo” (Rolnik, 2017, p. 12). Neste sentido, a cidade deve ser entendida como um fenómeno único e social, baseado numa realidade histórica concreta e geográfica (Storper & Scott, 2018).

Rolnik (2017) apresenta no seu livro “O que é cidade?” quatro dimensões sobre o conceito de cidade, sendo elas: a cidade como imã, nesta dimensão a autora apresenta o templo como o ponto central da cidade, onde os indivíduos se reúnem e formam alianças; a cidade como escrita, caracterizada pela memória, através das construções realizadas ao longo do tempo e da história; a cidade política, através da perspectiva do poder urbano baseado na centralidade do poder nas mãos das autoridades políticas, nesta dimensão está as estratégias de planeamento e construção das cidades através das pessoas que detém a gestão administrativa; a cidade como mercado, pois a produção passou a ter excedente e, ao mesmo tempo, a possibilidade da obtenção dos produtos através da troca, neste sentido, instaura o mercado e com ele a divisão e especialização do trabalho, possibilitando a interação e troca de produtos por meio de diferentes cidades (Rolnik, 2017). É na cidade que todo movimento do comércio acontece, assim como a confeção dos produtos, e nesta dinâmica de circulação da economia que a cidade cresceu e dividiu-se

entorno da concentração dos locais de produção⁴, ou, locais de trabalho, assim, podemos dizer, que o desenvolvimento da cidade, e sua expansão, ocorreu com a criação e expansão do mercado.

Para além do processo de descobrir a cidade como algo materializado “the city is, rather, a state of mind, a body of customs and traditions, and of the organized attitudes and sentiments that inhere in these customs and are transmitted with this tradition” (Park, 1925, p. 1). Já quando se inicia os estudos sobre a cidade, o autor a entendia como um produto das relações humanas. Esta noção de que a cidade pode ser entendida como um produto que vai além da materialização de um espaço geográfico ou aglomeração de pessoas é introduzida no mundo académico pelas ciências sociais.

A natureza essencial da terra urbana é que é simultaneamente privada e pública, individual e coletiva, e que sua estrutura e a sua forma expressam as dinâmicas interconectadas das ações individuais das firmas e das famílias e da ação coletiva por parte de diversas instituições de controle e governança. (Scott & Storper, 2018, p. 17)

Na definição de cidade pensada para este estudo, o urbano se mostra como uma parte importante deste conceito, pois quando falamos de cidade, falamos do espaço urbano, falamos da cidade urbana, que deu origem à todos os outros adjetivos de cidade já demonstrado anteriormente.

Freitag (2006) aponta como o espaço urbano passa a ser um fenómeno que vai caracterizar a vida em sociedade, e, por conseguinte, representa o espaço de conflitos urbanos e sociais, que está em constante construção.

Cidade no vocabulário cotidiano pode ser sinónimo de urbanização, do que é urbano, e antónimo de rural, o “lugar no interior”. A urbanidade presente na cidade está ligada às questões de infraestrutura (construções), podendo acrescentar os acessos e a mobilidade. É importante ressaltar que a urbanização não é algo linear, onde o desenvolvimento do urbano seria considerado contínuo, pelo contrário, percebemos que na história das cidades há momentos de evolução e paragem na urbanização. Giddens (2008) fala do crescimento urbano (a urbanização), como um processo global, que foi se desenvolvendo em larga escala ao longo do

⁴ Aqui, podemos ressaltar a noção de produção expressa por Lefebvre (2001) em seu livro “A Cidade do Capital”, que destaca a produção como algo que não se limita a uma questão de troca, ela possui um sentido mais amplo, uma produção do ser humano por ele mesmo, que vai abranger a produção de ideias, representações e linguagem. O autor ainda destaca que “intimamente misturada “a atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real” (Lefebvre, 2001, p. 44).

século XX, sobretudo em países considerados “em desenvolvimento”, ocorrendo um aumento significativo dos habitantes urbanos neste período.

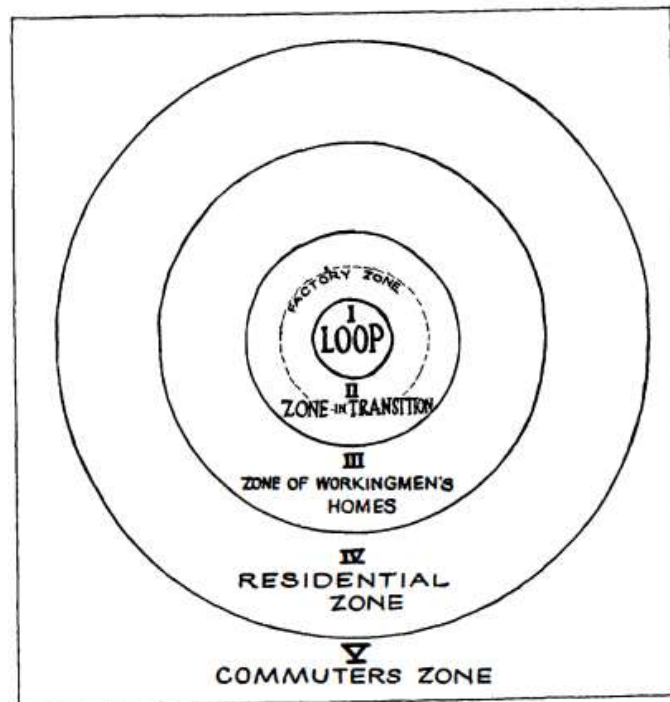
A urbanização tem sido fundamentalmente engendrada por uma interação complexa entre desenvolvimento econômico, divisão do trabalho, aglomeração, especialização e comércio exterior. Assim, podemos dizer que a mais básica razão de ser das cidades, certamente na era moderna, reside em seu papel como centros de produção e trocas econômicas dentro de sistemas mais amplos de comércio regional, nacional e internacional (Scott & Storper, 2018, p. 10).

O urbano vai se apresentar como um fenómeno em processo, que se desenvolve com o passar do tempo, não pode ser considerado como uma realidade acabada, talvez se apresente assim no futuro (Léfèbvre, 2008). Léfèbvre vai trabalhar a noção de urbano em relação com a industrialização, mantendo a perspectiva do fenómeno urbano (ou o desenvolvimento do urbano) na conceção do capital (mundo capitalista) (Léfèbvre, 2001; 2008). S. Martins (2008), crítica o reducionismo do urbano em tratá-lo apenas como um produto da industrialização, para o autor há uma relação entre os dois fenómenos, mas um não limita o outro, apresentando esta redução do urbano como urbanismo, “a tentativa de submeter a realidade urbana à racionalidade industrial, as exigências do mundo supostamente lógico, sem contradições nem conflitos, da mercadoria” (S. Martins, 2008, p. 9). Posteriormente, completa sua reflexão dizendo que ao ter um olhar redutor do fenómeno urbano, não nos deixa vê-lo como campo de tensões, conflitos, luas, encontros, confrontações e contradições (S. Martins, 2008). É de ressaltar que o todo esse processo de construção da cidade, o crescimento do fenómeno urbano, permite que espaços marginalizados, e destinados a população trabalhadora pobre, sejam produzidos, e de alguma forma se instalam nas grandes cidades e permanece até os dias atuais, como veremos mais a frente.

A cidade é formada de várias partes, cada uma com suas características próprias, distintas umas das outras (Rossi, 2004), ou seja, a produção e reprodução do espaço urbano também resulta em uma cidade setorializada, onde existem regiões que predominam os espaços do mercado ou comércio, do trabalho, outras de residências, e algumas que relacionam os dois quase de igual forma, ou seja, a cidade é formada por diferentes áreas, ou zonas, ou setores, que foram construídas não só pelo mercado ou pela administração pública, através do planeamento urbano, mas também pela população.

Autores como Burgess (1925) vai chamar esta divisão de zoneamento, vai dizer que a cidade é dividida por zonas, onde cada uma possui uma função⁵. O autor desenvolve uma espécie de gráfico, que vai retratar o que chama de “Expansion as a process” (expansão como processo).

Figura 6: Crescimento da Cidade



Fonte: Burgess (1925, p. 51)

Neste gráfico, a cidade ideal é representada em forma de círculos, no centro está o centro de negócios; seguido de uma área em transição, constituída pelo comércio; o próximo círculo é a zona habitada pelos trabalhadores da indústria, que teriam se deslocado da área de transição e pretendiam se estabelecer próximo aos locais de trabalho; depois vem a zona residencial das classes abastadas da sociedade; e por último existe a zona dos limites da cidade, com a construção de cidades satélites ou cidades dormitórios (Burgess, 1925), que são zona “independentes” pela distância do grande centro ou onde os habitantes retornam as suas casas somente para dormir após uma longa viagem entre o trabalho e a casa.

Esse processo de expansão da cidade vai de encontro com história da cidade, onde, em estudos que serão citados nesta pesquisa, demonstra que a cidade cresce e se desenvolve a partir do grande centro comercial, de negócios, do mercado. Assim como Burgess (1925), vai apontar

⁵ Rossi (2004) vai criticar essa visão de função única que Burgess (1925) traz as zonas, pois acredita que este conceito limita as relações que o zoneamento proporciona entre suas partes.

que não existem cidades que se desenvolvem exatamente desta forma, pois há fatores históricos económicos e relacionais que influenciam no processo de crescimento das cidades, que envolve processos antagónicos de concentração e descentralização, ou seja, “in the expansion of the city a process of distribution takes place which sifts and sorts and relocates individuals and groups by residence and occupation” (Burgess, 1925, p. 54). Então o processo de crescimento das cidades não é linear quanto o autor sublinha que seria o ideal.

Sobre as políticas de zoneamento, Gonçalves (2017) destaca que possui um objetivo teórico de fortalecimento das áreas, e também, de uma qualificação com um sistema para definir os limites e o uso desses espaços, determinado pelos órgãos públicos.

Estes pequenos (às vezes, não tão pequenos) fragmentos, ou zonas, da cidade consideramos aqui como bairros. É mais comum chamarmos de bairro, os lugares destinados às habitações, entretanto, para uma distribuição da estrutura urbana e administração política, a cidade, na totalidade, possui esta divisão em bairros.

O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Temos dessas partes uma experiência concreta. Para morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural, é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para fixar o limite do bairro. (Rossi, 2004, p. 70).

É nos bairros que vão se construir as relações sociais, com características de funcionamento em comunidade. Os bairros são, portanto, uma unidade social, que também existe sem uma organização formal, e em alguns locais essa organização é espontânea (Park, 1925). Sobre os bairros Giddens (2008) vai dizer que os bairros se desenvolvem pelos diferentes ajustamentos feitos pelas pessoas/sujeitos, e é nesse sentido que existem áreas com “características sociais distintas e que contrastam entre si” (Giddens, 2008, p. 576).

Essas características próprias e distintas são as identidades dos bairros. São, ao mesmo tempo, aquilo que os representam, mas também os que dividem, ou, em certos casos com características mais pobres, os segregam. Não podemos deixar de dizer que os bairros são um facto social, que por sua vez, se baseia na segregação das classes, da camada social, da raça, da função económica, o que corresponde ao processo de formação da própria cidade (Rossi, 2004).

O autor acrescenta que esses bairros, não são subordinados, são autônomos, mas se relacionam entre si; também reforça que são os bairros que juntos se convertem na fisionomia das cidades (Rossi, 2004).

É de salientar que essas construções dos bairros se dão, por vezes, de forma coletiva e/ou comunitária, sobretudo, nos bairros residenciais, portanto, um sentimento de vizinhança é construído, sobretudo naqueles espaços segregados, classificados pela população de classe baixa, pois são nesses espaços que a população nutre um sentimento de comunidade local, de grupos de bairro (Park, 1925). Mesmo que existam espaços que foram construídos pelo planejamento urbano, existem coletivos que ordenam o funcionamento dos mesmos, como, por exemplo, a associação dos moradores. Para além deste mecanismo administrativo que funcionam nos bairros, o espírito coletivo manifesta-se nas construções onde os vizinhos se ajudam mutuamente, ou nas festas populares que, mesmo em grandes centros, a população se reúne para comemorações e festejos religiosos.

A noção de território, muito utilizadas quando falamos de cidade, que existe numa dimensão política e de ação do Estado em políticas públicas é retratada por Milton Santos (1999a) como o território usado. O autor retrata que só é possível falar de território usado, no sentido de ir além do recorte do Estado-Nação, está relacionado com a ação, com o espaço habitado, com o valor dado ao espaço, e sobre tudo com os sujeitos e as relações criadas nesse espaço, numa perspetiva da realidade sobre o espaço delimitado e a influência da sociedade, ou seja, é o chão somado a identidade desse espaço e possui o sentimento de pertença desses sujeitos que o habitam, é o lugar de trocas e do exercício da vida (M. Santos, 1999a; 1999b).

Nas cidades de hoje vemos muitos espaços caracterizados, seja pelos espaços geográficos como os distintos bairros, seja pela classe social ou pelas suas construções e infraestruturas. Uma denominação frequente utilizada pelos bairros com características e infraestrutura precárias, com autoconstruções de moradia e habitado por uma população de classe social considerada pobre, pelo baixo poder aquisitivo, e, sobretudo, pela ocupação ilegal ou irregular do terreno habitado são as favelas, no Brasil, e os bairros de génese ilegal, em Portugal. Na língua inglesa os espaços urbanos de construção informal chama-se *slums*, nos Estados Unidos da América e *Plotlanders* no Reino Unido, Gómez (2018) irá identificar tais espaços como *bidonvilles* em francês, *barris de barracas* em catalão, *barrios de chabolas*, *barrios de casas*

bajas e subúrbios marginales em catellano, *barracche* em italiano e *Baracken, Wilde Siedlungen* e *Grüne Slums* em alemão⁶.

Longe de querer encontrar uma definição concreta para esses fenômenos – produzidos e reproduzidos pela própria construção da cidade formal, com um planejamento urbano e um poder público que permitiu e legitimou estes espaços –, vamos aqui nos aproximar da noção de favela e bairro de gênese ilegal e o que estes são representados.

A origem da nomenclatura favela surgiu no Brasil, mas especificamente no Rio de Janeiro, com o início das ocupações dos morros no centro carioca⁷. Neste sentido, traçando um estudo histórico das favelas, Gonçalves (2013) conclui que:

O termo “favela” provém certamente da Guerra de Canudos (1896-1897). Naquela região do sertão do estado da Bahia, existia um morro chamado *Favella*, talvez porque fosse coberto por uma espécie de planta cujo nome era justamente “favela” (*Jathropa phyllaconcha*), uma euforbiácea bastante comum nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Os soldados que retornavam da guerra se estabeleceram, com tolerância do Exército, no Morro da Providência, que se encontra atrás do prédio do antigo Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Em alusão a essa campanha militar, o morro passou a ser conhecido como o “Morro da Favella”. (Gonçalves, 2013, p. 44).

Ainda sobre a utilização da criação do termo favela, Anile & Gonçalves (2018) afirma que:

O nome “Favella”, que foi dado ao morro, está ligado diretamente à Guerra de Canudos, e é uma referência ao morro que levava o mesmo nome no povoado de Canudos, na Bahia. Existem duas versões para o batismo do morro carioca com o mesmo nome do morro baiano. A primeira fala da planta, popularmente encontrada na região de Canudos, que se chamava *favela*, a qual foi trazida e plantada pelos soldados que se estabeleceram no morro carioca. Já a segunda versão, que não se diferencia muito da primeira, afirma que, na época, falava-se que os dois

⁶ *Grifos* nossos.

⁷ A primeira favela, ou o primeiro lugar que foi chamado de favela, não possui uma data específica que comprovem a sua fundação, e para isso, existem duas teorias que podem ser entendidas: a primeira é sobre o desmonte dos cortiços do centro da cidade, com o movimento intitulado Bota-abixo, realizado pela prefeitura, com o intuito de melhorias urbanas, retirou a população pobre que viva no Centro da cidade, expulsando-as para outros lugares, sem ter para onde ir, as pessoas construíram as suas habitações em morros entorno do Centro do Rio de Janeiro, para não ficarem distantes dos seus postos de trabalho; a segunda teoria sobre a primeira favela revela que foram os soldados que lutaram na guerra de canudos, no nordeste brasileiro, e quando regressaram se estabeleceram próximo ao Ministério do Exército esperando ganhar os seus ordenados (Anile, 2018).

morros em questão eram muito parecidos, a semelhança era tanta que Eurides da Cunha, em seu livro *Os Sertões*, ao descrever Canudos, poderia facilmente descrever o morro carioca. E foi em meio a remoção dos cortiços, que o que era para serem moradias de caráter provisório, foi se tornando, com a crise habitacional e o aumento da população, um espaço importante na cidade. (Anile & Gonçalves, 2018, p. 38)

Factualmente, a favela surgiu através da ocupação irregular (ou ilegal) de solos para a construção de moradias, por uma população pobre que não tinha acesso aos serviços formais de aquisição de terras, pela omissão do poder público onde a política de habitação não incluía essa camada da população. A partir daí, o termo favela passou a ser utilizado para designar moradias autoconstruídas por e para os pobres urbanos em lugares precários.

O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, passa a emprestar o seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro. (Valladares, 2000, p. 7)

Para fazermos uma construção evolutiva do conceito de favela, não podemos deixar de falar sobre o primeiro instrumento público que trouxe uma tentativa desta definição, que foi o Código de Obras de 1937 da cidade do Rio de Janeiro. No seu artigo 349 diz que: “a formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos, ou em desordem, construídos com materiais improvisados” (código de Obras, 1937, Art. 349). Vale ressaltar que este código de obras utilizou esta definição de favela na tentativa de interrupção dessas construções, que estariam em desacordo com a lei. Entretanto, percebemos que não foi o que ocorreu, esse tipo de construções, não só continuaram como cresceram.

Guimarães (1953) ao estudar e escrever sobre a favela vai dizer que “A denominação popular de favela não teria, pois, surgido da diferenciação entre o tipo arquitetônico das vivendas dos morros, mas do conjunto de condições que a caracterizaram, entre estas, notadamente, o aspeto típico de seu agrupamento desordenado e denso” (Guimarães, 1953, p. 7).

Em 1950, para definir que uma determinada localidade era favela ou não, eram elencadas as categorias: Proporções mínimas, nas quais os aglomerados deveriam ter mais de 50 (cinquenta) casebres; Tipo de habitação, com construções de casebres rústicos feitos de chapas de zinco, tábuas e madeiras; Condição jurídica de habitação, nela as construções são feitas sem autorização, em terrenos ocupados e de proprietários desconhecidos; Melhoramentos públicos, no caso das favelas seria a ausência de instalações públicas como saneamento básico, energia

elétrica e abastecimento de água; e a urbanização, ou o que seria a falta dela. (Anile & Gonçalves, 2018, p. 42)

Com o passar o tempo, e com o crescimento dessas áreas, não só a definição se alterou como também a designação. As áreas faveladas, em instrumentos governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), começa a ser designada como aglomerados subnormal.

Os aglomerados Subnormais são formas de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados) para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. (IBGE, 2019, p. 3)

A favela passou a figurar uma forma de ocupação urbana com características específicas, de modo que, outros lugares com algumas especificidades semelhantes passaram a ser chamados também de favela, o que, de alguma forma, deixou de ser o nome de uma localidade para designar um tipo novo de habitação da classe social mais pobre, o que era antes ligada somente as habitações construídas nos morros do centro carioca (Brum, 2016).

Vale ressaltar que as características que predominam ao falarmos de favela, são as condições precárias da infraestrutura urbana e a qualidade dos serviços públicos, sem contar com os habitantes que, em qualquer definição, está escrito que é construído para a classe pobre. Neste sentido a Habitat III (2015), denomina favela como:

As favelas são as formas mais carentes e excluídas de assentamentos informais, caracterizadas pela pobreza e grandes aglomerações de habitações em ruínas, muitas vezes localizadas em terrenos urbanos mais perigosos. Além da insegurança da posse, os moradores carecem de uma oferta formal em infraestrutura básica e serviços, espaços públicos e áreas verdes, e estão constantemente expostos à expulsão, doenças e violência (Habitat III, 2015, p. 1).

Com o passar do tempo, e com essas transformações do conceito de favela, e também, da associação do conceito a outros lugares semelhantes, destinado a população pobre, a favela começou a ser criminalizada e o nome passou a ser utilizado pejorativamente. Então, para designar alguns lugares semelhantes, podem ser caracterizados como assentamentos informais, que, ainda segundo a Habitat III:

são áreas residenciais onde: (1) moradores não têm segurança de posse com relação à terra ou moradias que habitam, com modalidades que variam entre ocupações ilegais e locação informal; (2) os bairros geralmente carecem ou estão isolados dos serviços básicos e da infraestrutura urbana e (3) as habitações podem não cumprir com os regulamentos vigentes de planejamento e construção, e muitas vezes estão situadas em áreas geograficamente e ambientalmente perigosas. (Habitat III, 2015)

Remetendo a outro campo de pesquisa, deste estudo, em Portugal, as áreas que possuem características semelhantes são designadas bairros de génese ilegal, que segundo a Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal – AUGI, que diz que são considerados AUGI prédio ou conjunto de prédios construídos sem licença de loteamento (Áreas Urbanas de Génese Ilegal [AUGI], 1995).

Os Bairros de Génese Ilegal foram produzidos pelo processo de urbanização ocorridos entre as décadas de 50, 60 e 70 (na região metropolitana de Lisboa), devido a necessidade da criação de habitação para os migrantes que chegaram à cidade, pois o mercado não possibilitou habitações a preços acessíveis e o governo não interveio nesta problemática, causando, então, o crescimento desta urbanização marginalizada (M. M. S. Antunes, 2014).

Voltamos à definição da palavra cidade, esta não poderia ser definida sem, de facto, trazer os outros conceitos apresentados aqui. Cidade, espaço urbano são sinónimos que por vezes podem ter algumas especificações diferentes, entre o material e o simbólico, mas são utilizadas para designar o mesmo fenómeno. O território é o que demarca a cidade sendo ela urbana ou rural, numa perspetiva da construção do espaço na ação e relação da própria sociedade. Os bairros fazem parte do território da cidade, é a cidade fragmentada por sessões, divisões de classes, investimentos e até mesmo administração. É interessante, que mesmo em algumas definições percebemos a cidade como algo individual, entretanto, mesmo com todo distanciamento entre as pessoas a cidade não existe se não for comunidade através das relações, seja elas sociais ou de troca. Por último, deixamos a favela e bairros de génese ilegal (como espaço caracterizado pela informalidade), não por ser menos importante – aliás esses termos fazem parte do objeto deste estudo, mas por suas características só serem possíveis de visualizarem em contraponto com a cidade formal ao qual tentamos ter uma definição aqui. Mas afinal, o que faz o espaço informal ser diferente da cidade? É somente a parte legal correspondente aos documentos de propriedade? Ou possui algo que vai além da burocracia formal? Percebemos, ao longo dessa pesquisa, que de facto esses espaços são caracterizados como diferentes por como a sociedade vê a formação da cidade baseada em normas, regras e

padrões, e tudo que “destoa” daquilo que é usual é incorreto, informal, fora das regras, e porque não ilegal, tratado como excluído.

2.2. A Construção do Espaço Urbano: uma breve análise sobre a criação da cidade

A cidade tal como é vista hoje em dia passou por muitas transformações ao longo do tempo. Partindo do princípio, a cidade deu-se origem no tempo antigo, cronologicamente antes de Cristo, no entanto, para este estudo, iremos nos deter na construção da cidade atual. Assim, vale destacar que a análise teórica das cidades se constrói a partir de reflexões temporais e culturais, que vão mostrar um modo consciente de compreensão pautada na herança da história e na análise da atualidade que vivemos (Freitag, 2006).

Historicamente a cidade é produzida e construída em lugares que se verificam a possibilidade de trabalho. Tanto no meio rural quanto no meio urbano, o aglomerado de pessoas é encontrado no perímetro com mais oportunidades de trabalho, no caso da cidade urbana o fenómeno se intensifica nos grandes centros, onde as ocupações territoriais foram construídas e ordenadas aos arredores de lugares com grade comércio, portos (ou com facilidade de escoamento de mercadoria), fábricas e indústrias (após a revolução industrial), ou seja, onde a economia pode circular. Neste sentido, para além de uma unidade geográfica a cidade é entendida também como uma unidade económica, onde a divisão social do trabalho influenciou a sua organização, sobretudo, na cidade pós-revolução industrial (Park, 1925; Lefebvre, 2001; Scott & Storper, 2018), ou seja, “é a sede da economia monetária, local de intensa divisão económica e social do trabalho, bem como a expressão individual dos sujeitos” (Lima, 2006, p. 236).

Vale ressaltar que a Revolução industrial foi um momento histórico que causou grande impacto na sociedade mundial, tanto no sistema económico, social, político, quanto no próprio desenvolvimento da cidade. Neste período, surgiram novas classes sociais, novas profissões, a construção de uma nova sociedade e de uma grande cidade industrial, baseada na introdução do maquinário (e da tecnologia nos dias de hoje) (Lefebvre, 2001). E assim, começa a desenhar a cidade tal como vemos atualmente, pois foi com o inchaço de pessoas indo da zona rural para a cidade urbana a procura de trabalho, que os grandes centros “lotam” com uma população

trabalhadora, e na maioria das vezes, trabalhadores precários, e, com isso, cresce o número de investimento público em alguma estrutura (ou infraestrutura) urbana e nos transportes de deslocação e sobretudo de escoação da produção da indústria (Hobsbawm, 1979).

O desenvolvimento da cidade, teve muito impacto de um processo histórico, que para além de estar relacionado com o processo de desenvolvimento económico (capitalismo), também está conectado com o avanço da tecnologia e o maior investimento do poder público nas metrópoles.

Como destacamos anteriormente, para Park (1925), a cidade é algo mais do que um aglomerado físico, trata-se de um lugar com costumes e tradições, sentimentos e relações, ou seja, “It is involved in the vital processes of the people who compose it; it is a product of nature, and particularly of human nature” (Park, 1925, p. 1). Scott & Storper (2018) afirmam que a cidade possui uma diversidade de “fenómenos empíricos” (p. 21), para os autores as cidades podem ser vistas mediante a semelhanças e diferenças devido à complexidade que gira entorno do próprio entendimento de cidade, destacamos aqui a noção de comparação que Rolnik (2017) utiliza para definir a cidade, como falamos no subcapítulo anterior.

A aglomeração, que sempre se fez presente no conceito e nas características da cidade, é o um dos pontos principais para ser discutidos sobre o seu desenvolvimento e evolução. “A aglomeração ocorre porque atividades como essas implicam divisão do trabalho e outras interdependências como aquelas expressas em relações transacionais cujos custos dependem da distância e porque podem colher sinergias funcionais ao aglomerar-se no espaço geográfico” (Scott & Storper, 2018, p. 10). O desenvolvimento do transporte também vai de encontro com o fluxo crescente dessa mesma aglomeração. Como uma característica importante da cidade, a aglomeração se destaca visivelmente na cidade atual.

Como os autores Scott & Storper (2018) afirmam, a aglomeração é o que faz as relações sociais entre as pessoas dentro da cidade, ela toca muitas dimensões para além da geografia e da economia, como a cultura e a política, tendo grande influente direta no desenvolvimento da própria sociedade.

Neste sentido, ainda segundo os autores supracitados, a aglomeração pode ser percebida como mecanismos de partida, tratando da interligação no sistema de produção, tornando necessária para a disponibilização de alguns serviços; de correspondência, que se associa a questão de indivíduos e trabalho; e de aprendizagem, que está na ótica dos fluxos de informações formais e informais (Scott & Storper, 2018). A complexidade da dinâmica espacial referente ao desenvolvimento económico capitalista, nos ajuda a compreender a própria

dinâmica da aglomeração da cidade, neste mesmo sentido, entendemos que o próprio crescimento económico de qualquer país sempre vai ter forte relação com o crescimento urbano.

Existem estudos que desenvolvem argumentos sobre a construção da cidade, esses por sua vez criam teorias que descrevem como se deu a evolução do fenómeno urbano. Sobre a teoria urbana,

Podemos afirmar que existem dois grandes sistemas: o que considera a cidade como produto de sistemas funcionais geradores da sua arquitetura e, portanto, do espaço urbano, e o que considera como uma estrutura espacial. No primeiro, a cidade nasce da análise de sistemas políticos, sociais, económicos, e é tratada do ponto de vista dessas disciplinas; o segundo ponto de vista pertence muito mais à arquitetura e a geografia. (Rossi, 2004, p. 6)

Aqui trataremos da primeira abordagem, acrescentando o sistema social nessa leitura sobre a cidade. Entretanto, não podemos deixar de dizer que a arquitetura e a geografia podem influenciar muito na discussão que aqui propomos, pois estão inteiramente ligadas com a fisionomia do espaço urbano, e, por conseguinte com as características representativa de lugares específicos⁸.

Dando continuidade as teorias, a Escola de Chicago foi uma das pioneiras nos estudos das questões urbanas. Dividida entre a “Ecologia Urbana” e o “Urbanismo como modo de Vida”, destacaram-se estudos de grande visibilidade para entender essa temática, com autores de destaque aos quais também serviram de base para este estudo.

Sobre a Ecologia Urbana, destacamos Park & Burgess (1925) e Hawley (1986). Baseada numa interação entre a cidade/sociedade e meio ambiente, esta perspetiva do urbano desvaloriza o planeamento urbano na organização da cidade, traz um olhar do desenvolvimento da cidade como algo natural, que vai se moldando e transformando com o passar do tempo, numa dinâmica identificada com fatores orgânicos e biológicos, fazendo uma analogia entre as comunidades biológicas das plantas para a comunidade humana urbana.

Many of the features of the plant community seem to have analogies in the urban community. the notions of an association of species joined in a division of labor and thereby forming a distinguishable adaptive unit, of dominance diminishing on gradient with distance from a center

⁸ Que é o caso de onde o objeto deste estudo se situa, em bairros segregados.

of influence, and the naturalistic development moving through a sequence of stages appeared to be transferable with slight modifications to the urban community (Hawley, 1986, p. 2).

Já na vertente que estuda o “Urbanismo como modo de vida” está intrinsecamente relacionada com a produção (ou a não produção) das relações pessoais dentro da cidade. Wirth (1986), escreveu um texto cujo título é o mesmo nome desta abordagem e nele apresenta a uma heterogeneidade na vida urbana, relacionando o conceito de cidade com urbanismo, e mostrando este como um “entidade social”, levando a uma perspectiva de organização social. Consideramos como destaque neste estudo de Wirth (1986) a afirmação de que a urbanidade transcende os limites da cidade, levando para outros lugares o seu modo de vida, pois, segundo o autor,

La ciudad no es sólo la morada y el taller del hombre moderno, sino también el centro de iniciación y control de la vida económica, política y cultural que ha atraído a su órbita las más remotas partes del mundo y entrelazado en un cosmos diversas áreas, pueblos y actividades (Wirth, 1986, p. 45)

As questões inerentes as relações sociais ou de ligação entre os atores sociais nas cidades são controversas entre os autores, alguns estudiosos acreditam que na cidade há um certo distanciamento entre as pessoas, onde a maioria não tem nenhum tipo de interação (Weber, 2004; Wirth, 1938) já outros como Harvey (2012), Lefebvre (1991; 2001; 2008), Park (1925), mesmo tratando o urbano (ou o estilo de vida urbana) de modos diferentes, entendem que há essa relação entre os; sujeitos e que, de um modo único é também uma característica da cidade, pois, ao mesmo tempo que não se interagem com um todo (assim como nas aldeias), existe uma forte ligação e relação de confiança entre pequenos círculos de pessoas, que podem ou não residirem perto, mas estão dentro da mesma cidade.

Outra linha de estudos sobre o urbano está David Harvey (2012) e Manuel Castells (1983). Na perspectiva desses autores pensar o urbano deve, na sua análise, acrescentar os padrões e as mudanças políticas e económicas. O espaço urbano está em constante reestruturação e desenvolvimento, onde a suas características refletem mecanismos de lutas entre classes, baseadas em manifestações simbólicas e espaciais, e no poder social e espacial (Giddens, 2008). Castells (1983) em uma das sua obras mais conhecidas, “A Questão Urbana” (publicado originalmente em 1972), apresenta a sua discussão entorno do urbano mediante a uma ideologia produzida pela classe dominante que vai ter influência direta na produção desigual do espaço. O autor entende a cidade como uma projeção da sociedade, onde o espaço urbano será moldado por esse processo dialético de transformação do homem e do espaço urbano, através das

relações, lutas e transformação do mundo do trabalho (Castells, 1983). Nesta perspectiva, Harvey (2012) vai trabalhar a noção do direito a cidade, trazendo para a discussão da cidade que não se pode dissociar “os laços sociais, a relação com a natureza, os estilos de vida, tecnologias e valores estético” (Harvey, 2012, p. 74), para termos a cidade que queremos, numa questão de luta pelo direito de estar na cidade e poder usufruir do que ela oferece.

Weber (2004) é um dos autores mais antigos a estudar e interpretar a noção de cidade. Nos seus escritos, ainda falando numa conjuntura de monarquia, sobre as terras principescas, vai nos mostrar a cidade relacionada com o mercado, onde denomina *cidade dos consumidores* e *cidade dos produtores*, salientando que na cidade deve existir tanto a capacidade de produção quanto de aquisição dos bens e serviços.

A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato.

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que os seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho[...]. (Rolnik, 2017 p. 16)

Marcada pelo espaço económico e uma articulação concreta, localizada numa polarização do uso da terra, com uma interação densa nas suas relações sociais, o mercado dentro da cidade “molda não apenas os processos económicos (como a formação da terra urbana, a habitação e os custos do trabalho), mas também as dinâmicas de socialização, de mentalidades e de culturas” (Storper & Scott, 2018, p. 15). A atividade produtiva relacionada ao fator económico e ao mercado, que sempre se fez presente na cidade, foi, ao longo do tempo, se desenvolvendo e intensificando de modo que não podemos desassociar ou ignorar a sua presença na cidade.

Freitag (2006) escreve sobre a Teoria das Cidades, “uma teoria que valha para todas as cidades que encontramos através da história (...) das várias tentativas de conceituação da cidade como um fenómeno universal da vida em sociedade” (Freitag, 2006, p. 10). Neste livro, a autora faz um apanhado dos estudos referente a criação da cidade, onde separa categoricamente pelo que designa como “Escolas”, que vai reunir um conjunto de ideias sobre o fenómeno urbano,

num contexto onde os autores e teóricos tenham uma afinidade de pensamentos que possam ser expressos numa teoria, que também será compreendida por outros pensadores (Freitag, 2006). Para tanto, estaca-se a Escola Alemã (George Simmel, Max Weber, Walter Benjamin e Ronald Daus); a Escola Francesa (Le Corbusier, Levi-Strauss, Henry Lefebvre, Alain Toureine e Manuel Castells); a Escola Anglo-Saxónica do Reino Unido (Thomas Morus, Ebenezer Howr, Patrick Geddes, Raymond Unwin e Peter Hall); a Escola Anglo-saxónica Americana (Escola de Chicago, Lewis Mumford, Richard Sennet e Saskia Sassen) (Freitag, 2006). Neste estudo, tais escolas foram consideradas as que influenciaram de alguma forma o pensamento da cidade nos diversos estudos pelo mundo. Ressaltamos que alguns desses teóricos também orientaram o estudo que se segue.

Storper & Scott (2018), fazem uma crítica há muitas teorias da cidade, ou teorias de estudos da cidade da atualidade, nomeadamente a análise urbana pós-colonial; as explicações teóricas do agenciamento sobre a cidade e a teoria do urbanismo planetário, para os autores esses estudos existem pontos cegos ou falhas que podem causar certas distorções sobre a urbanização ou o conceito de cidade. Assim afirmam que para construir uma teoria possível, coerente e estável sobre a cidade, seria necessário: “(a) explicar a génese das cidades em geral, (b) capturar a essência das cidades como fenómeno social concreto e (c) tornar possível esclarecer a diversidade empírica observável das cidades ao longo do tempo e do espaço” (Storper & Scott, 2018, p. 32). Esta análise parte do princípio que as características da cidade são marcadas pela aglomeração das pessoas, processos económicos e a utilização das terras (espaço urbano).

Ao pensarmos na constituição da cidade através das habitações construídas e fixadas em locais de grande movimentação produtiva e económica, com a disponibilização de grande oferta de trabalho, corroboramos com o pensamento de Storper & Scott (2018), já que a maioria das cidades contemporâneas marcadas pela industrialização a aglomeração de pessoas e habitações são visíveis aos arredores dos centros fabris, e hoje, dos grandes centros económicos. Nessa perspectiva, a transformação das cidades (e o seu desenvolvimento), possui influências diretas com a inovação tecnológica, Pós-Revolução Industrial, e o mundo do trabalho através das configurações geográficas criadas por ele. Não podemos esquecer das determinações sociais que caracterizam essa cidade, vinda mediante lutas e forças que vão determiná-las e trazer uma individualidade a cada uma delas.

A cidade que conhecemos hoje em dia, começou a ser desenvolvida com a quebra do regime feudal para o capitalista, e, sem querer ir muito longe na historicidade das cidades, é importante destacar que foi com o capitalismo que iniciou a transformação da estrutura da cidade, logo

com a industrialização e a divisão técnica do trabalho. Deste modo, e com várias transformações ao longo do tempo da história, e, dependendo do sistema político e económico de cada lugar, percebemos a construção das cidades cada um com uma marca, uma vida, e uma história diferente da outra, mas todas com o mesmo propósito, ser um lugar de habitação, trabalho, relações, poder e trocas.

O desenvolvimento das cidades modernas teve um impacto enorme não apenas nos hábitos e formas do comportamento, como também nos padrões de pensamento e dos sentimentos. Desde o início dos grandes aglomerados urbanos, no século XVIII, tem-se verificado uma polarização das opiniões sobre os efeitos das cidades na vida social - o que ainda hoje acontece. Alguns encaravam as cidades como representantes da "virtude civilizada", a fonte do dinamismo e da criatividade cultural. Para estes autores, as cidades maximizam as oportunidades de desenvolvimento cultural e económico e proporcionam uma existência confortável e agradável. Outros estigmatizaram a cidade como um inferno cheio de fumo e de multidões agressivas e desconfiadas, carregada de crimes, violência e corrupção (Giddens, 2008, p. 574).

Essas transformações também ocorreram com o desenvolvimento das cidades após a industrialização. Com o avanço da tecnologia, a globalização e o desenvolvimento ocorrido no mundo do trabalho (com a criação de novas profissões, por exemplo), as cidades industriais também se transformaram, dando espaço para novas construções de cidades, com características económicas diferentes, que passaram a ser sede de empresas especializadas e ligadas ao setor financeiro e transnacional, e não mais centralizado na indústria (Carvalho, 2000).

Este cenário da cidade construída ora pelo mercado e pelo Estado com estratégias e planeamento de urbanização, ora pela população que se organiza para ter espaços de habitação perto dos locais de trabalho surgem problemas urbanos, de infraestrutura, serviços públicos localizados, entre outros já citados acima, e com isso estimula os movimentos sociais urbanos que procuram melhores condições para habitação (Freitag, 2006).

Lucio (2007) defende que a cidade é um fenómeno da vida em sociedade, e por consequência moldado por ela. Enquanto lugar e espaço dos sujeitos, está permeada de conflitos, que está em constante transformação como as "intervenções urbanas, a revitalização de determinados espaços em detrimento de outros, a definição estratégica dos investimentos públicos e privados no ambiente urbano, a criação e consolidação de espaços públicos, o modelo de organização política de determinada sociedade" (Lucio, 2006, p. 757), onde a análise desse

fenómeno irá requerer também a análise económica que reflete nos habitantes, cidadãos desta cidade.

Nessa discussão da construção da cidade percebemos como as relações sociais e o sistema de produção capitalista estão interligados na dialética que transformou a cidade na qual conseguimos observar atualmente. Em todas as perspetivas de estudos urbanos apresentadas aqui, oferecem-nos uma visão mais abrangente nesta dualidade que encontramos hoje em dia quando olhamos a divisão urbana, esse entrelaçamento entre uma cidade formal e aquela que se constituiu através de parte da sociedade trabalhadoras, em locais não aceites pela parte da sociedade formal. Muitos desses espaços foram construídos e, até certo ponto, permitidos, a luz das próprias políticas urbanas e de habitação dos países.

2.3. Políticas de Habitação (Portugal/Brasil)

As Políticas de Habitação sempre tiveram influências diretas na constituição do espaço urbano, e, conseqüentemente, na criação dos espaços alternativos informais criados pela população para suprir a necessidade de habitação da população empobrecida.

Sabemos que ao longo da história essas políticas se desenvolveram e modificaram, começando a abarcar parte da população que era excluída no passado. A evolução destas acarretou diversas conquistas dos direitos sociais da população. O que veremos a seguir, é uma breve análise das Políticas de Habitação em Portugal e no Brasil.

Política de Habitação em Portugal

Os modelos e as tendências que se traçaram em Portugal ao longo das últimas décadas, no que se refere às políticas de habitação e regeneração urbana, são dispersos e avulso. Para além do percurso temporal destas políticas, é, também, evidente, o perfil ideológico, acompanhado do desenvolvimento legislativo das mesmas e as conseqüências das sucessivas crises pelas quais o país tem passado (Rocha, 2016).

A política de habitação em Portugal tem sido marcada por décadas de desigualdade. “Em Portugal, do ponto de vista dos principais atores do aparelho estatal, a precariedade habitacional assumiria uma materialidade incomodativa para a imagem do País, especialmente numa altura de confluência europeia” (Bandeirinha et al., 2018, p. 240). Já nos anos de 1960, foi criado o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), com a intervenção do estado para a melhora da

infraestrutura dos bairros clandestinos, pois nesse momento, já havia assolado na Europa a construções e ocupações informais e ilegais (Bandeirinha et al., 2018).

Desde o final da ditadura salazarista, em 1974, até à atualidade, o país tem assistido a mudanças significativas na forma como as pessoas acedem à habitação. Durante os anos 1980, os governos desenvolveram um programa de construção de habitação social, que permitiu a mais famílias aceder a casas próprias de baixo custo. Cujo Governo concedeu instrumentos financeiros aos setores públicos, cooperativos e privados, para a construção da habitação social, tendo como objetivos: facilitar o acesso à propriedade; proporcionar o acesso a arrendamentos acessíveis para as famílias com baixa renda; e proporcionar condições mínimas de habitabilidade (Portaria 580/83). No entanto, este programa não foi suficiente para combater a pobreza e a desigualdade social.

Com a criação do Programa de Financiamento para o Acesso à Habitação (PROHABITA), já nos anos 2000, o governo objetiva

dar resposta às situações de grave carência habitacional de agregados familiares carenciados e não apenas, como até então acontecia, à resolução dos problemas habitacionais de agregados familiares residentes em habitações precárias, assegurando as condições necessárias para o efeito às Regiões Autónomas e aos municípios, com a intervenção possível de outras entidades. (Decreto de Lei n.º 54/2007)

Sendo o direito à habitação um direito programático, dependente das capacidades de financiamento dos sucessivos governos, a legislação aprovada ao longo dos anos, tem corrido de forma errada, desdobrando-se em programas específicos e medidas parcelares, sem que se tenha princípios e regras basilares e gerais de uma Política Pública de Habitação uniforme, correndo ao sabor dos interesses e oportunidades dos ciclos políticos e dos poderes do momento e refém de interesses de funcionamento dos mercados e da banca, de acordo com vários autores (Belchior-Rocha, 2016)

Entendemos que a cidade é um produto social que traduz os múltiplos efeitos das constantes alterações, sem caráter continuado que foi tentando implementar e em termos de avaliação mantém-se ausente, ao longo do tempo têm sido realizados vários esforços para promover a reabilitação dos tecidos urbanos (Belchior-Rocha, 2016). A autora ainda afirma que foram várias as formas de intervenção dos programas, no quadro das políticas de cidades a habitação

passou a ser vista como um elemento fundamental da qualidade de vida e conseqüentemente estes programas apareceram enquadrados noutros, deixando assim de haver políticas avulso e integrando as questões económicas, sociais e ambientais (Belchior-Rocha, 2016).

Com o passar dos anos o Governo criou diversos programas a nível da habitação na tentativa de sanar o deficit habitacional. Criou o Programa Nacional de Habitação (PNH), que permitiu que milhares de famílias adquirissem casas próprias com subsídios do Estado, previsto no artigo 17 da Lei de Base da Habitação (LBH), que vai dar concretude a Política Nacional de Habitação, que deixa a cargo do Estado a tarefa de se responsabilizar pelo direito à habitação digna e a reabilitação urbana (Lei n.º 83/2019).

O PNH integra o quadro das políticas de habitação, acarretando estudos para identificar as principais carências e instrumentos para a promoção. É um documento dinâmico com utilização temporal de até 6 (seis) anos (Lei n.º 83/2019). Contendo:

- a) O diagnóstico das carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, bem como informação sobre o mercado habitacional, nomeadamente eventuais falhas ou disfunções; O levantamento dos recursos habitacionais disponíveis, públicos e privados, e o seu estado de conservação e utilização;
- b) Uma definição estratégica dos objetivos, prioridades e metas a alcançar no prazo de vigência do PNH;
- c) O elenco, calendário e enquadramento legislativo e orçamental dos programas e medidas propostos;
- d) A identificação das fontes de financiamento e dos recursos financeiros a mobilizar;
- e) A identificação dos diversos agentes a quem cabe a concretização dos programas e medidas propostos;
- f) O relatório da participação pública na conceção do PNH;
- g) O modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da aplicação do PNH.

Recentemente encontramos a Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, que vem estabelecer o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), entendendo a habitação regulada como um instrumento de inclusão social e territorial e de gestão do desenvolvimento urbanístico (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [IHRU], 2020).

Mais recentemente, no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, foram publicados o 1.º Direito e o Porta de Entrada, que substituíram o PROHABITA e funcionam como os novos mecanismos legais para a resolução dos problemas mais graves de habitação, esperando-se, nos próximos anos, os desenvolvimentos destes programas. (G. Antunes, 2019)

Assim, a NGPH entende a habitação como um direito fundamental constitucional e serve como base para outros direitos como a educação, saúde e emprego, cooperando para uma sociedade mais estável e coesa (Portal da Habitação, 2018).

A NGPH tem por missão:

- Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público;
- Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas. (Portal da Habitação, 2018)

A política de habitação em Portugal envolve a promoção do acesso à habitação e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Governo Português tem desenvolvido e implementado várias medidas para colocar em prática esta política. Para a concretização da missão da NGPH, foram construídos objetivos, segundo os quais estão estabelecidos alguns programas de habitação dentro do território português:

Segundo o Portal da Habitação (s.d.) o primeiro objetivo (Objetivo 1) pretende dar respostas às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional. Intitulado 1º Direito destaca-se o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, com o objetivo de eliminar as situações de habitações indignas, disponibilizando algumas soluções de apoio à respetiva promoção, correspondendo às diversas e diferentes demandas das famílias e do território (IHRU, 2020). Ainda dentro do primeiro objetivo podemos destacar como Porta de Entrada o Programa de Apoio ao Alojamento Urgente, que garante às pessoas alojamento urgente “de forma temporária ou definitiva, da habitação ou do local onde mantinham a sua residência permanente, ou ainda que estejam em risco iminente de ficar nessa situação em resultado de acontecimento imprevisível ou excecional” (Decreto de Lei n.º 74/2022).

Como segundo objetivo (Objetivo 2) a NGPH pretende garantir o acesso à habitação a todos que não conseguem acessa-la por via do mercado (Portal da Habitação, s.d.). Destaca-se o Programa de Arrendamento Acessível; o Sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens (Porta 65 – Jovem) e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), como instrumentos de promoção para a segurança do arrendamento (Portal da Habitação, s.d.).

O terceiro objetivo (Objetivo 3), busca criar condições de intervenção no edificado e do desenvolvimento urbano, a partir da reabilitação, destacando o Reabilitar para Arrendar; o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020); Casa Eficiente 2020; Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/ Planos de Ação Reabilitação Urbana; Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas; Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética; Projeto Reabilitar como Regra; como medidas de promoção da manutenção regular e da plena utilização do edificado (Portal da Habitação, s.d.).

O quarto e último objetivo traçado pela NGPH (Objetivo 4), traz a promoção da inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais, através do Programa de mobilidade habitacional para a coesão territorial (Chave na Mão); Programa de coesão e integração sócio territorial dos bairros de arrendamento público (Da Habitação ao Habitat); Programa de informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade para acesso à habitação (Porta ao Lado); Programa de mobilidade habitacional no parque de arrendamento público.

Estes programas pretendem aumentar a oferta de habitação digna com preços acessíveis, reduzir a desigualdade no mercado imobiliário e incentivar a integração social.

Ainda em 2022 o governo aprovou a Estratégia Nacional de *Smart Cities*, através do Despacho 1369-A/2022, que cria um grupo de trabalho que tem como objetivo apresentar uma proposta, um documento com um planeamento integrado sobre a implementação das cidades inteligentes, ou seja, “enquanto instrumento de intervenção fundamental para, com base em tecnologias digitais, proporcionar serviços públicos autárquicos mais centrados nas pessoas, inclusivos, sustentáveis e interoperáveis em todo o território, contribuindo para a transição digital da administração local” (Despacho 1369-A, 2022, para 2).

O Governo tem vindo a desenvolver várias medidas para melhorar o acesso à habitação aos cidadãos de baixos rendimentos, tais como a implementação de programas de arrendamento a preços acessíveis, a criação de bancos de habitação e a promoção do arrendamento de habitações com melhor qualidade. Os Programas de Habitação em Portugal têm como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e para a redução das desigualdades sociais. Porém, atualmente, nos deparamos com a habitação sendo a maior despesa no rendimento de muitas famílias, que sentem grande dificuldade em obter e/ou manter as suas habitações. Se pensarmos que os rendimentos do país são baixos e escassos, a habitação

e os seus custos promovem situações de pobreza e exclusão social. Por isso, e com a escassez de propostas de intervenção e a gradual desregulação do financiamento e dos custos do reconhecimento nas responsabilidades do Estado, mesmo quando existiram propostas, as medidas são mais artificiais do que reais, fica-nos a percepção que não conseguem abarcar a maioria da população que necessita dessa política. Ainda há um longo caminho a ser percorrido no território português.

Política de Habitação no Brasil

As Políticas de Habitação no Brasil começaram a se desenvolver a partir da Constituição de 1988, período após a ditadura que assolou o país no século passado. No entanto, a trajetória dessa política destaca-se pela concentração passiva no fornecimento de habitação para a população de baixa renda, acrescentadas as soluções não formais criadas como resposta a esse deficit (Marguti, 2018), gerou anos de investimento que o país precisou recuperar na tentativa de minimizar as desigualdades habitacionais.

Antes da Constituição de 1988, maior parte do investimento em habitação vinha do Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como público as famílias de baixa renda, com salários compreendidas entre 1 e 3 mínimos. O BNH teve o impacto na construção de milhões de moradias, com a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das cadernetas de poupança do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), mas com o passar do tempo entrou em conflito com os objetivos sociais iniciais, tornando-se as suas ações mais empresariais do que sociais (Marguti, 2018).

Através da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento o governo brasileiro publicou: a Política Nacional de Habitação (1996) e a Política de Habitação: Ações do Governo Federal (1998) (Zapelini et al., 2017). Segundo Zapelini et al. (2017), esses programas não abarcaram famílias de baixa renda, fazendo elevar o deficit habitacional dentre esse grupo de famílias.

Entretanto, foi nos anos 2000, com a criação do Estatuto das Cidades, através do Ministério das Cidades que se desenvolveram outros programas com mais impacto – ainda não o suficiente – no deficit habitacional, “reunindo, pela primeira vez, as pastas das políticas setoriais (habitação, saneamento e transporte) em âmbito federal e reconhecendo a relevância da agenda pela reforma urbana” (Marguti, 2018, p. 121), onde gerou a criação de instrumentos

urbanísticos que permitiram a legalização fundiária e a função social da propriedade (Zapelini et al., 2017). A partir do Estatuto, foram criadas diretrizes para a política urbana no país, com viés de reverter a segregação espacial (G. G. Ferreira et al., 2019)

Avançando no que o Estatuto da Cidade estabeleceu, em 2005 foi aprovada a Lei n.º 11.124, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), lei que tramitou durante 13 anos no Congresso Nacional até ser aprovada e que estabeleceu o processo participativo de elaboração do Plano Nacional de Habitação e constituição de fundos articulados nos diferentes níveis da federação, controlados por conselhos com participação popular e com ações planejadas em Planos Locais de Habitação de Interesse Social. (G. G. Ferreira et al., 2019, p. 2)

Com isso, a partir do governo Lula, verifica-se uma redução no déficit das moradias, através de estratégias que focaram na habitação para a população de baixa renda, marcando uma nova fase na política habitacional brasileira (Zapelini et al., 2017; Zürcher, 2015).

A primeira proposta criada para o enfrentamento da desigualdade do acesso à habitação foi através do Projeto Moradia, que através estudos realizados com os segmentos da sociedade envolvidos com o tema da moradia, reuniu três dimensões: “gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário e o enfrentamento da questão não apenas no âmbito federal, mas considerando o conjunto dos agentes que têm alguma responsabilidade no problema da habitação, público e privado” (Bonduki, 2009, para. 8). Atuando com três pilares o desenho institucional, desenvolvimento urbano e o projeto financeiro, ele sugeriu a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), unificando as ações no Ministério das Cidades, defendendo o direito à cidade, à infraestrutura e aos serviços urbanos (Zapelini et al., 2017).

Em 2004 é aprovada a nova Política Nacional de Habitação cujo foco é a melhoria da qualidade de vida e de moradia das classes populares. Como desdobramento desses objetivos, promulga-se em 2005 a Lei 11.124 que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social cujos recursos, na prática, ficam restritos às dotações orçamentárias. (Zürcher, 2015, p. 2)

Interessante é que neste processo as questões relacionadas com a habitação foram descentralizadas, onde atuam todos os níveis de governo, federal, estadual e municipal. Assim, os municípios deveriam elaborar os seus Planos Locais de Habitação e Interesse Social, para a população, com a presença da participação popular e de um conselho (Zürcher, 2015).

O Sistema Nacional de Habitação Social (SNHS), tem como principais objetivos:

I viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; II implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e III articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação. (Confederação Nacional de Municípios [CNM], 2010, p. 140)

Paralelo a este movimento sincronizado entre os governos, o Governo federal lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimentos em habitação e saneamento, direcionadas as áreas de residência da população de baixa renda, buscando o desenvolvimento económico através do investimento em infraestrutura (Zapelini et al., 2017; Zürcher, 2015).

As áreas de ocupação informal, como as favelas passaram a ser privilegiadas pelo PAC, como mecanismo de melhoria da urbanização, podendo destacar o Programa Favela-Bairro, que visa a integração das favelas com a cidade.

Vale ressaltar que nos espaços urbanos informais e de génese ilegal, como as favelas, que se constitui como objeto desta pesquisa, existiram programas no Brasil e em Portugal para a erradicação dos mesmos. Enquanto em Portugal a Lei 39- A/94 instituiu as Grandes Opções do Plano para 1995, onde um de seus artigos decreta a eliminação dos bairros de barracas (Lei 39- A, 1994), no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, houve algo semelhante, com a extinção dos cortiços e o Programa de Erradicação da Sub-habitação (Cardoso, 2007), em um período anterior, sobretudo nas décadas de 1960, 1970 e 1980, ocorreu uma grande tentativa de erradicação de favelas. Contudo, os programas mais recentes destinados às áreas informais são para a reurbanização de grandes favelas, em que por vezes parte da área é removida/relocada, como é o Caso do Programa Morar Carioca, a nível local e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a nível nacional (Leitão & Delecave, 2013).

O que vimos nos últimos anos, foram a descontinuidade desses programas supracitados. Com a mudança do Ministério das Cidades para o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), novos programas foram criados, como o Programa Casa Verde e Amarela, em 2021, com o objetivo de facilitar a aquisição da casa própria para a população de baixa renda e a produção de moradias, possuindo também um pilar da regularização fundiária e da melhoria

habitacional e de locação social (Ministério de Desenvolvimento Regional [MDR], s.d.). Entretanto, nesse programa também houve descontinuidade por falta de orçamento do governo.

2.4. O Espaço Urbano Informal: um *habitat* alternativo para a população menos favorecida

A ocupação informal do espaço urbano inicia, sobretudo, a partir da expansão da jornada de trabalho e o aumento da divisão social do trabalho. Com isso, os trabalhadores fixaram a sua moradia próxima às indústrias e aos arredores dos grandes centros, no qual era visível a inexistência de investimento do Estado, ocasionando e impulsionando as habitações precárias. Com o crescimento das cidades, em muitos casos sem planeamento, o espaço urbano passa a ser ocupado de forma desregulamentada e segregadora, como mostraremos a seguir.

A ‘questão urbana’ emergiu da Revolução Industrial, do Estado moderno, das rápidas transformações dos modos de vida e das novas expressões dos problemas sociais para os quais urgia encontrar solução nos aglomerados urbanos, que cresciam desenfreadamente e de forma desigual no que toca ao bem-estar e à condição social das suas heterogêneas populações. (Ramalho, 2020, p. 48)

A noção de informalidade passa a ser compreendida na cidade, ou na questão urbana, na tentativa de dar conta de entender a existência e o crescimento dos espaços gerados por uma população que não consegue se inserir e integrar formalmente nos espaços social, económico e territorial da cidade, gerado, sobretudo, pelo processo de construção da cidade industrial e o desenvolvimento da urbanização (Herzer et al., 2008).

Nota-se que processo de ocupação do espaço urbano está intrinsecamente ligado à ocupação urbana informal, pois mesmo que esteja relacionada ao planeamento urbano estabelecido pelo Estado, ao qual possui a função de ordenar o território, ela também permite a construção do território informal na cidade, ou seja, o que poderia ser caracterizada pela falta de planeamento do governo, pode ser entendida como um planeamento de exclusão voluntária (Roy, 2009a), pois em alguns casos o Estado é um dos principais atores envolvidos na construção, desenvolvimento e permanência dos espaços informais (Gonçalves, 2017). Em contraponto a este planeamento urbano, que ordena e orquestra a construção das cidades, as áreas informais tornaram-se uma possibilidade de moradia para as pessoas que, num primeiro momento, não conseguem se estabelecer nas áreas admitidas como formais, ou seja, a informalidade urbana seria uma contrapartida da evolução do Estado do século XX referente ao surgimento e desenvolvimento do próprio planeamento urbano (Gómez, 2018).

Evidentemente para quem mora ali essa é a melhor maneira de conseguir morar numa cidade cara e segregada. Isto implica ter de assumir a condição de não-cidadão, estigmatizado por se desviar da norma. A estigmatização destes “focos” de desvio faz parte do mecanismo poderoso de reprodução do modelo de cidade e cidadão – é a maioria integrada e “normal” que se identifica com a norma nesta operação de produção de significados. (Rolnik, 2017, p. 68)

Rolnik (1995) continua esta reflexão salientando que mesmo com a estigmatização de tais espaços, continuam a crescer, sobretudo enquanto os salários e os rendimentos do trabalhador não forem suficientes para estarem em casas com loteamentos regulares e uma boa infraestrutura pública financiada pelo estado. Importante ressaltar que esta população cria esses espaços informais de moradia porque também são absorvidas pela necessidade de permanência e participação em postos de serviços mal remunerados, os subempregos, pois são exploradas quando vendem a sua força de trabalho, os sujeitos se organizam para viver na cidade, através das autoconstruções ou dividindo casas em lugares marcados por uma clandestinidade visível (Rolnik, 2017), onde este processo de construção urbana informal implica em práticas alheiras as normas legais (Urvoy, 2018).

A construção das cidades, tal como encontramos atualmente, é consequência do planeamento urbano, que consolida espaços duais entre o formal e o informal, onde o surgimento da informalidade urbana pode ser considerado um contraponto do planeamento urbano do século XX (Gómez, 2018). Assim, o modo de produção do espaço urbano cria uma ordem ou um modelo a ser seguido, entretanto, conjuntamente, reproduz um espaço a margem desse ordenamento, e essa informalidade produzida na cidade, caracterizar-se como parte integrante do próprio meio de produção formal. Nesta perspetiva, os espaços informais são criados em contradição do próprio sistema que o produz, reproduz e o rejeita.

Considerando que a informalidade urbana está presente em diferentes partes da cidade, a encontramos também como um modo de construção da cidade, principalmente no habitat da população mais empobrecida, demarcando, também, espaços como as periferias, favelas e tantos outros espaços autoconstruídos. Tendo em conta a favela como este espaço informal, com a perspetiva da industrialização acelerada, e o aumento do êxodo rural (como dito anteriormente), mesmo havendo mecanismos para evitar o alastramento, “foram toleradas por serem altamente funcionais ao quadro estrutural urbano” (M. Santos, 1999b, p. 11), umas

tinham a função de fornecer mão de obra para a classe média, outra de abrigar os proletariado, trabalhadores da indústria.

A expansão do conceito de informalidade se dá a partir dos anos de 1970 através de Keint Hart, que para designar parte da economia que não é regulada pelo Estado, mas que a permite circular no mercado, gerando também a circulação do capital, a denomina como “economia informal”. “Hart, quando utilizou pela primeira vez este termo, se referia não a um “setor” definido de antemão e separável de outros, mas a fontes ou oportunidades de rendimento, partindo a sua análise das pessoas e dos grupos domésticos” (Cunha, 2006, p. 220). Mas foi em 1972 que a OIT (Organização Internacional do Trabalho), criou o “setor informal”, que caracterizava o setor a qual não havia técnicas e/ou organização regulamentada. É neste sentido que se cria a visão dualista entre o formal e o informal, onde o formal é o que é regularizado, organizado e o que está suscetível a regras, o oposto do informal, que está caracterizado como o não regulamentado, fora de ordenamento e sem regras. Ou seja, podemos dizer que a informalidade é caracterizada por não estar regulamentada pelas instituições ou organizações oficiais do Estado. Com esta visão, a informalidade só existe em contraponto a característica funcional da formalidade. A questão que acarreta este dualismo é que numa determinada conjuntura, o informal passará a ser formal.

É enquanto par analítico que a formalidade e informalidade são susceptíveis de compor uma perspectiva fértil e, até certo ponto, unificada para abordar formas contemporâneas várias de aceder a recursos económicos ou políticos. São modalidades que se jogam na confluência tensa entre, por um lado, a acção dos indivíduos na procura desses recursos e, por outro, a regulação de relações sociais por parte do Estado (Cunha, 2006, p. 219).

A dualidade formal e informal possui um limiar frágil, pois as questões relacionadas ao formal ou não, podem se sobrepor. É neste sentido que Gonçalves (2017) vai criticar essa oposição entre o formal e o informal, pois o informal não deve ser compreendido como a parte ruim do formal, não são paralelos um ao outro, os dois são integrados com as ações de poder do Estado.

Mcfarlane (2012) é um dos autores que compõe o conceito de informalidade partindo do ponto de vista da formalidade, assim o autor apresenta quatro perspectivas. A primeira configura a divisão mais acentuada do par formal-informal, em que o informal se apropria de uma categoria territorializada, neste sentido, os espaços autoconstruídos assume uma característica marginal, que legalmente está fora da cidade, em todos os sentidos: político, social, económico e ambiental. Já a segunda perspectiva trata o par formal e informal na perspectiva organizacional,

onde a informalidade é entendida como um setor do trabalho sem regulamentação e desorganizado, mas o autor aponta que por vezes a informalidade é aplicada de forma demasiadamente organizada. A terceira traz a divisão formal-informal é entendida como um instrumento governamental, permitindo competências específicas e formas de intervenção, é nesta perspectiva que aponta para a representação dos assentamentos informais, o que o autor denomina como Problemas de Desenvolvimento. O último conceito o autor apresenta a noção de valor ao termo informalidade, onde ela está relacionada ao “valor negociável”, para o autor essa noção lembra a apresentação dos espaços urbanos pobres como um lugar poluente que contamina, entretanto, esse mesmo espaço informal traz uma nova visão para o espaço formal, valorizando-o (Mcfarlane, 2012).

A informalidade produz uma geografia desigual do valor espacial, facilitando assim a lógica urbana da destruição criativa. O valor diferencial ligado ao que é "formal" e o que é "informal" cria o patchwork de espaços valorizados e desvalorizados que, por sua vez, é a fronteira do acúmulo primitivo e da gentrificação. Em outras palavras, a informalidade é um domínio de propriedade totalmente capitalizado e muitas vezes é uma "solução espacial" altamente efetiva na produção de valor e lucros (Roy, 2009a, p. 826).

Roy (2009a), por sua vez, aponta três estruturas analíticas para perceber a informalidade urbana, são elas: a informalidade relacionada com o Estado, onde a informalidade está dentro do Estado e não fora dele, onde a autora afirma que o Estado opera de forma informal, o que permite uma flexibilidade territorializada, onde não possui mecanismos formais de acumulação e legitimação, “isso significa que a informalidade não é um domínio não regulamentado, mas sim, estruturada por várias formas de regulação extralegal, social e discursiva” (Roy, 2009a, p. 826), Gonçalves (2017) corrobora com essa perspectiva quando afirma que a informalidade não deve ser percebida como algo ilegal e fora do alcance do Estado; a informalidade relacionada ao valor, que para além do setor econômico, se caracteriza como modo de produção e reprodução do espaço urbano, permitindo também a desvalorização deste espaço; a diferenciação interna da informalidade, “A fragmentação do urbanismo não ocorre na fissura entre formalidade e informalidade, mas sim, na moda fractal, dentro da produção informal do espaço” (Roy, 2009a, p. 826).

A definição para informalidade urbana ainda causa algumas divergências, hipóteses e reflexões entre os estudiosos (Gonçalves et al., 2018; Gómez, 2018), entretanto, na tentativa de

entender este fenómeno, e também para classificá-lo, Gómez (2018), considera no seu artigo como um “procesos de crecimiento de áreas urbanas, construídas y habitadas de forma precaria, socialmente estigmatizadas, y problematizadas al no ajustarse al planeamiento urbano” (Gómez, 2018, p. 28).

Ainda sobre a relação entre o Estado e a informalidade, é importante ressaltar que o primeiro tolera o segundo e, em alguns momentos, pode até fomentá-lo, já que na maioria o segundo garante a possibilidade de moradia para a população urbana [trabalhadora] (Lussault, 2016). Grande parte das políticas públicas destinadas à informalidade, mostraram como Estado age de maneira seletiva, reguladora e arbitrária para lidar neste fenómeno, e de certa forma, consegue gerir as fronteiras entre o formal e o informal (Gonçalves et al., 2018).

De certo, a informalidade urbana se instala nas cidade como um fenómeno que gera uma alteração na estrutura socioespacial das cidades, e, também, como alternativa de acesso ao mercado imobiliário de alguns setores da população trabalhadora, ou seja, a informalidade vai além de uma perspectiva associada a condição do espaço urbano a que se insere, para caracterizar a forma da relação do mercado de terra com o sistema de propriedade e a habitação para uma camada da população (Herzer et al., 2008).

A dualidade entre o formal e o informal apresenta-se como um arranjo construído no espaço urbano, ou seja, constitui-se como um modo de fragmentar e/ou segmentar uma mesma cidade, podemos dizer que essa relação é uma gestão de como se produz e opera o espaço urbano. Ou seja, é uma relação que se mostra antagónica com através do esforço para a normatização do que é considerado formal, onde para existir o informal, necessita obrigatoriamente do formal enquanto modalidade própria da regulação estatal (Gonçalves et al., 2018).

Por norma, a informalidade urbana está muito associada ao processo de autoconstrução em espaços ocupados, entretanto, há outro processo que podemos associar a esse fenómeno, o mercado imobiliário informal.

Sin embargo, es necesario advertir que generalmente las actividades económicas e inmobiliarias informales se vinculan con diferentes instituciones del Estado y diferentes esferas del mercado – en un caso se trata del mercado de trabajo y en el otro del mercado de tierra y vivienda. (Herzer et al., 2008, p. 91)

De certa forma, a informalidade é vista como um arranjo político, dependendo do modo que é aplicada pode ser considerada positiva, ou seja, nem sempre ela é abandonada na construção das relações sociais.

Neste sentido, Roy (2011) analisa a informalidade como uma expressão da urbanização, uma forma de produção e reprodução do espaço urbano, numa perspectiva de desregulamentação territorial. Através disto, percebemos que a informalidade urbana aparece em várias esferas das vivências populares da cidade, como uma modalidade específica da vida urbana (Morele et al., 2016).

A informalidade como conceito é criada a partir da questão económica, se atrela a questão urbana a partir da década de 70, através da perspectiva criada por um projeto modernizante da cidade e da sociedade (Gonçalves et al., 2018). Nesta perspectiva, a informalidade passa a definir áreas da cidade constituída a partir das práticas informais, e, por conseguinte, a serem identificadas como a parte marginal da cidade. Lussault (2016) vai discutir que a informalidade atinge a realidade das práticas urbanas, estando relacionadas com o poder público ou com o mercado, afirma que este fenómeno não deve ser entendido como algo marginal, mas como um modo de produção do sistema urbano contemporâneo. Entretanto, é importante referenciar que essa marginalidade foi imposta a esses espaços tanto por estudiosos urbanos como pelas médias e a política local, e passou a ser denominada teoria da marginalidade. Podemos citar uma das obras que mais influenciou esta abordagem sobre a marginalidade do espaço informal, escrita por Oscar Lewis (1967), no seu artigo sobre “A Cultura da Pobreza”. Em suma, mesmo afirmando que a pobreza é causada pela falta de trabalho, baixos salários, falta de qualificações, falta de um certo investimento político e económico, numa sociedade capitalista e individualista, este estudo trouxe a ideia da pobreza para além da questão económica, relaciona a uma questão própria cultural, como se fosse um traço de personalidade, com a sua própria estrutura, modo de vida, passadas de geração a geração, e assim herdadas e perpetuadas pelas famílias pobres, ainda existindo se a questão da privação económica fosse ultrapassada, nessa perspectiva a cultura da pobreza é mais difícil de ser superada que a própria questão financeira, pois está relacionado com o comportamento e carácter individual (Lewis, 1967). O autor ainda afirma que esses traços de cultura foi uma forma de adaptação do pobre na sociedade em que vive, talvez sendo encarada como uma defesa para o restante da sociedade, entretanto esse modo de vida é incompatível com a sociedade moderna, ou seja, classe dominante. Essas ideias acabaram por influenciar de modo negativo como os pobres e os espaços informais eram (e são) vistos pelo restante da sociedade.

Em contrapartida, outros teóricos como Janice Pelrman (1977), contrapuseram esta teoria. A autora em questão escreveu um livro sobre o “Mito da marginalidade”, onde afirma que não somente os estudiosos/cientistas, mas também os políticos e a sociedade tem uma visão estereotipada da camada pobre da população, tratando o fenómeno da marginalidade, crescente no mundo moderno, como uma briga ideológica que envolvem questões de “natureza do sistema social, o processo de modernização ou as implicações do capitalismo e do imperialismo” (Perlman, 1977, p. 123), a primeira crítica da autora sobre a “cultura da pobreza” deve-se a análise ser feita somente no fenómeno e não nas causas deste, outra crítica refere-se na culpabilização da vítima, ou seja, na culpa do pobre pela sua condição de pobreza, chegando a crítica da comparação entre a população pobre e a classe média, a autora ainda destaca a crítica da associação do pobre ao marginal como uma pessoa potencialmente perigosa.

A relação entre a informalidade e a marginalidade deve-se a esses fenómenos serem construídos, vivenciados e reproduzidos pela classe pobre da sociedade. Essa associação dos dois termos é o que legitima os espaços informais, e a camada pobre da sociedade, por conseguinte, como excluídos ou não pertencente a cidade, embora, apresentamos nessa pesquisa estudos (Gonçalves et al., 2018; Gonçalves, 2017; Roy, 2009b) que mostram que esses espaços fazem parte da cidade e são legitimados pelo poder público.

Com tudo exposto acima, observamos a informalidade urbana de forma política sendo constituída da rua para cidade ou vice e versa, imbuída de arranjos que produz e reproduz as relações sociais e de poder (Morele et al., 2016), como uma estratégia de autonomia (por parte dos atores sociais), fazendo parte de uma ordem social que está dentro das questões de dominação, controle, poder e produção do espaço urbano. “Informalidade poderia ser caracterizada como uma forma de espaço de produção, como planejar um, disciplina, poder exercício e controle” (Gonçalves, 2017, para 6).

Como estratégia de sobrevivência os sujeitos sociais urbanos informais passaram a criar o seu modo e estilo de vida próprio, numa autonomia adquirida na construção do próprio espaço urbano informal de moradia. Estas estratégias que por vezes são chamadas de práticas urbanas informais são construídas dentro dessas relações sociais e de poder, num determinado tempo e espaço, mas não se limita a habitação e ocupação da terra, mas sim um estilo de vida urbana. Nessa perspectiva, considera-se que a construção do espaço informal não deve ser considerada ilegal, mas sim como um modo funcional complexo de viver na cidade que responde às lógicas sociais (Gonçalves et al., 2018), considerada assim, como uma modalidade específica da vida urbana (Perlman, 1977), o que chamamos nesta pesquisa de práticas urbanas informais.

Toda essa narrativa da construção da informalidade urbana há muito é considerada uma prática ocorrida nos países em desenvolvimento, ou periféricos, onde a economia continua sendo desenvolvida, entretanto, estudos como o de Gómez (2018) e Urvoy (2018) mostram que o fenómeno também ocorreu (e ainda ocorre) em terras europeias. Na Europa muito se questiona a produção do espaço urbano informal, entretanto, o próprio planeamento urbano também causou a criação dessas áreas nesses lugares, e, em alguns países, como na França, destaca-se a concessão dos títulos de propriedade adquiridos através de lutas dos moradores mesmo não estando dentro dos padrões estipulados pelo Estado (Gómez, 2018), assim, percebemos que hoje o número reduzido de locais informais, não se dá pelo facto de não existirem, mas sim por ter se tornado formal, ou ter sido extintos. Importante ressaltar que nos estudos de Gómez (2018), demonstram como a construção do espaço informal na Europa se assemelha aos países periféricos, assim como as ações do governo, uma vez que são criados também por uma população migrante empobrecida, e também possuem ações tanto de realocação para bairros sociais como de legalização das terras. O autor destaca o fenómeno nos grandes centros europeus: Berlim, Paris, Roma, Madrid, Barcelona e Lisboa, este último em consequência do êxodo rural, da descolonização (Gómez, 2018; Urvoy, 2018) e dos retornados de guerra. Neste contexto, o fenómeno da urbanização informal é estudado como um modo de produção urbano mediterrâneo e popular, que se fundamenta na subversão da norma e da produção capitalista do norte europeu (Gómez, 2018).

O sujeito que habita esses lugares informais é visto como diferente de outros, do restante da sociedade urbana, acredita-se que essa diferenciação que leva a exclusão desses sujeitos está muito associada a noção da ilegalidade urbana, da ideia de que é “errado” a existência desses espaços, e, portanto, existe uma certa negação da sua existência. Vale ressaltar que não estamos querendo aqui defender a informalidade urbana, entretanto, destacamos que ela foi, e é, funcional para as pessoas que não possuem as condições necessárias para estar nos espaços formais da cidade, mas que necessitam habitar, portanto, devemos nos afastar do sentido dual da informalidade urbana enquanto um problema ou uma solução, e perceber enquanto realidade urbana que possui uma função social (Gonçalves, 2017). Outro fator importante de pontuar é que esses sujeitos não são propriamente excluídos das cidades, pois por um lado existe a relação de trabalho nas cidades formais, por outro, participam da economia urbana, do acesso e

mobilidades dentro da cidade, de forma precária ou não, mas participam das festas populares, atividades políticas, religiosas e culturais.

2.4.1. A Exclusão Social a partir do território informal

O território é visto como segregador, pois é através do espaço urbano que percebemos a conjuntura económica e social em que o sujeito está inserido. Neste sentido, podemos considerar que o movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano é conhecido como segregação espacial (Rolnik, 2017) e é através dessa segregação que observamos os espaços excluídos na cidade.

As transformações das cidades, vista nos subcapítulos anteriores, revela que os espaços destinados a população pobre sempre foi permitido e criado juntamente com o planeamento urbano da cidade formal. Primeiro, percebemos isso com a própria cidade medieval, e mais ainda com a cidade industrial, que houve uma marcante divisão de classe através da própria divisão do trabalho, por conseguinte as cidades pós-industriais, que após a substituição das atividades industriais para o setor de serviços, houve uma nova alteração no mundo do trabalho, criando uma polarização social, onde alguns empregos (ou funções/profissões) possui uma necessidade de altas qualificações, e assim ocupam postos de trabalhos melhores remunerados, e outros que não necessitam de uma qualificações específica, mas também são mau remunerados, nesta conjuntura, o uso da terra também se altera, juntamente com o mercado imobiliário e a estrutura do consumo, que produz espaços dualizados e, assim, a segregação urbana (Carvalho, 2000).

Encontramos mecanismos de segregação social amplamente observáveis, resultantes das formas nas quais os mercados de terra e habitação funcionam em combinação com relações agonísticas [agonistic] de raça, classe e etnicidade. Da mesma forma, respostas políticas precisas a problemas e dificuldades em qualquer instância específica de desenvolvimento urbano diferem invariavelmente uma das outras, mas novamente, de maneiras que quase sempre podem ser relacionadas à dinâmica do nexa da terra urbana com suas formas genéricas de colapso e de desordem coletiva relacionadas a efeitos de transbordamentos negativos. (Storper & Scott, 2018, p. 22).

O mercado informal de acesso à terra se mostra como um meio da população empobrecida (ou que não possui recursos financeiros ou legais) habitar. Como dito anteriormente, foi através das práticas informais de acesso à terra que esta parte da população criou o seu próprio modo

de habitar na cidade. Mas, as exclusões marcadas por esses espaços informais segregam essa parte da população, colocando esses sujeitos num processo também de exclusão.

O Estado por sua vez, na tentativa de criar melhores espaços de vivência para esta população ou somente de limpar a cidade, já que a informalidade se constitui, sobretudo, em centros urbanos, utiliza de várias estratégias incluindo a remoção/relocação dessa população, assim esta população cria formas de permanência neste local, através de movimentos sociais urbanos que possibilitam essa luta.

Dessa segregação por classe social ou grupos sociais, que leva a reorganização do espaço urbano, sobretudo de residência, podemos destacar que o primeiro movimento da segregação espacial foi a criação dos bairros, quando, ainda durante a transição entre a cidade medieval e ao Estado moderno, houve a separação dos locais de trabalho e locais de residência. Esses bairros tinham, num primeiro momento características homogêneas na perspectiva da vida social e de trabalho (negócios) (Rolnik, 2017). A segregação espacial ou urbana leva a exclusão social das pessoas que habitam os lugares caracterizados como pobres.

Muitas vezes a pobreza é associada a exclusão social, e de facto, os sujeitos classificados como pobres são excluídos, por conta da escassez de recursos que leva a falta de acesso a determinados setores, serviços e bens de consumo embutidos na sociedade capitalista. Mas levamos em consideração que a pobreza leva a exclusão social, mas a exclusão social não está relacionada somente a pobreza, pois podemos identificar indivíduos excluídos e que não o são necessariamente pela falta de recursos.

Em alguns casos o poder económico não influencia onde o ator social irá habitar, a exemplo, na atualidade há pessoas que aumentaram o seu poder aquisitivo, mas continuam a residir em lugares informais. Isto ocorre por vários fatores, como: a escolha de um estilo de vida, a relação da distância com o trabalho, as relações sociais já estabelecidas, os vínculos culturais e afetivos com o lugar. De certa forma, não são todos os sujeitos que residem nos espaços urbanos informais somente pela questão económica, mas vivem em meio à exclusão social agregada a esses espaços.

Exclusão social pode definir-se como um processo dinâmico, de carácter estrutural e multidimensional próprio da sociedade pós-industrial que afeta a diferentes grupos sociais em diversos âmbitos de suas vidas, então também tem um componente subjetivo/individual. É por

isso que não pode ser relacionado apenas com o desemprego, embora geralmente aconteça, pois há pessoas com trabalho que podem estar em situação de exclusão. Com isso queremos dizer que o termo vai além do aspecto econômico e que implica uma série de fatores que podem ser apresentados com diferentes intensidades (Ferreira & Álvarez-Pérez, 2017, p. 199)⁹.

Rodrigues et al. (2017) afirma que a exclusão social pode ser entendida como um fenômeno multidimensional, com um caráter dinâmico, cumulativo e persistente, que se traduz na produção do excluído. Este fenômeno carrega situações de privação dos recursos sociais e materiais, levando para fora da cidade aqueles que não participam da representação e valores da classe dominante, numa sociedade de trocas sociais (Rodrigues et al., 2017).

Assim, a exclusão social carregada de simbolismos representativos num contexto econômico capitalista, ora entendida como a perda de laços com a sociedade, ora como um fenômeno que expulsa os sujeitos dos meios convencionais de interação da cidade, deriva de uma perda da coesão social, marcada pelas trocas econômicas e sociais na produção e reprodução dos modos de vida da sociedade que imbrica a troca de bens e consumo, e aqui também podemos associar a divisão do trabalho, como parte causadora dessa exclusão social. “Aceitar o caos do processo e o caráter não linear dele, nos leva a confirmar a existência de uma flutuação entre inclusão e exclusão que determina a posição de um sujeito dependendo do lugar e do momento em que ele se encontra” (Ferreira & Álvarez-Pérez, 2017, p. 198).

O interacionismo simbólico equaciona o problema da exclusão social através da teoria da rotulagem e estigmatização por parte das instituições e dos indivíduos de comportamento regular dito normal face aos que denotam comportamentos considerados desviantes ou transgressivos, dando, não raro, assim lugar a situações de marginalização e discriminação sociais. (M. C. Silva, 2015, p. 37)

A exclusão social parte da desigualdade existente na sociedade, que por sua vez é um fenômeno complexo que se relaciona com outros fenômenos sociais (Costa, 2012). Dentre os mecanismos causadores da desigualdade, o que mais se assemelha com o discutido neste trabalho é o mecanismo de seleção-distribuição que está relacionado com a existência de conjuntos diferenciados de lugares sociais; conjunto de recompensas desiguais associadas a esses lugares; conjunto de indivíduos com características diferenciadas; mecanismo social que seleciona e distribui os indivíduos pelos diversos lugares sociais (situações de controle do acesso a recursos, materiais e simbólicos) (Tilly, 2005).

⁹ Texto em escrito em Espanhol, tradução da autora.

É neste sentido que a exclusão social a partir do território se faz presente na vida do indivíduo. “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores” (Rolnik, 2017, p. 41). O território marcado pela informalidade urbana é traçado pela exclusão social, pois são lugares geralmente caracterizados como marginais, e que não pertence à cidade. Por vezes, esses lugares são esquecidos, ignorados, excluídos não só pela população que “vive fora”, mas também pelo Estado.

É através da exclusão social que os atores que vivem nesses espaços informais são considerados “classe perigosa”, “essa expressão permitia descrever uma massa humana pouco diferenciada, que habitava espaços urbanos precisos, nos quais se supunha que se concentravam os flagelos sociais e onde, a qualquer momento, podia surgir uma ameaça, como crimes, epidemias, violência, insurreição” (Topalov, 1996 p. 33).

As expressões urbanas da questão social iniciaram-se a partir dos conflitos e das lutas sociais presentes nas cidades. Tais expressões se manifestam, não somente, mas, principalmente nas habitações informais constituídas no meio urbano.

A criação dos espaços urbanos informais foi traçada pela escassez habitacional de parte da população economicamente empobrecida. “O próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade” (Rolnik, 2017, p. 51). Esta população que, por sua vez, vivenciava (e continua vivenciando) uma marginalização societária imposta a elas, agregando a representação da marginalidade amplamente determinada pela sociedade.

Olhando essa marginalização de outra perspectiva, destacamos a falta do acesso aos serviços, ou um acesso precário, aos recursos urbanos, pois não são distribuídos igualmente pela cidade, e, de algum modo, e com a influencia do Mercado, houve uma tendência na privatização desses serviços, e por consequência do acesso coletivo a esses serviços, o que passa a ser entendido mais como lógica de mercado do que direito dos atores sociais. Tais recursos urbanos são entendidos como os recursos disponíveis na própria cidade e que as pessoas necessitam para poder viver (Gonçalves, 2017).

Consideramos que a exclusão social está imbricada neste meio. Está correlacionada com a questão que permeia a ilegalidade urbana, e a noção de ilegalidade faz a população refletir que

é impróprio aquele espaço existir, e por isso, gera a rejeição a esse tipo de habitar na cidade. Entretanto, podemos dizer que esses sujeitos informais não são propriamente excluídos dos circuitos vivos e económicos da sociedade, pois participam e integram desta mesma sociedade, através dos seus trabalhos laborais, grupos culturais e religiosos, associações, e, sobretudo, o consumo pelo Mercado. Em suma, são indivíduos ativos política e socialmente, mesmo que não gozem dos recursos urbanos existentes, desfrutam, do que é possível, da cidade.

A noção de exclusão sempre esteve associada aos lugares informais da cidade, sobretudo, a informalidade presente no meio urbano e a população que nela vive. “A exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais” (Castel, 1995, p. 26), ou seja, o espaço urbano informal é considerado um lugar que não parte da cidade. O autor aponta ainda que a exclusão é algo que não nasce com o indivíduo, é lhe dado, pelas características que lhe foram atribuídas nas suas trajetórias.

Haesbaert (2004) aponta para uma noção interessante sobre a exclusão territorial, o ator aborda que a existência humana parte da existência do território e por isso não há um sentido completo quando falamos em exclusão territorial, pois os sujeitos sub-existem em território. Por tanto, o autor vai trabalhar com a noção de uma multiterritorialização, atravessada por dinâmicas complexas, e por isto chama reclusão territorial, pois são:

formas crescentes de precarização social que implicam muitas vezes processos de segregação, de separação/“apartheid” – ou, como preferimos, de reclusão territorial, uma reclusão que, como todo processo de des-territorialização (sempre dialetizada), dentro da lógica capitalista dominante, envolve, muito mais do que o controle territorial e a comodidade social de uma minoria, a falta de controle e a precarização sócio-espacial da maioria. (Haesbaert, 2004, p. 36)

O que nos é interessante essa abordagem do autor é ao simbolismo que representa a exclusão, ou reclusão territorial, pois aborda a lógica específica trabalhada nesta tese, onde há uma presença marcante da precariedade sócio-espacial e a falta de investimento estatal, através do controle social que o Estado depende para estes espaços.

Aqui, buscamos trabalhar com a noção da exclusão social a partir do território informal, ou seja, é o fenómeno da exclusão social acometido pela informalidade do território e as consequências para os sujeitos habitantes desses espaços. Portanto, não descartamos a exclusão territorial, mas pretendemos continuar a trabalhar com o simbólico que este conceito traz.

A estratificação social também está muito presente neste processo de exclusão dos territórios, o crescimento, permanência e estabilização desses lugares, se deu através da concretização de bairros informais¹⁰, ou favelas, com a alteração da infraestrutura, instalações de redes de água, esgoto e luz (não uma estrutura propriamente boa, mas funcional para a localidade), e, sobretudo, com a organização dos moradores locais, comércio e instituições (sem fins lucrativos), causando uma certa valorização desse espaço urbano informal (Lussault, 2016).

Na sociedade contemporânea, vivenciamos o desenvolvimento da globalização e junto dele diferentes formas de vivenciar a cidade. O crescimento econômico capitalista baseado na divisão, e subdivisão do trabalho, fará com que a população cresça na periferia das grandes cidades, que nem sempre é desejado e bem aceito pela população. “Mais do que nunca, as grandes cidades do mundo albergam tanto grandes concentrações de poder e riqueza como desconcertantes situações de desigualdade e pobreza” (Giddens, 2008, p. 572).

Os territórios informais são regiões que não são totalmente reconhecidas pelo Estado e pela cidade formal, mas ainda assim são frequentemente utilizados para habitação de grande parte da sociedade atual. Esses territórios geralmente estão localizados em áreas onde o acesso aos serviços básicos é limitado ou inexistente, o que contribui para a exclusão social de seus habitantes. A exclusão social a partir do território informal se manifesta de maneira direta nas vidas desses sujeitos que residem em comunidades urbanas.

¹⁰ Entendemos aqui como bairros informais os “bairros autoconstruídos em terrenos urbanos baldios ocupados ilegalmente, seja de forma progressiva ao longo de um período variável de tempo ou através de uma ação coletiva planejada” (Urvoy, 2018, p. 58).

Serviço Social e Práticas Informais Urbanas

3.1. Atores Sociais: Identidade, pertença, poder simbólico

Considerando que a conceção de atores sociais abrange inúmeras dimensões abstratas às quais estão intimamente relacionadas com fatores sociais, económicos, políticos e culturais que se manifesta através das relações sociais de maneira legítima, como veremos adiante. De maneira sucinta, torna-se fundamental abordar alguns conceitos intrínsecos à realidade social do ponto de vista alguns autores clássicos das ciências sociais, nomeadamente, a identidade, o sentimento de pertença e o poder simbólico, para podermos materializar os atores sociais no seu todo.

Destacamos que “os atores sociais ocupam diferentes posições sociais (estratos), que expressam desigualdade social, e a suas atitudes são regradas normativamente por valores éticos compartilhados; mas vivenciam, ao mesmo tempo, valores culturais específicos ou identidades que expressam as diferenças” (Gehlen, 2018, p. 40). Para tanto, a tentativa de conceituar os atores sociais enquanto uma categoria de análise teórica, demanda reconhecê-lo através das relações sociais entre os sujeitos, situadas num determinado espaço. Ou seja, um ator social, é um indivíduo que interage com outras pessoas, grupos, instituições e sistemas, influenciando e sendo influenciado por essas interações, também age de acordo com os seus próprios interesses, valores, crenças, expectativas e objetivos. Essas ações podem ser diretas ou indiretamente, intencional ou acidentalmente influenciadas por outros atores sociais, bem como por estruturas sociais e culturais mais amplas, como a classe social, a etnia, a religião, a idade, ou a educação. Assim, reconhecemos não somente a complexidade das interações interpessoais, mas também a importância de se compreender como as relações entre atores sociais são construídas e recriadas ao longo do tempo.

Os atores sociais desempenham um papel importante no desenvolvimento das sociedades e na estruturação das relações sociais. Eles são os responsáveis pela promoção do desenvolvimento social, económico e cultural de uma comunidade. Machado & Souza (1995), vai estudar o conceito de atores sociais através dos movimentos sociais urbanos e a questão do género, nessa conjuntura a autora argumenta a construção dos movimentos urbanos e o papel

desses atores sociais, e como as conquistas dos mesmo foram importantes para conquistar direitos sociais urbanos, e, através dessa narrativa discursiva sobre o papel da mulher dentro dessa conjuntura. Dentro desse contexto, a autora narra a construção desses movimentos através dos atores sociais que pertenciam a grupos sociais excluídos e passam a se organizar, dando voz ao seu grupo social no que tange o direito de igualdade (Machado & Souza, 1995). Evidenciamos aqui esses atores sociais como sujeitos coletivos (Barreira, 2010) que podem ser entendidos através da luta de classes e da divisão do trabalho, como trataremos mais adiante.

Não obstante, podemos considerar a identidade sociocultural desses sujeitos coletivos, como parte fundamental para sua constituição enquanto atores sociais, pois exprimem valores existenciais específicos de um grupo social, como a convivência, segurança e bem-estar, numa forma de vida em comunidade, compartilhando formas de vida que supõe costumes as quais pertencem (Gehlen, 2018). É importante perceber que essa noção do sociocultural, tem de ser entendida no contexto da sociedade em que está inserida, e através do seu contexto histórico (R. C. D. Oliveira, 2000).

Aos olhos de Pimentel & Carieiri (2011), a identidade pessoal é baseada na construção do autoconhecimento e da individualização por meio de diversos relacionamentos sociais em distintas esferas, enquanto a identidade social é fundamentada na vinculação a grupos sociais (sentimento de pertencimento) e no que os outros pensam a respeito disso. Ou seja, “o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas ‘fontes’ originárias dessas mesmas identidades” (R. C. D. Oliveira, 2000, p. 8). As identidades socioculturais, ou sociais, são influenciadas por fatores que permeiam a vida dos sujeitos coletivos. A composição chave para se perceber a identidade social está na conceção relacional e situacional que se insere nos sujeitos coletivos como próprio produtores e reprodutores dessas trocas sociais e que lhes vão atribuir algum significado (Berlato, 2009). Assim, a vinculação entre os conceitos de identidade social e atores sociais se entrelaçam no caminho do desenvolvimento e percepção dos sujeitos coletivos trabalhados como um dos principais pontos de interesse desta tese.

Neste sentido, para este estudo, começamos a perceber que o princípio da atuação do espaço como meio de produção de identificação dos atores sociais numa sociedade, pode traduzir-se nas questões da noção de identidade coletiva, social ou sociocultural, pois é no espaço urbano que esses sujeitos de relacionam e se constroem enquanto si.

O conceito de espaço direciona o nosso raciocínio para o foro geográfico e territorial, no entanto, também se podem considerar outras propriedades subjetivas e abstratas. Jorge & Carolino (2019), vão mostrar a noção de lugar em sinónimo de espaço, e por isso abordam a dimensões da identidade e ideia de continuidade como parte dominante deste conceito, atrelando sempre as relações sociais nesta constituição. Em outras palavras, os espaços urbanos manifestam as forças sociais simbólicas e espaciais (Giddens, 2008). De acordo com Bourdieu (1989), a palavra campo também remete para o conceito de espaço social, onde abrange um sistema de critérios pertinentes, que não só estão relacionados com as propriedades “objetivas” como a nacionalidade, a cultura, a religião, a atividade económica, a etnia, a língua e outras mais, como também com as propriedades ditas subjetivas (as representações que os atores sociais praticam sobre a realidade social), como, por exemplo, o sentimento de pertença.

Existe uma relação dialética entre os conceitos de espaço, poder simbólico e identidade, pois é o espaço que intercede as relações sociais e oferece significados sobre as trocas sociais entre os atores sociais e a sua própria realidade, e, a relação dos mesmos com a realidade dos outros (Pimentel & Carrieri, 2011), fornecendo assim, indiretamente, uma identidade, pertencimento e um poder, caracterizado por Bourdieu como poder simbólico a quem coabita e partilha desse espaço. Ou seja, o espaço urbano social surge como um produtor, reproduzidor e mediador de relações sociais.

Para além do que foi referido anteriormente, a noção de espaço social, aos olhos do mesmo autor (Bourdieu, 1989), é materializada através de sistemas sociais pois cada ator tem uma posição fazendo com que haja uma disputa entre estes em torno de interesses. Em suma, o campo é definido conforme as relações de poder simbólico (entre dominantes e dominados), que dão lugar a hierarquias, e conseqüentemente, a classes sociais.

Essa perspetiva de classes e poder simbólico nos trás a perceção de estigmas e estereótipos que produzem preconceitos no tratamento dos atores sociais, às vezes por sua identidade específica nacional ou a cultural, pela sociedade dominante, ao qual Bourdieu (2013) chama de “poder dominante”. Antes de falarmos da influencia do poder simbólico na sociedade, trataremos a dimensão da classe social, na visão dos autores Weber (1982) e Marx (2016).

A abordagem de Weber (1982) a ideia de classe social está diretamente relacionada com as relações de trabalho e económicas. Para o autor, apesar de utilizar a ação comunal como base, não vincula as classes sociais com a noção de comunidade:

Podemos falar de “classe” quando certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que esse componente é representado exclusivamente pelos interesses económicos da posse de bens e oportunidades de renda, e é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho. (Weber, 1982, p. 212)

Assim, as classes seriam definidas no seio das suas “situações de classe” perante o domínio do mercado: expressada condições e experiências de vida, oferta de bens estabelecida pelo tipo de poder ou por falta dele ao acesso a esses bens por uma determinada ordem económica (Weber, 1982).

Os bens materiais aqui abordados pelo autor nos transmite a ideia que o mercado age na vida das pessoas e cria essas oportunidades específicas que condicionam os indivíduos, ou sujeitos coletivos, a estar ou não, numa posição específica de uma classe social.

Já para Marx (2016) para se entender as classes sociais precisamos acrescentar as questões políticas, ideológicas e culturais, com a económica, integrando a organização da produção social da economia capitalista, atrelada aos valores de uso e de troca dentro das produções do mercado. Ou seja, é essa organização da produção social, dentro do capitalismo, é que cria a produção do capital e das classes sociais. Podemos também acrescentar o processo de trabalho nessa perspectiva de classe social, e todo o seu processo histórico.

A classe social não pode ser entendida como um fenómeno estanque da vida económica, mas sim como um conceito complexo, que se relaciona com outras dimensões da vida social. O facto que a economia capitalista exerce influência sobre o processo de formação das classes sociais não significa que ela tenha o monopólio da definição do conceito. As classes sociais são um processo de produção de capital social e confrontos simbólicos, cujo pressuposto é a busca por elementos para a construção de identidade. O poder político e a cultura desempenham um papel importante na formação destes grupos sociais, assim como na sua consciência. É necessário que a análise da classe social contemple todas as dimensões da vida social para entendermos a formação destes sujeitos coletivos.

Goffman (1988) pensa as formas de categorização das pessoas, e, por conseguinte, das relações entre esses sujeitos, estabelecidas no ambiente social em que são encontradas. Essa

categorização trabalhada pelo autor podemos associá-la a noção das classes sociais acima trabalhadas. Goffman (1988) traz a categorização para a discussão do conceito de identidade, assim como as questões do estigma vivido pelos atores sociais. Esse estigma é abordado a partir de 3 (três) tipos: a físico-biológico, que remete as características atribuídas a partir da nascença; as culpas do caráter individual, relacionada as escolhas individuais, crenças falsas e desonestidade, como as ações de violência, desonestidade e vícios; as tribais com características de raça, etnias e religião, que vão sendo transmitidos a luz das famílias a que pertencemos (Goffman, 1988). O autor acrescenta que esse estigma produzido sociologicamente é o que faz as relações sociais aproximar ou a afastar os sujeitos e os seus grupos, sem que haja a possibilidade de conhecimentos para além dos atributos já pré-definidos. O estigma provoca a discriminação entre os grupos pelas relações de poder a influir sobre eles.

O poder simbólico caracterizado dentro dessas relações, se movimenta através de um distanciamento do seu valor, é um poder invisível exercido nas entrelinhas das relações sociais. Bourdieu (1989) o define como “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (Bourdieu, 1989, p. 9), o autor combina esse conceito com o do sistema simbólico de produção da realidade social, num conformismo lógico, no sentido de concordância entre as coisas através do tempo do espaço e da causa: “os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensos acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral” (Bourdieu, 1989, p. 10). Nessa dinâmica trazida pelo autor voltamos a nomear o poder simbólico como o poder invisível, onde o seu exercício só é possível pelo facto dos atores sociais não querem saber que poder está sujeito ou o que exerce.

Esse poder, segundo o Bourdieu (1989), está presente em todas as relações sociais e pode ser encontrado na forma de estruturas, sistemas e instituições que influenciam as ações dos indivíduos. É também um poder normalmente invisível para aqueles que nele estão imersos, pois não é diretamente reconhecido. Ele manifesta-se como um efeito de distintos fatores que influenciam as relações, que afetam o comportamento das pessoas. Pode ser encontrado em muitos contextos diferentes, é uma forma de reconhecer que as relações sociais estão cheias de nuances e ambiguidades, que por vezes não são facilmente percebidas.

O autor ainda destaca que as várias classes sociais são uma luta simbólica para estabelecer a configuração do mundo social consoante os seus interesses, com tomadas de decisões ideológicas que reproduzem as posições sociais. Nessas diferentes classes sociais, o autor destaca os dominantes e os dominados, aqueles com maiores poderes aquisitivos e os com menores poderes aquisitivos, o que vai destacar a influência do papel de cada classe social na sociedade, e a relação entre si.

a luta colectiva pela subversão das relações de forças simbólicas -- que tem em vista não a supressão das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas - que procura impor senão novos princípios de divisão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses (...). (Bourdieu, 1989, p. 125).

Esta luta pode ser entendida como um movimento de resistência às relações de força existentes e à divisão de classes que elas promovem. Nestas circunstâncias, a luta dos dominados é para desconstruir as relações de força simbólicas, isto é, para dismantelar as estruturas de hierarquia e desigualdade que separam os grupos sociais e dão origem ao estigma, requer a construção de espaços de resistência, de mobilização de recursos para construir uma identidade de lutas coletivas para ir contra as relações de opressão e desigualdade.

Para tanto, os atores sociais envolvidos na luta desafiam os sistemas de poder vigente, na tentativa de criar, assim, novas formas de organização social que possam promover e garantir a igualdade entre os indivíduos, independentemente das suas origens, raça, género, classe, etnia ou credo. Assim, essa luta coletiva, promover, ou tenta promover, a igualdade de direitos e de oportunidades para todos os sujeitos, bem como desconstruir as relações de dominação e submissão que as estruturas sociais de poder criam.

Todavia, o poder simbólico é abstrato, transmitido através da comunicação entre as estruturas existentes no espaço social, é fruto dos processos contínuos de socialização que transformam a visão e a ação dos atores sociais, em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido (Rosa, 2017).

As relações sociais dos sujeitos coletivos podem estar associadas ao sentimento de pertença, pois mesmo com as relações de poder, o poder simbólico e as questões de classe, os atores sociais se mantêm nos seus grupos sociais, ora de origem, ora escolhidos.

O pertencimento surge quando sentimos que estamos a fazer parte de algo. Neste sentido, pertença e pertencimento se fazem sinónimos. O conceito de pertença se refere à sensação de pertencer a um grupo, seja ele família, amigos, comunidade, escola ou trabalho. Refere-se à sensação de identidade, segurança e aceitação que se obtém quando se está conectado a algo. Esse sentimento é importante para o bem-estar psicológico, para a saúde mental, pois ajuda a fornecer um sentido de propósito, direção e conexão ao nosso mundo, ou seja, é a segurança ontológica do sujeito. Logo, percebemos que os grupos de pertencimentos são fundamentais para a constituição da identidade social.

O conceito de pertença se refere à sensação de pertencer a um grupo, seja ele família, amigos, comunidade, escola ou trabalho. Refere-se à sensação de identidade, segurança e aceitação que se obtém quando se está conectado a algo. O sentimento de pertença é importante para o bem-estar psicológico e para a saúde mental, pois ajuda a fornecer um sentido de propósito, direção e conexão ao nosso mundo. (Sousa, 2010, p. 34)

O autor ainda destaca que com a globalização, o mundo atual torna-se complexo e o sentimento de pertencimento dos grupos sociais, devido à atuação dos meios de comunicação no subconsciente da população, influenciam a organização social e condicionam os interesses destes mesmos grupos.

Já os autores Peruzzo (2002) e Amaro (2007), trabalharam o conceito de pertencimento através do conceito de comunidade, onde o último só é possível existir se o primeiro estiver envolvido, como parte das suas características.

Aliado à sua identidade, para além dos efeitos que o espaço e o poder exercem sobre esta, nasce também o sentimento de pertença. Este assume-se, segundo Sarason (1974), através da construção de identidade, como um sentimento reconfortante, que se sente, quando se faz parte de uma rede de relacionamento que oferece suporte social. O sentimento de pertença, para além de possibilitar a inclusão social, também potencializa a satisfação das necessidades, a participação ativa e a partilha de ligações emocionais (Elvas e Moniz, 2010).

Assim, o papel dos atores sociais na sociedade é desempenhado através uma identidade, construída com base no poder que a classe social destes possui num determinado espaço físico e simbólico, conduzindo assim a um sentimento de pertença derivado do contexto sociocultural que estes estão inseridos (vinculações emocionais). São três conceitos intimamente conectados

entre si, sendo que um não sobrevive sem os outros. Ser é mais do aquilo que se vê, e muito mais do que aquilo que se sente.

Os conceitos apresentados aqui foram imprescindíveis para pensarmos a construção dos atores sociais deste estudo. Não obstante, trata-se dos sujeitos específicos que se relacionam em comunidade, permeado pelo seu modo de vida, em um local/ espaço urbano específico traçado pela informalidade existente na construção do lugar, e que origina sua identidade com todas as questões de luta de classe envolvidas.

3.2. Práticas Informais Urbanas: caracterização da informalidade nas áreas urbanas

O padrão de vida instaurado na sociedade ocidental, aquela ao qual temos regras e normas de etiqueta a seguir, foi construído historicamente baseado num sistema de classes, influenciado pela classe dominante, ou seja, com base no padrão burguês e patriarcal. Mulheres como as “rainhas do lar” (uma especialista doméstica) as crianças divididas por idade em escolas, os homens provedores desses lares; esse padrão “tornou-se norma para o conjunto da sociedade, mas sabemos também que no território popular a superposição de funções e o uso coletivo do espaço é estratégia de sobrevivência” (Rolnik, 2017, p. 50).

De fato, nesses territórios - construídos a partir da iniciativa dos trabalhadores urbanos desprovidos de suporte do Estado ou do Mercado para garantir o seu direito constitucional à habitação e outros básicos - foram construídas formas inovadoras de sociabilidade; instituições e mecanismos comunitários dedicados a conquistar políticas públicas; formas solidárias de cuidado e acompanhamento das demandas de crianças e idosos; assim como mecanismos criativos de regulação do espaço público. (J. S. Silva, s.d.)

As normas e regras que pensamos no mundo atual vêm de uma quotidianidade e de uma moralidade criada na vida em sociedade. A vida cotidiana é a vida de todos os sujeitos, seja pelas relações de trabalho ou não, sempre se vive o cotidiano, é onde os sujeitos colocam-se em funcionamento, em uma relação entre as atividades humanas (Heller, 2000), gerando o senso moral, ou a moralidade que é estabelecida no desenvolvimento de sociabilidade, e “interfere nos ‘papeis’ sociais, donde sua caracterização como um modo de ser, um *ethos* que expressa a identidade cultural de uma sociedade, de uma classe, de um estrato social (...)” (Barroco, 2001, p. 43).

Uma importante fonte adicional de diferença decorre das normas e tradições culturais. Isso afeta uma multiplicidade de práticas e modos de vida que afetam a paisagem urbana, incluindo a formação, evolução e persistência dos bairros e o funcionamento dos mercados de trabalho locais. (Storper & Scott, 2018, p. 21)

O que é interessante perceber é que todos esses fenômenos são desenvolvidos num território: num espaço rural ou urbano, formal ou informal, legal ou ilegal. Considerando as práticas formais como aquelas que se dá no campo da cidade formal, que está imbricada dentro das normas e regras do uso e senso comum entre as pessoas, as práticas informais serão as que são construídas como forma de estratégia por parte de uma população que vive em sociedade, mas que de alguma forma foram consideradas alheias a este espaço.

Como abordado nos capítulos anteriores, as práticas informais urbanas apresentadas neste trabalho remete ao conceito de informalidade urbana, nesse sentido “os aspectos propriamente espaciais das práticas informais emergem com o próprio esforço de normatizar o que seria considerado formal, ou seja, o estatuto do informal depende da capacidade e da própria modalidade de regulação estatal” (Gonçalves et al., 2018, p. 14). Através do exposto, percebemos que as práticas informais urbanas são aquelas que estão numa dualidade com as práticas formais urbanas. Assim como o conceito de informalidade pode ser definido em contraponto a formalidade, o conceito das práticas informais urbanas também.

Tais práticas informais urbanas cumpre uma função social dentro das relações sociais ocorridas no cotidiano, pois é caracterizada como uma forma de resistência e subsistência de uma parte da população (Anile, 2017), que muitas vezes identificamos somente como a população que habita a parte informal/ilegal da cidade, mas essas práticas informais urbanas podem acontecer dentro dos organismos de uma cidade formal. Ou seja, as práticas informais urbanas referem-se a todos os usos da cidade que não estão regulamentados.

Nessa perspectiva, o uso de tais práticas são por grupos denominados informais, e podem incluir grupos como: vendedores ambulantes, trabalhadores autônomos, sem abrigos, ou qualquer outro que viva em função do espaço urbano para obter seu meio de sub-existência.

Partindo da premissa que as práticas informais urbanas são também o uso da cidade que não estão regulamentada, podemos aqui citar tais práticas vistas dentro da própria cidade formal.

São histórias que se fazem nas dobraduras do mundo social, nesses pontos de junção e conjugação da trama urbana nas fronteiras incertas (...). Nelas pulsam as linhas de força que atravessam o cenário contemporâneo, e que parecem se entrelaçar e se compor nos diversos agenciamentos práticos da vida cotidiana: práticas e redes sociais mobilizadas nesse trânsito constante entre um lado e outro, acionando recursos, possibilidades e dispositivos de cada lado. (Telles & Hirata, 2007, p. 186)

Essas práticas podem estar relacionadas a diversos fatores, como a localização, ao uso de materiais e recursos, ao formato, às suas atividades e às relações entre as pessoas envolvidas. Algumas das principais características das práticas informais urbanas incluem o uso de materiais e recursos locais, a reutilização de espaços e materiais já existentes, a capacidade de adaptar-se rapidamente as mudanças e as relações de apoio entre as pessoas envolvidas.

Não obstante, entendemos que o espaço urbano se constitui como uma ferramenta que produz e reproduz estruturas e relações sociais (Gonçalves, 2017). A multiplicidade de tais relações compõe o processo de produção e reprodução social da vida ou a própria reprodução das relações sociais, o que engloba um tipo de consciência social que se manifesta nos sujeitos através da sua posição na vida em sociedade (Yazbek, 2018). Esta “reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade” (Yazbek, 2009, p. 3), reproduzidas em contexto urbano e informal.

Dessa maneira, há uma dimensão política da informalidade imbricado na produção das práticas informais urbanas, entendendo-as como arranjos criados que fazem parte da produção da própria cidade, em que a cidade torna-se também um produto da informalidade, numa relação com via de mão dupla, quer no seu planejamento, quer nas relações criadas entre os grupos sociais no modo de viver a cidade (Gonçalves et al., 2018; Jacquot et al., 2016).

A dimensão política da informalidade que nos ajuda a perceber as práticas informais urbanas refere-se a gestão da cidade, onde por um lado se é permitido o informal para a dinâmica urbana e por outro é “condenado” pela característica da ilegalidade que é ligado a ele. Mas, de certa forma, observamos a presença dessas práticas da dinâmica de todo o território urbano, formal ou não, numa relação de poder.

A noção de informalidade política, associada a criação dos arranjos como forma de regulação da cidade, testemunham uma estrutura de poder (temporários ou duradouros), permitindo uma interação complexa na construção das redes de poder que vai ocupar um lugar central na vida cotidiana, possibilitando, também, os modos de reprodução das relações de

dominação e de poder, constituindo poderes urbanos em diferentes escalas, da rua a cidade (Collectif Inverses, 2016). Assim, as práticas informais urbanas, tornam-se viáveis para construir cidade, e dinamizar o espaço urbano. Trata-se de perceber como essas práticas informais atuam na cidade formal através de usos do espaço urbano como forma de viver na cidade. Sendo uma estratégia de sobrevivência à vida quotidiana, os atores sociais que as praticam entrelaçam estritamente as práticas legais e ilegais, não sendo possível identificar o que é de facto formal e informal, portanto, este arranjo é complexo e precário (Fischer & Spire¹¹, 2009).

(...) podemos identificar o surgimento de práticas específicas, organizadas de forma a possibilitar o funcionamento e desenvolvimento de uma estrutura urbana que oscila entre as possibilidades de integração com a cidade e as táticas de produção e uso do espaço, elaboradas segundo uma lógica própria, refletindo valores como necessidade, antiguidade, possibilidades construtivas, inserção em redes sociais e acesso a trabalho e serviços. (Lobosco, 2009, p. 27)

A prática informal recorrente dentro do território urbano formal, na qual convivemos dia a dia são os vendedores ambulantes (camelos), sem abrigos, arte de rua, alugueis de quartos ou imóveis sem contratos legais, ou qualquer outra atividade que seja desenvolvida na cidade e que não esteja necessariamente conforme as normas ou regras convencionais.

A ideia de urbanidade refere-se às práticas socioespaciais complexas de indivíduos em regiões metropolitanas. O uso dos espaços públicos por moradores de rua, ambulantes, transeuntes e comerciantes revela uma experiência de urbanidade plural, constituída pela diversidade funcional, sendo a rua o lugar da controvérsia por excelência (Neto & Veiga, 2018, p. 198)

Em alguns lugares a existência dessas práticas informais urbanas aponta para a ação do Estado e a margem de manobra que cria para a observação das relações sociais e práticas vividas pela população que habita ou/e trabalha na informalidade (Collectif Inverses, 2016).

Lussault (2016) afirma que os espaços informais e as práticas formais e informais assumem uma importância no contexto urbano, numa frágil ação do poder público para atender a necessidade da população em relação aos serviços urbanos e habitação, podemos acrescentar outros setores como o trabalho e o modo de viver a cidade. Assim, o que é informal manifesta-

¹¹ Fischer e Spire (2009) abordam o tema das práticas ilegais à respeito da população imigrante, entretanto a forma de sobrevivência desse grupo classificado como informal, compreende também as práticas informais que identificamos neste estudo.

se misturado com o formal, proporcionando uma transformação dos regimes urbanísticos e de organização social, através de tais práticas sociais e das representações do urbano desenvolvidas na cidade (Jacquot et al., 2016).

Segundo Lobosco (2009), as práticas informais urbanas inseridas no espaço urbano informal possuem valores próprios, possibilitam o desenvolvimento da estrutura urbana, com uma perspectiva de tática de produção e uso do espaço, que por sua vez podem agir sobre as restrições que os atores sociais vivenciam. “As práticas podem ser entendidas como produtos e como produtoras do espaço que as abriga, pois resultam de um habitus específico, gestado neste espaço produzido por elas” (Lobosco, 2009, p. 27). As práticas informais são caracterizadas pela sua complexidade, que mesmo não sendo regularizadas, agem como respostas às necessidades dos sujeitos residentes desse espaço também informal (Gonçalves, 2017).

De acordo com o exposto, estas práticas informais urbanas são consideradas ações que os sujeitos elaboram para lidar com as necessidades de viver na cidade. Estas práticas muitas vezes são desenvolvidas por meio da criatividade e da solidariedade, e criam soluções para os problemas enfrentados pelos atores sociais.

Ou seja, “tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenómeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente” (Lencioni 2008, p. 114). Assim, o urbano torna-se o espaço das relações sociais e, assim, o espaço para o desenvolvimento dessas práticas.

Entretanto, embora podemos encontrar as práticas informais urbanas dentro de todo perímetro da cidade, como vimos anteriormente, o que podemos destacar é que este termo está muito associado aos próprios espaços urbanos informais. A construção da noção de informalidade, o conceito enquanto fenómeno, só pode existir através de tais práticas, e é por isso que os dois conceitos se entrelaçam numa mesma lógica: o que está fora das regras da sociedade.

A informalidade se caracteriza também por estratégias e arranjos políticos dos moradores. As práticas informais se manifestam nas situações cotidianas, seja pelos aluguéis de casa, compra e venda de imóveis ou lajes, autoconstrução das moradias, seja pelas atividades exercidas pelo comércio local ou pelos arranjos para acessar aos serviços coletivos. (Anile & Gonçalves, 2018, p. 24)

Assim, para este estudo, as práticas informais urbanas dentro dessa perspectiva da informalidade urbana está na vivência dos atores sociais, tanto no acesso à cidade como na construção do seu próprio habitat, que muitas vezes são associados às questões marginais, de pobreza e exclusão. Mas, se os limites que traçam a informalidade é constituído por áreas construídas e que podem representar uma aglomeração que concentra a pobreza, não pode confundir os dois, pois existem grupos intermédios que se encontram nos espaços informais, que contribuem para as atividades realizadas dentro da localidade informal (Lussault, 2016), destacamos os comerciantes, os líderes comunitários, os intelectuais e os atores sociais que podem estar fora desses espaços, mas escolhem permanecer no seu lugar de residência por questões associadas ao pertencimento. Ou seja, não podemos associar os espaços informais somente a concentração de pobreza urbana, ou uma cópia ainda em desenvolvimento de uma cidade formal, pois estamos diante de um fenómeno criado pelas estratégias de enfrentamento da população, com valores simbólicos ligados a ele, num espaço bastante heterogéneo (Lobosco, 2009).

Estas práticas podem ser extremamente importantes para a localidade, pois criam laços entre pares que podem contribuir para melhorar as experiências dos atores sociais. Ou seja, as práticas informais urbanas são extremamente importantes para a compreensão e desenvolvimento comunitário, pois a “solidariedade é, em termos de comunidade, uma verdadeira estratégia dos que, por viverem na escassez ou à margem, constroem um saber particular de convivalismo e de experiência local” (Paiva, 2003, p. 19).

Assim, estas práticas informais urbanas podem ajudar a melhorar a qualidade de vida dos da população das áreas informais e promover a coesão social, dando-lhes uma voz para fazer mudanças positivas na comunidade.

3.3. Autonomia comunitária e o direito à cidade

Partindo do princípio que a autonomia comunitária é procura promover a autodeterminação das comunidades, por meio do seu próprio desenvolvimento social e económico, entendemos-na como uma ferramenta fundamental para o acesso à cidade, ou pelo menos, como forma de vivenciar a cidade pelas próprias estratégias da população.

“Construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva” (Rolnik, 2017, p. 19), portanto, nos espaços urbanos informais o conceito de autonomia comunitária é fundamental para compreendermos a dinâmica desses espaços coletivos. O objetivo é perceber que as comunidades têm o direito de tomar decisões sobre questões que afetam diretamente o seu cotidiano.

“Podemos entender no senso comum a “autonomia” como a capacidade de governar-se pelos próprios meios” (Valduga, 2018, p. 61). Por isso, por meio da autonomia comunitária, as comunidades podem se desenvolver a partir das suas próprias necessidades, com a possibilidade de desenvolver projetos e iniciativas que contribuam para a resolução de problemas que possam ter. “A autonomia coletiva, socialmente construída, é um processo de união, direito e liberdade” (Faleiros, 2006, p. 13), com isso, o princípio da autonomia comunitária reconhece também que as comunidades têm o direito de escolher as suas próprias formas de gerir o seu espaço urbano. “É a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças” (Rolnik, 2017, p. 25).

No sentido etimológico da palavra autonomia, de origem grega, tem o significado de *autos* por si mesmo e *nomos* compartilha, norma ou uso. Assim, o sentido da palavra autonomia remete a capacidade humana em criar as suas próprias leis e regras e poder compartilhar em sociedade (Schramm, 1998).

A autonomia não pode ser entendida como uma ausência de controle, mas como uma possibilidade de ação, autocontrole, onde os atores sociais vão agir uma função de dar respostas as necessidades sociais, passíveis de serem alteradas (Flores Júnior & Córdova, 2019).

Lima et al. (2021) destaca que o conceito de autonomia está relacionado com o respeito da capacidade de tomar decisões. “Como tal, a autonomia deve ser um valor cultivado para a manutenção de uma vida activa, política e de convivência baseada em sentidos identitários e meios de gestão próprios” (Belchior-Rocha, 2016, p. 321). A construção das identidades desses atores sociais, promotores da autonomia local é o que os une em direção a um propósito que faz com o que a comunidade possa caminhar conjuntamente. Nessa linha de pensamento destacamos que numa comunidade urbana para a autonomia existir devemos levar em consideração alguns aspetos, como o direito de decidir, a pertença ao lugar, a participação e a emancipação.

Podemos destacar que quando falamos de autonomia comunitária a emancipação torna-se uma ferramenta, pois é pensada como um processo de construção de uma cultura de resistência,

envolvendo atos de afirmação, auto-organização e luta coletiva em resposta aos desafios diários vividos pela localidade, que envolve o desenvolvimento de novas estruturas e relações sociais, a fim de melhorar as condições de vida dos atores sociais, através de um processo de auto-organização, que busca fortalecer a capacidade das comunidades de resistir a qualquer forma de opressão e dominadoras.

A inteligência colectiva da emancipação não é a compreensão de um processo global de sujeição. É antes a colectivização das capacidades investidas nesses cenários de dissentimento. É o pôr em acção da capacidade de qualquer indivíduo, da qualidade dos homens sem qualidades. (Rancière, 2010, p. 73)

O autor supracitado aborda, nos seus textos, a emancipação social, por um lado destaca como um processo para ser alcançado pela comunidade, através do reconhecimento destes grupos sociais, por outro como uma rutura sensível, compreendendo a lógica de reorganização da construção da realidade social (Rancière, 2010).

A ideia de participação está ligada ao de autonomia comunitária, uma vez que a segunda depende da primeira para poder se desenvolver. Podemos encontrar a participação nas práticas quotidianas da sociedade civil, tanto pelas organizações sociais ou pela política estatal (Gohn, 2019).

A. M. Martins (2002) vai trabalhar o conceito de autonomia relacionando com a participação e a democracia, como forma de liberdade através do pensamento político democrático, onde a participação não está relacionada somente com a tomada de decisões coletivas, mas na criação de alternativas que possibilitem a escolha.

É importante assinalar que os processos de participação são constituídos por uma dinâmica individual e coletiva, que opera concomitantemente. Se a necessidade de participação é o desejo que move o ator a praticar a ação, o sentido de sua participação num empreendimento coletivo pode ser altamente positivo. Se, ao contrário, a participação é delegada por normas, vigora a ausência do desejo como motor fundante da ação. Neste caso, dificilmente o ator imprimirá o mesmo sentido a ações sociais, a projetos coletivos, a empreendimentos de mudança institucional. Nessa perspectiva, os movimentos autônomos e/ou participativos constituem o amplo cenário político e social que alimenta o antagonismo que fundamenta as relações sociais por força do desejo de mudanças. (A. M. Martins, 2002, p. 210)

A autora ainda destaca que essa participação não está condicionada a uma ruptura de poder, mas sim a uma distribuição na construção dos mecanismos de poder (A. M. Martins, 2002), para a tomada de decisão em conjunto, na medida horizontal.

Pode-se reafirmar que a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos. (Milani, 2008, p. 573)

Neste sentido, Milani (2008) destaca uma dimensão sobre a participação, o que o autor chama de pedagogia da participação que está vinculada como um meio para ultrapassar os conflitos vivido pelos atores sociais, promovendo, com isso a noção da responsabilidade partilhada (Milani, 2008).

Assim, entendemos a autonomia comunitária como o direito das comunidades de decidirem sobre as questões locais, definindo sobre as suas próprias ações e a participação social como uma ferramenta para este propósito, já que é o processo pelo qual os atores sociais se envolvem nesta tomada de decisões, exigindo o direito de influenciar na melhor escolha para a sua localidade. Contudo, o objetivo destes dois conceitos é dar às populações locais a oportunidade de ter voz na definição das suas prioridades e escolhas, ou seja, o ator social é também um ator ativo na sua própria comunidade. A autonomia comunitária e a participação social são dois conceitos importantes para a construção de uma comunidade mais ativa.

A autonomia comunitária e o direito à cidade são temas relacionados. Um conceito desenvolvido por Henri Lefebvre (2001) que se refere à ideia de que as pessoas devem ter o direito de participar na criação e no controlo dos seus ambientes urbanos.

Sassen (2008) diz que os processos globais torna possível uma abertura económica e política além das fronteiras, o que vai permitir novas reivindicações, e, assim, a constituição de direitos, incluindo os direitos do lugar, pois a cidade emergiu também através dos setores desfavorecidos. Neste contexto, a noção de direito à cidade não está condicionada somente as formas de acesso, ou o direito dos sujeitos de acessar a determinados espaços, mas também de usufruir do direito a atividade participativa desses sujeitos para a criação destes espaços urbanos, ou seja, a cidade (Lefebvre, 2001).

Harvey (2008) aponta que a construção da cidade ideal não pode ser dissociada da constituição dos laços sociais, dos modos e estilos de vida da população, da relação com a

natureza, o avanço da tecnologia e os valores da sociedade. O autor trata o direito à cidade como um direito humano através da liberdade:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (Harvey, 2008, p. 74)

O autor ainda afirma que a cidade por ser um fenómeno construído pelas classes, sobre a concentração social e geográfica, com uma distribuição desigual dos recursos, torna-se necessária a luta de classe para comandar o processo urbano, que está empurrando o urbano para as áreas rurais, e isso deve ser através do direito à cidade (Harvey, 2008). Esse processo está imbricado com o sistema económico capitalista vigente, que por sua vez, cria condições para a constituição de movimentos sociais a buscar os direitos básico como o de pertencer e viver a cidade.

Os movimentos sociais urbanos foram, e são fundamentais para construção e reivindicação desse direito, que surge na reivindicação de uma reforma urbana, pelo direito à moradia, a utilização dos espaços públicos e aos recursos disponíveis (Harvey, 2008; Lefebvre, 2001).

Lefebvre (2001) discute o direito à cidade na linha do avanço do capitalismo e da industrialização, causando uma segregação sócioespacial pela produção e reprodução do sistema capitalista de desenvolvimento do urbano, que gera consequências na vida dos sujeitos. Assim, ele destaca que o direito à cidade “se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (Lefebvre, 2001, p. 134).

Portanto, o direito à cidade compreende “não a cidade arcaica, mas a vida urbana, a centralidade renovada, os locais de encontro e de trocas, os ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses encontros” (Lefebvre, 2001, p. 139). Para ser possível a realização da sociedade urbana, importa ter um planeamento dirigido para as necessidades sociais, as necessidades da própria sociedade urbana e uma força social e política para desenvolvê-la (Lefebvre, 2001).

O conceito de autonomia comunitária se refere à capacidade da comunidade de desenvolver a sua própria cultura e identidade, bem como desenvolver as habilidades e o conhecimento necessários para criar e gerir o seu próprio espaço de vida, faz parte do direito à cidade, pois dá às pessoas o direito de ter um papel ativo na criação e na gestão do seu espaço de vida. A autonomia comunitária dá às pessoas o direito de criar e gerir as suas próprias infraestruturas, decidir sobre o uso do solo e participar em projetos de desenvolvimento urbano. Permitindo, assim, que as comunidades tenham um papel ativo na criação de um ambiente urbano saudável.

3.4. Serviço Social e Intervenção Comunitária

Antes de se entender o Serviço Social como profissão de intervenção e a sua importância na intervenção comunitária para o desenvolvimento local, importa perceber, ainda que de forma resumida, o seu processo de institucionalização e legitimação.

A institucionalização do Serviço Social como profissão está associada intrinsecamente à mudança de paradigma da sociedade, ou seja, o advento da modernidade pautada na sociedade de risco¹², que conduziram a uma alteração das práticas de intervenção ao nível das expressões da questão social¹³ produzidas pela economia capitalista que permeia essa sociedade. Assim, podemos dizer que a profissão está pautada na intervenção com as populações em vulnerabilidade do ponto de vista económico e social. Neste sentido, a atuação desenvolvida pelos assistentes sociais incidia no controlo das desigualdades e na integração da população que se encontrava, e ainda se encontra, às margens do sistema político, social e económico, ou seja, na arbitragem de conflitos sociais (Pereira, 2012).

De acordo com Moura (2006), a corrente de pensamento do Serviço Social está dividida entre duas vertentes, uma humanista e doutrinária, e, por outro lado, uma marxista e racionalista. Ambas as vertentes se fundamentam numa lógica de interpretação dos factos históricos e sociais, alinhadas por propósitos ideológicos. A utilização desta produção teórica e

¹² Entendemos aqui a sociedade de risco trabalhado por Ulrich Beck, como um aglomerado de riscos que vivenciamos no mundo de hoje, por exemplo, ecológicos, financeiros, militares, terroristas, informacionais. O autor destaca que há três modos de se conviver com esses riscos: a negação, que se relaciona com a cultura moderna, mas esquece a parte política; a apatia, remete as questões niilistas; e a transformação, ligada a produções múltiplas do futuro e suas consequências (Beck, 2011).

¹³ “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: (...) o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Iamamoto, 2010, p. 27).

investigação histórica, inerentes ao Serviço Social, permitiram desenvolver e interpretar a realidade profissional construída ou em construção, conduzindo à reflexividade. Esta, por sua vez, é assumida como um paradigma para desconstruir as certezas que geraram obstáculos à mudança. Assim, trata-se de utilizar a história do Serviço Social com o intuito de romper com o passado e preparar para o futuro, encontrar as diferenças deste relativamente às variadas profissões sociais e analisar a capacidade dos profissionais de conciliarem os fatores endógenos e exógenos com a consciência profissional.

A prática da intervenção, para o Serviço Social, consolidou-se como resposta a essas expressões da questão social decorrentes das desigualdades sociais, que se estabeleceu através da ligação entre o capitalismo e a sociedade.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ao deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (Iamamoto, 2010, p. 28)

Contudo, hoje é fundamental perceber as nuances causadas pela questão social, através das múltiplas formas de expressão que acentuam as desigualdades que os assistentes sociais enfrentam no seu quotidiano, para fomentar formas de resistência e defesa às quais os atores sociais estão sujeitos e às suas vulnerabilidades.

As correntes de pensamento referidas anteriormente defendem perspectivas diferentes. Por exemplo, conforme o marxismo, tanto a legitimação da profissão, como a construção do seu modelo de intervenção estão associadas ao processo de organização das estratégias de amenização de conflitos, criadas pelo capitalismo para assegurar a sua hegemonização e proliferação como sistema económico dominante, conflitos provenientes da luta de classes sociais (Moura, 2006).

Para uma abordagem do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, partimos da posição de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. (...) Então, um conceito fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social que, na tradição marxista, se refere ao

modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. (Yazbek, 2009, p. 126)

À luz desta corrente, o exercício do Serviço Social surge como uma nova profissão concebida pelo capitalismo para colocar em prática formas sociais de integração das pessoas num novo contexto de modelo societário (Netto, 1992) enfatizado pelo fraco papel político, por meio de centro sociais e de organizações assistenciais, mas sem estar dissociado de uma base assistencialista. A atuação do assistente social culminava numa ação sobre as pessoas e as suas famílias cuja missão era amenizar a gestão das igualdades, uma mediação de interesses (entre o capital e o trabalho). É nesta perspectiva, com base na leitura marxiana, que o Serviço Social se constitui na sociedade capitalista, e é com a reprodução das relações sociais que define o público o qual a profissão irá intervir (Yazbek, 2018).

Ao nível da intervenção, este mecanismo concretizou-se através das práticas que foram instituídas em prol das necessidades de legitimação do modelo de gestão social em função dos interesses económicos, do modelo de atuação estabelecido entre a ação social e a assistência, e do exercício desenvolvido de forma polivalente como meio de solucionar lacunas entre os indivíduos e as instituições.

Segundo Ander-Egg (1994) a perspectiva humanista, remete o processo da arte de fazer o bem, marcada pela intervenção através da igreja, traduzindo numa obrigação religiosa como prática social da própria caridade. A questão religiosa da época inseriu a profissão no caminho para a relação de ajuda com o próximo. Ao longo do tempo, essa perspectiva da relação de ajuda foi alterando, ganhando corpo teórico no qual o Serviço Social se debruça enquanto profissão interventiva, e não somente caritativa.

Apesar das diferenças perspectivadas no âmbito destas duas correntes de pensamento, a respeito das expressões da questão social, em ambas, levaram a uma reflexão sobre os agentes ou coletividades de produção de bem-estar. Tanto a corrente marxista como a humanista, fazem uma associação muito mitificada sobre a relação profissional dos assistentes sociais com os fenómenos de instabilidade e exclusão social.

Foi através deste diálogo que ao assistencialismo se pretendeu dar lugar a um novo modelo de intervenção, focado nos processos de incapacidade social e posteriormente nos problemas de exclusão social. Numa época de transição da sociedade, a partir desta premissa, pode-se afirmar que o processo de intervenção não é estanque, é conduzido através sistema de proteção social (não comerciável e para o bem-comum) relacionado com a emergência das necessidades

da sociedade, uma responsabilidade do Estado. Ou seja, a identidade da intervenção altera-se consoante os contextos onde esta está inserida, logo, o modelo de intervenção é produto da desconstrução e da reconstrução das estratégias de intervenção (Moura, 2006).

Neste sentido, percebe-se intervenção social como uma ação conduzida por estratégias, que pode ser institucionalizada ou não, e que visa exercer a transformação social (Robertis, 1991). A intervenção social pretende minimizar os efeitos negativos das desigualdades sociais. Para isso, utiliza múltiplas estratégias que vão desde a informação, à consciencialização e à formação, ao desenvolvimento de programas que visam a melhoria da vida das comunidades. Essa ação não é estática, pode diversificar-se consoante a posição, os processos de integração dos agentes, dos recursos e na interação entre ambos, ou seja, depende de múltiplos fatores (culturais, sociais, económicos, temporais, entre outros), daí se modificar ao longo do surgimento de influências provenientes das correntes de pensamento enunciadas.

O Serviço Social constitui-se então como uma profissão de intervenção no universo da gestão de riscos sociais, não só porque o seu terreno de atuação está intimamente ligado à gestão de realidades sociais produzidas pela sociedade, mas também, fazendo a analogia com o que foi dito anteriormente, porque a construção e a reconstrução dos seus modelos de intervenção e conseqüentemente da sua identidade são o resultado da adaptação da postura que os assistentes sociais foram desenvolvendo face à emergência dos fenómenos de desfiliação e exclusão social.

Ao contrário de outras profissões, a relação com o passado converte-se num investimento para o futuro. O Serviço Social utiliza a revalorização da sua imagem patrimonial para reforçar a sua ética e deontologia no campo de intervenção, sem recusar uma rutura total com o passado, colocando a prática dos assistentes sociais historicamente definida, mas adaptável às novas configurações que os problemas sociais vão adquirindo com a evolução societária.

Não obstante, nos anos 70, com o surgimento de “Movimentos de Reconceptualização do Serviço Social”, Malcom Payne trouxe a premissa de rutura com a tradição do Serviço Social relacionada com a propriedade intelectual da profissão através de propostas influenciadas pelas correntes positivistas com um criticismo relativo ao passado e presente das práticas de intervenção social (Payne, 2002), com uso da produção de conhecimento de outras áreas das Ciências Sociais dando lugar a uma intervenção determinada e organizada em função de diferentes perspectivas teóricas – teoria psicodinâmica, cognitivo-comportamental, sistemas e

ecológica, radical, marxista e humanista existencial – materializadas em diferentes modelos de intervenção (intervenção em crise, centrado em tarefas, de comunicação e psicologia social) tanto na área da saúde, justiça, segurança social.

Neste contexto, os Movimentos enunciados anteriormente, se por um lado desconstruíram a representação acomodada da profissão, por outro, politizaram o exercício profissional. O Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidades recapitalizaram-se como métodos de intervenção social numa sociedade de risco. Como foi o caso da América Latina, esta recapitalização fez repensar a dimensão política do exercício profissional, produzindo uma ambiguidade em torno da essência e finalidade da profissão, pois colocou em causa a existência do Serviço Social enquanto profissão vocacionada para a caridade e investiu na intervenção comunitária como um processo de consciencialização política dos mais desprotegidos (Pereira, 2012).

Torna-se assim imperativo compreender a relação de Comunidade com a Intervenção Comunitária e o Desenvolvimento Local, para se conseguir refletir sobre o contributo do Serviço Social no *empowerment* das comunidades.

Considerando que o indivíduo desempenha um papel fundamental nas dinâmicas das interações sociais, pois cada um possui uma particularidade, onde os seus contextos de vida influenciam-se mutuamente.

Cada indivíduo ultrapassa os vários processos da sua vida de maneiras diferentes, de acordo com a sua experiência, características pessoais, recursos e apoios a que consegue ter acesso, por isso, o contexto de cada um é muito amplo e complexo, influenciado a todo o momento com as alterações e mudanças que ocorrem à sua volta, produzindo dinâmicas constantes a nível interno que levam a determinadas ações e reações e que por sua vez configuram influências mútuas. Consequentemente, é fundamental entender e distinguir as diferenças de interações entre os vários contextos de vida, como se processam essas influências e que impactos provocam. (Belchior-Rocha, 2016, p. 56)

Essas dinâmicas de interações são produzidas num ambiente e contexto específico, e, portanto, podemos considerá-los, para este estudo, a comunidade como parte de toda essa dinâmica. Belchior-Rocha (2016) diz que quando analisamos os problemas que a sociedade atual enfrenta, conseguimos compreender a sua inter-relação e interdependência, e por isso a prática do serviço social deve ser articulada com os indivíduos, alcançando a sua participação para a promoção da sua cidadania e *empowerment*.

A conceptualização de comunidade está contida numa dimensão polissêmica com dupla significação. Por um lado, abrange o espaço geográfico onde reside uma organização de vida social (aldeias, bairros, etc.) e, por outro lado, envolve a qualidade das relações que se estabelecem entre as pessoas e grupos alicerçados sobre redes informais pelo valor das relações primárias (família) derivado da ausência de sociabilidade institucionalizada. E ainda, segundo Vieira (1988), a tipologia de comunidade rege-se por vários critérios, nomeadamente, demográficos, funcionais, de localização, nível de desenvolvimento e outros mais.

Portanto, pode-se definir comunidade como:

uma palavra-chave usada para descrever unidades sociais que variam de aldeias, conjuntos habitacionais e vizinhanças até grupos étnicos, nações e organizações internacionais. No mínimo, comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada, que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração. (Bottomore, 1996, p. 115)

Ou ainda utilizamos a palavra comunidade como o agregado básico da formação das classes e dos partidos, dependente dos tipos de forças que agruparam os indivíduos: forças económicas, forças de prestígio, entre outras (Weber, 1974).

A comunidade ainda pode ser entendida como sendo um determinado grupo de pessoas que residem numa determinada área geográfica, compartilham uma cultura e estilo de vida comuns, têm consciência da sua unidade e podem agir coletivamente para atingir um determinado objetivo (Cohen, 1985).

Cohen (1985) destaca que a comunidade se trata da representação das relações e pertença social, ou seja, está diretamente ligada à consciência social dos sujeitos coletivos, sobre si e sobre a própria comunidade. O autor ainda argumenta sobre as fronteiras simbólicas, que marca os limites da comunidade influenciada pelos significados que os próprios membros depositam a respeito das suas expectativas e interpretações, e assim, os atores sociais conseguem, construir simbolicamente a comunidade, tornando-a um recurso com significados que são referência para a sua identidade.

Assim, as categorias sociais são normalmente definidas com base no simbolismo da comunidade e a noção de comunidade extrapola a delimitação geográfica para as possibilidades de pertencimento e participação, através dos espaços simbolicamente delimitados.

A evolução e a transformação do conceito de comunidade influenciaram a destradicionalização, realizada no âmbito do Serviço Social de Comunidade, sendo o resultado do processo de recontextualização do Serviço Social na sociedade atual.

Sendo o Serviço Social uma profissão de intervenção e a comunidade como um dos seus campos de atuação, Ander-Egg (1995) afirma que este é um processo trabalhado em conjunto, onde a comunidade irá identificar os problemas sociais existentes, procurando perceber os recursos internos e externos para enfrentá-los e intervir em conjunto, ou seja, desenvolve atitudes de cooperação para agir na resolução desses mesmos problemas.

Em torno da intervenção comunitária, aos olhos de Esgaio (2014), tendo-se em consideração a conceptualização de comunidade numa dimensão polissémica em termos de critérios geográficos, concetuais e outros mais, criaram-se tipologias de práticas de intervenção comunitária, distinguindo-as em três modelos, nomeadamente, desenvolvimento local, planeamento social e ação social.

O desenvolvimento local baseia-se numa intervenção localizada, orientada para processos do ponto de vista da integração social e do desenvolvimento de competências numa essência de autoajuda. Já o planeamento social, caracteriza-se por ser uma intervenção norteada para os resultados, focando-se na resolução de problemas sociais concretos com diagnósticos claros à cerca das necessidades e no desenvolvimento de respostas para as satisfazerem. Por fim, a ação social é uma intervenção integrada que visa a alteração de sistemas de poder com base na consciencialização, na *advocacy* e na liberdade. No entanto, é relevante referir que o contexto económico e social reforça a necessidade de utilização de estratégias comunitárias em simultâneo com outras para que, no geral, a intervenção seja consertada e integrada sobre os problemas sociais que afetam os grupos da comunidade (Esgaio, 2014; Carmo, 2001).

Payne (2020) aponta alguns modelos de intervenção comunitária:

Quadro 1: Modelos de Trabalho Comunitário

Modelo	Estratégia	Exemplos de Práticas
Cuidados Comunitários	construir autoajuda, redes sociais, serviços voluntários	Brincadeira infantil, serviços comunitários para deficientes ou idosos
Organização Comunitária	coordenação entre os serviços de bem-estar	órgãos de coordenação local, assentamentos

Desenvolvimento Comunitário	ajudar os grupos a desenvolver confiança e habilidades	Centros comunitários, grupos de inquilinos, trabalho com jovens
Educação Comunitária	educação igualitária e participativa	universidade da terceira idade, educação feminina e da classe trabalhadora
Ação Comunitária	ação direta baseada em classe e focada no conflito	campanha sobre questões locais, direitos de bem-estar, ação de inquilinos
Desenvolvimento económico da Comunidade	manutenção de negócios locais, empreendedorismo social	transporte comunitário
Trabalho Comunitário Feminista	melhorar a saúde e o bem-estar das mulheres	refúgios de violência doméstica, grupos de saúde da mulher
Minoria étnica e trabalho comunitário antirracista	Executando grupos que apoiam interesses de grupos étnicos minoritários	grupos autónomos que fornecem serviços, por ex. refeições, atividades culturais
Ambientalismo	capacitar grupos que apoiam questões ecológicas e verdes	campanha, grupos cooperativos, ação de alimentos e combustíveis

Fonte: Popple (2015) citado em Payne (2020, p. 278)¹⁴

Esses modelos de intervenção comunitária, perpassam um agrupamento de situações encontradas nas comunidades com o passar do tempo, agregando valor às diversas intervenções feitas.

¹⁴ Traduzido pela autora.

O trabalho comunitário consiste num processo que passa pela associação conjunta de indivíduos no sentido da realização de interesses comuns; pelo desenvolvimento de capacidades, confiança e recursos; pelo fortalecimento de relações dentro da comunidade, assegurando que os indivíduos sejam reconhecidos como parceiros na produção, nos serviços e na vida democrática, em vez de serem objectos das decisões e políticas exteriores à comunidade. (Belchior-Rocha, 2016, 247)

Uma dimensão trabalhada dentro da intervenção do Serviço Social comunitário é o desenvolvimento de comunidade, que:

assume carácter de mecanismo de ação sobre o capital humano, a partir de sua existência comunitária, e estimula o próprio povo a participar do planeamento e da realização de programas destinados a elevar o padrão de suas vidas por meio de esforços somados entre o povo e o governo. (Guilherme, 2012, p. 134)

Carmo (2001) trabalha a ideia do desenvolvimento comunitário com a intervenção social, onde o primeiro torna-se estratégia para a atuação profissional, exigindo uma reflexão sobre as realidades envolvidas na própria intervenção. Essa reflexão parte da análise dos papéis em que cada ator social está inserido dentro desta mesma intervenção. Para isso a Autora afirma que podemos entender a:

intervenção social com um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social - a que chamaremos sistema-interventor - se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social - a que chamaremos sistema-cliente - com ele interagindo através de um sistema de comunicações diversificadas com o objectivo de o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida. (Carmo, 2001, p. 2)

Através deste conceito, que a autora traduz num mapa conceitual, afirma que a interlocução entres esses atores, e destaca a importância de o interventor conhecer e reconhecer a cultura e o modo de vida de quem irá intervir.

Assim, a prática comunitária pode ser entendida como um conjunto de estratégias de interação comunitária, com vista ao desenvolvimento social e à melhoria da qualidade de vida dos seus membros. Estas estratégias podem ser desenvolvidas através de atividades com a promoção de experiências de interação, a solução de problemas e a resolução de conflitos. Além disso, estas estratégias devem ser aplicadas para garantir os direitos sociais dos indivíduos que vivem em comunidade.

Em primeiro lugar, o objecto de tal intervenção na comunidade é duplo: a organização da comunidade para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida. O exercício da cidadania exige intervir “com” a comunidade e não só “sobre” a comunidade, pelo que os grupos e as pessoas que participam de forma consciente, livre e responsável no seu desenvolvimento; melhoria da qualidade de vida, que não tem que ver só com as necessidades de sobrevivência, senão com os valores comunitários: associativismo e participação cidadã, voluntariado, posta em valor da cultura popular, cultivo das tradições, recuperação dos espaços e usos comunitários, e conservação do ambiente (físico-natural, histórico e social). (Fernández, 2009, p. 2)

Deste modo, a prática comunitária pode ser exercida à luz de visões reflexivas-terapêuticas (relações sociais, autoajuda), cujo objetivo é a evolução de competências dos elementos da comunidade através dos processos de desenvolvimento local, de visões individualistas-reformistas (ajustamento de necessidades e recursos) cujo paradigma é a análise diagnóstica das necessidades sociais da comunidade, o desenho, a implementação e a avaliação de planos de ação direcionados para os problemas sociais através dos resultados do planeamento social. E por fim, de visões socialistas-coletivas (mudança social) cuja missão é a análise e intervenção sobre as estruturas sociais, a promoção do empowerment e o advocacy através da alteração dos sistemas de poder da ação social.

Não obstante, a atuação do Serviço Social em contexto comunitário tem de ter em conta, como base os seus princípios éticos e deontológicos (justiça social, direitos humanos, e outros mais), a dimensão individual na garantia das condições básicas, na promoção de competências de integração socioprofissional e de cidadania que qualifiquem a vida em comunidade, a dimensão organizacional no desenvolvimento de competências de gestão organizacional e de qualificação dos colaboradores e da atuação, serviços, valorização do trabalho colaborativo e fortalecimento das redes comunitárias (Esgaio, 2014).

A prática comunitária pode ser exercida à luz de visões reflexivas-terapêuticas (relações sociais, autoajuda), cujo objetivo é a evolução de competências dos elementos da comunidade através dos processos de desenvolvimento local, de visões individualistas-reformistas (ajustamento de necessidades e recursos) cujo paradigma é a análise diagnóstica das necessidades sociais da comunidade, o desenho, a implementação e a avaliação de planos de ação direcionados para os problemas sociais através dos resultados do planeamento social. E por fim, de visões socialistas-coletivas (mudança social) cuja missão é a análise e intervenção

sobre as estruturas sociais, a promoção do empowerment e o advocacy através da alteração dos sistemas de poder da ação social (Payne, 1997, Carmo, 2007, e Pinto, 2011 citado por Esgaio, 2014).

E, ainda, para Esgaio (2014), a dimensão comunitária na eficácia e eficiência de modo geral, está na criação de condições que possibilitem o exercício dos direitos e dos deveres das pessoas, grupos ou organizações, o empowerment comunitário com o envolvimento dos elementos da comunidade nos processos de implementação de políticas públicas e na gestão de programas/projetos sociais. Ou seja, o assistente social, em contexto de intervenção comunitária, perante a dimensão coletiva, deve ter como referência a individualização dos problemas sociais (Pereira, 2012), pois é somente desta forma que é possível produzir efeitos positivos na coesão e mudança social (Esgaio, 2014).

Os aspetos basilares verificados no conceito de Serviço Social comunitário, estão relacionados com a metodologia e a prática de intervenção comunitária (o empowerment, o trabalho colaborativo, a inovação social e o planeamento social) (Esgaio, 2014), criando-se a partir daí uma ponte entre a intervenção comunitária, o desenvolvimento local e o Serviço Social.

Relativamente à aceção de empowerment, este, segundo Pinto (1998), concetualiza-se como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos, materiais e instrumentos pelos cidadãos, grupos e comunidades, em si e no meio envolvente, traduzindo-se numa aquisição de poder a nível psicológico, sociocultural, político e económico, para potencializar o exercício da sua cidadania. Especificamente, o empowerment, em contexto comunitário, está direcionado para uma atuação macrossocial no processo sociopolítico e na mudança social cuja missão é a coesão e a mobilização social.

O empowerment comunitário revela-se em quatro planos de interação, nomeadamente, a comunicação, o capital comunitário, as competências e a participação. O capital social, do ponto de vista da intervenção comunitária, é essencial enquanto acentua as questões de interdependência (solidariedade) e de ajuda mútua, fazendo com que aumente a exigência de uma intervenção comunitária voltada para o fortalecimento de relações sociais entre cidadãos com características diversas, e desta forma minimizar as diferenças entre estes. Em suma, esta estratégia de intervenção permite antecipar os problemas e não simplesmente a sobrevivência da comunidade face a estes, uma visão preventiva e eficaz. Para que isto seja possível, cabe ao

sistema-interventor possuir um conjunto de competências de gestão da diversidade da comunidade (Esgaio, 2014).

Relativamente ao trabalho colaborativo e comunidade, de acordo com Esgaio (2016), surge, à semelhança do capital social, como uma estratégia de trabalho basilar no campo de ação da intervenção comunitária. Nesta, incluem-se as redes, a coordenação, a cooperação e a colaboração. A coordenação permite facilitar o acesso dos beneficiários a programas, serviços e sistemas. Já a cooperação, exige, por parte dos atores, processos e compromissos organizacionais de maior complexidade. E por fim, a colaboração envolve a partilha de riscos, recursos e benefícios associados, que poderão produzir um maior impacto de benefícios mútuos.

Ainda perante o trabalho colaborativo, as parcerias locais, no seguimento do raciocínio apresentado, surgem como um elemento essencial nas respostas às necessidades e problemas da comunidade, contudo, estas também apresentam algumas limitações.

Analisando as vantagens, as parcerias locais ao nível da implementação territorial, possibilitam desenvolver relações de confiança pela proximidade física e relacional, permitem uma maior eficácia na resposta às necessidades locais e eficiência na gestão de recursos, revelam-se um enorme potencial de influência nos sistemas políticos locais. Não obstante, estas são notórias pela flexibilidade na ação, pela promoção da participação democrática de todos os atores envolvidos, pela valorização da experiência, recursos e competências de cada ator, pelo aproveitamento da diversidade de conhecimento, pela captação de novos recursos para a intervenção social, pela maior representatividade social e pelo potencial de inovação e criatividade. O trabalho colaborativo acaba por estar intimamente relacionado com o empowerment dos atores, e conseqüentemente, no empowerment comunitário (Esgaio, 2014).

No caso da inovação social em contexto comunitário, esta pode ser potenciada através do trabalho colaborativo. Aos olhos de Esgaio (2016), a inovação social é um aspeto central no âmbito do Serviço Social, e particularmente, da intervenção comunitária. Surge como um conjunto de novos produtos, serviços e modelos que respondem às necessidades sociais expressas nesse contexto, enquanto permitem criar relações e colaborações sociais.

O processo de inovação social é composto por um conjunto de etapas em contexto comunitário que permitem criar uma matriz de análise de fatores críticos de apoio à inovação e

aos inovadores (Esgaio, 2014). Inicialmente identificam-se as motivações, as inspirações e os diagnósticos para ser possível detetar as necessidades sentidas por parte da comunidade e dos atores que as constituem, a seguir, apresentam-se as propostas e as ideias de forma que se explore as possíveis soluções e alternativas aos problemas identificados com o envolvimento direto da comunidade. Posto isto, elaboram-se os projetos-pilotos com base na sustentabilidade. Por fim, caminha-se em direção da disseminação das boas práticas difundindo a inovação na comunidade junto dos atores e evitando os fracassos. Surge então a mudança social, como grande finalidade do processo de inovação social, um processo de mudança no seio da própria comunidade, nas estruturas e políticas sociais envolventes (Esgaio, 2014).

Estes processos, que envolvem os atores na construção de soluções e alternativas para os problemas sociais, transformam-se numa bússola norteadora para a metodologia de intervenção comunitária. Através destes, fundamenta-se o planeamento da intervenção comunitária, materializado pela análise diagnóstica e aproximação à comunidade (caracterização da comunidade, problemas, necessidades e relações sociais), pelo planeamento (criação de instrumentos de articulação com as necessidades, os objetivos, as estratégias e os recursos), pela implementação (execução das ações anteriormente delineadas) e pela avaliação (monotorização e sistematização dos resultados do processo e dos impactos em termos económicos, sociais, ambientais e culturais) (Esgaio, 2014).

Segundo Esgaio (2014), estes aspetos estão relacionados com a prática do Serviço Social em contexto comunitário, ou seja, com os mandatos vistos anteriormente vistos (mudança social e desenvolvimento social) elevando os níveis de bem-estar para um desenvolvimento local sustentável.

Consideramos que a inserção e o envolvimento da comunidade nas ações do trabalho social, e, por conseguinte, na intervenção do Serviço Social, forneceu uma base crítica no trabalho para prática profissional, uma vez que, o sujeito coletivo passou a fazer parte da sua própria intervenção.

Apostar no desenvolvimento local é apostar em políticas sociais orientadas para a correção de desigualdades e assimetrias sociais, utilizando medidas de discriminação positiva para uma melhor distribuição de bem-estar, e, uma democratização e humanização da vida social. Uma intervenção comunitária à luz do desenvolvimento local, é uma intervenção potenciadora de tradições, de vizinhança, de solidariedade de parentesco, de sentimento de pertença, e de relações sociais efetivas, ou seja, de comunidade no seu sentido lato (Fernandes, 1996).

Uma questão a se levantar são as interações sociais dentro da comunidade que, como falado anteriormente, é a base para uma intervenção de qualidade. Essa interação social, aqui denominamos relação social, que no âmbito do Serviço Social pensa os indivíduos enquanto seres sociais.

Parece assente que um conhecimento *teórico* do ser social (vale dizer: a colocação da sociedade como objeto *específico* da reflexão teórica) só é viável quando as relações sociais apresentam-se como tais, isto é, como produtos distintos da natureza e próprios da humanidade. (Netto, 2005, p. 136)

Netto (2005) ainda destaca que essas relações só são possíveis numa sociedade capitalista, onde há um limite entre as classes e uma consciência e reconhecimento da própria realidade. Assim, as relações sociais podem ser percebidas através da reprodução da vida social, o que compreende somente a vida material como produto da força de produção, mas também as formas de consciência social sobre como os sujeitos se coloca na vida em sociedade (Yazbek, 2009).

Assim, a reprodução das relações sociais é a *reprodução da totalidade do processo social*¹⁵, a *reprodução de determinado modo de vida* que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. (Iamamoto & Carvalho, 2007, p. 72)

Para refletir sobre a totalidade dos aspetos aqui abordados, no exercício da prática do assistente social, é importante ressaltar que estes aspetos que determinam a relação entre comunidade, intervenção comunitária e desenvolvimento local não são estanques, pelo facto de se estar a trabalhar com comunidades humanas, em que os efeitos e os impactos da ação nem sempre são antecipados de forma eficaz. Por isso, apenas demonstra a impossibilidade de uma intervenção imparcial, pois tanto o sistema-interventor como o sistema-cliente estão construídos e alienados a um conjunto de representações e pré-conceitos já enraizados

¹⁵ A produção é uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. (...) A relação entre os homens na produção e na troca das suas atividades varia conforme o nível de desenvolvimento dos meios de produção. (...) Trata-se de uma produção social na sua especificidade: a produção capitalista. (Iamamoto & Carvalho, 2007, p. 29-30)

provenientes de influências culturais, políticas, familiares, e outros mais, condicionando assim o comportamento, a dinâmica e a essência da intervenção comunitária.

A lógica da intervenção comunitária só poderá ser posta em prática, de acordo com os vários autores citados, se se levar em conta as relações sociais entre os atores comunitários para que estes se possam questionar, criando as condições necessárias para a promoção da coesão, mobilização e desenvolvimento social.

Resultados e Discussão

4.1. Análise dos Resultados: Rocinha

As entrevistas realizadas no território da Rocinha estão altamente associadas a concepção de favela que se manifesta na sociedade atual, numa perspectiva de lutas e conformidades de um sistema público que invisibiliza toda uma população. Essa invisibilidade não aparece como uma não ação do Estado, mas sim como uma ação falha, que deixa margem para uma qualidade ruim na prestação dos serviços públicos nessa região. Mesmo assim, o que encontramos nesse momento, foram entrevistas de pessoas que, na sua maioria, expressam um sentimento de permanência no local, ainda que haja muitos desafios e limites no habitar a favela da Rocinha.

No quadro 2 abaixo disponibilizamos informações sobre os entrevistados. Optamos por trabalhar com letras para manter o anonimato dos entrevistados. Dentre as categorias de análise, escolhemos iniciar com o sentimento de pertença e a permanência local. Desta maneira, destaca-se a história de vida dos entrevistados com a Rocinha, como o tempo em que residem no território. Referente as suas características, foram 5 mulheres e 2 homens, com a faixa etária entre os 43 a 72 anos. 3 dos entrevistados, possui formação acadêmica, a maioria trabalha na Rocinha, e 1 é aposentada.

As pessoas entrevistadas são todas residentes da Rocinha, e em grande maioria trabalham na Rocinha, somente 1 possui o trabalho fora do território. Durante a entrevista, para sabermos como é o sentimento de pertencimento ao território, foram indagadas da seguinte forma: “Você acredita que a Rocinha faz parte da sua vida, da sua história?”; “Você diria que ser morador(a)¹⁶ da Rocinha faz parte de quem você é hoje?”; “O que mais gosta em morar na Rocinha? E o que menos gosta?”. As respostas a essas perguntas levaram a perceber que mesmo quem tenciona, ou já tencionou, sair da Rocinha, possui um sentimento de pertença ao local, numa perspectiva de a vivência local configurar a sua própria história de vida.

¹⁶ Escolhemos a palavra morador nas entrevistas realizadas no Brasil, por ser mais comum a utilização do termo.

Quadro 2 – Caracterização dos entrevistados: Rocinha/Brasil

Entrevistado	Sexo	Idade	Formação	Ocupação profissional	Como chegou na Rocinha
A	Feminino	43	2º Grau completo (secundário)	Secretária em uma escola de música	Nasceu na Rocinha
B	Feminino	72	Primário incompleto (1º ciclo)	Aposentada (reformada)	Nasceu no Ceará e migrou para a Rocinha há 40 anos
C	Feminino	42	Ensino Superior Completo	Administradora da Creche	Nasceu na Rocinha, mudou para o subúrbio carioca, migrou para os EUA, e voltou para a Rocinha há 20 anos.
D	Masculino	50	Ensino Superior completo		Nasceu no subúrbio do Rio de Janeiro, foi morar na Rocinha há 25 anos
E	Feminino	46	Ensino Médio Completo (secundário)	Comerciante	Nasceu na Rocinha, passou a infância na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro), voltou pra Rocinha há 32 anos.
F	Masculino	46	Ensino Médio Completo (secundário)	Gestor	Nasceu na Rocinha.

G	Feminino	62	Ensino superior Completo	Conselheira Tutelar	Nasceu em Duque de Caxias, foi morar na Rocinha há cerca de 40 anos
---	----------	----	--------------------------	---------------------	---

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Com destaque a essas perguntas, observamos nas respostas dos entrevistados, um olhar cuidadoso ao contar as suas histórias com a Rocinha.

Ah! A Rocinha é um lugar que se você pow, vier de fora visitar tu já quer ficar, tu se apaixona. Muitos dizem que é por causa da facilidade né, que tudo tem aqui na Rocinha, aqui é quase 24 horas, mas não, não é não, o lugar que é especial mesmo. Tá meio maltratado, muitas pessoas deixaram de cuidar como Rocinha merece ser cuidada, mas continua sendo um lugar apaixonante, que você pisa... eu faço até um desafio aí, você pode vir de qualquer lugar do mundo, você vai ficar aqui uma semana, tu vai querer continuar aqui na Rocinha. (Ent. F)

Mesmo com uma crítica a característica da localidade podemos perceber o entusiasmo do entrevistado quando indagado sobre o que gosta na Rocinha, corroborando com outra entrevistada.

Eu não sei te explicar. Eu sou apaixonada pela Rocinha, é impressionante. Sabe assim, quando você ama uma coisa, e você fala assim: “porque você ama né?”, você ama porque e apesar de né, mas eu acho que é por, não sei, a energia que ela tem. Eu quero muito melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram na Rocinha. (Ent. C)

Podemos destacar duas questões nos trechos dessas duas entrevistas: o primeiro centra-se em saber que há problemas em habitar o território da Rocinha, que é considerado um território marginal, abordando questões como a própria infraestrutura, o olhar sobre o cuidado (ou a falta de cuidado) das pessoas residentes, e a luta para melhorar a qualidade de vida de todos; o segundo, é o sentimento de “amar a Rocinha” e pertencer a este lugar, e acabam por valorizar o território que vivem, pois segundo A. S. Silva (2019), esse sentimento é uma forma para valorização e cuidado com o lugar, e, portanto “a ideia de pertencimento institui uma identidade no indivíduo que o fará a refletir mais sobre a vida e o ambiente, desencadeando uma postura crítica e reflexiva dentro do local onde ele se encontra” (A. S. Silva, 2019, p. 133). E quando indagamos essa pergunta a Ent. B revelou-se o mesmo sentimento: “Eu gosto aqui da Rocinha,

dizer que eu não gosto, eu gosto. É porque eu não tenho vontade de ir pra outro lugar não. Tenho não, se eu disser que tenho, to mentindo” (Ent. B).

Podemos destacar o sentimento de pertença nas entrevistas também quando fazem referência como a sua história com a Rocinha se entrelaçam e tornam parte da sua identidade pessoal.

Minha formação política, cultural, profissional toda se deu aqui dentro. O tempo do serviço público foi aqui, eu fiz a minha graduação porque eu morava aqui, eu estudei mais porque eu estava aqui, eu constituí família, eu tenho raízes, eu tenho amigos aqui de 40 anos, que foi feito lá fora e permaneceu aqui. (Ent. G)

Esta afirmação corrobora com todas as outras entrevistas, cada um com a sua história apresenta o território como parte do seu processo de vida. A identidade é construída ao longo da vida, e é influenciada pelas experiências que vivenciamos. Podemos dizer que a identidade é o conjunto de características que nos define como indivíduos. Estas características podem ser físicas, psicológicas, sociais, culturais, entre outras. A identidade é a forma como o indivíduo é percebido pelo mundo, e é através da identidade que o indivíduo se relaciona com o mundo. Goffman (1988) argumenta que a identidade é construída e categorizada a partir do meio social que o indivíduo vive, ou seja, é a partir do meio social que determina o sujeito. Neste sentido, o desenvolvimento da identidade de um indivíduo refere-se aos aspetos sociais influenciado pelo ambiente, pelas experiências e pelas relações interpessoais, de onde vive. “Eu sempre digo, que meu olhar do mundo é porque eu nasci aqui, e cresci aqui. Se hoje penso da maneira que penso é porque eu vim daqui. E não tenho vergonha de dizer que moro na favela não” (Ent. A). E ainda o Ent. F diz: “Sem dúvidas! eu sou nascido e criado aqui, e sou o que sou por ter vivido aqui, se hoje eu trabalho nessa linha de buscar os direitos das pessoas é porque eu sei como é morar aqui”.

Ao analisar as entrevistas podemos inferir que todos os entrevistados viram que de alguma forma a Rocinha se manifesta como parte da sua identidade e, a maioria transformou essa história de vida, ou vivência no território favelado como uma possibilidade de luta para a melhoria na vida dessa população.

A Rocinha me motivou a querer continuar a lutar pelos direitos. Eu já tinha isso desde novo, e aqui só cresceu essa coisa dos movimentos, da luta, de continuar estudando e entendendo a construção desse espaço, isso aqui é o que me motiva e não parar. (Ent. D)

E ainda sobre este tópico:

Eu sempre soube que ia parar aqui. Apesar de não ter crescido aqui, minhas férias era aqui. Eu sempre vi as pessoas aqui como parte da minha história, por isso eu quis voltar pra fazer alguma coisa pela Rocinha, dar essa qualidade de vida para as crianças é o que me faz feliz. Se eu não tivesse vindo muito pra cá eu não teria essa visão de mostrar pra pessoas que o favelado pode ter serviço de qualidade sim. (Ent. C)

Esses trechos das entrevistas revelam o quanto o meio social influencia, não só a pessoa, mas sua forma de ser e olhar o mundo. O que nos é importante aqui é que o sentimento de pertencimento desses sujeitos nos mostram que a criação dessa identidade com o local influencia, direta ou indiretamente, na construção e na permanência do território, através das lutas e da persistência, com a perspectiva do enraizamento e da não remoção: “aprendi essas coisas, enquanto que a cultura é um instrumento importante como forma de ampliar esse sentimento de identidade e pertencimento, e de se valorizar socialmente” (Ent. D).

Esse sentimento de pertencer a algo, parte do processo intrínseco da correlação entre a chegada, a escolha, o estar e o nascer do sujeito, que se estabelece nas suas histórias de vida e, nessa pesquisa nos mostram um caminho, que já foi nos contado pela história da construção das favelas cariocas.

Todos os entrevistados citam a migração como parte de sua história com o território, seja a migração própria, ou a migração dos pais e avós, em sua maioria a migração é devido o trabalho, pois a Rocinha estaria numa localidade que facilita o deslocamento casa-trabalho, e se situa em uma zona considerada de classe alta, facilitando a busca pelo emprego, pois como afirma Gonçalves (2013) podemos explicar a relação entre o espaço de moradia e o mercado de trabalho pelas próprias precariedade das relações de trabalho, o autor ainda explica que a proximidade facilita a busca pelo trabalho dos diaristas (Gonçalves, 2013). Os empregos que se destacam na construção e constituição do local foram os subempregos, nas categorias de domésticas, porteiro, empregados de obra, entre muitos outros. Entretanto, percebemos que esta já não é a conjuntura atual, pois há um interesse dos jovens em ingressar nas faculdades e exercer uma profissão técnica e acadêmica, o que já vem ocorrendo há algum tempo.

A construção da favela no Rio de Janeiro deu-se pela classe trabalhadora e migrante, no século XX. Longe de tentar definir o verdadeiro motivo da construção desses espaços, buscamos aqui compreender a sua ascensão e a sua permanência, com isso, em todas as

entrevistas identificamos que todos os entrevistados ou foram para a Rocinha por ficar mais próximo do seu emprego e local de estudo, ou os seus pais foram pelo mesmo motivo. Esta configuração corrobora com o que Vaz (1994) afirma no seu estudo ao dizer que a crise na habitação, no fim do século XIX e início do século XX, criou-se uma reconfiguração do espaço tratando-se de uma divisão/especialização do espaço com a separação das classes sociais relativa à divisão do trabalho: “no Rio de Janeiro, através deste processo, a população trabalhadora foi expulsa das freguesias centrais e empurrada para novos habitats no entorno” (Vaz, 1994, p. 587).

Ao fazermos uma ligação entre a chegada dos entrevistados na Rocinha, o motivo da escolha ou a permanência no local, vemos que mesmo um século depois da construção desses espaços o motivo ainda se faz presente:

Minha mãe veio para cá porque ela trabalhava aqui e minhas irmãs ficavam lá em Minas com a minha vó, que eu nem cheguei a conhecer. E aí minha mãe mandava dinheiro, e aí de vez enquanto, ia lá visitá-las. Daí quando a minha avó faleceu, minha mãe trouxe minhas irmãs para cá, crianças. Minha mãe morava de aluguel na rua 3. Veio pra cá por questões financeira, porque aqui era, até hoje, né muitas pessoas vêm pra cá procurando um emprego né, que é mais fácil, é mais fácil. E como a Rocinha fica na zona sul, é mais próximo, né, dos empregos, ainda mais daquela época lá atrás, que tinha mais dificuldade para locomoção. Mas para você ver naquela época era mais difícil mesmo você trabalhando, eu lembro de eu pequena, deu indo a pé com a minha mãe para Ipanema, minha mãe trabalhou no Leblon, Ipanema, casa de família, e até com ela fica dizendo não tinha dinheiro de Passagem. Antigamente não tinha esse negócio de bilhete único né, do patrão pagar passagem. Daí muitas vezes, eu ia caminhando com a minha mãe a pé. (Ent. B)

A partir da análise deste trecho podemos observar que a chegada ao território da Rocinha é devido: a) pela proximidade com o trabalho; e b) por ser uma localidade com valor monetário mais acessível; isso é o que conseguimos verificar em todas as entrevistas, como podemos observar no Quadro 3.

Quadro 3: Motivação

Entrevistado	Motivo que culminou em residir na Rocinha
A	Migração da mãe, de outro Estado brasileiro, por questões financeiras escolhe a Rocinha como local de moradia (baixo custo e proximidade com o trabalho). A entrevistada nasce na Rocinha e permanece no território.

B	Migra de outro Estado brasileiro. O filho já reside na Rocinha, escolhe a mesma localidade por proximidade com a família e pelo baixo custo.
C	Migração dos seus avós (de outro Estado brasileiro) e pais para o Rio de Janeiro, pela busca de uma melhor qualidade de vida, e se instala na Rocinha pelo baixo custo da habitação e pela facilidade de buscar trabalho. A entrevistada nasce na Rocinha, não passa a infância no território, mas volta na sua vida adulta, pela proximidade dos estudos e a possibilidade de bolsa para o curso.
D	Muda-se para a Rocinha pela possibilidade de estudos. O entrevistado é natural do Rio de Janeiro.
E	Migração dos pais para a Rocinha (de outro Estado brasileiro), a escolha da localidade é devido a proximidade com o trabalho e o baixo custo da habitação. A entrevistada nasce na Rocinha, não passa a primeira infância no território, volta na sua adolescência, e permanece pois seu trabalho é dentro da localidade da Rocinha.
F	Migração do pai para a Rocinha (de outro Estado Brasileiro), pois já conhecia pessoas na região, foi em busca de emprego; a mãe nasceu no território. O entrevistado nasce na Rocinha, hoje trabalha e reside no local.
G	Migra para a Rocinha já na vida adulta pela proximidade com o trabalho, pelo baixo custo e por conhecer pessoas que já residiam no local.

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Como dito anteriormente, as similitudes abordadas nas falas dos entrevistados pressupõe que a relação com o mercado de trabalho fez-se, e ainda se faz, presente na escolha e determinação do lugar da habitação para a classe trabalhadora, pois a proximidade do mercado de trabalho com a localização das residências se explica pelas relações de trabalho precárias, com baixa qualificação, como as diaristas (busca diária de trabalho), nos setores de serviços (construção civil, por exemplo) (Gonçalves, 2013; Ribeiro & Lago, 2001), pelos baixos salários e a deficiência nos transportes. Ao residir na favela da Rocinha, geograficamente os moradores estão próximos a zonas centrais e sul do Rio de Janeiro, como abordado anteriormente, com

isso baixa o custo do transporte e o tempo de deslocamento casa-trabalho, do que seria em outras áreas do Estado ao qual a habitação também é considerada mais barata, mas o custo e o tempo de deslocamento são elevados.

Vale ressaltar que a localização privilegiada da Rocinha possibilita, mesmo com o caráter discriminado, o acesso a umas das áreas de lazer mais importantes e faladas nas médias, as praias cariocas. Nessa perspectiva, temos a fala de uma das entrevistadas ao ser indagada sobre o que mais gosta de residir nesta localização, e sem excitação a Ent. A diz:

Uma coisa que eu adoro: praia. Até porque não precisa ter dinheiro para ir à praia, ainda mais que eu desço e subo a pé. Só quando eu quero que eu pego o ônibus, ontem eu até peguei o ônibus. (Ent. A)

Podemos observar essa questão também com o diálogo da Ent. G:

Então, a Rocinha era perto de tudo que eu, uma pessoa jovem na minha idade, precisava. Além dessa cena da Rocinha, de você dá de frente para o mar de São Conrado, você tem uma estrutura de classe média que você se beneficia, então esse conjunto era diferente de pegar trem, então essas situações foram atrativas pra mim. (Ent. G)

A localização da Rocinha é um dos fatores que fez todos os entrevistados permanecerem no território, seja pelas relações de trabalho (como ocorre desde o início da construção das favelas da Zona Sul carioca); pelo acesso ao que a estrutura do entorno pode fornecer, como o exemplo da praia já dito anteriormente; ou pela comodidade em já estar habituado à dinâmica local e a sua própria residência.

Eu acho que assim, por exemplo, eu até tenho um terreno, uma casa lá fora, só que é, como é que fala, é estar perto, você tá entendendo? É o estar perto do trabalho. Isso que me fez ficar na Rocinha. É a praticidade. A outra [casa] que eu tenho fica em Pedra de Guaratiba, aí fica numa distância muito longa, pra ficar pra lá e pra cá. (Ent. E)

Esse trecho reforça a opção da permanência relacionada ao trabalho, pois mesmo com a aquisição de outro lugar para habitar, a entrevistada entende que o melhor é permanecer na Rocinha. Acrescentamos aqui, que também foi mencionado o custo em morar em outras regiões. Por um lado, destacam que hoje as habitações na Rocinha possuem um custo elevado de compra, entretanto, existem meios, no mercado de compra informal de imóveis, mais acessíveis de aquisição de casas e lajes; por outro residir em outras regiões (como no subúrbio carioca, por exemplo), não terão os mesmos acessos, além da distância entre casa-trabalho. Mesmo com o aumento do valor dos imóveis, sobretudo nas favelas centrais, principalmente com a ocupação da polícia nesses espaços, eles ainda se mantêm como uma atraente opção para uma boa parte

da população, ainda mais para os trabalhadores de baixa renda e estudantes (Gonçalves, 2017). Outro ponto a ser destacado é que todos os entrevistados possuem casa própria, tendo construído nas lajes de parentes ou adquirido através da compra-venda. Uma das entrevistadas possui, também um comércio no local, e a loja também é própria.

O Ent. D nos mostra outra perspectiva da sua permanência na Rocinha, para além da sua residência própria, ele aborda a questão dos movimentos sociais e das lutas pelos direitos sociais:

são as amizades e a luta das pessoas por buscar os direitos, nessa militância pelos direitos. Agora mesmo eu estava conversando, com o diretor da escola aqui, quando a escola abriu, a respeito do projeto de leitura que está criando na escola e dá pra contribuir, então essa relação que vai se estabelecendo e vai fazemos com o que dá vontade de morar. (Ent. D)

Durante a entrevista, ele ainda afirma que a sua escolha de ir morar na Rocinha partiu da organização dos movimentos sociais dos jovens e dos negros, quando foi criado o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) na Rocinha¹⁷, vale ressaltar que o PVNC é

um movimento social voltado para a educação popular que se tornou uma das principais referências no campo das políticas afirmativas direcionadas para a educação superior. Entre tantos movimentos sociais, o PVNC é uma importante representação dos movimentos sociais identitários, porque traz na sua constituição a originalidade dessas organizações, que privilegiavam dois aspectos nas suas ações: a consciência dos cidadãos negros e pobres do direito a ter direito e uma busca pela efetivação dos direitos, neste caso, a inclusão universitária, exigindo políticas afirmativas. (Salvador, 2020, p. 214)

A constituição do PVNC na Rocinha culminou no fortalecimento da identidade do movimento social dos jovens negros e carentes, essa iniciativa levou muitos jovens e adultos a cursarem o ensino superior, dois desses fizeram parte desta pesquisa, e continuam a pertencer os movimentos sociais do território. Esse movimento também é responsável por alterar o status das habilitações acadêmicas dessa população, crescendo o número de pessoas com formação

¹⁷ O PVNC foi criado no Rio de Janeiro para que a população negra e de baixa renda (que não possuía um capital financeiro para custear os estudos) pudessem ter aulas a nível de reforço com intuito de preparação para as provas de ingresso nas universidades, e tem como principal foco a reivindicação pelo acesso igualitário à educação universitária e a não discriminação racial. O primeiro a ser construído foi na baixada fluminense, mas logo foram criando outros movimentos desses pelo Rio de Janeiro.

universitária, incluindo mestrados e doutorados, o que acaba por desenvolver um interesse nos jovens desta geração em frequentar o ensino superior.

No trecho da entrevista que se segue conseguimos identificar as causas sociais como um fator de extrema importância para a permanência no território.

E também, as pessoas que eu me relacionei, logo de início, eram pessoas que estudavam comigo no colégio, no Jardim Botânico, e eram pessoas de militância de movimento social, eram de partido de esquerda, fazia trabalho social de relevância e tinha também, era o período das ONGs, na década de 80 para 90, as ONGs tinham um trabalho aqui muito interessante com as creches, com projetos de alfabetização. Então, tudo isso me encantou e muito cedo eu ingressei nesse universo. Então toda essa questão foi só me favorecendo a permanecer. É Claro que tem a questão da violência aqui, que me chocou bastante, mas era um contraponto, a violência acabava perdendo para as minhas ambições. (Ent. G)

O sentimento de pertencimento e a permanência no território da Rocinha se caracterizam pela identidade construída pelo e no local. Ora observamos os entrevistados com sérias críticas ao território, sobretudo quando falamos sobre a violência – que iremos tratar mais adiante-, e ora conseguimos perceber nas suas falas que residir na Rocinha, não só constitui um lado positivo pela sua localização, mas também pela sua relação histórica com a favela, uma relação que pode ser traduzida no seu reconhecimento identitário. A identidade é, portanto, um conceito complexo, que envolve diversos elementos, dentre os quais o espaço é um dos principais. A relação entre espaço e identidade é bidirecional: o espaço influencia a formação da identidade, mas também é influenciado por ela. A identidade é, assim, um conceito dinâmico, que se constrói e se reconstrói ao longo do tempo, em função das relações que se estabelecem no espaço. Portanto, quando Bourdieu (2013) trata a noção de identidade através da luta simbólica e do poder simbólico, como abordado anteriormente, através de uma relação de poder que está relacionada com a condição de autoridade e legitimidade no controle dessas relações, referindo-se primeiro como a representação do objeto de luta e também como instrumento da mesma.

Tomámo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. (Bauman, 2005, p. 17)

Assim, à medida que o pertencimento uma questão de escolha, onde os sujeitos definem onde podem e querem “estar”, a identidade caminha juntamente e pode ir se preenchendo a

partir dessas escolhas, com uma pluralidade de experiências, diferentes umas das outras, que o torna cada vez mais complexo.

Cavalcanti (2009) afirma que os moradores das favelas produzem uma frase de efeito enquanto sujeitos da sua própria história: “nada vem facilmente” (Cavalcante, 2009, p. 74). A autora ainda alega que esta frase é construída através de uma ética de valorização do trabalho duro e da perseverança, e que irá se pautar através da máxima que o futuro será melhor que o passado, entretanto ao destacarmos questões sensíveis à segurança pública na favela, revelamos a violência, não só como um desafio e limite, mas também como um impacto marcante na vida do morador favelado, e com isso, para a autora, essa máxima se reverte onde o futuro será pior que o passado.

Destacamos isso ao observar que em todas as entrevistas realizadas foram citadas a questão da violência surgiu como um fator importante na vida de todos, como uma preocupação e, por vezes, como o motivo de querer sair do território. A pergunta que desencadeou essa questão foi: “Considera que existe algum desafio em residir na Rocinha? Se sim, quais são?”

eu não vou dizer que hoje ela é mais violenta que ela já foi no passado, mas hoje ela tem uma expansão do tráfico que virou uma indústria, virou um comércio de uma forma que hoje o trabalhador do tráfico, ele pode ser tanto da Rocinha, como ser de fora, e isso faz com que aquele tráfico doméstico que você tinha no passado, que era um menino filho da dona Maria, que você viu pequeno, que você conhecia, você hoje não conhece mais. E é muito triste você ver, como eu nasci aqui, ver pessoas que foram criadas comigo, agora nesse mundo né, muitos já até a partiram, né já se foram, morreram, né, então, esse lado eu acho muito triste. (Ent. A)

A violência urbana que se instalou nas favelas cariocas deu-se através da economia internacional de drogas, pois segundo Amoroso & Romano (2020)

O tráfico difere em seus campos de atuação e isso tende-se a territorializar e se localizar em locais pobres, é ostensivo e quando não se territorializa – na pista ou asfalto – tende a ser clandestino. Isso se reflete na história da segregação espacial, que favoreceu o tráfico internacional e a territorialização das favelas. (Amoroso & Romano, 2020, p. 483)

As questões relativas ao processo de violência urbana nas favelas foram mais significantes quando comparavam a dinâmica do tráfico no passado com o presente, seguindo de uma certa análise por parte dos entrevistados de como foi transformando essa “relação” durante os anos.

O problema mais mencionado entre eles, no que tange esse processo de mudança, é são as pessoas que estão a atuar no tráfico de drogas, que segundo eles, não são “crias¹⁸” da Rocinha, e por isso, as coisas estão a se desenvolver e a dinamizar de forma diferente, causando um certo estranhamento por parte dos moradores.

O mais difícil é o convívio com o tráfico né, com esse outro lado (...). O poder paralelo é um grande problema. Por que a gente tem que viver isso? Se quem sustenta [o poder paralelo] não é o pobre, é o rico, porque que tem que ficar aqui. (...) Tem muita gente que gosta disso né, é uma coisa né, tipo assim eu gostar de você e você viver assim [no tráfico], porque eu vou falar com você, eu vou conhecer você, eu conheço você desde pequena, eu estudei com você, então ainda tem esse lado, entendeu?

Então, apesar de você não conviver, você não quer o mal da pessoa, só que esse não querer o mal vai se expandindo assim. Antigamente, se seu filho fizesse besteira eles eram repreendidos [pelo tráfico] e ainda falavam com os pais, hoje, é o contrário.

Antigamente, ia pro tráfico as pessoas que realmente não tinham [dinheiro]. Era como se fosse uma opção de emprego, mesmo não querendo, “isso aqui é o que dá pra mim fazer, é onde eu estou, me comunico com quem estou” e pronto, eles aceitavam. Hoje não, vemos só pessoas bonitas, com carrão, dentro do negócio. (Ent. E)

O impacto do tráfico para os entrevistados, que inclusive convive com uma certa tolerância, mostra o quanto as desigualdades são evidentes, tanto no registo da segurança pública, quanto no ingresso das pessoas no tráfico como mecanismos de sobrevivência. A narrativa traz à tona o convívio entre os traficantes e moradores, que provoca a dialética nessa relação complexa.

Claro que tem os contras, o meu vizinho aqui alugou a casa para o pessoal do tráfico. Você veio aqui por baixo né? [uhum] Aqui na biosca aqui na frente, ficam uns 10 armados, porque, também, dizem que a Rocinha virou um dos quartéis general do comando vermelho, agora, tudo quanto a chefe está vindo pra Rocinha, porque se tem uma operação grande na Rocinha, para a Rocinha, e tem uma rede robusta, (...) agora tem ali, tem outra aqui atrás [falando dos pontos que ficam os meninos do tráfico], aqui atrás, um bando de moleque é triste. E assim, não dá para condenar essa Juventude, porque você..., qual a perspectiva de vida que se tem? É empurrar para a marginalidade, o estado ajuda a empurrar para a marginalidade, e ele justifica com a violência. (Ent. D)

¹⁸ A palavra “cria” é uma gíria utilizada na favela para as pessoas que são nascidas e criadas no território.

Além da dificuldade decorrente dessa relação, o sentimento de insegurança atravessa a fala dos entrevistados. A questão está presente quando se referem o “medo” que sentem nos conflitos armados com a polícia, e na incerteza do trajeto entre sair e chegar na sua residência:

Só quando tem tiroteio, mas aí, quando eu vejo, assim, que tem tiroteio mesmo, eu não fico em lugar, vai eu e a cachorra aqui, para o banheiro, ficamos dentro do banheiro, sentadas. Mas aí quando eu vejo que tem alguma coisa que a gente pode correr perigo mesmo, eu chamo as meninas e a gente deita no chão, entendeu? Porque você sabe que quem mora em favela é assim mesmo né, a gente de uma hora pra outra a gente pode..., mas eu sempre fico de olho, pra qualquer coisa eu vou me proteger né. Mas em todo lugar que você morar vai ter uma coisa. Aí a gente tem que se defender. (Ent. B)

Relativamente a esse sentimento de insegurança, atravessa a narrativa de todos, mesmo os que mais se definem como apaixonados pela Rocinha, pois independentemente de se sentir pertencente ao local, a instabilidade que a vivência no território informal traz, torna-se o maior desafio de se viver na favela:

Pra mim o maior desafio é eu vir trabalhar todo dia com a insegurança de que eu não sei se eu vou conseguir voltar bem para casa. Eu peço a Deus todo dia, só que quando dá 7 horas da noite, tá vendo aquele muro ali, fica lotado de bandido com fuzil, com tudo quanto é arma que você puder imaginar, e aí, às vezes, eu saio daqui 11 horas, meia-noite, 1 hora da manhã, vou aqui para fora esperar a moto, e aí se tiver um confronto? Ontem, quando eu fui comprar os temperos, na primeira travessa, estavam três policiais com fuzil, estavam vestidos mesmo com a roupa de polícia, mas se vem um bandido, e ele tem que dar um tiro, um tiro de fuzil mata! Então é a insegurança né, assim eu fico muito triste. (Ent. C)

A violência urbana surge, portanto, como um problema social que transcende o âmbito individual, uma vez que envolve fatores estruturais. A favela é o espaço privilegiado para a materialização dessa violência, que se manifesta de diversas formas: através do tráfico de drogas e da incursão policial. No entanto, é importante ressaltar que a violência não é uma característica intrínseca às favelas, mas sim uma consequência do modo como elas foram “esquecidas”¹⁹ pelo Estado. A violência urbana, portanto, deve ser entendida como um

¹⁹ Utilizamos as aspas nesse caso, pois as favelas sempre tiveram algum investimento do Estado, por vezes, esses investimentos foram (e são) e baixa qualidade ou precários, e através de muitas lutas dos moradores locais. O que, de certa forma, criou uma certa legitimação da favela por parte do mesmo

problema social. Nessa perspectiva, “a violência urbana tem provocado uma carga de sentimentos de insegurança e medo. Nesse caso, estamos a tratar de uma categoria de senso comum, a “violência urbana”, que engendra uma série de simbolismos e práticas” (Amoroso & Grynszpan, 2012, p. 218).

E outro aspecto é a questão da violência né, hoje até a gente já está a cerca de 2 anos sem conflitos, mas assim é uma coisa que você fica esperando acontecer, porque você sabe que é uma realidade do local, uma hora isso pode acontecer, então esse é um desafio de estar aqui, sem saber até quando vai durar a sua tranquilidade. (Ent. G)

Esses relatos mostram a instabilidade vivida pelos moradores da Rocinha, assim como em várias outras favelas do Rio de Janeiro. Evidenciam, ainda, os problemas sociais de segurança pública que a cidade passa, e que acaba por estigmatizar os moradores da favela, pois segundo Simões & Silva (2022), esses moradores passam a serem identificados como responsáveis pela questão relacionada com a insegurança da cidade carioca, e essa insegurança relacionada a violência urbana afetariam a execução dos serviços e das políticas públicas para essa população.

A respeito de conviver com a violência nesses espaços, os entrevistados colocam em contraponto os pontos positivos que a localidade, ou seja, o espaço privilegiado que a Rocinha se localiza, oferece como motivos maiores para conviver com essa realidade:

Então, vindo para cá, primeiro eu tive um estranhamento, porque eu vim de um bairro de como de Caxias, um bairro plano, era muito diferente aqui. A estrutura era totalmente diferente de favela, de barracos. Assim, em Caxias a pobreza é diferente, a leitura de pobreza era bem diferente, mas assim na medida que você começa a se organizar até por conta da proximidade do trabalho, e de você ver possibilidade de conquistar coisas que são do seu interesse, então eu fui, naturalmente, me adaptando. Primeiro, aluguei uma quitinete, e aí posteriormente, um ano e pouco depois, quando eu engravidei, eu comprei a casa que eu moro. (Ent. G)

Outros desafios e limites de residir na Rocinha destacados pelos entrevistados, foram relacionados, sobretudo, com o barulho, porque há muito movimento na rua (já que possui uma circulação de 24hs), ainda mais para quem reside próximo das ruas principais; outra questão levantada foi a locomoção, pois a Rocinha possui uma estrutura íngreme de acesso, caracterizada por becos e vielas com muitas escadas construídas sem qualquer conhecimento

Estado que investe pouco ou quase nada. Tais investimentos podem ser observados com a criação de creches e escolas, algumas melhorias na infraestrutura da favela, criação de postos de saúde, entre outros.

profissional específico²⁰, pelos próprios moradores que precisavam de acesso a suas residências, entretanto essa dificuldade na locomoção causam consequências a essa população, como mostra a figura 7:

Há diversos, inclusive geográfico, para mim geográfico, porque, com a idade, eu tô com algumas sequelas no joelho, tô com um cisto de Baker e uma condropatia, só doença chique, mas é por conta desses deslocamentos, de subir muitas escadas, pelo meu trabalho, eu tenho que fazer visitas domiciliares, então, eu vou à casa das pessoas, eu subo ladeira, subo morro. (Ent. G)

Assim como a entrevistada, ouvimos relatos de outras pessoas com problemas de saúde semelhantes ocasionados pela mesma questão acima relatada. Outro problema relacionado à saúde e a locomoção limitada na Rocinha, é com o deslocamento dos idosos e das pessoas com deficiência, mesmo assim os moradores articularam uma estratégia para essa questão:

Eu acho que são as condições de locomoção. Lembro disso de alguns momentos. Um dos primeiros foi, que tinha um grupo chamado aqui que era Fun Lar, que era um grupo muito interessante ligado à prefeitura, que dava apoio a portadores de necessidades. Eu lembro de uma pessoa, que ela tinha um filho, era tetraplégico, e ela andava com eles nas costas, carregando, levava pra fisioterapia, por onde fosse necessário, eu lembro muito bem disso. Então, isso pra mim, começa com um grande desafio, né, que você acaba dentro da Favela tendo uma população invisível por essa dificuldade de se locomover. Então, essa já é uma dinâmica de desafio e o outro momento, foi com a minha sogra, que ficou debilitada, e a gente tinha que andar com ela de cadeira de roda na Rocinha, e não tem como né, e subir nos ônibus aquelas coisas não funcionava [falando sobre os ônibus que são adaptados aos cadeirantes], e isso foi uma dificuldade. E o outro, que me chamou mais atenção, para diminuir esse desafio, foi um senhor, ele é um carpinteiro, eu trabalhei até junto com ele na aspa, marceneiro e carpinteiro, ele criou o Samuzinho, que é justamente uma cadeira feita de madeira maciça, uma cadeira bem resistente. Isso se usou muito com a família real, para se transportar, acho que se chama liteira. Fez 3 cadeiras, fez uma mais robusta para as senhoras mais fortes ou homens e fez 3 modelos, justamente por essa dificuldade de locomoção das pessoas para ir ao médico essas coisas todas. Então, esse é o grande desafio, e você só consegue imaginar um pouco isso quando você circula. (Ent. D)

²⁰ Após algumas obras de infraestrutura de intervenção do Estado, algumas escadarias foram reconstruídas com a observação de profissionais da área.

Figura 7: Beco na Rocinha



Fonte: fotografia tirada durante a recolha de dados na Rocinha (2021)

Outra questão apontada como desafio e limites foi a questão do lixo na Rocinha, tanto da produção e coleta do lixo, quanto da “educação” dos moradores em jogar o lixo na rua:

É educar as famílias quanto as coisas básicas: não jogar lixo na rua, já levei criança para a vala, antigamente, quando não tinha o tráfico aqui, botei num cordão todo mundo, e a gente foi na vala, “olha aqui como é que está tudo entupido, estão vendo? sabe por quê? Porque todo mundo joga lixo”. Então, assim, a conscientização do lixo, as pessoas não têm, do *recycle*, né pegar a lata, botar aqui o papel, vidro o plástico, não existe essa conscientização das famílias, é, eu queria muito isso. (Ent. C)

Conforme Carvalho & Bastos (2021) o crescimento populacional e de consumo na Rocinha não foram acompanhados pelo serviço de coleta de resíduos sólidos²¹ na localidade, gerando um acúmulo desses resíduos nos pontos de coletas, e que muitas vezes se situam próximo às residências, atraindo a presença indesejável de insetos e roedores.

²¹ A nomenclatura de Resíduos sólidos é utilizada para designar o que chamamos vulgarmente por lixo. Assim, é uma categoria de análise e uma política pública que compreende o descarte de objetos que já não são mais utilizados pelas pessoas, podendo ser orgânicos ou não.

Essa questão relacionada com o lixo que permeia ao desafio de residir na favela, pode ser observada na visita realizada à localidade para a coleta dos dados. Testemunhamos que o serviço de coleta desses resíduos sólidos não são o suficiente quando falamos na localidade da Rocinha, ora porque a população residente é demasiadamente grande e por isso produz e consome com mais rapidez do que os serviços são prestados, ressaltando que os pontos de descarte de resíduos sólidos não comportam todo esse consumo e assim o lixo transborda causando problemas como o destacado pela autora supracitada e o mau cheiro no entorno; ora pela falta de educação ambiental de parte da população que ainda possui o hábito de jogar lixo na rua, deixando o ambiente, fora dos pontos de coletas, também sujos. Ressaltamos que esse último ponto não nos chamou tanta atenção quanto o primeiro.

Relacionado a essa problemática, entramos na perspectiva da consciência social da população residente na Rocinha. Durante a entrevista indagamos: Percebe uma consciência social a partir da população? As respostas a essa pergunta giraram entorno da conceção dos entrevistados sobre a temática, ressaltaram alguns aspectos positivos e outros não tão positivos assim:

Por exemplo, na pandemia, o vizinho está sem arroz, eu ganhei 5 kg de arroz eu vou tirar 2, então tem essa coisa de dividir, agora a consciência de que eu preciso jogar o lixo no lixo, não acho que tenha. Então, assim, essa consciência social eu acho que as pessoas daqui tem, um ajuda o outro, um tá precisando de alguma coisa o outro ajuda. (Ent. C)

Em março de 2020 foi decretado, pela Organização Mundial da Saúde, a pandemia causada pela covid-19, que para além das questões relacionadas a saúde, é notório aumento das questões de ordem social, o que levou a uma boa parcela da população a estar em extrema vulnerabilidade social.

É notório os casos de perda de trabalho, sobretudo os sujeitos que tinham o trabalho marcado pela precariedade e subempregos, e com isso o crescente número de famílias que estavam em dificuldade de manter o próprio sustento. Ainda sobre essa questão relacionada entre a consciência social e a pandemia, tivemos outro trecho de entrevistas, mas esse traz um aspecto não tão positivo:

Consciência social? Alguns têm, outros não. Tipo isso aqui que eu coloquei [apontando para a placa que só entra com máscara], aí as pessoas falam “eu já tomei a segunda dose”. Mas, você

acha mesmo que está imune? Você num pode me respeitar, por que eu ainda não tomei? Ta entendendo o que eu tô falando? As pessoas são um pouco individualistas. (Ent. E)

A pandemia que assolou o mundo no ano de 2020, teve muita repercussão no Brasil, no que tange uso das máscaras. Era uma obrigatoriedade que não foi tão respeitada como a OMS sugeria, e como a entrevistada afirma, dentro da favela da Rocinha isso não foi diferente. Então percebemos, que de certa forma, parte do que entendemos como consciência social ora conseguimos verificar que existe, e em outros momentos não, levando a uma característica flutuante do termo.

A consciência social é importante para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equilibrada, pois permite que as pessoas tomem consciência dos seus direitos e deveres, além de serem capazes de perceber as injustiças que ocorrem ao seu redor. Por outras palavras, um indivíduo que seja consciente socialmente é aquele que percebe a importância de trabalhar em favor da comunidade, a fim de melhorar não apenas a sua qualidade de vida, mas também a dos outros. Uma pessoa com consciência social é, portanto, uma pessoa com consciência da importância do bem-estar social e que se concentra em atuar de forma solidária com os demais.

Os pressupostos lógicos e morais de qualquer consenso possível ou comunidade construtível devem ser enunciados. Uma consciência social emerge do entrelaçamento dos valores éticos, que dizem respeito às decisões e relações diárias, e dos desafios de coordenação de interesses na direção de graus crescentes de consenso. Mas existem alguns processos de alienação muito pertinentes que desafiam o consenso racional e se chocam com os processos de emancipação, pelos quais todo consenso se tornaria legitimado publicamente. A emancipação acontece através do exercício das liberdades que, mantendo sua autonomia, entram em relação deliberativa visando um acordo consensual que sustente as liberdades totais da comunidade. (Alves & Mello, 2016, p. 116)

Em outra entrevista, observamos a relação entre a consciência social e a luta por direitos sociais:

Hoje, assim, você teve um crescimento muito grande com essa questão dos pré-vestibulares, assim como na baixada esse movimento, ele é contínuo. Então, hoje, aqui dentro você tem uma legião de pessoas, com uma formação, com uma graduação boa, então, isso tudo contribui bastante para as relações e para o próprio desenvolvimento local. (Ent. G)

O Ent. D e o Ent. F, também fazem a associação dessas temáticas, revelando que nas suas relações com os outros moradores da Rocinha eles percebem que há essa consciência social por

questões ligadas aos direitos básicos dos residentes, entretanto, não entram em detalhes nas suas falas.

Ao abordarmos a categoria dos direitos sociais, destacamos os aspectos relacionados as observações dos entrevistados. De acordo com eles, a luta pelos direitos sociais foram, e são, constantes no território da Rocinha, em consequência disto é que possuem a maioria dos serviços públicos na localidade, como a Unidade de Pronto Atendimento [UPA]²², o aumento do número de escolas e creches, por exemplo. Alguns dos entrevistados são pessoas que frequentam os movimentos sociais de luta para que esses direitos sejam garantidos.

sempre que eu vejo uma oportunidade de trabalhar pela Rocinha, de estar engajado em alguma coisa pela Rocinha, eu vou e caio pra dentro. Até na própria Secretaria que eu estou hoje, na Secretaria de cultura, o pessoal lá brinca falando que metade da Secretaria eu transformei em uma Secretaria da Rocinha, vou lá peço tudo, eu perturbo, eu falo só da Rocinha, sempre trabalhando na luta dos direitos dos moradores. (Ent. F)

Nesse trecho da entrevista, percebemos que foi através da persistência do entrevistado em lutar para garantir os direitos da população residente, que hoje está inserido na Secretaria de Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, e com esse cargo de gestão, ele consegue, de facto, garantir o acesso à cultura, desenvolvendo um serviço de qualidade que estava desfasado, pois ainda segundo ele:

(...) a gente está nesse movimento e tenta trazer, atrair as crianças de volta para cá, para incentivar a ler, conhecer filmes, para tentar abrir a mente um pouquinho, porque o celular virou um grande inimigo nosso né, depois do celular teve também o abandono dos parentes, porque a criança ela pode ter pai e mãe em casa, mas mesmo assim pode estar abandonado na questão educação, o pai e a mãe não está se preocupando em colocar aquela criança no colégio, não se preocupa em parar com ela e ver se tem dever de casa para fazer, isso tudo é um trabalho que a gente tem que voltar devagarinho, fazendo ações dentro da comunidade, conversando com o pai com a mãe, conversando com a criança, aqui a gente precisa de ajuda de psicólogo, por exemplo, né, que também sofremos agora essa questão de pandemia, que mudou totalmente a nossa realidade aí. É o que já estava ficando ruim, que a questão da educação, ficou pior, que teve

²² A Unidades de Pronto Atendimento, designada popularmente como UPA, são estabelecimentos de saúde para atendimentos de emergências e urgências médicas. Conectado com os serviços de atenção básica, atenção hospitalar e domiciliar e o atendimento móvel de emergência, funcionam 24 horas por dia, com atendimento em várias especialidades.

toda uma parada total. A gente tem que tentar ir puxando devagarinho tem que ser devagar, com jeito né, pra você não criar um impacto, num criar um atrito, trazer de volta essa importância da educação né, da leitura, do convívio. (Ent. F)

Essa perspectiva da educação dentro da Rocinha, com a questão da saúde e do saneamento básico, foi o que mais abordaram dentro das entrevistas: a educação como parte fundamental para o desenvolvimento das crianças e dos jovens, e, na maioria, da continuação do estudo dos adultos. A construção da educação escolar [e cultural], através de uma abordagem pedagógica trabalhada entre os profissionais da educação e os familiares pode ser a chave para uma sociedade mais justa e com liberdade e respeito as diferenças, e assim ultrapassar a imagem de desqualificação que há nas favelas (Diniz, 2013). Esse investimento que em Educação, foi citado anteriormente com a construção e organização do Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), tendo o ensino com baixas qualidades, as pessoas que desejam frequentar a universidade, precisam se preparar melhor, e esse movimento, foi criado para que pessoas com pouco poder aquisitivo pudessem ter uma preparação adequada para realizar as provas de ingresso nas universidades. Não só, mas sobretudo, foi através desse movimento estudantil que muitos moradores das favelas e dos subúrbios cariocas ingressaram e concluíram o ensino superior, incluindo dois dos nossos entrevistados.

Ainda em relação à educação, podemos falar sobre as escolas que atendem a população moradora da Rocinha. Com o aumento da população o número de escolas públicas²³ também teve de aumentar para comportar as crianças e jovens residentes. Já que falamos de um direito fundamental e garantido na Constituição brasileira de 1988, o Estado tem que garantir acesso à formação educacional para todos. Com isso, existem escolas e creches públicas e/ou custeadas pelo governo, onde a população despenderia de um valor simbólico para ajudar com as despesas. A Ent. C é fundadora e diretora de uma creche na Rocinha que com muita luta e pedidos na administração pública, foi contemplada com o apoio do governo, transformando a creche numa instituição gratuita (também teve apoio de outros órgãos e não só do governo):

2007 foi o meu pior ano, nossa foi horrível, eu não tinha dinheiro pra nada, aí toda hora ligavam “o seu telefone vai ser cortado”. Era horrível! Pegava lata de mucilon e botava sabão em pó para lavar prato, para render, foi horrível, horrível! Eu falei com Deus né, tentando, porque desde 2003 eu tento convênio com o Município, e todo ano era negado [...] aí, foi no dia 26 de maio, 10 para as 2, me ligaram da CRE²⁴, falando: “olha você pode vir aqui assinar”. Porque todo ano,

²³ Importante ressaltar que as escolas públicas no Brasil, sendo ela municipal ou estadual, são gratuitas, ou seja, sem nenhum custo financeiro para a família.

²⁴ Coordenadorias Regionais de Educação (CRE).

eu já sabia que a resposta ia ser não. “Assinar, porque você conseguiu o convênio”. E aí eu consegui o convênio em 2008, e fui conseguindo muita coisa, consegui fazer o outro andar. Meu convênio eram 44 crianças, aí eu ampliei, mas antes de ampliar, eu formei uma sala aqui, outra ali, [...] aí o que que eu fiz, passei a não cobrar mais. Eu cobrava 50 reais, 100 reais, né, contribuição ajuda, para a família ajudar né. 50 crianças, 10 pagava e 40 não pagava, e aí eu pedi muito a Deus, que eu queria muito conseguir não cobrar nada, e aí eu consegui. Aí eu não cobro nada né, a creche é 0800 [expressão brasileira para dizer que é gratuita], mas assim uniforme eu cobro e a agenda, porque eu compro. E continuei com 44 crianças, passei para 66, mas não cobrava, porque o convênio cobria. Mas em julho de 2018, quando foi para renovar, disseram que não iam renovar, e eu “não faz isso comigo não, eu não cobro nada das mães, está de graça, e eu estou atendendo 66 crianças, recebendo para 44, mas achando que em julho já ia receber pra 89”, e como eu ia dizer pras mães que tinha que começar a pagar, eu não podia fazer isso, e aí eu fiquei muito chateada, mas, assim, Deus é maravilhoso na minha vida, e eu corri atrás, e consegui levar. Aí em 2019, março, que saiu o convênio para 89, mas mesmo assim eu parei de cobrar. [...] Então aqui eu tento dar uma qualidade de vida para as crianças. (Ent. C)

Ao analisar esse trecho da entrevista, conseguimos perceber a Ent. C investiu a sua vida pessoal e profissional por querer contribuir com uma melhor qualidade de vida para a população, sobretudo, as crianças da favela da Rocinha, investiu em cursos e formações pedagógicas, trabalha com a perspectiva de incluir as famílias no desenvolvimento da educação das crianças e incentiva a leitura.

Nesse processo de construção da educação, e em relação às escolas que atendem a região, a Ent. G aborda a questão:

Nós temos um número privilegiado de escolas aqui dentro, mas com a pandemia, nós estamos enfrentando desafios muito grande com essa questão da educação, de falta de vaga. Porque além do grande movimento da questão da descapitalização, do desemprego, muitas crianças de escola privada, migrou para a escola pública, então, isso inchou o sistema. Então, eu moro do lado de uma escola, tem um CIEP²⁵ mais acima, tem 2 CIEPs mais aqui em baixo, então são 3 CIEPs e uma escola, e mais o CIEP lá em baixo. Tem um número de escolas significativo, mas em compensação a população daqui é mais de 100.000 habitantes, pra dar conta fica complicado. Então a questão da educação, ela é uma preocupação, e com a questão até do próprio estatuto²⁶,

²⁵ Centro Integrado de Educação Pública.

²⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

as crianças têm que estar estudando, as duras penas a gente consegue manter esse equilíbrio.
(Ent. G)

Não podemos afirmar que a educação, através do meio escolar, seja, sozinha, responsável por qualquer mudança nas favelas, mas acreditamos que esse é o primeiro passo para haja uma esperança no desenvolvimento do futuro da população. Nessa perspectiva, acreditamos que o território é uma construção coletiva e comunitária que pode ser influenciada pela educação escolar.

Outro fator que foi importantemente levantado sobre as lutas pelos direitos da população residentes na Rocinha, e que permeia toda a história das favelas do Rio de Janeiro, foi o saneamento básico. Desde a construção da favela, a luta pela melhoria da infraestrutura urbana é constante. Podemos observar que a estrutura que a localidade possui foi construída pelos próprios moradores, como o acesso à água, luz, calçamentos, escadas, as intervenções do governo foram posteriores, e ainda assim, não englobaram toda a favela, ainda existindo lugares com construções amadoras, como abordado anteriormente. Assim, o saneamento básico ainda fica no campo das lutas a conquistar-se: um saneamento de qualidade. Sabemos que anteriormente, logo que as áreas faveladas começaram a ser construídas, o governo não investia nessa localidade, ou investia pouco, pela sua estrutura provisória, hoje, já se passaram muitos anos, a favela da Rocinha cresceu e desenvolveu-se, perdendo o status de lugar provisório para o lugar de moradia de uma parte da população carioca. Mas, o que ainda verificamos é um saneamento básico de pouca qualidade para os residentes:

O saneamento é um grande desafio. A reunião que nós estávamos discutindo ontem, é o futuro do novo candidato e o compromisso que o presidente Lula tem com a comunidade. Porque aqui foi feito o PAC²⁷ 1 e agora precisaria ter um acordo para a continuidade do PAC 2, que mexe exatamente nessa questão do saneamento urbano, porque nós temos aqui 3 Clínicas da Família²⁸, 1 UPA e 1 CAPS²⁹, mas não adianta, você não tem a saúde se você não tiver a qualidade de água e esgoto, então tem muito índice de tuberculose. A gente enfrenta esses desafios aí que é da necessidade de uma organização do saneamento básico para a qualidade de saúde das pessoas. (Ent. G)

²⁷ Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvido no governo Lula, iniciado na Rocinha em 2008.

²⁸ A Clínica da Família é uma unidade de saúde de atenção primária, com objetivo de prevenção, promoção e diagnóstico de doenças.

²⁹ Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), atende a população com questões de natureza psicológica e/ou psiquiátricas, e que não conseguem manter-se com laços sociais e projetos de vida.

O que se destaca aqui é a perseverança da população que não desiste. Não desiste de lutar, de brigar pelo seu habitat, pela melhoria de vida e por mais qualidade de vida. Essa perseverança é o que une essa população e que fez chegar os serviços oferecidos hoje pelo governo, mesmo que ainda precisem lutar, a luta do passado consegue ver no presente. Essa é uma aposta que fazem aos novos governos (municipal, estadual e federal), mas também na população jovem que vem seguindo os passos de luta.

Eu percebo que hoje em dia, pelo menos os últimos 5 anos aí, está começando a se ter um olhar mais voltado para a Rocinha, que antes era só a coisa para figurar, para cumprir agenda. Agora não, a gente vê que tal movimentação de pessoas interessadas em ajudar a procurar pessoas que querem somar na comunidade, fazer pontes. (Ent. F)

Dando seguimento, o entrevistado fala sobre o olhar que as pessoas tem da Rocinha, que existem políticos e pessoas sem ligações políticas.

Alguns políticos sim, mas na verdade começou com pessoas aí totalmente alheias a movimentos políticos, são pessoas que resolveram vestir a camisa e fazer alguma coisa para ajudar comunidade, não só Rocinha com outras comunidades aí, tem uma galera se movimentando, se mobilizando e fazendo acontecer. (Ent. F)

Este trecho da entrevista é um dos exemplos de como a Rocinha se manifesta através da perseverança e confiança dos seus residentes. Essa busca pela transformação social transcende todas as gerações desde o início da construção desses espaços.

Não dá para resolver o problema de todo mundo, não vai construir várias casas e salvar todo mundo, não dá para salvar o mundo todo de uma vez, mas as pequenas ações começam a fazer uma grande mudança. Eu achava que tinha que ter uma preocupação maior com isso aí, de melhorar as condições de habitação dos moradores. A nossa questão de saneamento básico é terrível. Voltando a falar que não dá para fazer tudo de uma vez só, mas até a prefeitura, o governo do Estado, o governo Federal, deveria pegar uma área marcada na favela, um pequeno setor da comunidade e começar a mudança por ali, para depois ir fazendo todo o resto, não tentar fazer uma obra gigantesca e como a gente vê tudo começa de promessa, conversas, liberação de verba, depois cancelamento, eu acho que isso não dá certo tem que começar a gradativamente né. (Ent. F)

Esta discussão das lutas sociais só nos é possível compreender ao olharmos para as questões da construção coletiva da favela, ora designada comunidade. Isto porque para alcançarem todas

as conquistas que já tiveram e que almejam ter, precisam estar conectados para uma construção conjunta. Essa construção coletiva nos remete a ideia de direito, pois segundo Gonçalves (2013), o direito não é um fenómeno fora da realidade social, pelo contrário ele produz-se através dela. Acreditamos que essa construção se dá através das relações sociais existentes, uma característica forte das favelas. Ou seja, entendemos que a construção coletiva das favelas é fruto de um processo de relações sociais desenvolvido entre os seus moradores. Assim, diversos fatores contribuem para que este processo se desenvolva. Por exemplo, a solidariedade entre os moradores, que surge como um ato de resistência frente às dificuldades encontradas; os movimentos sociais e os grupos informais de apoio, que têm atuado de forma fundamental para a construção de um espaço de resistência das favelas; a presença de lideranças locais e a participação dos moradores nesses movimentos sociais; e o diálogo e o conhecimento mútuo entre os moradores, que contribuem para a construção de uma identidade comum e para o fortalecimento dos mecanismos de organização.

Compreendendo as relações sociais como conflituosas, pelas relações de poder que exerce entre pessoas e grupo (Kergoat, 2010), mas também numa relação de troca entre sujeitos, através de atividade transformadoras e numa perspectiva histórica (Iamamoto & Carvalho, 2007; Bulla, 2003), e é com esta ideia que indagamos os nossos entrevistados sobre as suas relações com os outros residentes da Rocinha. Alguns possuem uma relação de mais proximidade devido aos cargos/funções que exercem, tanto a nível profissional, quanto pessoal, outros não têm tanta proximidade com o restante da comunidade.

Ah! Tem uns vizinhos que são bons, tem outros que não são, mas eles ficam pra lá eu fico pra cá, eles vivem a vida deles e eu vivo a minha [...] eu não tenho o que dizer deles, eles lá e eu na minha casa. Se precisar eu vou lá e ajudo, se eu precisar eles me ajudam. É porque eu acho que a gente vive no mundo para ajudar uns aos outros né, se aquela pessoa está lá precisando, eu podendo ir ajudar ele, eu vou ajudar, porque amanhã ou depois eu não sei, se eu precisar de uma ajuda, vai aparecer um que vai me ajudar, se não for ele, vai aparecer outro pra ajudar no lugar dele. (Ent. B)

A solidariedade e a entreajuda se destacam nesta fala, baseados nas redes sociais de vizinhança de trocas mútuas através de uma lógica de reciprocidade, representando a força do vínculo social e construindo, por si, a relação social de cooperação (Xiberras, 1993). Outra entrevistada, sobrepõe a questão da entreajuda com o seu trabalho no território, e caracteriza como forma de uma boa relação com as pessoas:

Olha sempre foi boa, por conta deu me tornar agente comunitária, trabalhar em creche, eu tenho a formação de professora primária, do primeiro seguimento, da infância, então, logo de início eu vim trabalhar num projeto, o primeiro de trabalho aqui foi numa brinquedoteca, eu fui praticamente a primeira brinquedotecária daqui, que era um projeto da Alemanha, do pão para o mundo, que eles tinham um programa de educação para jovens e adultos, e uma brinquedoteca dentro do centro comunitário da rua 2 [...] A relação sempre foi nesse nível, eu sempre fui muito bem vista, no sentido de ser uma pessoa colaboradora, [...] das pessoas baterem na minha porta, pedindo ajuda, de gostar de conversar comigo, pedindo conselho, e eu acabei me tornando conselheira, não foi por acaso³⁰ [risos]. Então, minha relação com os meus vizinhos sempre foi nesse nível de troca. Então, assim, eu posso me considerar uma boa vizinha. (Ent. G)

Sobre a relação com os vizinhos a Ent. G afirma:

São, porque a Rocinha é muito grande, então na realidade nessa parte que eu moro aqui, na Paula Brito, é uma das áreas mais tranquilas, é cada um no seu quadrado. [...] Se você vai sair agora, você não vê praticamente ninguém na rua, o trânsito ele é muito sentido último, em geral, as pessoas ficam nos seus apartamentos com as suas portas fechadas. (Ent. G)

Esse diálogo mostra que as relações sociais são dinâmicas, cada uma com a sua especificidade e modos de interação, mas que caem na mesma perspectiva da solidariedade e da entreatajuda. Outros dois entrevistados também relataram as suas relações sociais através do trabalho “Minha relação com as pessoas é boa, eu tento ser mais agradável possível, mas eu trabalho muito dentro da verdade. Aqui eu busco esse relacionamento agradável pra trazer as pessoas pra cá pra biblioteca” (Ent. F), através dos movimentos sociais: “Aqui todo mundo me conhece, me chama pra participar de movimentos, eu contribuo com o que posso. Então, com esse trabalho acabamos tendo uma boa relação, já teve briga, mas nada que influencie o ritmo das coisas” (Ent. D).

Contudo, temos ainda relatos dos entrevistados que a relação social dá-se só com a família e amigos mais próximos: “Antes eu morava em baixo, minhas irmãs moram lá em baixo. Aí eu sempre morei lá, tenho amigas lá, mas também não sou muito de ir lá, ainda mais agora com essa pandemia, eu vou mais na casa das minhas irmãs” (Ent. A).

³⁰ Essa entrevistada hoje ocupa o lugar de conselheira tutelar da Rocinha.

Dentre os entrevistados 03 (três) tinham uma visão mais política das questões relacionadas com a Rocinha, tanto na crítica quando destacaram os desafios e limites quando em relação a sua permanência e a sua história com a localidade. Os outros 04 (quatro) entrevistados, tinham uma percepção básica do cotidiano local, carregada de vivências e experiências pessoais.

Vale destacar aqui que a Rocinha é uma das favelas que mais possui algum investimento por parte do governo, seja por estar localizada na zona sul carioca, seja pelo impacto desses movimentos de luta criado pelos próprios residentes.

É, portanto, legítima a construção de uma localidade com redes de apoio e de solidariedade que, na sua dinâmica, vive com o enfrentamento constantes de desafios diários, mas ultrapassados por sua identidade coletiva.

4.2. Análise dos Resultados: Alto da Cova da Moura

No Alto da Cova da Moura, caracterizado pela presença marcante de uma população migrante, foram realizadas entrevistas cuja análise estão correlacionadas com a própria questão da migração, do pertencimento ao local e de luta pelo seu espaço na sociedade portuguesa, já que muitos residentes do bairro são nascidos em território português, mas não possuem o estatuto de cidadão português perante a sociedade, ora por não ter o documento legal da cidadania, ora por ainda possuir as características culturais originais da sua família, como, por exemplo, o sotaque, a vestimenta e, sobretudo, a cor da pele. Essa questão foi abordada em todas as entrevistas, mas como uma forma de reivindicação por ainda não terem esse estatuto e ainda ter que lutar para tê-lo. Mesmo assim, nos deparamos com entrevistas que demonstram a identidade local.

Para melhor entendermos a análise das entrevistas, abaixo faculto o perfil dos entrevistados. Assim como na análise anterior decidimos manter o anonimato dos entrevistados através da substituição do seu nome por letras. Começamos por caracterizá-lo consoante o sexo, foram 4 homens e 3 mulheres, sendo um casal de idosos que foram entrevistados juntos. Destes 1 é trabalhadora local, e os outros 6 residentes, com idades compreendidas entre 35 e 83 anos.

Quadro 4: Caracterização dos entrevistados: Alto da Cova da Moura/Portugal

Entrevistado	Sexo	Idade	Formação	Ocupação profissional	Como chegou no Alto da Cova da Moura
H	Masculino	35	Secundário	Coordenador de Cidadania Participativa	Nascido no Bairro. Família oriunda de Cabo Verde
I	Feminino	38	Licenciatura	Coordenadora de Projetos	Trabalha no Bairro
J	Feminino	67	Primário	Proprietária de um restaurante no bairro	Migrou para o Bairro, oriunda de Cabo Verde
L	Feminino	83	Primário	Aposentada	Migrou para o Bairro, oriunda de São Tomé e Príncipe
M	Masculino	74	Primário	Aposentado	Migrou para o Bairro, oriundo de Cabo Verde
N	Masculino	42	Secundário	Técnico de Maquinação e Programação	Nascido no Bairro, família oriunda de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.
O	Masculino	40	Técnico	sou animador e mediador	Migrou para o Bairro, oriunda de Cabo Verde

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Conforme podemos observar no quadro acima, o processo migratório está presente na vida de todos os residentes do bairro, seja por escolha própria ou pela família. Oriundos da África,

escolheram Portugal para fixarem a sua moradia devido à ideia de alcançar a melhoria a qualidade de vida em terras europeias. A maioria dos entrevistados são de Cabo Verde, assim como grande parte da população do Bairro da Cova da Moura. Todos os entrevistados residentes, possuem casas própria no bairro, ou por construção no terreno onde a família já possuía residência ou por terem comprado o terreno para construção ou residência. O entrevistado que possui mais tempo de residência fez 48 anos em 2022 que está na Cova da Moura.

Assim como na análise anterior, optamos por começar a abordar a categoria de análise sobre o sentimento de pertença e a identidade local, destacando as perguntas: “Você acredita que a Cova da Moura faz parte da sua vida, da sua história?”; “Você diria que ser residente do Bairro faz parte de quem você é hoje?”; “O que mais gosta em morar na Cova da Moura? E o que menos gosta? A análise dessas perguntas nos traz uma perspectiva dialética entre as respostas, de um lado tivemos entrevistados que nos informaram que hoje em dia não existem muitas coisas no bairro que faça ter esse sentimento de pertencer ao local, e do outro, a maioria dos entrevistados, nos mostram que o bairro foi o que estruturou a sua vida em Portugal e também faz parte da sua história, não podendo dissociar a história pessoal com a história do bairro.

Sobre os que não se veem pertencente, ao ser indagada sobre o que mais gosta no bairro, nos relataram que:

Daqui? [é] se eu fosse responder, parecia até uma ofensa porque eu vou dizer que se calhar nada [risos]. Eu gosto de estar na minha casa, e gosto daqui do meu trabalho, muita gente ainda frequenta esta casa, muita gente de fora ainda vem. Antes da pandemia ainda fazia música ao vivo e isso enchia, toda gente vinha, até gente de fora né, e pronto, acho que isso foram coisas boas que eu tive aqui, porque é uma casa que toda gente gosta, porque tão aqui e se sente segura, tão aqui ouvindo a música e pronto. (Ent. J)

A entrevistada em questão possui um restaurante muito conhecido no bairro da Cova da Moura, que no passado também era muito frequentado por um público não residente, mas hoje ela relata que não há tanta procura deste público devido às mudanças ocorridas no bairro durante o passar do ano, o que iremos abordar mais para frente. Queremos destacar aqui que mesmo a entrevistada não expressando a sua identificação com o bairro hoje, ela entende a importância do seu comércio para a questão identitária do bairro. Com características da cozinha cabo-verdiana, o restaurante é referência de cultura identitária da migração local.

Um contraponto a esta fala temos a outra parte que alega ter sua identidade marcada pela vivência no bairro, remetendo ao facto de se sentirem parte do local:

Claro! Eu tenho uma visão diferente das coisas, do mundo. Eu tenho a visão de bairro mesmo, tem que ser agressivo quando tem que ser, tem que ser calmo como tem que ser, é aquela questão de crescer em outro sítio, do lidar com outras pessoas. Se a pessoa fica muito aqui, tem a tendência de ser mais agressivo, que é o bairro que te faz assim, tens que ser assim, tens que se impor. (Ent. N)

Os outros residentes reforçam essa ideia:

O dinheiro que gastamos aqui dava pra ter comprado um andar naquele tempo, mas nós viemos pra cá. Gostava daqui, e quis ficar. (Ent. L)

Eu também. Na altura que compramos aqui, pensamos ela queria comprar em outro lugar, que no meu trabalho eu podia. Um apartamento grande. Mas compramos aqui por causa da família. E foi bom, porque depois outros também conseguiram fazer sua casa aqui [falando sobre os filhos que também construíram as casas no terreno que compraram]. (Ent. M)

É interessante observar que os moradores mais antigos têm a sua residência como sua fortaleza e ponto principal da sua fixação local, pois mesmo que se um dia pensaram em sair do bairro, não o fazem por ter sua casa própria.

A perspectiva da construção da identidade faz parte de perceber e analisar o contexto das realidades vividas por esses sujeitos, apresentando questões múltiplas como processo de construção pessoal e coletiva, pois Vaz (2014) vai afirmar que o individual e o coletivo são produzidos no dia a dia, e por isso as identidades não podem ser analisadas e entendidas separadamente, pois entre uma e outra está os elementos do contexto no qual estão inseridos. Ainda, segundo a autora, a identidade se produz em relação ao outro (individual e coletivo), entre as fronteiras sociais que regulam a noção das próprias relações sociais entre os indivíduos, onde a “consciência de pertença a um grupo é indissociável da consciência de não pertença a outro grupo. No caso da Cova da Moura, é extremamente interessante estar atento a esta noção” (Vaz, 2014, para. 19).

Assim como o Ent. N, o Ent. O possui o mesmo discurso quando indagamos sobre a mesma pergunta:

Claro que sim. Então não só a Cova da Moura, eu desde, como eu já disse, desde 84. Conheço toda a gente e toda a gente me conhece, aliás, mais me conhecem do que eu conhecer toda a

gente, porque as pessoas também vão indo e vindo. De todo jeito isso aqui é a minha vida, me sinto bem aqui. (Ent. O)

O entrevistado acima é residente e trabalhador da Cova da Moura, então o desenvolvimento do seu trabalho junto aos jovens do bairro se destaca como uma pessoa conhecida na localidade. Essa dinâmica relacional entre a população torna-se uma das características mais marcantes ao adentrarmos na localidade, sobretudo pelos aspetos culturais carregados de significados da cultura africana. O facto de crescer no bairro da Cova da Moura traz muitos significados para os 3 entrevistados que nasceram ou foram criados na localidade, pois relatam que as vivências de bairro lhes deram um olhar diferenciado da visão de mundo e do seu próprio lugar dentro da sociedade.

Num diálogo longo com o Ent. H, conseguimos visualizar vários aspetos da vivência na Cova da Moura:

Eu nasci cá já, sou o primeiro filho deles, nasci cá na Cova da Moura, cresci e gosto muito de viver cá. Não digo que é um sonho, claro, não digo que é um sonho viver cá e trabalhar na mesma associação em que vivo aqui no bairro, porque é complicado às vezes, mas é bom, tranquilo. Tive um crescimento aqui no bairro que eu digo, muito fixe, muita aprendizagem. As ruas em si ensinam-nos muita coisa, o bairro em si, o crescimento, a educação dos nossos pais, principalmente a educação dos meus avós, quando a minha mãe morreu com 33 anos eu tinha 12 anos, e então esse desenvolvimento, essa educação, foi muito pelos meus avós, pelo meu pai. [...] Então eu tive uma infância que eu digo de boca cheia que foi muito boa, gostei imenso, os meus putos também estão a crescer aqui no bairro e temos vários jovens aqui a crescer no bairro. Eu acho que essa aprendizagem de crescermos aqui no bairro, sabermos também desenrascarmo-nos sozinhos é muito bom para a tua vida futura, porque na escola não nos ensinam a guardar o dinheiro, não nos ensinam as várias vertentes que nós quando começamos a trabalhar perdemos um bocadinho. (Ent. H)

“O bairro da Cova da Moura é o território mais conhecido como “reduto” da identidade, da cultura, da resistência e da criatividade africana, particularmente crioula cabo-verdiana, em solo português” (Silva et al., 2019, p. 15). Todos se conhecem e relacionam-se entre si, sobretudo pelo status da cultura e da nacionalidade que compartilham, mas também especificamente pelos desafios semelhantes que enfrentam. Essa noção do espírito de comunidade, da entajuda também faz parte da identidade da cova da Moura.

Ao ser indagado sobre o que mais gosta dentro do bairro, obtivemos a seguinte resposta:

O que eu mais gosto é a música, é a comida, é a cultura, é essa entre ajuda que eu já falei, é a união. Que por vezes sentimos que podia haver mais, não é? Para combatermos tudo o que nos apontam. Que é preciso fazer pela sociedade, na nossa comunidade neste caso. (Ent. O)

Vale ressaltar que não conseguimos dissociar esta categoria com as questões relacionadas a migração desta população, o que nos é sensível, pois existem várias outras temáticas ligadas a essa, que revisita quando falamos da migração na Cova da Moura, que é maioritariamente africana³¹.

Tal como o antigo Mocambo, os bairros atuais de maioria negra também são segregados, marginalizados e racializados nas margens de Lisboa. (...) São bairros criados no contexto da moderna migração laboral de africanos para Portugal, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, incentivada pela industrialização e o crescimento do setor da construção civil do país. Entre esses imigrantes destacam-se os que saíram de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe. Atualmente, a maioria desta população distribui-se pela periferia de Lisboa, “empurrada” ao longo de décadas para bairros economicamente e socialmente marginalizados. Estes são os bairros negros da Lisboa contemporânea, territórios invisíveis de uma cidade que até hoje não (re)conhece o seu passado histórico africano, tampouco aceita os seus novos cidadãos. (Raposo & Varela, 2016, p. 4)

A questão da marginalidade presente no bairro é para além da construção informal, ou da forma de ocupação clandestina, aqui trata-se de uma marginalização pela cor, pela raça. A categoria raça aqui pensada não está desconectada da identidade e do pertencimento local, uma vez que pensamos a raça enquanto categoria discursiva atrelada a noção de cultura (Vaz, 2019). Como a técnica de recolha de dados foram através de entrevistas semiestruturadas e da observação não-participante, podemos afirmar que grande parte dos residentes são negros, e durante as entrevistas todos falaram sobre o preconceito, ora pela cor, ora pelo estigma que o bairro sofre.

A categoria de pertencimento e identidade aqui trabalhada é numa ótica local, da característica de bairro, pois existe uma dialética nos diálogos das entrevistas perante a sociedade portuguesa em que o bairro está inserido. O que é interessante refletir, pois a mesma categoria que pensa a construção identitária coletiva, é um dos desafios e limites que a

³¹ Existem também migrantes de outras nacionalidades residindo no bairro, como a nacionalidade brasileira, mas é minoria relativamente a população africana.

população desta localidade vive, sobretudo as questões burocráticas relacionadas a migração, documentação e aquisição da cidadania portuguesa:

Ao ser indagado sobre possuir a cidadania o Ent. O afirmou:

Ainda não, isso é um problema grave. Eu, por exemplo, não nasci cá comparando com quem nasceu cá e tem a minha idade, nunca ter documentação, vim para cá com 2 anos e em qualquer outro lado, com 30 e tal anos, naquele país já és considerado daquele país. Mas, aqui só tenho a residência. (Ent. O)

A seguir, perguntamos se foi difícil conseguir o Título de Residência:

Não, porque eu nem me lembro quando comecei a ter, eu tive desde o tempo da escola, para estudar tinha de ter, fui renovando, só assim. Quem vem, mesmo que tenha sido há 10 anos, ainda está com dificuldade em ter, há jovens aqui, que nasceram cá e só têm residência. No entanto, a lei já mudou há muitos anos, desde 2004 que quem nasce em Portugal é português, a nível prático ainda não se viu nada, teoricamente a lei já mudou há muito tempo, mas, na prática há muita burocracia que ainda impede os jovens, principalmente um deles que entrou aqui, o Pascoal nasceu cá, os pais na altura tinham o estatuto de refugiados, os filhos nasceram cá e por causa dessa situação, ainda não têm documentação, é muito grave. (Ent. O)

A problemática que gira entorno da nacionalidade portuguesa afeta diretamente a própria identidade pessoal da população, pois se de um lado temos migrantes que residem legalmente no país a sua vida inteira e ainda não conseguiu a nacionalidade por alguns impeditivos burocráticos, de outro temos nascidos em Portugal que precisa passar pela mesma burocracia para se afirmar como cidadão português:

É complicado, eu cresci muito com problema de identidade, porque se eu sou cabo-verdiano, se sou português. Eu nasci cá, mas com problemas de identidade. (Ent. H)

Perguntamos se o entrevistado ainda tem esses conflitos:

Ainda tenho, mesmo tendo o documento português, ainda tenho. Porque a primeira identidade nossa é a cor da pele, aqui é visível, as pessoas nos veem muito pela cor da pele e facilmente não nos identificam como portugueses. Então eu nasci cá, estudei e trabalho cá, desconto para cá e pronto, cresci com esse problema de identidade. Existem muitos amigos meus como eu, como outras pessoas, que se calhar hoje não são jogadores de futebol porque tinham esse problema de identidade, não tinham esse documento português, porque para termos o documento português, tínhamos que fazer uma prova de língua portuguesa tendo nascido em território nacional, pedir um registo criminal de um país que nunca lá fomos, Cabo Verde, eu nunca lá fui a Cabo Verde, vou pedir um registo criminal de Cabo Verde. Tínhamos que pagar

250 EUR e 250 EUR é dinheiro, antigamente era 175 EUR, mas era dinheiro também. Tinhas que pedir o registo criminal, tínhamos que pedir a certidão de nascimento daqui, não é? Passavas por uma série de burocracias que qualquer um emigrante que viesse de fora tinha também e passava, então foi uma fase complicada, de revolta também. Eu cresci um bocadinho revoltado com isso, hoje em dia nós temos um grupo de teatro que fala sobre o racismo e que fala sobre esta lei da nacionalidade e nós queremos mudar essa lei de nacionalidade, já mudamos muito e vamos continuar nesta luta, porque não é justo, nós nascermos cá, fazemos tudo o que um português normal faz, e depois não temos os direitos iguais a eles. (Ent. H)

Ainda hoje conseguimos identificar essa situação ao qual foi relatada no trecho acima. A cor da pele e o sotaque são marcas da população que vive no bairro, e assim caracterizam como migrantes, mesmo quem já tenha nascido em território português. “Na Cova da Moura, o “ser português” está associado ao “ser branco”, ainda que o ser da Cova da Moura, não esteja, necessariamente, associado ao “ser negro” (isto ao nível do discurso local)” (Vaz, 2019, para. 20). Então, esses fatores ajudam a estigmatizar a população, criando situações de preconceito com quem reside no bairro. Longe de querer analisar a categoria de raça e racismo, nos limitaremos a perceber o impacto dessas delas na população residente na Cova da Moura. Para tanto, aqui iremos trabalhar o conceito de Raça evidenciado por Munanga (2014), onde a raça possui mais o caráter político e ideológico do que propriamente biológico.

o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (Munanga, 2014, para. 9)

Ou seja, trata-se de uma construção histórica e, sobretudo, sociocultural. Mesmo esse conceito tendo sido criado para definir a classificação das plantas, passou a ser utilizado para legitimar o poder e a dominação, e com isso o racismo, que se manifesta de várias formas na sociedade atual, se perpetuou e influenciou toda uma população e, neste caso algumas gerações específicas de migrantes africanos de pele negra.

No caso da população negra e/ou africana, a subalternização é agravada pelo racismo e por um imaginário eurocêntrico de construção do Estado-nação que invisibiliza a sua presença histórica no país ao mesmo tempo que oculta a brutalidade do projeto colonial. (Raposo & Varela, 2016, p. 11)

Lopes (2020) corrobora com essa afirmação ao afirmar que as questões relacionadas a raça e ao racismo ainda continuam a ser marginalizadas, operando entre fronteiras simbólicas numa categoria construída, que por vezes são silenciados no debate público sobre o espaço urbano, por carregar um imaginário de valor sobre as raças, o que vai reforçar a diferença entre o pertencimento e a alteridade. O autor ainda destaca que os migrantes africanos e os seus descendentes tenta, dia após dia, superar o racismo que lhes é imposto.

Questionamos sobre a opinião do entrevistado perante a visão da sociedade portuguesa sobre os migrantes africanos:

É o estigma, e depois a raça. é a parte do racismo. Aqui já não és português, ou branco português, ah! Brasileiro, é a mesma coisa. O branco brasileiro também tem estigma aqui. Acontece muito aqui, e se for preciso, ucraniano, russo, qualquer raça. E depois que estão aqui, andam a fazer concorrência [no trabalho]. (Ent. N)

Ao indagar se o entrevistado é ou não português, tivemos a seguinte resposta:

Sim, mas sou negro. O que é ainda pior, o negro acho que é o último, desses todos é o último, é o que eles respeitam menos. Aqui pra gente ter alguma coisa, é guerra, ou quase. Pronto, é como eu te digo, pode ser pra raça, pode ser pro país, paquistaneses aqui eles também eles não gostam. AS gerações mais novas, não são muito, são mais os da minha idade, da minha geração, eles é que tem mais esse pensamento, agora essa geração nova já tem outra mentalidade, já tem outra mistura. No meu tempo já ouve mistura, mas eu sou do início, eu sou de segunda geração, a primeira geração é de 70, eu sou de 80 [falando da geração de migrantes]. (Ent. N)

A marginalização dos bairros classificados como negros, juntamente com a criminalização da pobreza, acabam por criarem expectativas negativas relativamente ao futuro dos habitantes destas regiões, onde, preconceituosamente, são vistos como sujeitos com comportamentos desviantes:

No limite, eles passam a ser detentores de uma (i)moralidade questionável que os priva do pleno acesso à justiça e os culpabiliza pelos problemas da cidade, tornando as medidas repressivas (e abusivas) da polícia um recurso legítimo aos olhos da opinião pública. Esta criminalização prévia retira-lhes o “poder da palavra” e condena-os ao isolamento, num processo de segregação extrema alicerçado pela precariedade económica, discriminação racial e estigma territorial. (Raposo & Varela, 2016, p. 11)

O autor traz uma abordagem importante para a leitura da discriminação com o bairro, e a descrença que há da sociedade para com esta comunidade, e as vezes da própria comunidade em si, pois não acreditam que podem usufruir do ensino superior, por exemplo, talvez por

fazerem eles acreditarem numa incapacidade imposta a eles. Observamos essa situação tanto nas entrevistas quanto na observação não participante que ocorreu no bairro e nas conversas informais realizada com outros moradores:

Também houve uma fase da minha vida que eu desisti da escola, sempre levar com histórias de escravos pretos que fazem isto e fazem aquilo, a escola às vezes também me trazia alguma revolta, e desisti da escola, não me identificava mais com a escola, fiquei 2 anos sem ir para a escola, comecei a trabalhar, mas depois vi que não ia dar certo se eu não estudasse, que eu não ia ter um futuro, ou seja, não queria perpetuar a vida dos meus pais, eu disse ao meu pai uma vez que não queria mesmo trabalhar nas obras porque aquilo era um trabalho de porcaria, cansava muito, mas é um trabalho digno, sim, para ti sim, mas para mim não quero isso, não quero isso pra a minha vida, e tivemos uma discussão sobre isso, mas ele entendeu e disse “então olha, se tu não queres essa vida, tens que estudar, tens que fazer por ti”, foi isso estás a ver? Porque eu na escola, também houve um professor que me disse “olha eu já tenho uma profissão, eu ganho o meu dinheiro, eu estou aqui para trabalhar e estou bem da vida, tu ainda vais ter um futuro pela frente, vais ter que trabalhar, vais trabalhar nas obras ou nas limpezas, e não vais ter dinheiro para ter uma vida confortável como eu tenho; por isso, continua assim e não vais ser ninguém”, um professor a dizer-me nisso, e hoje em dia eu vejo para mim e digo: “fogo, lutei, sim, lutei pelo que eu vivi”, e também tive que escolher muito, tive que optar muito e pensar muito em mim e eu era puto. (Ent. H)

O que observamos nos jovens uma postura de continuidade das funções, ou subempregos dos pais. Durante a observação não-participante foi-nos relatados alguns sonhos das crianças e jovens que frequentam uma das associações no bairro: uns queriam ser professores, outros bombeiros e falaram até nas construções, mas em desenhar prédios grandes, explicamos que essa profissão seria a arquitetura, mas logo após dizerem a suas aspirações futuras desacreditam que possam conseguir alcançá-las, então, por vezes terminavam a suas falas alegando que vão trabalhar no mesmo lugar que a mãe³². Mas, como vimos no trecho acima assinalado, essa não é uma característica que define o bairro, é uma perspectiva que vem se modificando com o tempo, com o trabalho e a influência de pessoas específicas na comunidade.

³² Alertamos aqui que os jovens ao qual conversamos informalmente, eram do sexo feminino, e por isso os seus exemplos profissionais estavam ligados diretamente com as mães.

Toda a categoria de análise sobre o sentimento de pertença e a identidade local, nos remete sempre as questões culturais da população migrante africana, isso porque, como já abordado, essa categoria perpassa pelo pertencimento e a identidade ligadas ao bairro e a comunidade que criaram, não perdendo a sua cultura de origem. Por um lado, é importante que mantenham esse *status* de comunidade cultural africana, pois são laços importantes das suas famílias e ancestrais, por outro é especificamente essa questão cultural que lhes causam preconceito e discriminação na sociedade portuguesa, e o que acabam segregando o bairro.

Mas, há iniciativas importantes para que essas situações sejam minimizadas, como alguns projetos de inserção social, e a própria alteração na lei de nacionalidade portuguesa, que antes era relacionada somente a consanguinidade, legitimando a desigualdade dos filhos de migrantes nascidos em Portugal, no início de 2022 houve uma atenção, onde os nascidos em Portugal cujos pais tenham mais de um ano de residência legal, podem obter a cidadania portuguesa³³. Isso é um avanço em direção à inserção dos migrantes na sociedade, assim começamos a deixar de usar as expressões “migrantes de segunda ou terceira geração”, como foi destacado no trecho do diálogo com o Ent. N.

Ligada a essas categorias, passamos a perceber o que motivou os entrevistados a permanecerem no local. Para esta categoria, questionamos: O que fez ou faz a permanência aqui no Bairro?

Essa questão trouxe discussões interessante, que podemos separar em dois grupos: o primeiro é dos residentes mais antigos, o outro é dos mais jovens. O primeiro grupo, como citado anteriormente, possuem uma forte ligação com as suas casas, acreditamos que isso é devido à história de construção da mesma. Desses entrevistados, 3 (três) se destacam por ter uma relação de crescimento e história pessoal com a Cova da Moura, devido os anos que vivem no bairro, que abordaremos mais adiante; já o segundo grupo se subdivide entre os que permanecem pelas questões do pertencimento e da identidade; os que saem por acreditar que a vida fora do bairro tem mais oportunidades, sobretudo por toda a problemática social que envolve o bairro; e os que fazem a Cova da Moura um ponto de chegada da sua migração para outros lugares.

Ao questionarmos sobre a permanência no Bairro tivemos como resposta:

³³ Decreto-Lei n.º 26/2022, de 18 de março.

Não houver a necessidade de muita coisa. Já há quase tudo aqui no bairro, tem acesso a quase tudo. As pessoas não têm a necessidade de sair aqui do bairro. (Ent. N)

Durante a entrevista o Ent. N falou sobre a circulação das pessoas no bairro:

Imagina há 2 ou 3 grupos. Há um grupo que só tem casa cá e os pais cá, e permanece mais tempo, e tem pessoas que vêm de fora, não tem casa cá, aluga uma casa, estão aqui um tempo, ou vem tipo de outro país, vem para cá, fica aqui durante uns tempos, pra organizarem a vida, e depois, quando tem a vida mais ou menos organizada, e tem a oportunidade e capacidade de sair daqui, sai. Há outras que vem para cá também, gostam de ficar cá e ficam cá por muito tempo. Nesta fase agora tem muito entra e sai. O pessoal mais antigo, tipo da minha geração está tudo fora do bairro. O pessoal já se organizou, cada um tem a sua família, comprou sua casa, outros foram para fora do país, para o norte da Europa, e há as gerações novas, mas aí já são crianças e jovens. Mas, há muita gente que vem da África, e vem praqui uns tempos, e organiza e pronto, vão pra outros sítios. Como um ponto de acolhimento. É muito isso. E é das próprias famílias, tipo imagina, vem um familiar meu, em princípio, vem logo praqui, fica aqui durante um tempo, organiza-se e depois vai pra outro sítio. Há outros que fica. (Ent. N)

Abordou também a permanência sobre os residentes da geração dos pais dele:

Esses permaneceram uma vida toda, depois de virem da Terra deles. Porque há 30 ou 40 anos, foi em 75 praí, que eles começaram a vir para cá pra Portugal, até agora. Essa geração quase nenhum saiu de cá. E esses são os verdadeiros donos das casas aqui do bairro. Os filhos herdaram, mas os verdadeiros donos, são esses da geração dos meus pais. (Ent. N)

Esse diálogo, nos ajuda a perceber os grupos existentes dentro do bairro, e a entender que a localidade sempre foi importante para o processo de migração. Esse fenómeno da migração, presente na sociedade global, que se desencadeou fortemente através do capitalismo, e que no início se deu fortemente através das relações de trabalho, na sociedade atual ocorre, sobretudo, através da busca pela melhoria da qualidade de vida, que os migrantes não encontram no seu país, por isso, maioritariamente essa migração é para países considerados desenvolvidos (Franken et al., 2009).

Não obstante, a permanência desses grupos pode ser observadas de duas maneiras: os que possuem familiares no bairro e por isso planeou a sua vida na localidade, seja construindo as suas casas no terreno da família, ou adquirindo as residências no locais; e os que migraram nos

últimos anos e mesmo após se organizarem continuam na localidade. Ambos os grupos destacam a sua permanência devido à cultura e o modo de vida que encontramos no bairro.

Eu acho que é como a maioria dos jovens que nasceram e cresceram aqui. Eu acho que há uma cultura, uma multiculturalidade enraizada, que faz com que as pessoas não queiram sair daqui, por mais que as pessoas venham de fora. Nós temos condições, temos água canalizada. Muitas casas que se calhar por fora, visivelmente não estão bonitas, mas por dentro é tudo bem arranjadinho. Nós sentimo-nos bem aqui, há mais de 20 anos que há essa ideia de mandar o bairro abaixo, mas com a Associação ¹³⁴que nós consideramos o coração do bairro. É também lutar por essa causa, não é? Que é ficarmos aqui, mantemos a cultura, a comida, porque nós temos exemplos de outros bairros que existia igual a este que já foram abaixo. Que se perdeu muito cultura, aliás, este bairro atualmente ainda é mais frequentado. As pessoas querem vir sempre aqui, principalmente as pessoas de Cabo Verde e pessoas que foram para outros bairros, prédios, e não sei quê, vêm sempre aqui parar, porque querem viver essa multiculturalidade. Que faz ter essa própria cultura da Cova da Moura. Tens cabo-verdianos, guineenses, tem os brasileiros, ou seja, tens aqui uma mistura de culturas que faz a própria mistura de cultura daqui. Só para teres uma noção, têm de 31 salões de cabeleireiros e 28 restaurantes aqui dentro. Não é só para a população, tem gente que vem de fora, quer estar aqui ao fim de semana, antigamente, agora não, porque a polícia anda a chatear muito. Entrou um novo Presidente de Câmara. Eu acho que não é muito favorável aqui. Estão a querer estragar as noites aqui, que eram praticamente mais que o bairro alto à noite, bares, música ao vivo, entre outros. (Ent. O)

A culturalidade aqui presente neste trecho da entrevista, pode ser percebido tanto na forma do multiculturalismo como no interculturalismo, onde González-Monteagudo & León-Sánchez (2022) trabalham o primeiro relacionando a sua conceção com a base de lugar, de grupo, de pertença, de espaço e expressão das diferenças, já o segundo é entendido como o respeito, reconhecimento, igualdade e a tolerância de uma sociedade mais diversificada (González-Monteagudo & León-Sánchez, 2022). Os autores destacam esses conceitos como perspectivas diferentes entre si, e fazem uma crítica ao primeiro, alegando que este pode levar a sociedade a uma fragmentação social ao darmos demasiado destaque as diferenças. Em parte, concordamos com o pensamento dos autores, ao olharmos para o bairro vemos essa fragmentação social deste grupo, que por ora, são marginalizados e tratados como guetos, mas sem esse multiculturalismo baseado nesse apoio interno do grupo social, será que o bairro sobreviveria todo esse tempo? De certa forma, foi através desse fenómeno que o bairro conseguiu se fortalecer enquanto comunidade, fazendo uma interconexão com o interculturalismo, através do reconhecimento

³⁴ Optamos por retirar o nome da Associação.

das outras culturas, já que a cultura africana, não é única e dentro do bairro encontramos sujeitos de diferentes países da África, e também de outros continentes, como o Brasil.

O espírito de comunidade, ainda caracterizado pela forte presença da cultura no bairro, através da ajuda mútua, e das redes e laços sociais, também ganham destaque quando se trata dos motivos de permanência no bairro:

O que eu costumo dizer é que nós vivemos aqui em comunidade. Nós conhecemos toda a gente aqui no bairro, se me faltar alguma coisa facilmente eu chego nessas pessoas, às vezes tu moras num prédio e não conheces o vizinho debaixo, nem o do lado e nem confraternizas, nem dão confiança. Aqui no bairro vives em casas, 9 hectares de casas e conheces toda a gente. Então, facilmente se tu precisares de algum apoio, de alguma ajuda, tu consegues. Agora, será que num prédio, que é só uma infraestrutura, conseguias um apoio? Consequias uma ajuda? Em comunidade é muito mais fácil, eu gosto muito de viver assim. É o que eu digo, eu não saio aqui do bairro para viver num prédio, eu comprava uma vivenda, uma casa, porque já estou habituado a viver numa casa, já sei como é que é viver numa casa, eu é que trato dela, eu é que faço, eu aconteço, se acontece umas obras eu não tenho condomínio, não tenho nada e é muito mais fácil, eu é que posso tratar das minhas coisas. Facilmente, eu posso aqui no bairro fazer uma festa, por uma música tranquila até à meia-noite, será que num prédio podes fazer isso? Há muita gente a fazer churrasco aí na rua, a venderem as suas coisas, há muita vivência aqui no bairro que tu lá fora não tens mesmo, que é muito bom. (Ent. H)

O sentido de comunidade aqui exposto na entrevista pode ter relação com a retomada do sentido de solidariedade na sociedade contemporânea que vivemos, que está impregnada pelo individualismo competitivista. Assim como Paiva (2003) abordou nos seus estudos, esse sentido de solidariedade dentro das comunidades é o que caracterizam as suas estratégias de sobrevivência comum, assim destacamos que esse convívio faz parte das práticas produzidas no contexto do bairro.

Não obstante, essas práticas foram construídas com a mistura entre a história dessa população com a própria história do desenvolvimento do local, e foi a partir dessa conjuntura, que os residentes mais antigos permaneceram no bairro. Todo o processo, desde a escolha de morar no bairro, a compra dos materiais de construção, as ajudas dos vizinhos, até a finalização das obras, fizeram parte dessa conjuntura histórica dupla. Durante as entrevistas, através dos três entrevistados que residem há mais tempo no bairro, podemos perceber como foi o processo

histórico de construção do mesmo. Como, dois dos entrevistados são um casal, temos duas histórias orais a serem apresentadas.

A primeira é do Ent. M e da Ent. L. Durante a nossa entrevista, nos contaram sobre o que ocorreu quando foram morar na Cova da Moura. Nessa história, que caracteriza como ocorreu o movimento de ocupação no bairro conseguimos evidenciar vários fatores acerca das nossas categorias em análise, começamos por destacar a solidariedade presente na comunidade no processo de construção das suas casas:

Eu vinha praqui, as vezes na semana, mas passava o fim de semana, fazia o almoço pros amigos que ajudavam, vinha de comboio, autocarro, com o Bebé nas costas. Depois a noite do domingo já ia pra casa, fazer jantar, dar banho no filho e na filha dele que a mãe faleceu e ficou com a gente. [...] às vezes, sábado, vinha praqui pra receber material. Vinha com o Bebé nas costas, não tinha estrada, era só lama por aí, ficava aqui desde as voltas das 11 h até 4 h [16 h] e depois ia pra casa. No domingo eu vinha logo cedo pra começar a trabalhar. Levantava cedo pra fazer o almoço pra chegar aqui a hora de almoçar, depois ia pra casa [casa em que moravam antes de construírem no bairro] a tarde, a noitinha e foi assim. (Ent. L)

Perguntamos sobre a ajuda que tiveram para a construção da casa:

Eles ajudavam numa semana, na outra semana ia nos ajudar outras pessoas também. Eu era carpinteiro, ele era pedreiro. Eu ajudava a ele, ele me ajudava a mim. Conheci aqui esses vizinhos. (Ent. M)

Esse tipo de solidariedade e entreaajuda é uma característica específica das zonas de construção informal nas cidades, se trata de um coletivo, que possuem os mesmos objetivos e ajudam-se para alcançá-los juntos.

A segunda entrevista, também nos mostra essa interação entre os moradores do bairro, e foi o que a fez escolher ir residir na Cova da Moura, num pequeno trecho que diz:

Tinha aqui na altura, algumas pessoas de Cabo verde, então a gente vinha um bocadinho aos fins de semana, e depois havia uma casa lá em baixo que era do senhor que é imigrante e que fazia música ao vivo, toda gente se juntava lá pra curtir, até que ele fez de discoteca mesmo, na altura, então a gente vinha passar os fins de semana dançar e depois ia pra casa, vinha nas folgas. Quando vim praqui, eu continuei a trabalhar no Restelo, ia de manhã e voltava a tarde. Quando eu comecei a morar aqui mesmo, definitivo, eu ia e vinha todos os dias, [...] eu fiquei sem trabalho na altura, de repente apareceu uma casa pra alugar, aqui na rua de São Tomé, que tem um restaurante e fui praí trabalhar nessa altura, trabalhei lá por 4 anos, por minha conta, que eu comecei a trabalhar aqui. Porque antes eu morei num quarto, depois no outro lugar, daí fui pra

essa do restaurante e comprei essa casa aqui. Construimos aqui o trabalho e onde ia morar. Aqui, já tinha uma casa construída, era uma barraca. Daí nós aumentamos pra fazer o restaurante e a casa lá em cima, mas isso foi rápido não. (Ent. J)

Ao perguntarmos sobre a ajuda para a construção a entrevistada informou: “Muitos daqui, conhecidos, fazia as coisas. Mas outras pagamos também” (Ent. J).

É interessante relembrar que essa convivência entre os moradores aos fins de semana, também é uma das características dos lugares de construção informal, através de uma organicidade do local, onde o movimento não se esgota e a interação entre as pessoas dão “vida” ao bairro, isso também já foi descrito em outros trechos anteriores. Nesta entrevista, também podemos constatar a ideia da construção conjunta das residências. Atrelamos essa conjuntura ao que definimos nos capítulos anteriores como Sociedade-Providencia. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1995), a sociedade-providencia tem essa característica de redes de apoio entre pares, de um reconhecimento mútuo, da ajuda e do interconhecimento, sobretudo, através das trocas não monetárias e numa relação social entre os sujeitos, numa relação de reciprocidade baseada em laços traçados pelo parentesco ou vizinhança (B. D. S. Santos, 1995). Esse conceito se entrelaça com a noção das práticas informais aqui trabalhada, já que, nos dois casos, são utilizados quando há falta ou pouca intervenção e serviço do próprio Estado, e assim, os sujeitos se reúnem para “suprir” as suas próprias necessidades, e são essas soluções encontradas pela população local que os tornam uma comunidade.

Ainda sobre a construção das residências outro entrevistado relatou:

No tempo da construção das nossas casas, tipo este fim de semana a gente ia fazer uma coisa grande nossa casa, vai fazer mais um piso para cima, e a vizinhança toda daquela rua era convidada, eles sabiam, que no sábado íamos fazer todo aquele trabalho. E na outra semana era a casa do outro vizinho a gente também ia lá. Era só fazer um almoço, umas grades de cerveja, não havia pagamentos, não havia nada. Um almoço grande pra todos, e ficávamos ali o fim de semana todo. As casas foram construídas assim. Mas, hoje já não são assim, porque, imagina, já estamos no patamar em que a gente já tem as nossas casas aqui já tem quase 40 anos, e já tá quase tudo evoluído, é só remodelação. E pra remodelar agora, já estamos numa nova era, paga para ter isso. Aqui já temos umas casas com outro nível, isso é um bairro, mas é um bairro com outro nível, já temos muitas boas casas. (Ent. N)

Interessante de observar que a construção mútua descrita acima, remete somente ao início da ocupação do local, mostrando uma certa evolução na infraestrutura das casas da Cova da Moura, que hoje precisariam de remodelar, não de construir. Sabemos que isso não é uma coisa estática, as construções nos lugares informais são constantes, ou ainda por uma contínua ocupação do espaço, ou pelo alargamento da família, que, quando possível, continuam a construir nos terrenos, aumentando os andares das residências.

Ainda analisando esse trecho, percebemos como a nomenclatura “bairro” nesse contexto de ocupação informal, traz uma noção pejorativa da palavra, pois se acredita que quem vive nesses locais informais, não vive em boas condições. Assim, chamamos a atenção para duas questões: a primeira é que sabemos que esse tipo de ocupação ilegal (ou informal) está caracterizada pela situação de pobreza da população com a falta da possibilidade de acesso à habitação por meios legais através da política de habitação - que observamos a evolução com o passar dos anos, mas que não acompanhou o crescimento da população -, entretanto, hoje em dia a realidade observada é outra, a situação de pobreza ainda existe, a população insere-se numa classe social que está desprovida de recursos financeiros, ainda necessitam de apoios do Estado e das redes que possuem, mas as construções inacabadas ou de barracas de madeira, já não é um dado absoluto, o que vemos são construções de alvenaria com uma boa estrutura, deixando para trás a ideia de lugar provisório; a segunda questão está relacionada com o argumento de defesa que o entrevistado utilizou sobre o seu bairro, aqui destaca-se a necessidade de autopreservação do seu lugar de moradia, pois existe uma visão estereotipada desses espaços, que, relacionando com a primeira questão apresentada, imagina-se sempre um lugar com características degradadas, e de facto, a realidade não é essa.

Certamente, as construções das habitações e dos espaços em comum, não foram pensadas, planeadas por arquitetos, urbanistas e engenheiros, foram realizadas pela própria população residente, então as formas estruturais são um pouco diferentes da parte formal da cidade, mas não por completo, como mostra a figura 8.

Figura 8: Rua da Cova da Moura



Fonte: fotografia tirada pela autora durante a recolha de dados (2022)

Outra questão levantada aos entrevistados foi sobre os desafios e limites de residirem num bairro como a Cova da Moura. Tivemos os seguintes resultados: dos 8 entrevistados, 2 não souberam responder, ou disseram que não havia nada; 2 especificaram situações de trabalho; e 4 abordaram as questões relacionadas ao tráfico e a violência, sendo que um desses nos informou que preferia não falar sobre o assunto. Vale ressaltar que algumas questões acima analisadas também entram nessa categoria de análise sobre os desafios e limites, como: racismo, a marginalização e a discriminação.

A conotação é negativa, não é? Antigamente para arranjar trabalho vivendo aqui no bairro, tinhas que dar a morada da Cova da Moura e ponham-te o currículo de lado. Mas, agora, já está muito melhor, porque também foi uma luta nossa, dos moradores da Cova da Moura. Muita gente dava a morada muito elaborada, só pra não dizer Cova da Moura e conseguires trabalho, a visão de fora do bairro para dentro é sempre a visão dos médias, eles não vivem cá, as pessoas não vivem cá, não sabem o que se passa cá. Então claro que a visão é negativa, porque, quando é que os média veem? Quando há uma intervenção policial, quando há uma apreensão ou alguma coisa, e eles mostram sempre a Cova da Moura como um gueto, um bairro desfavorecido e de lata, temos vários nomes e o nosso nome, que nós colocamos é Cova da Moura, mas vários

nomes institucionais que põem sobre o nosso bairro. E o que passa é sempre sobre a negatividade do bairro, não vêm as mulheres que saem às 6 da manhã e veem pôr o miúdo na creche para irem trabalhar e limpar os escritórios deles, que depois vão sentar no escritório limpo e começar o trabalho, todos os dias, está a ver? Eles não vêm isso, eles não vêm as pessoas que vão trabalhar cedo, que saem aqui do bairro, pessoas dignas também. Não vêm as pessoas que montam aqui os seus negócios para ter uma vida melhor, a quantidade de pessoas que não têm documentação e que querem ter a documentação para trabalhar e vão ser explorados numas obras aqui em Lisboa, porque precisam de dinheiro para sustentar os seus filhos, isso as pessoas não veem, a batalha das pessoas todos os dias para terem de comer todos os dias. Então há sempre essa conexão negativa, essa maneira que os médias têm de passar a informação do bairro negativamente, por isso é que nós também não aceitamos muito os médias a virem aqui entrevistar-nos, porque depois fazem um trabalho connosco, entrevistam-nos e depois vamos passar outra imagem aqui do bairro. (Ent. H)

Notamos que a associação entre os desafios e o olhar pejorativo do bairro mostra uma influência negativa para a população que vive no local, como destaca Alves (2021):

esta distinção resulta também das notícias e reportagens sensacionalistas de teor criminalizador. (...) uma procura breve pelos meios de comunicação portugueses dá conta dos estereótipos e preconceitos racistas associados ao bairro e aos seus moradores, considerados como detentores de um modo de vida incivilizado e desviante. (Alves, 2021, p. 54)

Os argumentos apresentados tanto pelo entrevistado quanto pela autora nos remetem às questões da discriminação e da segregação espacial, não só do bairro, mas da população que carrega esse estigma por toda a sua vida.

Uma pessoa tem sempre o receio, porque ouvem-se coisas todos os dias, como já deve ter ouvido, toda gente a falar da cova da moura, se chegar em Lisboa, ou noutra lado qualquer, se perguntarem, é da onde, se disser que é da Cova da Moura as pessoas já ficam já, por exemplo, se tivermos a necessidade de apanhar um táxi ou Uber, que antes vinha sempre, não conseguimos, porque aqui não vem ninguém, ta vendo a nossa dificuldade? Antigamente não tinha esses problemas. Eu ia às compras, apanhava um táxi ou isso, depois quando os táxis começaram a deixar de vir aqui, começou o Uber a vir, agora também já não vem, é muito raro. Pra vir trazer eles dizem que vem, mas vem até lá em baixo, mas subir aqui não sobem. Então é uma das dificuldades que temos aqui nesse momento, não sei se melhora ou piora, mas vamos esperar. (Ent. J)

O trecho anterior e o que se segue, demonstram a realidade vivenciada pelos moradores a respeito das consequências enfrentadas por residir no bairro, por um lado a discriminação e a

exclusão social pelas pessoas que vivem fora do bairro, e por outro a convivência com situações conflituosas. Assim o Entr. N destaca:

tens que ter um psicológico muito forte, pra não ir pra outros caminhos. Aqui tem muitos desvios no teu caminho. São caminhos rápidos, pode ir pro roubo, pode ir para o tráfico droga pode por crime violento, ou qualquer crime, e que rápido. Mas, também, aqui tem coisas, boas como é em todo lado, a Cova da Moura é como os outros lados, é igual, só que é um bairro [querendo dizer um bairro pobre]. (Ent. N)

Um dos caminhos que os jovens tendem a considerar para o futuro é o do crime, através do que entendem ser um acesso fácil a bens materiais. Não obstante, existe um fator muito importante quando falamos dos jovens desse bairro, que é um sentimento de revolta perante toda exclusão vivenciada através da sociedade da violência estatal trazida pelas incursões policiais, o que leva a comportamentos diferentes, por vezes de afrontamento perante toda a realidade vivida. Talvez sejam esses comportamentos que os determinam como incivilizados e desviantes, como abordado pela autora supracitada, mas de facto essa revolta não está associada diretamente com a violência, muitas vezes se manifestam no falar, no andar, e nos *raps* produzidos no bairro³⁵.

Essa representação dos jovens do bairro também deve ser analisada de forma estrutural:

O desemprego entre jovens do sexo masculino é elevado, o que potencia a degradação social e fomenta a marginalidade. Os jovens, quando lhes é permitido trabalhar, fazem-no muito cedo, entre os 17/18 anos. Cerca de 50% da população masculina, em idade ativa, trabalha na construção civil. A população feminina trabalha essencialmente nas limpezas, restaurantes, peixarias, frutarias e serviços domésticos. (M. P. N. Santos, 2014, p. 130)

Ou seja, o mundo do crime aparece como alternativa de um meio de sobrevivência, de mais fácil acesso, como já abordado acima. O autor ainda destaca que o emprego também está no centro das relações sociais e de entajuda dessa população, através de um reforço dos laços parentais e do compromisso de uns com os outros na comunidade, ajudando no recrutamento de pessoal através dos que são conhecidos (M. P. N. Santos, 2014). Essa conjectura aparece mais associadas ao perfil masculino.

³⁵ Não podemos dizer que o rap é o ritmo mais ouvido e produzido no bairro, mas certamente é um dos que mais se destacam, sobretudo, pela população jovem local.

Corroborando com o abordado acima:

(...) pelas coisas também negativas que existem, não é? Criar o teu filho, principalmente, porque não podemos esconder que existe o tráfico. Pronto como dizia, existe o tráfico aqui também, e existem aqueles grupinhos, não é? Que cometem crimes. E nós, aqui a associação, trabalhamos para combater essas coisas, e lá está os projetos para esses jovens. Graças à associação que faz esse trabalho também para tirar esses jovens desses caminhos. Temos o GIP, que é gabinete de inserção profissional, para também encaminhar jovens nesse sentido. Pronto, mas sabes que nestes bairros há sempre grupinhos, há sempre tráfico, porque é nesses bairros que se canaliza, é onde as pessoas estão com menos posses, as pessoas também sonham um bocadinho. E depois esse tipo de coisas veem parar sempre a esses bairros. Ou seja, o tráfico. (Ent. O)

Neste mesmo seguimento, o Ent. H complementa:

Mas, aprendi muito aqui no bairro porque não é fácil, às vezes não é fácil o que nós passamos aqui, muitas vezes nós temos que escolher e a escolha enquanto és adolescente é difícil, claro que me puxaram as orelhas, porque é muito difícil tu enquanto miúdo optares por alguma coisa, tu teres a opção e escolheres, e pensares “fogo se calhar se eu fui para ali estou lixado, é melhor ir para aqui, porque os meus avós não querem ou os meus pais”, então eu digo que eu cresci, não passei fome, não tive nenhum desse tipo de problemas, claro que eu fui traquino, fiz as minhas coisas, mas sempre numa onda de ir numa linha mais reta e não passar ao lado. Mas sim, aprendi muito no bairro, não só eu, eu cresci muito com os meus amigos aqui no bairro, quando eu conheci o Moinho da Juventude, porque eu cresci aqui no Moinho da Juventude, nós criamos um espaço que se chama “bem passa com o nosso”, quer dizer: vem viver, conviver connosco. Então nós sempre crescemos aqui e fizemos atividades aqui. Atividades lúdicas, também incentivavam-nos muito a não deixar a escola, nós tínhamos um espaço aqui, um espaço jovem, em que tínhamos várias coisas que nós gostávamos, se nós não fôssemos para a escola, não podíamos utilizar o espaço e era assim uma coisa que nós não abdicávamos. (Ent. H)

Com base na investigação apresentada, existem movimentos sociais que atuam no bairro, para lidar com inúmeras expressões das questões sociais apresentadas aqui. Esses movimentos, caracterizados aqui por duas associações sociais existentes no bairro, que trabalham com a população local promovendo a sua inserção social, e a garantia de serviços de qualidade que não são disponibilizados devido à ausência no Estado. Esse trabalho desenvolvido por ambas associações é no âmbito das lutas e dos direitos dessa população, funcionando com centro cultural e centro social, em prol do desenvolvimento local e comunitário. As associações que trabalham com as crianças e jovens, e com a inserção da população migrante na sociedade

portuguesa. Longe de querer fazer um histórico dessas associações, vamos aqui apontar a importância do seu trabalho para a vida do bairro.

Existem muitos jovens aqui que o trabalho que o Moinho da Juventude faz, principalmente nós como monitores fazemos é incentivá-los a não deixar a escola, mas também há um trabalho do Ministério que é não desvalorizar os negros na escola, para que eles se identifiquem sempre com a escola, porque há sempre uma idade em que eles dizem que a escola não faz sentido, mas por que é que não faz sentido a escola? Por que é que tu achas isso? Há todo um sistema que não nos apoia nesse sentido, e então faz nos desistir, faz-nos não ir para escola porque também chega um momento que nós também queremos ter as nossas coisas, aí desistimos. (Ent. H)

Todo o trabalho desenvolvido é em direção para que as crianças, jovens e adultos tenham um futuro que possa ser escolhido por eles e não os que lhes são impostos. É um trabalho em parceria com a população.

Qualquer pessoa, de certa forma, tem de passar por esta associação. Apoio à documentação, apoio ao emprego, crianças ou jovens daqui jardim de infância, creche, ATL, sala de informática, estúdio, grupos de dança, apoio escolar, ou seja, qualquer um ou pelo menos na família um membro, tem de estar aqui ou passa por aqui. (Ent. O)

Os Entrados. H e O, são residentes e também trabalham em uma das associações, mas vale destacar que, mesmo nos concedendo informações sobre as associações, suas entrevistas foram enquanto residentes da localidade.

Para as crianças, ambas associações possuem projetos ligados ao reforço escolar, onde saem da escola regular e vão diretamente para as associações continuar a desenvolver competências de forma lúdica.

Ambas as associações surgiram na década de 1980, para serem um ponto de apoio para a comunidade, cada uma com a sua funcionalidade, mas sempre buscando trazer esse desenvolvimento local e comunitário.

A Associação, foi fundada por um grupo de moradores em 1980, que vieram das ex-colónias portuguesas. No início isso aqui era um Clube desportivo, eles fundaram isso aqui visando ter um lugar de convívio para os moradores do Bairro. Depois dos anos 2000 é que aqui virou um IPSS [Instituição Particular de Solidariedade Social], e então passou a ter uma intervenção mais forte no Bairro. (Ent. I)

A Associação 2 desenvolve trabalhos em vários setores sociais:

Nós temos muitas parcerias, com a ACM [Alto Comissariado para as Migrações], a Junta de Freguesia [Águas Livres], o Continente, o agrupamento de escolas aqui da região. Isso ajuda no trabalho. Nós temos alguns projetos sendo desenvolvidos para o bairro e para as crianças do bairro. Temos o Gabinete de Apoio social, que dá apoios como distribuição de alimentos, roupas, fraldas; temos o CLAIM, que é pra ajudar os moradores com sua situação de migração, porque muitos são de Cabo verde, não são de cá. E agora temos o Escolhas, que é onde estou a trabalhar, e que desenvolvemos atividades com as crianças e jovens aqui do bairro e do entorno. (Ent. I)

Não menos importante, a Associação 1, também atua no bairro nesta mesma direção:

Então, a Associação 1 já existe há 35 anos, e foi muito pela comunidade na reivindicação de coisas aqui para o bairro, ou seja, surgiu primeiramente pela reivindicação de saneamento aqui no bairro, que não havia. Nós tínhamos um chafariz ali em baixo, aqui também, muitas pessoas iam, faziam aquelas filas e então nós não tínhamos saneamento, porque nós construímos as casas, mas não tínhamos ainda os esgotos. Então surgiu por isso, pela reivindicação de saneamento aqui no bairro, quando construíram as casas também tínhamos uma associação de moradores aqui do bairro em que estava sempre atento ao alargamento das ruas, ter esse cuidado para os carros passarem, para não termos muitos becos, então assim foi criando associação em conjunto com o bairro. Porque mesmo a associação foi criada em conjunto das mãos, juntarmos as mãos e construirmos, ou seja, muita gente juntou as mãos para construir esta associação. (Ent. H)

A Associação 1 desenvolve atividades em parceria com a Associação 2, num projeto destinado a crianças e jovens, através de práticas desportivas e artísticas, para a formação e capacitação informal desse grupo, combatendo o insucesso escolar e objetivando o desenvolvimento pessoal, social e escolar.

Ainda assim, a Associação 1 possui outros tipos de serviços que disponibilizam para a comunidade:

Então nós temos várias valências, principalmente são creches, amas. Essas amas são pela segurança social, elas têm de ter 4 crianças em casa, a casa é requalificada para as crianças poderem estar adaptadas. Nós temos 20 anos aqui no bairro, temos creches, temos um Jardim de infância aqui em baixo, a temos o centro de atividades de tempos livres que é aqui em cima, este último divide-se em várias idades, várias faixas etárias, dos 12 aos 16 anos, depois dos 16 aos 20 e tal anos. Depois temos desporto, temos judô, temos boxe, temos futebol, temos basquetebol. Temos um Gabinete de Inserção Profissional, o GIP, que tem várias vertentes,

como empregabilidade, a formação e apoiam em tudo isso, em fazer um currículo e outras coisas mais. E depois temos o GAS, o Gabinete da Ação Social, trabalha muito as questões da Segurança social, temos o espaço da informática, temos o Estúdio de Música, temos o Gabinete de Ação e Formação, que trabalha muito a vertente da documentação, ou seja, ajuda muitos migrantes a tratar da documentação aqui no Moinho da Juventude, porque nós temos uma parceria com Cabo Verde em que podemos tirar o registo criminal, certidões de nascimentos,, etc. Então temos mais atendimentos que no SEF aqui no bairro, temos uma estatística, porque várias vezes superamos. Então temos uma biblioteca aqui no bairro, temos a cantina social que ajuda 280 famílias aqui no bairro e não só aqui no bairro, a cozinha confecciona e distribui por outros sítios. (Entr. H)

Essas respostas sociais que atendem a localidade, criada e desenvolvidas pela própria comunidade, são o que chamamos anteriormente de Sociedade-providência, sem perceber o conceito do termo é o que, numa pequena comunidade é desenvolvido.

Mas as duas associações também enfrentam desafios na sua atuação, uma pelo viés da intervenção e a outra da visibilidade da comunidade.

O Maior desafio é encontrar pessoas que querem vir trabalhar praqui. Temos uma equipa pequena porque não encontramos pessoas, toda a gente tem medo de vir pra Cova da Moura. Temos dois estágios profissionais aprovados, mas não encontramos ninguém. E se não conseguir preencher a vaga, vamos perder o estágio. O problema é que eu pedi com mestrado e não encontra, já até encontrei uma pessoa, mas não tem mestrado. Isso por causa da violência aqui, a polícia tem vindo no bairro mais vezes, e as pessoas têm medo. (Ent. I)

Esse facto apontado pela entrevistada, dá-se pela repercussão do que é transmitido sobre o bairro, pelos meios de comunicação para sociedade, que sempre reproduz a questão da violência, do tráfico e da pobreza, associando-as as pessoas e o modo de vida do bairro.

No trecho a seguir conseguimos perceber os desafios que o bairro enfrenta e a luta dos residentes e dos movimentos para conseguirem melhorias para o local.

O maior desafio é dar voz à comunidade, porque nós trabalhamos com a comunidade e para a comunidade, ou seja, é tu dares sempre voz, ou seja, voz é tu ires de encontro às necessidades que comunidade que tem, não só as pessoas que vivem cá, mas a estrutura que nós temos cá. Então às vezes, o objetivo é mesmo esse, nós temos as traves mestras aqui em baixo, as traves mestras falam de empowerment comunitário, empoderamento, questões de género, a

desigualdade de género, a qualificação do bairro e várias outras coisas aqui no bairro, nós tínhamos os nomes das ruas do bairro, mas não tínhamos escrito, nós não tínhamos a toponímia do bairro e nós fizemos um projeto com o bairro, com as pessoas do bairro, e em todas as ruas do bairro tens um azulejo ali feito por nós com o nome das ruas, e temos também um projeto com a faculdade de arquitetura de Lisboa. (Ent. H)

O impacto do trabalho dessas duas associações faz diferença, refletindo-se objetivamente de forma positiva no bairro, e subjetivamente na defesa da permanência do mesmo resguardando o seu modo de vida, cultura e identidade. Consideramos que esses factos abordados pelos médias não ocorrem, mas que a Cova da Moura não deve ser caracterizada por este fator, ou como um bairro degradado, pois as questões associadas a outros fatores, como a multiculturalidade, a comunidade e a organicidade do bairro, são maiores que a violência televisada. O modo de vida que a população criou para viver nesses espaços é o que realmente se destaca como maior característica bairrista.

Essa dimensão dos direitos sociais tem fortes ligações com a consciência social que trabalharemos a seguir. Lopes (2020) destaca a base ética relacionando-a com a consciência do sentido das coisas e que são moralmente vistas na quotidianidade, e assim, a participação coletiva, priorizará, nas suas ações uma “consciência política das reivindicações culturais, sociais e históricas” (Lopes, 2020, p. 499). Com a perspectiva do autor introduzimos a consciência social, não somente pelo viés das lutas sociais conjuntas por uma contestação, mas também pela construção do sentimento de comunidade: “Tem consciência social, sim, porque aqui se vive em comunidade. Essas casas foram construídas nesse ambiente comunitário, um ajuda o outro” (Ent. N).

Tem muita consciência social, nós fazemos aqui assembleia de moradores, aqui no moinho, porque somos uma associação sem fins lucrativos, não é? Então temos uma assembleia, em que nós discutimos vários temas e que os moradores vêm cá e discutem temas e abordam temas que eles também acham pertinente. Às vezes há um tubo que arrebenta, ou uma rua que já não tem luz há 2 semanas, há uma rua que não está alcatroada, as pessoas trazem esses problemas e nós também reportamos à Câmara, a entidade de referência, que pode resolver a situação. (...) Aqui à noite, principalmente no verão, parece um bairro alto, então às vezes há assim umas questões que nós temos de resolver, não é? Que há muito lixo aqui no bairro, e o que nós fazemos, porque há vizinhos que reclamam aos cafés, então, cada um limpa a sua parte da rua. O que nós organizamos foi os cafés limpam a sua rua. Nós temos dois varredores de rua no bairro pagos pela Câmara para varrerem a rua, mas o bairro 18 hectares então é muito grande para duas pessoas varrerem isto tudo, é complicado. Temos um projeto que se chama cowork que fizeram

caixotes do lixo em madeira e nós queremos fazer esses caixotes do lixo porque são grandes e pesados para colocarmos em pontos específicos aqui no bairro para que fique menos sujo, e esses varredores de rua podem tirar o lixo mais facilmente e despejá-lo. (Ent H)

A consciência social, aqui muito equiparada com a noção de participação dos atores sociais, vem contribuir na resolução de algumas questões ou conflitos da vida em comunidade, que por vezes resolvem numa mediação entre pares, para o bem comum de todos. Em suma, consciência social entendida enquanto o nível de consciencialização que as pessoas têm sobre as questões sociais e ambientais, e a capacidade de compreender e se envolver com problemas e questões que afetam a sociedade de maneira geral, ou como tratado aqui, a sua comunidade específica. É a consciência de que nós, como indivíduos, temos a responsabilidade de ajudar a melhorar a nossa comunidade e o meio ambiente. Esta consciência pode se manifestar de várias formas diferentes, como a participação social ativa através da luta por mudanças políticas.

Como as relações sociais são inerentes a todo o processo analisado neste estudo, ela torna-se também o ponto de ligação para entendermos como se desenvolve todos os seguimentos dentro de uma comunidade, e, assim, como que são possíveis de serem alcançados dentro da localidade.

Eu gosto dos vizinhos. Só que eu já não saio muito de casa, fico mais aqui dentro. Quando vim praqui me dava com toda gente, mas agora, fico mais aqui com a família mesmo. Os vizinhos de antes, que ainda estão vivos, são poucos. Agora ficamos mais aqui dentro da casa com a família. Mas, toda gente é boa aqui no bairro. (Ent. M)

Neste caso, essas relações sociais referem-se às interações entre os indivíduos, vizinhos que compartilham o mesmo espaço urbano. Dentro dessas relações sociais, podem, também, incluir: relações de poder, relações de trabalho, relações interétnicas, relações familiares e relações entre géneros, e no caso deste bairro conseguimos perceber todas essas relações juntas, lembrando que todos esses tipos de relações, são afetadas por fatores culturais, políticos, económicos e históricos.

São a partir destas relações que podem ser definidos a estrutura de uma comunidade, e em especial, do bairro da Cova da Moura, como, por exemplo, suas regras, convivências, modos de vida e os costumes que a regulam. Além disso, o acúmulo de fatores de vulnerabilidade e desfavorecimento desses bairros informais se reflete na ausência de acesso aos direitos sociais

básicos. Essas condições, somadas às práticas de discriminação e exclusão, às dificuldades económicas e ao estigma social. (Gómez, 2006). Entretanto, o que observamos com as entrevistas é que, foram essas mesmas vulnerabilidades sociais, juntamente com o espírito de comunidade que as relações sociais do bairro deram-se para transformar as problemáticas individuais como uma questão do grupo, e assim puderam exercer a entreaajuda dentro da localidade:

Há esse sentimento de vizinhança, estás a perceber? Se for preciso fora do bairro, nos prédios onde as pessoas vivem, se calhar entram no elevador, se calhar nem boa tarde dizem às pessoas, quanto mais o espírito de entre ajuda, não é? Aí quando se coloca mesmo, agora, aqui na comunidade, mesmo que me falte um 1 kg de arroz em casa, sempre posso contar com o vizinho, uma mãozinha até para construir as casas, que foi neste sentido que também as casas foram construídas, ninguém com contratou uma empresa de construção, não é? As pessoas foram construindo com ajuda dos vizinhos: um é pedreiro, outro dá serventia, o outro é pintor, e assim fomos nos ajudando e fomos construindo as nossas casas. Também há esse espírito de comunidade, em pedir ajuda entre todos. E é isso muitas vezes. Quantas pessoas já não arrendaram aqui as suas casas, pessoas que têm casas próprias, já não arrendaram e foram viver fora e já não voltaram, quantas? São muitas. São esses pequenos pormenores, aqui ninguém passa fome, aqui sempre há esse espírito de entre ajuda. Aqui a vizinha dá-se muito bem. (Ent. O)

F. R. Ferreira et al. (2018) afirma que essas relações sociais reproduzidas no meio urbano, se desenvolvem nos ambientes sociais e de vizinhança, com elevados níveis de envolvimento, integra o contexto de vivência e convivência entre as pessoas. Assim, estes espaços possuem a particularidade sobre as relações de entreaajuda, através do envolvimento desses sujeitos coletivos, pois criam, por si, estratégias de enfrentamentos aos problemas sociais que existem no bairro:

Eu vivo aqui e eu também tenho essas relações, não é? Tenho essa possibilidade também de ver e de passar essa informação aqui para o Mundo da Juventude, essa necessidade dos idosos, por exemplo, que eu te falei, que é um projeto que eu quero fazer de jovens para idosos. Assim como o projeto dos idosos, é fácil de perceber por quê? Porque eu vejo também a necessidade que nós temos aqui no bairro, seja ao fim de semana ou durante a semana. Olha a pessoa do Cacém que precisa de alimentação e cuidados, foi uma pessoa aqui do bairro que veio transmitir isso, porque eu não sabia. Então é como esse projeto dos idosos que eu quero fazer, que é o acompanhamento a esses idosos em vários sentidos, porque é o acompanhamento à segurança social, ao SEF, às compras, às vezes não têm mesmo possibilidade de fazer compras e não conseguem lá ir, às consultas, ou seja, todo um acompanhamento que possamos dar a um idoso

e que um jovem pode dar, esse apoio. É da maneira que continuamos a dar o respeito máximo aos idosos. (Ent. H)

A relação social entre vizinhos pode variar conforme o contexto. Em alguns casos, os vizinhos ao desenvolver um sentimento de comunidade, partilhando as suas vivências, apoiam mutuamente, como observamos anteriormente. Esse sentimento que movimenta o bairro e que também cria a entreajuda, transforma os atores sociais em responsáveis pela sua própria comunidade, fomentando esse desejo contínuo em estar cada vez mais envolto na melhoria da qualidade de vida desta população.

Não obstante, a relação social desenvolvida no bairro também pode ser vista como uma forma de construção da autoconfiança e do desenvolvimento de habilidades sociais, ajudando os indivíduos a se tornarem mais autônomos e independentes.

Eu aqui dou-me bem com toda gente, “quem não conhece ladrão, não conhece ninguém” [uma espécie de ditado]. Então, nos damos todos bem, porque desde que eu estou cá eu respeito toda gente, desde os grandes e os pequenos, todos me respeitam, porque eu também sempre respeitei, nunca tratei ninguém por ladrão ou por nada, sempre é senhor e pronto. Aqui, graças a Deus nunca tivemos problemas, com ninguém, nem com polícias, nem com nada, até a agora né [risos]. Pronto, também, eu to sempre aqui [no restaurante] toda gente que eu conheço, conheço daqui, ou seja, todo mundo me conhece, mas é daqui, eu ando muito pouco na rua, mas nunca tive problemas. (Ent. J)

As relações sociais aqui postas trata-se de representações cognitivas do bairro são formadas a partir de diversas fontes, incluindo a memória, as interações sociais, os meios de comunicação, a cultura, a infraestrutura e outros elementos, contribuindo para a formação de um sentido de identidade e pertencimento. Nesse sentido, as pessoas relacionam-se com o bairro e desenvolvem sentimentos de pertença e de comunidade, através de experiências coletivas das pessoas que vivem no bairro. São as práticas diárias, afetivas, num contexto de familiaridade, consanguíneo ou não, com criação de estratégias sociais de sobrevivência, num lugar permeado por experiências individuais e coletiva, transformando o lugar de uma pertença comunitária e coletiva.

4.3. Desigualdades Territoriais: um breve panorama do Rio de Janeiro e Lisboa

As sociedades contemporâneas são atravessadas por múltiplas desigualdades. Assim, as desigualdades sociais podem ser visíveis em várias dimensões no meio quotidiano, tendo maior ou menor efeito dependendo da desigualdade analisada. Dentro dessa variedade existem conjuntos de desigualdades sociais contemporâneas estruturantes em cada sociedade e país em que se encontra. Neste sentido, Costa afirma que “as desigualdades sociais não só se interligam entre si, de modos variáveis, como se interligam com muitos outros fenómenos sociais, de diversos tipos, níveis, amplitudes e temporalidades” (Costa, 2012, p. 1).

As multiplicidades das Desigualdades Sociais também podem ser analisadas em diferentes contextos sobre as mesmas desigualdades, sobre isso podemos dizer que, por exemplo, as desigualdades educativas podem ser caracterizadas de diferentes maneiras dependendo da do tipo de sociedade em que se coloca. É com isso que podemos caracterizar as dimensões das desigualdades sociais.

As desigualdades são um problema com fortes relações com as generalidades das questões relevantes das várias áreas de conhecimento, mas se mantem também como foco de estudos das ciências sociais.

Para o estudo das desigualdades sociais Costa (2012, p. 2) as caracterizam sobre três aspetos: o primeiro trata das desigualdades sociais numa perspetiva global, onde as desigualdades são transversais com impacto no mundo, ou seja, possui uma repercussão macro; o segundo está associado a multidimensionalidade das desigualdades sociais, ou seja, explica que existem várias desigualdades diferentes, que vai para além das desigualdades de rendimentos económicos (que é a mais discutida no mundo), já o terceiro aspecto explora as desigualdades sociais contemporâneas, que discute as transformações das desigualdades, sobretudo, tem o foco nas desigualdades atuais. Neste contexto podemos salientar que para interpretar o fenómeno das desigualdades, perpassamos por questões relacionadas as causas e efeitos, os mecanismos e as dinâmicas a que estão associadas.

Vale salientar que as desigualdades sociais estão imbricadas em grupos sociais, sendo eles de menor ou maior escala, com maior ou menor intensidade, mas que de alguma forma se estrutura de forma desigual entre os pares, a exemplo podemos destacar as desigualdades de géneros. Outro fator importante é considerar que as desigualdades sociais são, também, elementos estruturantes e organizadores das sociedades atuais.

Considerando o exposto acima, podemos classificar as desigualdades sociais, segundo a diversidade das suas dimensões. Tilly (2005) aponta nos seus estudos dois núcleos fundamentais no que tange as desigualdades sociais: o conceito das bases sociais das desigualdades e os mecanismos sociais explicativos das desigualdades. O primeiro relaciona-se com as questões históricas referentes ao fenómeno, ao qual foram se transformando até chegar as desigualdades atuais, neste processo o autor destaca a importância das desigualdades atuais de rendimentos (capital financeiro), conhecimento científico tecnológico e informação. Já o segundo está vinculado à três mecanismos: o de exploração, o de fechamento de oportunidades e o de seleção-distribuição, como aponta Costa (2012, p. 13).

Para Therborn (2013) há uma pluralidade de desigualdades, para tanto o autor as classificam em 3 (três) tipologias: desigualdades vitais – relacionados as expectativas de vida, saúde e morte; desigualdades existenciais – condizem com o reconhecimento de grupos, dignidade humana, direitos; e as desigualdades de recursos – que são ligadas as riquezas, oportunidades, acessos (Therborn, 2013, p. 49). Therborn (2013, p. 54) ainda afirma que na produção de desigualdades existem 4 (quatro) Mecanismos Sociais, o distanciamento, que envolve formas de competição e concorrência, sem que haja uma relação direta; a exploração, na qual foi defendida por Karl Marx na perspectiva da relação entre o capitalista e o operário, entre capital trabalho, na produção e reprodução do capitalismo pela exploração da mão de obra trabalhadora; a exclusão, que significa uma divisão de grupos, onde um impede o acesso de outros; e a hierarquização, que se associa ao sistema formal de organização (Therborn 2013). Costa (2012) destaca que também existem processos que minimizam e até eliminam as desigualdades. Esses “*mecanismos de igualdade*”, como são chamados pelo autor, constituem-se: os de “convergência”, de “inclusão”, de “compreensão” e de “redistribuição” (Costa 2012, p. 28). Para analisar as desigualdades sociais globais atuais o autor destaca alguns “fatores explicativos” como a “história global”, as “imbricações globais” e os “fluxos globais” (Costa, 2012, p. 29).

Costa (2012, p. 26) aponta que outra forma de analisar as desigualdades sociais atuais é através das desigualdades categoriais, o que aponta para os estudos de Tilly (2005, p. 21). “envolvem categorias de género e de idade, de raça e de etnicidade, de classe social e de nível educacional, de nacionalidade e de identidade cultural, entre muitas outras que se podem manifestar na interação social e sedimentar institucionalmente e/ou culturalmente, de modo

mais ou menos duradouro” (Costa, 2012, p. 26). Já Tilly (2005) ressalta que “As categorias consistem em limites coletivos negociados dentro de redes interpessoais. Na medida em que todas as pessoas ou aglomerados de pessoas, adjacentes a um limite, aplicam nomes, práticas e entendimentos que os diferenciam de todas as pessoas ou agrupamentos de pessoas no outro lado do mesmo limite existe um par de categorias – nós e eles” (Tilly, 2005, p. 21). As categorias existem em diversos contextos, mas não são necessariamente provedoras de desigualdades, o que promove as desigualdades são as entradas negativas das categorizações, onde, em algum momento, uma se sobrepõe ou se impõe a outra. É a partir do sistema de categorias que possibilita medir as desigualdades sociais.

Neste contexto, é interessante versar sobre os indicadores das desigualdades sociais. Para analisar as desigualdades sociais contemporâneas é necessário munirmos de indicadores, é com eles que operacionalizam os estudos desse fenómeno. Os indicadores fundamentais são os “indicadores de rendimentos” e os “indicadores de escolaridade” (Costa, 2012, p. 33), segundo Costa (2012) esses indicadores são importantes desde o início, pois tratam de medir duas das maiores desigualdades: “as desigualdades de rendimentos e as desigualdades educativas” (Costa, 2012, p. 33).

As desigualdades sociais não são estanques elas se entrelaçam entre si, pois não podemos deixar de analisar, por exemplo, as desigualdades vitais sem levar em conta as desigualdades de rendimentos, assim como não deixamos de lado as desigualdades existenciais, ou seja, mesmo que criamos tipologias para as desigualdades sociais, num dado momento, uma estará ligada com a outra, é o que Costa (2012, p. 79) chama de ‘interseções das desigualdades’.

É através dessa interseção entre as desigualdades sociais que está o tema de estudo deste trabalho, as desigualdades territoriais. Nas desigualdades categoriais são criados diferentes grupos sociais, pois as relações sociais não existem sem as categorias, partindo deste enfoque consideramos o processo de estigmatização, que vem categoricamente segrega os grupos sociais, neste sentido é que as desigualdades territoriais estão inseridas.

Mas antes de entrarmos a fundo sobre as desigualdades territoriais, vale salientarmos sobre a noção de justiça social. “A questão recorrente acerca de que *diferenças sociais* podem ou devem ser consideradas *desigualdades sociais* tem sido muitas vezes respondida em termos de justiça social” (Costa, 2012, p. 93). Mas para entendermos o que seria a justiça social, devemos primeiramente falar da noção de injustiça social, destaca-se 3 (três) sentidos de injustiças sociais: “a violação de uma norma de equidade”; “uma desigualdade excessiva, gravemente

limitadora das possibilidades de vida dos mais desfavorecidos”; “algo sentido socialmente como imerecido” (Costa, 2012, p. 94). Assim como, na atualidade, podemos traçar 3 (três) grandes tipos também de injustiça social: “as injustiças económicas, as injustiças culturais e as injustiças políticas” (Costa, 2012, p. 95).

A justiça social é entendida de duas formas: a justiça social pela equidade e a justiça social pela capacidade. John Rawls desenvolve a Teoria da Justiça, utilizando a justiça como equidade. O autor explora dois princípios: as liberdades (equivalência) no quadro das instituições; maiores benefícios e oportunidades para os mais desfavorecidos. “As capacidades (*capabilities*) são entendidas por Amartya em sentido amplo, segundo uma perspectiva baseada nas liberdades (*freedom-based capability approach*), como oportunidades efetivas de fazer escolhas e realizar ações visando objetivos que cada um tem razões para valorizar” (Costa, 2012, p. 100). Ou seja, a oportunidade de escolha, a liberdade de agir está presente no modo de justiça pelas capacidades, já que a distribuição de recursos não é o principal, mas sim a escolha e o poder de tomada de decisão.

Neste contexto chamamos atenção para a discussão entre desigualdade social e justiça social, nela destacamos a questão da igualdade: a igualdade de situações, quando os grupos sociais possuem o mesmo acesso e a igualdade de oportunidades, que de certo modo, tende a criar oportunidades iguais a grupos diferente, como, por exemplo, através de políticas públicas.

Esta breve reflexão teórica revela a importância no entendimento do fenómeno das desigualdades sociais contemporâneas e da justiça social. O percurso da análise da multiplicidade das desigualdades sociais, perpassando pelas desigualdades vitais, existenciais, de recursos e categoriais, mostra como a articulação da globalização no mundo atual está a repercutir na esfera social mundial. Nesta perspectiva, é importante perceber a dinâmica do capitalismo e o seu contributo para o desenvolvimento das desigualdades sociais no mundo contemporâneo, sobretudo na relação com o sujeito social. Com isso, a interlocução da vida social do indivíduo com o mundo capitalista vigente, cria situações e reprodução de modos de viver no mundo atual, neste ponto damos destaque a questão urbana, mais especificamente a desigualdade que está presente no meio urbano, no território.

Uma das questões que caracteriza as desigualdades sociais no mundo atual é o espaço urbano na sociedade, sobretudo as moradias. Lugares precários tornou-se o *habitat* de várias

famílias que vivem numa situação económica desfavorável, mantendo-se lado a lado com as construções de alto padrão, é neste cenário que visualizamos claramente as desigualdades territoriais vivenciadas por, pelo menos, dois grupos distintos. No Rio de Janeiro é fácil perceber essa dicotomia territorial, as favelas já fazem parte da paisagem da cidade carioca, sem contar com o que ocorre na periferia da cidade.

Sabemos que as desigualdades territoriais não são caracterizadas somente pela construção da favela, ela perpassa pela periferia, lotes clandestinos, habitações inadequadas, e até pela população moradora das ruas (entretanto não se esgota nos lugares citados), mas iremos nos ater somente nas desigualdades sociais relativas às favelas.

Desde a construção da cidade do rio de janeiro (a partir da zona central da cidade), não havia um planeamento adequado para as pessoas pobres. Essas se instalaram sobretudo em cortiços, onde viviam um aglomerado de pessoas, foi a partir da derrubada deste tipo de *habitat*, e com alguns acontecimentos históricos no Brasil³⁶ que pelas primeiras décadas do século XX começou a constituição de um novo tipo de moradia, a favela. O que antes era para ser de caráter provisório, construído com madeiras e lonas, se tornou, com o aumento da população e a crise habitacional brasileira, um espaço importante da cidade. Espaço esse que demarca geograficamente o território entre os mais e os menos favorecidos.

Entretanto, iremos focar aqui nas desigualdades territoriais, que perpassa pelas desigualdades económicas.

O novo tratamento dado pelo IBGE ao tema dos aglomerados subnormais (AGSN) propiciou a produção de dados abrangentes e reveladores no Censo de 2010. Eles correspondiam a 6% (11,4 milhões) da população brasileira, distribuídos por apenas 323 municípios (6% do número total). Quase a metade desse contingente estava no Sudeste, com destaque para os Estados de São Paulo (2,7 milhões) e do Rio de Janeiro (2,0 milhões). O Pará, com 1,2 milhões de moradores em AGSN, tinha a terceira maior quantidade, embora sua população fosse apenas a nona maior do país (Cavallieri & Vial, 2012 p. 2)³⁷.

36 As reformas urbanas das primeiras décadas do século XX culminaram na remoção dos cortiços do centro do Rio de Janeiro. Neste mesmo período, também houve o desmonte dos Morros do Castelo, em 1920, e de Santo Antônio, na primeira metade da década de 1950, com o discurso higienista e esteticista, que dizia ser necessário tornar a cidade mais ampla. É fácil perceber que as ocupações desses morros deram-se por autorização do Governo da época e, mais especificamente, por chefes militares. Neste sentido, com a demolição dos cortiços e sem ter habitação suficiente para a população de baixa renda, a solução era ocupar os espaços vazios da cidade, dentre os fatores que contribuíram para esta ocupação foram: a proximidade com o mercado, trabalho e o porto; o custo elevado das habitações no centro; e a precariedade do transporte.

37 Aglomerados subnormais é a denominação dada pelo governo brasileiro as favelas ou a lugares semelhantes.

No Brasil, até 2015, 0,248 das pessoas vivem em vulnerabilidade social, segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social³⁸. Contabiliza-se que no Estado do Rio de Janeiro 0,282 vivem em vulnerabilidade social, e estima-se que 0,42 da população vivem com abastecimento de água e esgoto inadequado, já 1,08 vivem sem coletas de lixo, conforme Quadro 5. Desde o Censo de 2000 a vulnerabilidade social no Rio de Janeiro mostrou uma queda, de 0,413 em 2000 para 0,323 em 2010 e por fim 0,282 em 2015.

Quadro 5: Índice de Vulnerabilidade Social no Rio de Janeiro – Brasil.

Nome da UF	Ano	IVS	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho
Rio de Janeiro	2000	0.413	2.62	5.69	21.81
Rio de Janeiro	2010	0.323	1.67	2.41	21.81
Rio de Janeiro	2012	0.277	0.50	1.97	19.56
Rio de Janeiro	2013	0.273	0.38	1.99	20.15
Rio de Janeiro	2014	0.273	0.62	1.64	20.95
Rio de Janeiro	2015	0.282	0.42	1.08	18.39

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade social 2018³⁹

Considerando que o Índice de Vulnerabilidade Social é composto por três dimensões: “i) a infraestrutura urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma UDH); ii) o capital humano dos domicílios deste território; e iii) a renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios” (Costa et al.

38 O Atlas da Vulnerabilidade Social foi lançado em 2017, através dele pode-se realizar pesquisas sobre diferentes tipos de vulnerabilidades de diferentes regiões brasileiras. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

39 <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>.

2018, p. 21), podemos perceber, através deste índice, algumas nuances relativas às desigualdades territoriais. Relativamente a isto, a população residente nas favelas vive numa imensa zona de vulnerabilidade social. Por isso este índice é tão importante para a discussão do tema.

A população moradora das favelas cariocas, já em 2010, configurava cerca de 23% de toda a população da cidade do Rio de Janeiro, como mostra a Quadro 6. Dividida por áreas de planeamento, nota-se que 35% da população da zona central são moradores de favela, e que 27% estão na zona norte, enquanto 17% é residente na zona sul da cidade⁴⁰. Mas especificamente relacionado na zona sul, existe a Rocinha que é considerada uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, no que tange a sua densidade e não o seu tamanho território. Já na zona Norte do Rio de Janeiro existe o Complexo do Alemão que geograficamente é o maior complexo⁴¹ da cidade.

Quadro 6: População de favelas por Áreas de Planeamento - Município do Rio de Janeiro – 2010

Área de Planeamento	Cidade (A)	Favela (B)	(B) / (A)
Total	6.320.446	1.443.773	23%
AP1 - Central	297.976	103.296	35%
AP2 - Zona Sul	1.009.170	174.149	17%
AP3 - Zona Norte	2.399.159	654.755	27%
AP4 - Barra/Jacarepaguá	909.368	236.834	26%
AP5 - Zona Oeste	1.704.773	274.739	16%

Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010⁴²

Em contrapartida, a realidade brasileira existe a realidade portuguesa, mas especificamente Lisboa. Assim como no Rio de Janeiro, a construção dos bairros clandestinos, bairros de lata ou habitações informais, se deu através de uma enxurrada de pessoas chegando na cidade.

O elevado crescimento demográfico de Lisboa foi provocado, a partir dos anos 50, pelo desenvolvimento simultâneo de diferentes tipos de movimentos migratórios: migrações internas com origem nas áreas rurais do interior do país o regresso dos retornados das ex-colónias africanas, em 1975-76 e, a partir de meados dos anos 80, de um número cada vez maior de imigrantes oriundos dos PALOP. Este crescimento populacional refletiu-se no aumento da

⁴⁰ Percentagem calculada conforme a totalidade de cada zona específica.

⁴¹ Complexo é uma nomenclatura dada ao conjunto de favelas que estão interligadas.

⁴² Tabela retirada do Estudo Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010, de Fernando Cavallieri e Adriana Vial (2012). Referenciado na bibliografia.

procura de habitação, doravante, incapaz de ser satisfeita pelo mercado formal de habitação privada e pela habitação social (Mendes, 2008, p. 57).

Nesta perspetiva, a criação destes bairros foi provocada para que essa “nova” população pudesse habitar. Entretanto, observa-se que as construções dos bairros e respostas políticas para eles são distintas nos dois países, enquanto no Brasil a estrutura de uma habitação provisória, não só expandiu como se fixou, em Portugal, os bairros de lata modificou-se e quase não se vê a mesma estrutura de antes.

Este breve comentário acerca da formação desse tipo de habitar em Portugal revela-se, de um modo singular, que as questões habitacionais, ou seja, as desigualdades territoriais podem (ou são) ser desenvolvidas da mesma maneira em lugares distintos e em continentes diferentes.

Contudo, mesmo com Portugal fazendo parte da União Europeia o índice de pobreza é alarmante, considerando que esse número de pessoas vive em vulnerabilidade social, em grande maioria estão a residir em lugares não tão convencionais, como em bairros sociais, clandestinos, habitações informais, arrendamento de quartos (mesmo que em zonas centrais), o que acaba por promover a desigualdade territorial no país.

2.4 milhões de pessoas estão em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal, correspondendo a mais de 1/5 da população (23.3%). O risco de pobreza ou exclusão social diminui 1.8 pontos percentuais (pp) face ao ano anterior e representou uma diminuição de 196 mil pessoas a vivenciar este tipo de vulnerabilidade social. Este é o valor mais baixo desde 2004, ou seja, para todo o período para o qual este indicador é contabilizado. Dentro do contexto da UE28, Portugal tem vindo a apresentar sempre valores superiores à média da UE28 e da Zona Euro. Em 2016, Portugal posicionava-se no 11º lugar dos países com maior nível de pobreza ou exclusão social da UE28 (EAPN, 2018, p. 2).

Esses dados mostram-nos que mesmo correspondendo a aproximadamente 23% da população que corre risco de pobreza Portugal tem a menor percentagem dos últimos 12 anos, o que mostra um avanço nas políticas de combate a exclusão social.

Esta breve comparação entre os dois países mostra como a exclusão social se faz presente, de tão ponto que as desigualdades territoriais, associada aos índices aqui exposto, também possui características semelhantes em alguns casos, como exemplo a questão da violência urbana presente nesses territórios, que por vezes se fazem presente e visíveis para além da

territorialidade demarcada; são lugares que demonstram um número maior de crianças e jovens fora do ambiente escolar; maior número de desemprego entre a população com idade laboral; habitações por vezes inadequadas, sobretudo no caso do Rio de Janeiro.

As duas cidades apresentadas possuem características de apresentação turísticas, tanto no Brasil como em Portugal os lugares apresentados com características semelhantes de desigualdade territorial tornaram-se parte dessas atrações turísticas, onde existem guias que percorre todo o território (ou parte dele), com várias pessoas, sobretudo de países diferentes, para conhecer uma nova realidade, de certo modo essa ação gera um aumento na economia local, mas também acarreta um aumento das tais desigualdades, pois são estas que são consideradas o “diferente” para ser visitado. Isso ocorre, principalmente, nas favelas da zona Sul do Rio de Janeiro, como a Rocinha e na Cova da Moura em Lisboa.

4.4. Similitudes e diferenças

Longe de querer mostrar uma análise comparativa entre os dois bairros aqui apresentados neste estudo, iremos abordar questões relativas as duas realidades e que não conseguimos deixar de observar que mostram similitudes e diferenças entre eles. Nesta perspetiva, apontamos que as diferenças encontradas não foram tão significativas quanto as similitudes.

Assim, começamos por abordar as diferenças no campo estrutural dos dois bairros. Visualmente, os dois bairros possuem dimensões distintas: enquanto a Rocinha possui cerca de 95 hectares, a Cova da Moura possui 18 hectares. Essas dimensões impactam ao nível dos aspectos local e das próprias relações. Ao visitarmos as duas localidades, conseguimos perceber nitidamente essa diferença, em uma é um “mar” de moradias juntas e entrelaçadas, a outra possui uma estrutura mais alargada e com menos densidades de construção. Entretanto, mesmo assim, percebemos um nível de igualdade entre os tipos de construções, sobretudo pelo histórico de autoconstrução existentes na criação desses bairros.

Essa questão relacionada a dimensão nos traz a narrativa das relações sociais existentes em cada espaço, que como vimos antes, se constroem em contextos diferentes acrescentado a sua importância para a construção da própria identidade local. Essa dimensão é visível em dois tópicos: primeiro, o tamanho da Rocinha faz com o nível das relações sociais sejam agrupadas por sub-regiões, pois devido a sua dimensão, não há possibilidade dos atores sociais conhecerem-se todos, entretanto há figuras que são mais conhecidas em quase todo o território, como os líderes sociais e os que desempenham o seu trabalho laboral dentro da localidade, já

na Cova da Moura, é mais fácil o acesso ao conhecimento mais alargados entre os residentes, mesmo não sendo tão pequena, conseguimos perceber que um laço mais estreito das relações sociais na maior parte das pessoas residentes. O segundo tópico demonstra que mesmo numa escala maior ou menor essas relações sociais possuem características semelhantes, onde de um lado há embutido a entreatajuda, a familiaridade e o convívio entre a comunidade, e do outro sujeitos que preferem preservar o seu convívio entre os seus pares, numa escala menor. Essa situação foi observada nos dois campos de pesquisa.

O processo histórico de construção das duas localidades possui características que se assemelham e diferenciam em pequenos pontos, ao qual nos mostra uma importância na construção do próprio espaço informal, já que as realidades apresentadas são em dois continentes diferentes, um caracterizado por ser desenvolvido e o outro por estar em desenvolvimento, e, mesmo assim, estamos perante a duas histórias parecidas, o que marca o fenómeno da informalidade urbana enquanto transcendente as questões de desenvolvimento dos países globais.

A história, e as entrevistas, nos contam que, tanto no Rio de Janeiro quanto na Amadora, a construção desses bairros começou através da migração. De um lado uma migração nacional e do outro internacional. Na Rocinha foi constituída por uma população, maioritariamente vinda do nordeste do país, não deixando de ser influenciada pelos quilombos clandestinos da época e pela abolição dos escravos. Como vimos na análise anterior, uma boa parte dos entrevistados vieram do Nordeste ou a sua família migrou de lá. Já na cova da Moura, essa migração parte de outro país, nomeadamente do continente africano, como Cabo Verde, Guiné e Angola (que são os mais expressivos). Entretanto, o que vimos nessa migração em comum é que todos que escolheram outro lugar para viver na perspectiva de melhorar a qualidade de vida, através dos trabalhos, pois a migração deu-se em busca dessa melhor relação entre o laboral e o rendimento do mesmo.

Apesar de termos entrevistado residentes antigos na Rocinha, não conseguimos uma entrevista com os que estavam no início da construção da favela, pois a sua construção data do início do século XX. Tivemos uma conversa informal com uma senhora já idosa, e por isso já não nos conseguiu ceder a entrevista e nem informações concretas, e suas filhas, que estavam presentes, disseram não saber contar a história. Mas durante esta conversa informal foi nos dada

uma informação importante sobre a localidade, lembravam que à casa, hoje situada num beco com pouco acesso, era em meio a uma área verde, onde as crianças brincavam livres e corriam entre a vegetação. Mas como já imaginamos, com o crescimento e ocupação da localidade, esses espaços já não existem mais.

Datada da década de 1960 a Cova da Moura também estava num terreno agrícola, e também se desenvolveu a ponto de não conseguirmos identificar essa característica inicial. Mas nas nossas entrevistas conseguimos encontrar um casal que nos concedeu informações acerca da ocupação do bairro e parte do seu desenvolvimento. Uma das características foi a ocupação e venda dos lotes dos terrenos por terceiros, ou seja, na época, existiam pessoas que delimitavam um lote e vendiam para os que chegavam no bairro, a semelhança do que aconteceu no início da construção da Rocinha. Mas em entrevista esse casal, nos contou que houve uma situação pouco confortável, onde:

Pagamos! Aqui não, pagamos lá embaixo. Nós pagamos um Senhor a quem nos vendeu o terreno, marcamos o chão, fomos pra casa, na outra semana quando a gente vinha para começar a obra, ele já tinha vendido pra outra pessoa. Vendia e depois vendia outra vez a outra pessoa. O Sr. X era amigo do Sr. Y⁴³, ex-retornado, ele não é português, ele é de São Tomé, mas eram sócios, faziam cambalachos. E andaram a vender terrenos as pessoas, terrenos desses. (Ent. L)

Vendiam duas vezes. A pessoa vinha, marcava o terreno todo, depois quando vinham na outra semana já estava vendido a outra pessoa (...). (Ent. M)

Quando lá chegaram, perceberam que já tinha outro dono que já estava construindo e tiveram que mudar.

Já morava aí o meu primo com a mulher, já tinha morado aqui um ano, aqui em cima na rua. E eu vinha buscar a roupa a minha prima, pra lavar, porque aqui não tinha água e eu levava as roupas mais grossa lá pra ela, e depois eu trazia. Depois eles conheceram o senhor desse “coiso” [terreno], era uma barraca aqui embaixo, e ele conheceu o senhor, quando morava aqui na rua e o senhor disse a ele que ele ia vender aqui, a barraca dele, e ele então, entrou em contacto conosco, foi até lá nos avisar, naquele tempo não tinha telefone, não tinha nada. E na outra semana viemos, falamos com ele, combinamos o preço. (Ent. L)

Mais tarde conseguiram comprar o terreno.

Compramos a barraca pra construir, era 120 contos. O que é correspondente hoje a mil euros, mais ou menos. (Ent. L e Ent. M)

⁴³ Decidimos retirar os nomes mencionados na entrevista para respeitar o anonimato das pessoas.

Essa história mostra como ocorreu a aquisição dos terrenos na Cova da Moura e como os compradores foram usados para o enriquecimento de pessoas que acabavam por lucrar com a esperança de uma população que buscava a sua habitação própria. Na Rocinha, mesmo não obtendo essa informação diretamente das entrevistas, observamos que aconteceu algo semelhante com as aquisições dos lotes para as construções das casas. Mariana Costa (2020) em seus estudos sobre a história social da Rocinha até a metade do século XX, abarca o seu processo de construção das residências, nesta tese encontramos relatos e pesquisa sobre a companhia loteou o território e vendeu aos primeiros moradores da Rocinha.

A permanência na localidade pelos atores sociais é algo bastante semelhante quando dos dois campos de pesquisa, uns permaneceram pela sua residência própria, outros pelas lutas sociais dentro da localidade, e ainda temos os que permaneceram por sentir o território como o seu lar, ou seja, por existir o sentimento de pertença.

Em contrapartida, a permanência da localidade deu-se de diferentes maneiras: A Cova da Moura é construída num terreno particular, onde os “verdadeiros” donos não tem a pretensão de retirar os residentes de lá, e por isso ela foi crescendo e desenvolvendo-se, temos relatos que os habitantes pagam o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e por esse motivo o não há grandes dívidas no terreno. Há uma pressão externa para a retirada da localidade, mas como a família que é originalmente dona não possui esse interesse o bairro permanece, diferentemente dos outros pequenos bairros de gênese ilegal extintos. Na Rocinha, a dimensão e densidade da mesma causam o impacto para a não remoção. Ou seja, esses espaços consolidaram-se através de um simbolismo de representações desses atores sociais.

Uma característica que pode ser percebida nos dois lugares foi a dinâmica da comunidade, num movimento que se dá 24 horas por dia, sobretudo, na vida noturna aos fins de semana. Outra questão, não tão positiva, mas que podemos perceber nos dois lugares é relativamente ao estigma, preconceito e discriminação com os atores sociais residentes através do seu lugar de moradia. Dos dois lados ouvimos relatos dos entrevistados sobre questões relacionadas com as temáticas supracitadas, alguns acrescentam, não somente o preconceito relacionado com o seu lugar de habitação, mas também com a cor da pele. Interessante dizer que nenhum dos entrevistados residentes tinha a cor da pele branca, e assim sabem como as questões

relacionadas ao preconceito influem na sua vida em sociedade, acrescentando o lugar de moradia que acaba por carregar o mesmo preconceito da cor da sua pele.

Esse preconceito influi também em como vamos denominar esses espaços, ora chamados favela, comunidade ou bairros. Neste estudo a palavra comunidade fez-se muito presente devido à categoria do sentimento de comunidade e pertença, que foi falado pelos próprios entrevistados. As palavras favelas e bairros são duas categorias de análise que expressam um lugar de moradia, e neste estudo, um lugar de moradia de ocupação informal. Ambos carregam uma conotação pejorativa que incute na sociedade que esse *habitat* é um lugar com características particulares relacionados a pobreza, exclusão, desigualdades e a reprodução da violência urbana. Nesta perspectiva, utilizaram a palavra bairro quase sinônimo da palavra favela, que por sua vez carrega toda uma luta e trajetória de resistência de uma população que foi marginalizada pela sociedade e pelo Estado.

As lutas sociais são outro ponto que possuem perspectivas semelhantes. Elas ocorreram e ocorrem tanto para a conquista do espaço de direitos enquanto cidadãos, como na entreajuda para dar respostas coletivas onde há falta do Estado. A busca pelo direito à cidade é visível nos movimentos sociais urbanos que encontramos na história da localidade e nas entrevistas facultadas para este estudo.

Em simultâneo, a estrutura social encontrada são ora similares, ora diferentes, mas especificamente pela cultura em que cada uma das localidades possuem. Mas, durante a pesquisa de campo, e por ter influência brasileira dentro do bairro da Cova da Moura, ouvimos o ritmo do *funk* tocando, ora pelas crianças e jovens reproduzindo, ora nos aparelhos de música, ora dos sujeitos afirmando que também consomem o estilo de música brasileiro dentro do bairro. Destacamos que o ritmo que mais é ouvido entre os jovens do bairro é o *rap*, e alguns cantam em crioulo, tendo gravações no estúdio dentro do próprio bairro.

Uma questão que podemos abordar dentro do bairro da Cova da Moura é a linguagem que usam, ora falam português e ora crioulo, língua que aprenderam no país de origem ou, para os nascidos em Portugal, com seus pais e familiares. Por isso, uma das mais relevantes práticas do bairro está incluído a linguagem reproduzida como algo da identidade destes bairros com os seus atores sociais.

A dimensão social que a Rocinha e a Cova da Moura possuem relativamente à cidade que habitam não é apagada pelo estigma que carregam. Essas duas localidades são conhecidas para além do seu país. Muitas pessoas tendem a buscar turismo dentro desses espaços para conhecer

a realidade das pessoas marginalizadas e o seu estilo de vida⁴⁴. Ao indagarmos os entrevistados sobre essa dimensão deste bairro e desta favela e o motivo pelo qual são tão conhecidos, foi unânime a referência a localização dentro da cidade, uma situada na zona sul do Rio de Janeiro, lugar de classe alta, e a outra na zona metropolitana de Lisboa, próximo à cidade. Isso causa repercussões negativas, mas também positivas, de uma representação social de cunho identitário. Por um lado, vemos uma localidade que acabou disseminando um estilo de música para o mundo: o *Funk*; do outro um lugar de acolhimento cultural global, mas ambos com a mesma representação social e identitária de sujeitos sociais coletivos marginalizados que vivem num propósito comunitário de alcançar os direitos sociais e poder usufruir da sua plena cidadania.

4.5. Reflexões, aprendizagens e contributos

As manifestações da expressão coletiva presente nas relações sociais das práticas urbanas informais se concretizam através das redes de solidariedade e entreajuda encontradas nas relações de vizinhança que protegem os bairros e dão respostas as suas próprias necessidades sociais. A ideia de solidariedade aqui pensada como uma solidariedade social que “[...] provém do facto que um certo número de estados de consciência são comuns a todos os membros de uma mesma sociedade”(Durkheim, 1967, p. 96) Esses bairros, ora denominados favela possuem um perfil social urbano caracterizado por um estilo de vida singular próprio, onde se protegem a si.

Não obstante, buscamos compreender essa singularidade dos espaços urbanos informais aqui apresentados, e percebemos que, embora se situam as margens da cidade, não são alheios a ela, eles se constituem como parte orgânica desta mesma cidade que ora excluí os seus habitantes. Percebemos isso ao esbarrar com fatores como:

- Mão de obra trabalhadora – considerado espaços que residem os trabalhadores característicos dos subempregos, como os trabalhadores das obras, limpeza,

⁴⁴ Apesar da crítica que temos as práticas turísticas desempenhadas nos espaços urbanos informais, notamos que foi uma prática que ajudou a disseminar o histórico desses espaço, fazendo os visitantes perceberem as dinâmicas sociais, a organizacidae e também a gerar um fluxo de renda, quando eram praticados por pessoas residentes da localidade.

diaristas, restaurantes de *fast food*, entre outros. Esses tipos de trabalho que não exigem muita qualificação profissional e acadêmica, que não possuem boa remuneração, jogando os trabalhadores em busca de lugares mais acessíveis para morar. Recordamos, que não é toda a população que vivem nesses espaços que possuem baixa qualificação, encontramos pessoas licenciadas, com mestrado e doutoramento nesses espaços, e que, por sua vez, também contribui com as relações de trabalho fora dos lugares informais;

- Economia – estamos a viver numa sociedade global caracterizada por uma economia capitalista baseada no consumo, e assim, a população residente dos espaços informais também consomem produtos disponibilizados e vendidos no mercado global, assim como o pagamento dos impostos da casa, carros, e o próprio desconto da Segurança Social, em Portugal, e da Previdência Social, no Brasil;
- Habitação – de certa forma esses espaços informais foram a solução encontrada pelos atores sociais de habitar a cidade, devido à falta de acesso à habitação formal, e por isso integram a cidade para abrigar os trabalhadores que ela necessita;
- Cultura – como foi descrito muitas vezes nesta pesquisa, esses espaços ao possuírem o seu estilo de vida próprio, acabaram criando aspetos culturais importantes para a sociedade. Por um lado, a preservação da cultura africana dentro do espaço europeu, e do outro a criação de uma identidade cultural que acaba por ser influenciada pelo que é de fora, mas também por influenciar esses que estão de fora. Como o *Rap* cantado em crioulo produzido na Cova da Moura, e o *Funk* hoje escutado em todo o mundo e que começou a ser cantado nas favelas brasileiras.

Essa descrição da influência dos bairros informais na própria dinâmica da cidade, nos ajuda a perceber que esses espaços estigmatizados foram criados a partir de uma necessidade humana, social e política. Assim, a cidade pode se construir, produzir e reproduzir-se contando sempre com essa influência para que pudessem funcionar. Longe de defender a construção desses espaços, o que queremos chamar atenção com esse estudo é que eles são funcionais, não somente para os atores sociais que residem, mas para a cidade na totalidade.

As observações durante essa pesquisa alertaram-nos sobre muitos aspetos dos dois bairros e que nos remeteram a uma aprendizagem, não somente como se desenvolveu a história da vida informal urbana, mas como que isso influi na sociedade na qual estão inseridos. Entre elas destacamos as respostas sociais informais. De facto elas foram desenvolvidas para minimizar os problemas sociais urbanos, que a localidade enfrenta desde o início da sua construção. Sabemos que esses problemas sociais são estruturais e por isso não podemos afirmar que tais

respostas produzidas pela comunidade resolvem todos os problemas, mas que tentam de forma coletiva viabilizar meios para que os sujeitos consigam aceder a recursos que não são ofertados pelo Estado da mesma maneira que na área formal da cidade.

Outro aspeto que podemos destacar são os contextos dos bairros. Isso porque temos a noção de que os bairros de génese ilegal são diferentes de favela, como foi nos foi dito no início dessa caminhada académica e também pelos entrevistados do campo empírico em Portugal, entretanto, apesar das diferenças já apontadas no subcapítulo anterior, o que percebemos é que no seu interior tantos os bairros de génese ilegal quanto as favelas, tratam-se dos mesmos espaços urbanos de construção informal, com características semelhantes, mas dimensões diferentes. Tais dimensões ocorrem devido ao processo de desenvolvimento das favelas no Brasil, sobretudo, com o aumento populacional desde a metade do século passado. Sabemos que essas duas nomenclaturas são trabalhadas enquanto categorias de análise diferentes e não pretendemos questioná-las, a nossa pretensão é somente alertar os factos observados em campo e durante as entrevistas, que, mesmo em contextos e países diferentes, com particularidades singulares trata-se do mesmo tipo de construção social informal urbana.

É interessante destacar que o direito à cidade desenvolvido nesta tese, pouco é discutido e vivenciado pelos atores sociais, porque muitas vezes esse direito lhes é negado, causando uma rutura que alguns sujeitos (não é toda a comunidade, e nem a maioria) vivem somente para dentro da sua comunidade, mas ao criarem as suas estratégias de sobrevivência no território urbano, criam também a sua maneira de vivenciar a cidade, que pode não ser circulando na esfera exterior, mas sim tendo acesso a recursos que os mesmos foram criando.

Reconhecer esses lugares marginais como parte integrante da cidade é sumariamente importante para combatermos o preconceito e estigma que gira em torno da informalidade urbana. Uma vez que, esses mesmos espaços não estão à parte da cidade, vivem na sua própria dinâmica, na fluidez com o seu papel na sociedade. Não obstante, o que de facto inferimos é que o quotidiano reproduzido nesses espaços não é alheio a outros quotidianos dos espaços formais da cidade. Numa reprodução da vida quotidiana urbana, alertamos que há características que os diferenciam dos espaços urbanos formais, sem ser as características que tem a ver com as questões de posse. Os atores sociais vivenciam o bairrismo, as práticas informais urbanas mais presentes nesses contextos foram: entreajuda, resistência através das lutas, construção da habitação, resolução dos problemas, sentido de pertença.

Assim, a partir dessas práticas há uma questão relevante que podemos retirar, os contributos em direção ao olhar diferente para os espaços urbanos informais e que esse fenómeno contribui para a redução de determinados pensamentos sociais sobre os sujeitos coletivos que vivem nesses espaços, provendo mudanças positivas, que também são importantes para a promoção da autonomia e do desenvolvimento local.

Práticas Informais Urbanas e o Desenvolvimento Sustentável

5.1. Implicações na Crise Ecológica: do local para o global

A literatura reflete que o conceito de cidade e a própria cidade é um tema complexo, hoje a maioria da população vive nas cidades, o que significa que o mundo tem vindo, cada vez mais, a se urbanizar (Soares, 2019). Percebe-se a dificuldade de definição deste conceito, numa definição única e consensual, é condicionado (Soares, 2019).

Neste sentido, não é o mesmo falar de uma cidade em Portugal e de uma cidade no Brasil, diríamos até que não é o mesmo falar de uma cidade, ainda que no mesmo país. Os limites de uma cidade também se tornaram ténues, atualmente a cidade vai-se estendendo e dá lugar a novos territórios absorvendo os territórios adjacentes (Soares, 2019), torna por isso, redutor pensar a cidade apenas nos baseando na sua dimensão ou densidade.

Soares, (2019), entende que há que pensar noutros critério, por exemplo, a funcionalidade de uma cidade, essa proposta permite que possamos ter uma ideia mais ampla e real do que é ou não a cidade, ou uma determinada cidade.

Como vimos ao longo deste estudo, a informalidade na ocupação do espaço urbano como alternativa à problemática de falta de acesso à habitação, soma aos problemas já mencionados, incompatibilidades de diversa ordem a nível social, económica e política. As áreas periféricas e no caso os territórios informais apresentam uma fragilidade ambiental, conjuntamente com toda a espécie de vulnerabilidade, seja pelas limitações legais e de infraestrutura, seja pela forma como tem sido tratada nas agendas políticas e pelo facto de os programas e estratégias pensados serem aplicados de forma dissociada do resto da cidade.

O meio ambiente surge aqui como uma preocupação relevante, embora sem pretender fazer uma abordagem aprofundada, mas realçar a necessidade da construção de uma abordagem das questões ambientais, informada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS2030) para interpretar as propostas apresentadas como alternativas à Crise Ambiental, à

luz de dimensões tais como poder, ideologia, exploração, sistemas de hierarquia e outras dessa natureza (Soares, 2019).

Com as crises simultâneas a que vamos assistindo, a hegemonização do capitalismo em quase todas as economias mundiais, abre-se espaço para que novos eixos de preocupação sócio-político-cultural emergjam (Parham, 2012). A conjuntura a que assistimos, desde o último quarto do século passado, incluem, entre outros pontos, a necessidade de implementar, um modelo de Desenvolvimento Sustentável. Acontece, que a sustentabilidade não se atinge num espaço urbano fragmentado, é também o condicionante das ações sociais e o reflexo destas, numa interação dialética e um campo de lutas, principalmente envolvendo as classes sociais (Rolnik, 2015). Isto evidencia, que a dimensão de complexidade da realidade, requer um saber que exige do assistente social novas formas de atuação. (Belchior-Rocha, 2016, p. 56).

Entende-se que as favelas ou bairros clandestinos, se manifestam enquanto cidade e podemos retirar lições a respeito destes espaços urbanos, muitas vezes marginalizados. As análises obtidas dos resultados desta pesquisa, tornam viável compreender como processos auto-organizados se consolidam ao longo do tempo e desenvolvem padrões de organização.

Acredita-se que neste tipo de informalidade – a auto-organizada – podem-se subentender potenciais níveis de urbanidade, relacionados a uma ordem implícita que permite que o espaço se configure de maneira a responder às necessidades dos seus residentes, ainda que voltado apenas para eles, como já o afirmaram outros autores (Loureiro et al., 2019). O sentido destas comunidades resulta da auto-organização que se reconhece nestes espaços e também na noção de espaço-cidade, promotora de identidade, e como nos diz Jacques (2006) por vezes tão vincado que extrapola para a cidade em forma de Samba e Carnaval, *Funk*, marchas populares e outros.

Pode-se igualmente afirmar que o espaço urbano cresce com as várias migrações (campo-cidade, de outros países e refugiados) e que quando esse processo conduz ao crescimento desordenado das cidades, ou seja, quando esse crescimento foge ao controle do Estado, se observa a emergência de graves problemas sociais urbanos, dos quais se destacam: ocupações irregulares, índices de miséria, violência e muitos outros (Pena, s.d.).

Além de problemas sociais, a urbanização acelerada evidencia a emergência de problemas ambientais urbanos, dentre eles, as ilhas de calor, as chuvas ácidas e a inversão térmica (Pena, s.d.). Nesse sentido, pode ser a expressão da modernidade, mas também uma evidência das suas contradições. Depois as concepções de território enfatizam as relações de poder, o próprio espaço

é delimitado a partir e por essas relações de poder, nomeadamente em três dimensões Político-jurídica, cultural simbólica e económica autor.

Quando falamos de desenvolvimento, não nos referimos só ao progresso tecnológico e económico, mas de um progresso para e da humanidade, um ideal de melhoria universal, de modo a incluir todos os seres humanos e todas as bases da vida no planeta, das quais dependem o nosso bem-estar e sobrevivência, acima de tudo a dignidade humana (Rocha, 2008).

Como refere Benjamim (2011), trata-se de conjugar valores,

velhos (liberdade, p. ex.) e novos (qualidade ambiental, p. ex.) valores intangíveis, muitos deles coletivos por excelência e subprodutos da ética da solidariedade e da responsabilidade: a prosperidade imaterial, património que, embora etéreo e impável, configura indiscutível realidade (Benjamim, 2011, p. 56).

Assim, os governos não podem ignorar mais os perigos ecológicos, há uma ameaça ao meio ambiente planetário ligada aos processos de urbanização, a título de exemplo, nestes lugares não existe qualquer sistema de esgoto, o acesso pedonal às habitações é constituído por trilhos estrangulados pelos quintais e degradados pela erosão e extremamente estreitos. Estes e outros fatores condicionam o bem-estar e as condições de vida digna que o pressuposto de desenvolvimento sustentável nos propõe.

Se recordarmos o Relatório Brundtland (1987), defende que é preciso atender as necessidades do presente sem prejudicar e atendendo às necessidades das gerações futuras. A questão que se coloca é quais as necessidades que são identificadas e quem estabelece quais, o que para uns é básico e para outros é supérfluo.

A opção ecocêntrica do conceito e do modelo de Desenvolvimento Sustentável, em detrimento de uma visão mais focada na crise ecológica, revela uma prática social, embutida na formulação teórica, que comprometem, inclusive a própria aplicabilidade de propostas de organização das novas estratégias de desenvolvimento. O carácter planetário da crise, todas essas metáforas de inclusão de todos na responsabilidade pela crise ambiental e na sua solução, se constroem para diluir as diferenças entre nações, povos, classes e grupos étnicos, operando com uma ideia de totalidade onde não há lugar para uma reflexão a respeito das contradições e dos conflitos de interesses envolvidos.

Vários autores (Belchior-Rocha, 2018, 2016; Bucknall et al. 2009, Fernandes, 2001) já consideraram os custos associados à poluição urbana, ou seja, os mais pobres e vulneráveis, por terem menos meios tendem a sofrer mais com os seus efeitos. Os mesmos autores alertam para as relações de causa-efeito que existem entre meio ambiente e saúde, (exemplo recente a Covid 19) o ar poluído que causa problemas de respiração e alergias, a correlação da ocorrência de mortalidade infantil com serviços de saneamento básico, etc.

Problems such as social inequalities, the limits of economic growth, unemployment, pollution in general and others, are signs of a dysfunctional and inadequate model, without the possibility of responding to the challenges of a globalized world (Belchior-Rocha & Anile, 2022, p. 128).

Entende-se, também, que estratégias voltadas para os problemas do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e do meio ambiente, deveriam considerar os recursos e as pessoas, a saúde, a educação, os direitos da mulher, os jovens, os imigrantes e as comunidades vulneráveis de acordo com um processo de participação democrática.

Quanto ao domínio das relações sociais, o pobre, pelo facto de ser pobre, está à partida limitado na participação, na medida em que, sobretudo nos centros urbanos, o pobre face à sua situação está excluído dos meios sociais correntes da sociedade. (Belchior-Rocha, 2016, p. 69)

Isto relaciona-se com a proposição do modelo de Desenvolvimento Sustentável e dos ODS 2030 “não deixar ninguém para trás”, configurando-se um momento em que a ideia de crise ecológica planetária, poderia transformar-se numa estratégia funcional, no sentido de criar condições para uma gestão, pensada para o favorecimento dos interesses das pessoas.

Uma sociedade na qual uma pequena minoria de indivíduos melhora as suas condições de vida, mas que não consegue melhorar as condições de vida da restante população, não é uma sociedade que se desenvolve, ainda que possa ser uma sociedade que cresce economicamente (Belchior-Rocha, 2016, p. 57).

Nesta sequência, ser sustentável é viver bem, com dignidade, em harmonia com o seu lugar e,

a promoção do desenvolvimento local significa a implementação de acções nos territórios que permitam ao cidadão a sua participação activa, um controlo social efectivo sobre a gestão pública pelo meio de uma sociedade civil fortalecida e o empowerment dos grupos sociais, antes marginalizados, nas instâncias superiores de tomada de decisão. Considerando-se o desenvolvimento local importante para o combate à pobreza, inclusão e integração social e consolidação da democracia. (Belchior-Rocha, 2016, p. 57)

Para as comunidades pobres, as noções de conservação e proteção ambiental, são altamente contestáveis, a literatura sobre sustentabilidade e crise ecológica, evidência que enquanto a pobreza, a degradação ambiental e a diminuição do acesso destas populações pobres aos recursos não forem garantidas, não se obtêm o tão almejado, um desenvolvimento sustentável.

Relativamente à intervenção comunitária e à prática do Serviço Social,

Quanto mais analisamos os problemas da atualidade, mais entendemos a sua interrelação, interdependência e constatamos que não podemos entendê-los isoladamente. Não se constrói a prática apenas com o assistente social, mas em articulação com os indivíduos (objeto de intervenção), é através deles que se consolida a prática do Serviço Social, materializada pela colaboração e participação dos sujeitos de atenção nas dimensões ética, política, social, económica, cultural e na promoção da sua cidadania e *empowerment*. (Belchior-Rocha, 2016, p. 56)

Assim, gradualmente várias entidades da sociedade civil tem direcionado a sua intervenção, à reflexão e consciencialização a respeito da necessidade de melhoria de condições de vida da população urbana destes lugares, reconhecendo no modelo de Desenvolvimento Sustentável, não uma nova abordagem de desenvolvimento, mas sim uma articulação teórico e prática no sentido de mobilizar as populações para a coparticipação nos processos de implementação de uma transição na direção da promoção e construção da sustentabilidade.

No ponto seguinte apresentaremos várias das experiências capazes de produzir o Desenvolvimento Sustentável, com práticas na direção da melhoria da qualidade de vida para estas comunidades e a preservação ambiental, demonstrando uma realidade onde é possível observar que as práticas informais com estas instituições e iniciativas são realmente eficazes na sua funcionalização enquanto mobilizadoras e motivadoras destas pessoas.

5.2. Adequação às ferramentas práticas da realidade: participação e metodologias simplificadas

Em Portugal, encontramos em marcha vários projetos - ambientais, culturais, educacionais -, dinamizados pelas autarquias, em conjunto com os residentes e com entidades locais, objetivando promover a inclusão social. Vários desses programas alcançaram taxas de sucesso e estão a dar frutos.

Neste momento, observamos novas oportunidades de investimento nos territórios estigmatizados, pois foram cerca de 1.200 milhões de euros disponibilizados através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para fortalecer o Programa 1º Direito. Através de uma pesquisa realizada pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), no ano de 2018, divulgou que havia entorno de 26 mil famílias vivendo em condições indignas em Portugal, onde 187 municípios admitiram possuir carências habitacionais. Entretanto, agora o Governo confirma que, depois da pandemia, esse número aumentou (Universidade Católica Portuguesa [UCP], 2021).

O artigo publicado pela UCP (2021), refere que a crise causada pela Covid-19 agravou a situação de pobreza, alcançando 400 mil pessoas no país, aumentando em 25% da pobreza durante um ano. O que se espelha nas condições da habitação da população. Entretanto, muitos municípios estão a trabalhar para solucionar os problemas de habitação, procurando adaptar as suas necessidades (UCP, 2021).

Contudo, percebemos que vivemos numa época onde o urbanismo se coloca enquanto um desafio, pois está sempre em constante mutação, o que dificulta o planejar a curto e longo prazo (Cavasco et al., 2018), reproduzindo a lógica de segregação e exclusão que acompanhamos ao longo do tempo.

No Brasil, as manifestações encontradas pelos residentes dos espaços informais, está relacionado (não só), mas sobretudo a música e a dança, que através do *funk*, *samba* e *Hip Hop* disseminaram um estilo próprio acompanhados pelos jovens do nosso cotidiano. Entretanto, essas manifestações também são marcadas pela luta ao direito à cidade, através de movimentos sociais, exigindo a garantia dos serviços públicos de qualidade.

Acima de tudo, as favelas, particularmente, passaram a contar com novas organizações sociais na educação, nas artes, na pesquisa - gerando novos sujeitos, capazes de interpretar a realidade desses territórios a partir de novos paradigmas, novas formas de compreensão das dinâmicas, das práticas e das representações de mundo produzidas pelos atores locais. (J. S. Silva, s.d., para. 4)

Nesse sentido, o Observatório de Favelas criou a Carta da Maré, um manifesto que tem cujo objetivo era falar sobre as potencialidades das periferias. A sustentabilidade surge como uma dessas potencialidades, pois não são decorrentes dos setores externos, e si parte de dentro da localidade, sendo uma afirmação das práticas dos seus sujeitos sociais e coletivos, na busca dos direitos sociais e de viver num espaço urbano digno (J. S. Silva, s.d.).

Ressaltamos que dentro das práticas desenvolvidas pelos residentes, designadas neste estudo como práticas informais urbanas, baseadas na dignidade humana, solidariedade, participação, e como estes vivenciam as suas vidas em comunidade. Esses elementos trazem a união entre eles, como modo a dar resposta as brechas deixadas pelo Estado.

São várias as iniciativas desenvolvidas dentro do âmbito da habitação sustentável, dentro dos espaços informais. Iniciamos por apresentar a Favela Verde, fundada em 2011, é uma fundação que se localiza na Rocinha, e através de projetos socioambientais para fins de sustentabilidade e da resiliência urbana, desenvolvem, junto aos residentes, componentes criativas, de participação e sustentáveis (Atados, s.d.). Possuem como principais eixos:

- Educar: campanhas de sensibilização ambiental; educação ambiental no ensino formal e não formal; atividades culturais.
- Intervir: gestão de resíduos; infraestrutura ambiental urbana (hortas comunitárias, sistemas agroflorestais, bacias de evapotranspiração); reflorestamento e gestão florestal, construção e revitalização de espaços públicos.
- Empreender: ecoturismo de base comunitária e empreendedorismo social. (Atados, s.d., para. 3)

Esse projeto se desenvolve enquanto iniciativa da própria comunidade, para a comunidade, como meios de manutenção e subsistência do próprio bairro.

Na Rocinha, devido a sua dimensão, a produção de resíduos sólidos é imensa, compatível com uma cidade de porte médio, cerca de 170 toneladas diárias, recolhidos por 53 garis, onde verificamos que o serviço de recolha de lixo ainda não é suficiente na região, acumulando em becos, valas e encostas. Muitas vezes há ações de mutirões de limpeza organizadas pelos residentes, mas continuam não sendo suficientes essas ações (Guatimosim, 2022).

Foi com esse cenário que, em 2014, se criou o Coletivo Tamo Junto Rocinha (TMJ Rocinha), em parceria com o Departamento de Engenharia de Materiais e do Núcleo de Estudo e Ação da Juventude (Neam), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no âmbito do Programa Favela Inteligente em Apoio às Bases para o Parque de Inovação Social e Sustentável na Rocinha com o projeto “Rocinha Sustentável: Transferência de Técnicas de Reciclagem e Design em laboratórios Makers”. Dentro deste coletivo, várias iniciativas na área sustentável foram criadas, como, por exemplo, o projeto “De Olho no Lixo”,

onde um dos fundadores do coletivo viu a oportunidade de passar para a comunidade os conhecimentos que adquiriu dentro da universidade. Interessante ressaltar, que esse projeto foi se desenvolvendo com a pandemia, e assim, muitas famílias, as quais entraram na insegurança alimentar por falta de trabalho e, conseqüentemente, de dinheiro, passou a ver no lixo uma oportunidade para o seu sustento. Foi nessa linha que o coletivo encaminhou o projeto, para dar apoio a comunidade durante a pandemia (Guatimosim, 2022).

O TMJ Rocinha, que em breve receberá o título de entidade de interesse público, pretende atuar em três frentes do projeto Rocinha Sustentável: promover o beneficiamento de resíduos urbanos (como garrafas PET e óleo de cozinha), cuja coleta já é sistematizada pela Cooperativa Rocinha Recicla; criar espaços de inovação para o desenvolvimento de design de produtos a partir da reutilização de resíduos sólidos; e promover a educação ambiental por meio da produção e disseminação de conteúdos informativos sobre preservação do meio ambiente, coleta, beneficiamento e repasse da tecnologia de processamento de resíduos. (...) gerar empreendimentos inovadores que solucionem ou mitiguem problemas históricos de saneamento básico urbano, a fim de beneficiar a comunidade da Rocinha, a região de São Conrado e a cidade do Rio de Janeiro. (Guatimosim, 2022)

Tais objetivos estão de encontro com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2030 (ODS, 2030), e servem como exemplo a serem aplicados em outras comunidades, favelas e bairros de gênese ilegal.

Outro projeto neste âmbito que podemos citar é a Favela 3D, que pretende dar voz a comunidade, visando trazer a comunidade a participação dos projetos e práticas do seu cotidiano. Esse Projeto é desenvolvido pelo Gerando Falcões, e quer reverter a comunidade em energia Solar.

Com a missão de cessar a pobreza na favela, o projeto Favela 3D utiliza a tecnologia como instrumento, para desenvolver uma favela nova, digital e digna, e, sobretudo, sem pobreza. Nessa perspectiva, o projeto quer criar um museu da pobreza, onde os sujeitos possam visitá-lo quando esse fenômeno já não mais existir na localidade. O projeto aposta que a favela digital é a forma de torná-la digna, assim atrairá novas formas de tecnologias que atinjam o desenvolvimento da saúde, educação, geração de renda e inovação, não só para a favela, mas, como reflexo para o país (Habitability, s.d.).

Esse projeto está sendo desenvolvido em diferentes estados: em São Paulo na Favela Marte e na Favela dos Sonhos; no Rio de Janeiro no Morro da Providência; em Maceió na favela do

Vergel do Lago. Cada um desenvolve de maneira diferente, escolhida através da realização de um diagnóstico social.

O Favela 3D trabalha com 8 (oito) eixos ligados as raízes da pobreza, pois compreendem a pobreza como multidimensional: habitação e urbanismo; geração de renda e educação; cultura; esporte e lazer; meio ambiente; saúde; cultura; paz e cidadania. Dentro do Gerando Falcões existe outro projeto de acompanhamento das famílias sobre a superação da pobreza, o Programa Decolagem, onde cada um terá a sua intervenção adaptada a sua situação específica. A Organização Não-Governamental trabalha em dois eixos: o primeiro ligado a gerar líderes sociais, para trabalhar as suas potencialidades relativamente ao território e assim poder fortalecê-lo; o segundo eixo é sobre a avaliação e adaptação dos projetos em relação à erradicação da pobreza, através da coleta de dados e monitorização do projeto (Habitability, s.d.).

Verling (2020) afirma que ser sustentável é utilizar os recursos sem prejudicar o meio ambiente, para que as futuras gerações possam utilizar desses mesmos recursos sem ser prejudicadas. A autora também aborda que a sustentabilidade coletiva incide nos trabalhos voluntários que as pessoas realizam para minimizar os efeitos já causados que foram abandonados pelo governo, e assim também praticam cidadania.

Podemos destacar algumas iniciativas nas favelas brasileiras sobre a sustentabilidade:

- Oficina da Sustentabilidade - desenvolvida na Brasilândia em São Paulo, tem o objetivo de transformar a vulnerabilidade da favela em sustentabilidade (Espaço Democrático, 2022).
- Revolusolar – desenvolvido no Morro da Babilônia, Rio de Janeiro, procura combater o alto valor da energia elétrica, através da transição para a energia solar (Espaço Democrático, 2022).
- Teto Verde – desenvolvido no Parque Arará, Rio de Janeiro, visando refrescar as casas da região através da implantação de um teto com gramas e folhagens, devido ao alto calor que se tem na região (News, 2022).
- Cooperativa de reflorestamento – situado na Babilônia, Rio de Janeiro, objetiva ações de recuperação da mata atlântica e promove, também, o ecoturismo na região (News, 2022).

- Esgoto tratado com biotecnologia – desenvolvido no Vale Encantado, Rio de Janeiro, com objetivo de tratar os esgotos a céu aberto através de um biosistema ecológico, utilizando duas etapas: a primeira de degradação das bactérias, transformando-as em próprias para a geração de energia; e a segunda consiste em utilizar o resultado da primeira para que as plantas as tornem água limpa novamente (News, 2022).

Como apresentadas acima, existem inúmeras propostas implementadas dentro do âmbito da sustentabilidade nos territórios urbanos informais, sobretudo, no Brasil. O que pretendemos neste ponto, não era apresentar o universo de todas essas iniciativas, mas demonstrar que são possíveis e desenvolvidas, em grande parte, pelos indivíduos residentes.

5.3. Bases conceptuais para a intervenção na informalidade urbana: a proposta

A intensificação da tentativa de correlação entre produção científica e as demandas do mercado tem-se refletido, na redução sucessiva do espaço para a reflexão crítica, no qual se suprimem as variáveis ligadas aos aspetos das relações sociais. No que se refere ao Serviço Social, importa não descurar esses aspetos, dado que

Devido ao carácter multifacetado, a vulnerabilidade social está intrinsecamente ligada à questão dos direitos humanos, na medida em que se refere a indivíduos ou grupos fragilizados no exercício da sua cidadania, nomeadamente na garantia de promoção e protecção dos seus direitos, encontrando-se destituídos da sua capacidade para ter acesso aos equipamentos e a oportunidades sociais e económicas que o mercado, a sociedade e o Estado possam oferecer (Belchior-Rocha, 2016, p. 240).

Os impactos devem-se em parte a características inerentes às interações sociais, às instituições e ao sistemas de valores culturais, são vários os autores (Oliver & Smith, 2004; Wisner et al., 2004, Dewane, 2011; Belchior-Rocha, 2016) que alertam para a incorporação dos fatores biofísicos e socioculturais na análise da vulnerabilidade social e das comunidades, o que implica um olhar mais abrangente, onde a vulnerabilidade é percebida como um conceito ecológico-político e absorve múltiplos fatores, nomeadamente, económicos, demográficos e políticos, classe social, género e etnia.

Se no final do século XIX e início do século passado os problemas de saúde pública se ligavam com a emissão de poluentes no ambiente construído, à precariedade da infraestrutura

sanitária, aos problemas de mobilidade e ao déficit de habitação, atualmente não é menos verdade, acontece que o modelo tradicional associado às favelas e bairros ilegais ou até bairros sociais está ultrapassado, e já se percebeu que não favorece a integração dos públicos vulneráveis neles residente. Há, já uma nova lógica para o habitar nesses lugares, que passa pelo envolvimento dos residentes nas decisões, o que significa que se podem tornar estes lugares mais sustentáveis e mais ligados à cidade.

Sabemos que viver num bairro com esta natureza é algo que muitas pessoas omitem, por medo de serem alvo de estigmatização, discriminação no local de trabalho ou no local de ensino. Há todo um passado que é difícil de apagar, de sair da mentalidade das pessoas residentes e ao seu redor, marcado pela violência, droga, alcoolismo, desemprego de longa duração e todo o tipo de comportamentos desviantes.

As cidades necessitam de entender e enfrentar a informalidade, a heterogeneidade dos seus espaços urbanos e apostar no uso e aplicação dos instrumentos de planeamento e gestão que possam de facto concorrer para mitigar os desafios impostos pela segregação socioespacial (Fernandes, 2001), onde há o acesso desigual à própria cidade, que se tem agravado.

O fato de as ocupações urbanas ainda se enquadrarem na informalidade exige soluções articuladas com a finalidade de oferecer alternativas eficazes e capazes de superar o problema. Muitos dos investimentos públicos comprovam o grau de vulnerabilidade a que estão submetidas as parcelas mais pobres dos tecidos urbanos, ao nível do saneamento e justiça ambiental.

Esta proposta sustenta-se no “modelo EcoSocial” (Belchior-Rocha, 2016, p. 325) na “crença de que os indivíduos agindo em conjunto têm um grande potencial para melhorar as suas circunstâncias de vida, pois são eles que detêm o conhecimento da situação e do que precisa de acontecer para mudar e transformar as coisas para melhor (Belchior-Rocha, 2015, p.74).

Nesta abordagem implica privilegiar a multidisciplinaridade como forma de orientação de processos interventivos com o objetivo do enfrentamento da crise ambiental e em novos modelos de intervenção comunitária, no sentido de desenvolver a consciência do que é o sentido de comunidade, identificação, criando alianças estratégicas, promovendo a colaboração e a cooperação, tendo como pressuposto explícito um olhar sistémico (Belchior-Rocha, 2016).

O modelo suporta-se na perspectiva ecológica, que possibilita um olhar “holístico” dos fenómenos que acontecem nos vários níveis da sociedade e que considera a influência dos fatores ambientais. Tem como conceito chave a “interligação”, pelo facto de “os sistemas funcionarem interligados com as funções de outro sistema, o que significa que, o impacto e consequências de cada ação deve ser levado em conta” (Belchior-Rocha, 2016, p. 324).

As potencialidades deste modelo residem no facto de proporcionar uma visão de mundo “relacional”, uma abordagem multinível e multifocal, a cocriação de uma mudança social, a construção de comunidades e redes, nas suas múltiplas dinâmicas e variáveis uma reflexão ético-política como um exercício contínuo (meso, macro e exógeno).

A abordagem de empowerment através de uma visão multifocal (Lee, 2001), “organiza-se em cinco níveis: o indivíduo, o relacional, ambiente, as estruturais e superestruturais, (justiça social, direitos humanos, igualdade de oportunidades)”. O trabalho de intervenção está interligado e assenta em “quatro dimensões: assistencial, promoção humana, comunitária de desenvolvimento socio-local e sociopolítica” (Belchior-Rocha, 2016, p. 323).

De acordo com Belchior-Rocha, (2016):

A construção de um modelo que conduza à sustentabilidade ecológica das comunidades vulneráveis surge pela necessidade de caminharmos na direcção de uma sociedade equilibrada no que diz respeito aos factores ambientais, económicos e sociais, que aprofunde o resgate de valores e estimule a sociedade a pensar numa nova visão de mundo (Belchior-Rocha, 2016, p. 316.)

Operacionaliza-se em três conceitos “Universalidade, Ação e Integração,” o primeiro que guia os princípios e valores éticos do Serviço Social (Direitos Humanos, Justiça Social, Equidade), empatia, consciência crítica e “que devem ser aplicados na Ação com o sentido universal, o assistente social na sua prática conforme o diagnóstico de necessidades de cada comunidade, grupo, ou caso”, deve objetivar como a Integração, através do “empowerment dos indivíduos e conduzi-los à sua cidadania, consequentemente à sustentabilidade ecológica das comunidades”, num processo de reflexão e articulação constante entre a teoria e a prática (Belchior-Rocha, 2016, p. 324).

Aliando o modelo EcoSocial à informalidade urbana, podemos relacionar os vetores ambiental, acesso e uso dos recursos naturais, na redução da pobreza e das desigualdades sociais e na promoção da justiça e da equidade, a questão cultural, no sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar da sua reatualização constante, determinam a integração

local através do tempo e político, ao garantir o acesso e a coparticipação nas decisões de ordem pública dos residentes, para que desta possam de facto fazer parte da sociedade onde vivem.

Podemos aprender com as práticas informais dos residentes a instituir uma forma de abordagem complementar que converte estes espaços, onde se acolhem usos alternativos e de ocupação não convencionais, dinamizando economias locais associadas à arte, à cultura, à gastronomia, e à inovação. Falamos de reciclagem, mas nestes lugares tudo se reaproveita, usam-se roupas em segunda mão. Importa, assim, aprender e construir projetos de economia solidária, educação, capacitação, qualidade de vida, desestigmatização, saúde, arte e cultura, desporto, valorização do património local, envolver crianças e jovens, coleta seletiva, reaproveitamento de materiais, limpeza urbana, preservação e educação ambiental, agricultura urbana, alimentação saudável, saneamento, habitação digna e acima de tudo, aprender com o que foi a sua luta pela permanência no local. O tempo constitui condição para as diversas propostas, de uma gestão dos pequenos gestos que, de forma progressiva e cumulativa, permitem ganhar força e é um dos traços distintivos da resiliência destes lugares.

Conclusões

O acesso à terra e a habitação configuram, no mundo contemporâneo, um processo de exclusão social, que se evidencia na criação dos espaços informais urbanos e que se constituem como o acesso à cidade de indivíduos que a tiveram negada.

No Brasil, o processo de ocupação do solo (final do século XIX), sobretudo com o aumento da população, deu-se gradualmente para não só permitir a criação dos espaços informais da cidade, como a necessidade de mantê-los, pois as políticas de habitação, que eram inexistentes na época, se fazem pouco eficaz na atualidade, fortalecendo a perspectiva da necessidade desses espaços para a manutenção da habitação de boa parte da população. No entanto, essa manutenção se dá de forma precária, com políticas que não atingiram a melhoria estrutural desses espaços.

Nesse âmbito, continua a verificar-se um aumento deste tipo de construção no mesmo espaço, que antes crescia horizontalmente, na extensão do território e que hoje cresce verticalmente (Gonçalves, 2011), na construção de casa em cima de casa (pseudos prédios). Mas, no Brasil, essa realidade não existe somente em favelas localizada nos grandes centros, também acaba por ocorrer, talvez com mais proporcionalidades, em cidades afetadas pelas metrópoles, como as periferias.

Em Portugal, esse tipo de ocupação deu-se pelo processo migratório ocorrido durante a segunda metade do século XX, e que continua a ocorrer atualmente. Algumas ações, na perspectiva de acabar com os lugares clandestinos, já foram realizadas, por exemplo, a diminuição significativa dos bairros de lata, embora, bairros com características de exclusão social territorial ainda existam na zona da grande Lisboa. Mas, o que antes se dava pela ocupação do solo irregular, hoje, o processo imigratório configura noutro aspeto, que são os arrendamentos de quartos em apartamento compartilhados, o que acaba por ser outra dimensão de desigualdade.

Como determinante desta desigualdade territorial podemos apontar os modos de produção capitalista do espaço e de reprodução social, os modelos de regulação do poder económico e social e a formação histórica do binómio cidade-sociedade. Outra questão que surge no meio desse processo gira em torno de como a população empobrecida habita a cidade, que não é só

uma questão do passado histórico, mas que ainda encontramos no nosso cotidiano. Observamos mudanças ocorridas ao longo da história, com a criação das políticas sociais de habitação para sanar esse déficit habitacional, mas constatamos que esta questão continua longe de ser resolvida, podendo verificar-se o seu agravamento com o crescimento populacional e o fluxo migratório e antevendo um maior agravamento motivado por refugiados climáticos entre outros.

A sequência de um conjunto de crises económico financeiras a que temos assistido obriga o Serviço Social a rever a sua prática e a encontrar formas de intervenção alternativas, sobretudo para lidar com algumas das evidências mais contundentes da crise capitalista, que se acrescenta a aceleração da vida atual e o ritmo das dinâmicas urbanas a ela associadas, como a prática de uso de espaços urbanos que tem representado uma alternativa de quem não tem acesso a uma habitação digna.

As intervenções poderão ser feitas pela sociedade civil, pelas empresas e pelo Estado, mas o processo para este paradigma exige muita cooperação entre todos, através de ações que pressupõem uma solidariedade em busca da complementaridade e cooperação e o desenvolvimento ecologicamente sustentável é um processo que se opõe às formas de poder assentes nas classes antagónicas com processos de submissão e exploração vs o consumismo exacerbado das elites.

A perceção de que não há recursos suficientes para intervenções de regeneração urbana ou para a intervenção de espaços de origem ilegal, segmentados, delimitados, encerrados, começa a ser transversal, contudo, os projetos em vigor neste espaço dão-nos a ideia de que o espaço urbano o informal pode deixar de ser visto como um sistema à margem do sistema e pode ser integrado na cidade, através de lugares de encontro e convívio, partilhando saberes, disponibilidades, vontades de construir outras formas de produção e partilha na cidade.

As estruturas precárias, os tecidos sociais à margem e estigmatizados exigem uma atenção redobrada na intervenção do Serviço Social. Através de uma atitude convocada no reconhecimento dos valores latentes no território e no desenho de soluções com efeitos multiplicadores e não na promoção de sistemas frágeis.

O que se desenvolve como um campo de atuação para o Serviço Social, uma vez que entendemos que essas características fazem parte da construção dos sujeitos coletivos com os quais intervimos, virando uma expressão da questão social, objeto de trabalho do assistente social.

Para dar resposta à pergunta de partida: de que modo as práticas informais urbanas contribuem para o enraizamento e a constituição do território informal?

Após a pesquisa bibliográfica e revisão de literatura que culminaram no enquadramento teórico deste trabalho, sistematizamos esses conceitos e tantos outros que nos deram a dimensão social do objeto de estudo, numa lógica de organização das ideias, permitindo perceber todas as representações e simbolismos envolvidos. Seguimos com uma análise sobre essa dimensão teórica e partimos para a análise dos conteúdos adquiridos durante a pesquisa empírica, nos dois campos de observação.

No que se refere a identificação das dimensões conceituais sobre a informalidade urbana e as práticas informais urbanas e a sua compreensão para o Serviço Social, apresentamos os conceitos desenvolvidos nos capítulos um e dois desta tese, mas, também buscamos uma reflexão crítica sobre outros conceitos que nos ajudaram a perceber e a identificá-los, nomeadamente, as relações sociais, a entreajuda, sentimento de pertença, atores sociais, identidade, autonomia, desenvolvimento comunitário. Corroborando que a informalidade urbana é compreendida como uma forma de habitar a cidade e os atores sociais urbanos encontraram nela uma resposta para a necessidade de residência, uma das proposições deste estudo.

Para conseguirmos caracterizar as dinâmicas das práticas informais urbanas produzidas em contextos de informalidade urbana, para além de buscar as bases teóricas nos conceitos supracitados, buscamos percebê-las nas falas dos entrevistados. Assim, encontramos as práticas informais urbanas também produzidas na área formal da cidade, bem como, entendemos que tais práticas informais são assim consideradas, por ser praticadas pelos atores sociais marginalizados e segregados pela sociedade formal, afirmando outras três proposições nossas que as práticas informais possibilitaram (construíram) um modo de habitar o espaço urbano informal, através de ações próprias dos atores sociais envolvidos; o contexto social e local expresso na informalidade urbana manifesta a necessidade da criação de respostas à inexistência de fatores que possibilitem o seu enraizamento local; os elementos e características do enraizamento e constituição do território informal podem ser compreendidos a partir da identidade dos atores sociais que vivem na informalidade urbana.

Já a relação entre o Serviço Social e a informalidade urbana possibilita uma forma de atuação para o assistente social, sobretudo através do caráter interventivo, promotor de autonomia, que fundamenta a profissão, relacionou-se com a categorização das práticas a sua interpretação e discussão que gera o enraizamento e a constituição local, foi o que nos

proporcionou base na elaboração do indicador de trabalho para o assistente social com base na informalidade urbana. Para a construção destes indicadores, utilizamos o modelo de intervenção EcoSocial, através da visão baseada no desenvolvimento comunitário, em que atores sociais são sujeitos ativos e participativos nas dinâmicas referentes ao seu próprio desenvolvimento, com base no direito à cidade, autonomia e a autodeterminação. Consideramos que a utilização da problemática das práticas informais urbanas dentro da intervenção do Serviço Social, se configura uma alternativa inovadora para a profissão.

Social Work, which in its genesis is linked to the promotion of social justice, equity, defense of human dignity and human rights, cannot resign from this future responsibility; on the contrary, it must have a political commitment looking at it in an interconnected and interdependent way. (Belchior-Rocha & Anile, 2022, p. 128).

Percebemos que as práticas informais urbanas não só contribuem para o enraizamento e a constituição do território informal como foi a partir delas que esse território pôde ser construído e pensado, compreendendo que as relações sociais e a entreatajuda estão no pilar do desenvolvimento de todo esse processo.

Ressaltamos que a defesa aqui lançada aos espaços urbanos informais se dá por ser uma construção coletiva dos atores sociais, queremos chamar atenção aqui que não estamos dizendo que a construção desses espaços são a solução para o problema habitacional dos países, mas que de facto foram com eles que a população empobrecida pode criar mecanismos de respostas a sua necessidade de morar.

As histórias de vida da população que se submete à informalidade como alternativa à habitação nas cidades, é uma questão de políticas públicas no país, quando entre o problema e a solução fica evidente que a gestão é ineficiente, abala a confiança dos cidadãos e a efetividade das políticas.

A crise ecológica confronta-nos a cada dia com problemas novos e dá uma nova dimensão aos problemas antigos. “Climate justice links human rights and development to achieve a human-centered approach, safeguarding the rights of the most vulnerable people, and sharing the burdens and benefits of climate change and its equitable and just impacts” (Belchior-Rocha & Anile, 2022, p. 128).

Sabemos que não há receitas, mas há apenas caminhos a percorrer que exigem balanços constantes, que vão da responsabilidade do cidadão, às decisões políticas e que sobretudo quando se trata de questões de bem-estar e dignidade humana o Serviço Social tem que estar presente e dar o seu contributo.

Referências Bibliográficas

- Alves, A. C. C. (2022). *Crime, estigma e identidade: um estudo de caso no Bairro do Alto da Cova da Moura* [Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/40468>
- Alves, M. A., & Lencina Mell, P. (2016). Consciência social, comunidade ética e crítica da alienação em habermas. *Aufklärung. Revista de Filosofia*, 3(2), 113-126. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471555232008>
- Amaro, J. P. (2007). Sentimento psicológico de comunidade: uma revisão. *Análise psicológica*, 25(1), 25-33. <https://doi.org/10.14417/ap.427>
- Amoroso, M. & Grynszpan, M. (2012). *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel* [Tese de doutoramento, Fundação Getúlio Vargas], FGV Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10438/9609>
- Ander-Egg, E. (1994). *Historia del trabajo Social*. Editora Lúmen.
- Ander-Egg, E. (1995). *Introdução ao trabalho social*. Vozes.
- Andrade, L. D. S., & Valverde, R. R. H. F. (2003). A dimensão cultural do espaço edificado na Rocinha. *Geosul*, 18(35), 55-70. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13602>
- Anile, L. H. S. S., & Gonçalves, R. S. (2018). *Formalizar o solo? análise dos impactos dos programas de regularização fundiária nas favelas cariocas e sua interface com a informalidade urbana* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do

- Rio de Janeiro, PUC-Rio]. Divisão de Bibliotecas e Documentação.
http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1612136_2018_completo.pdf
- Anile, L. H. (2017, dezembro 03-08). *Formalidade versus informalidade: uma reflexão acerca do Programa de Regularização Fundiária nas Favelas Cariocas*. XXXI Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS: Las encrucijadas abierta de América Latina, la sociología en tiempos de cambio, Montevideo, Uruguai.
https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/4273_lorena_helena_anile.pdf
- Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade. *Forum Sociológico. Série II*, 34, 7-17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>
- Antunes, M. M. S. (2014). A cidade informal e a reconversão de territórios de génese ilegal. Exemplo de práticas urbanas significativas: o caso proqual Brandoa, Amadora. *Sebentas d'Arquitectura*, (6), 93–105. <http://revistas-prod.lis.ulsiada.pt/index.php/sa/article/view/1839>
- Atados (s.d.). *Favela Verde*. <https://www.atados.com.br/ong/favelaverde>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*: edição revista e ampliada. Edições 70.
- Barreira, I. A. F. (2010). Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(72), 149-159.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100011>
- Barroco, M. L. (2003). *Ética e Serviço Social*. Cortez.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Beck, U. (2010). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34.
- Belchior-Rocha, H. & Anile, L. (2022). Climate Justice and toxic environments in Latin America: role for environmental Social Work. In D. Madhanagopal, & B. R. Nikku (Eds.), *Social Work and Climate Justice: international perspectives*. Routledge.

- Belchior-Rocha, H. (2016). Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis. [Tese de doutoramento em Serviço Social, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/11964>
- Belchior-Rocha, H. (2008), Serviço Social e Desenvolvimento Local. *Intervenção Social*, 34 (32), 256-278.
- Benjamin, A. H. V. (2011). *O controle jurídico da publicidade*. Editora Revista dos Tribunais.
- Bonduki, N (2009, maio 01). *Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida*. <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>
- Bottomore, T. (1996). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Zahar.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (Vol. 6). Difel. [Tradução de Fernando Tomaz]
- Bourdieu, P. (2013). Capital simbólico e classes sociais. *Novos estudos CEBRAP*, 96, 105-115. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200008>
- Brum, M. (2016). *Cidade alta: história, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Editora Ponteio-Dumará Distribuidora Lta.
- Bucknall, J. (2009), *Capítulo sobre meio Ambiente*. <http://www1.worldbank.org/prem/poverty/portuguese/strategies/srcbook/en/v0118.pdf>
- Cardoso, A. L. (2007). Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. *Cadernos MetrÓpole* (17), 219-240.
- Carvalho, M. D. (2000). Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, 14(4), 70-82. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400008>.

- Carvalho, M. I. de, & Bastos, V. P. (2021). *Entre a Rocinha no Brasil e Siloé na Colômbia, quais são as similaridades? Estudo comparativo do processo de destinação dos resíduos sólidos gerados nos dois lócus e suas formas de tratamento*. [Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – RUC-Rio]. Divisão de Bibliotecas e Documentação. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/53495/53495.PDF>
- Castells, M. (1983). *A Questão Urbana* (4ª edição). Terra e Paz.
- Cavaco, C., Santos, J. R., & Brito-Henriques, E. (2018). *Ideias para intervenção em espaços urbanos abandonados: experiências na Lisboa Ocidental e Barreiro*. <http://hdl.handle.net/10451/36383>
- Cavallieri, F., & Vial, A. (2012). Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. *Coleção Estudos Cariocas*, 1, 12.
- Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância [CIESPI] (s.d.). *Identificação e Localização*. <https://www.ciespi.org.br/projetos/concluidos/cartografia/historico-rocinha-1038>
- Cohen, A. P. (1985). *The symbolic construction of community*. Tavistock.
- Confederação Nacional de Municípios [CNM] (2010). Política Nacional de Habitação: O atual cenário das políticas do setor habitacional e suas implicações para os Municípios brasileiros. *Cadernos Técnicos*, 3, 139-152. https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ET%20Vol%203%20-%2013.%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Habita%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Costa, A. F. (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Mundos Sociais.
- Costa, M. A., Santos, M. P. G., Marguti, B., Pirani, N., Pinto, C. V. D. S., Curi, R. L. C., Ribeiro, C. C., & Albuquerque, C. G. (2018). *Vulnerabilidade social no Brasil: Conceitos*,

métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras (No. 2364). Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA].
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf

Costa, M. B. C., & Pereira, L. F. M. (2020). *A Rocinha em Construção: A História Social de uma favela na primeira metade do século XX*. [Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio]. Divisão de Bibliotecas e Documentação. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.49468>

Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens*. Penso Editora.

Decreto de Lei nº 29/2018 do Conselho de Ministros, Ambiente (2018). *Diário da República: I Série, n.º 86/2018* (2018-05-04). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/29-2018-115221283>

Decreto de Lei nº 37/2018 do Conselho de Ministros, Ambiente (2018). *Diário da República: I Série, n.º 106/2018* (2018-06-04). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/37-2018-115440317>

Decreto de Lei nº 74/2022, Infraestrutura e Habitação. *Diário da República: I Série, n.º 205/2022* (2022-10-24). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/74-2022-202552707>

Decreto de Lei nº 83/2019 da Assembleia da República (2019). *Diário da República: I Série, n.º 168/2019* (2019-09-03). <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/83-2019-124392055>

Decreto Lei nº 39-A/1994 da assembleia da República. (1994). *Diário da República: Série I-A, n.º 298* (1994-12-27), 12-27. Grandes Opções do Plano para 1995.
<https://data.dre.pt/eli/lei/39-a/1994/12/27/p/dre/pt/html>

- Dewane, C. J. (2011). Environmentalism & Social Work: The Ultimate Social Justice Issue. *Social Work Today*, 11(5), p. 20. <https://www.socialworktoday.com/archive/092011p20.shtml>
- Diniz, E. (2013). O papel da escola pública nas favelas. *Revista Educação On-line PUC-Rio*, (12),79-99. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21606/21606.PDF>
- Durkheim, E. (1999). *A Divisão Social do Trabalho*. Martins Fontes.
- Elvas, S., & Moniz, M. J. V. (2010). Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, 28(3), 451-464. <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/312>
- Esgaio, A. (2014). A Intervenção Comunitária na Prática do Serviço Social: Um imperativo na conjuntura socioeconómica atual. Em M. Carvalho e C. Pinto (coordenação), *Serviço Social: Teorias e Práticas* (1ª Edição, pp. 205-222). Pactor.
- Espaço Democrático (2022, fevereiro). *Iniciativas socioambientais ganham espaço nas favelas*. <https://espacodemocratico.org.br/nao-deixe-de-ler/iniciativas-socioambientais-ganham-espaco-nas-favelas/>
- Fernandes, E. (1996). Intervenção e Serviço: a centralidade dos direitos humanos para a renovação do serviço social. *Intervenção Social*, 13/14, 19-33. <http://hdl.handle.net/11067/3981>
- Fernandes, M. (2001). *Implicações teóricas e práticas do Desenvolvimento Sustentável: um estudo do projeto piloto para a proteção das florestas tropicais*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE]. Repositório UFPE.
- Fernández, X. C. (2009). Intervenção comunitária e práticas de inclusão. *Saber & Educar*, (14), 1-8. <http://dx.doi.org/10.17346/se.vol14.131>
- Ferreira, F. R., César, C. C., Andrade, F. B. D., Souza Junior, P. R. B. D., Lima-Costa, M. F., & Proietti, F. A. (2018). Aspectos da participação social e a percepção da vizinhança:

- ELSI-Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 52(Suppl 2). <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052000647>
- Ferreira, G. G., Calmon, P., Fernandes, A. S. A., & Araújo, S. M. V. G. D. (2019). Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, 1-15. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.AO04>
- Ferreira, J., & Álvarez-Pérez, P. (2017). Pobreza y exclusión: reinterpretación desde el Trabajo Social para un sistema de bienestar sostenible. Em E. P. Seller (Ed.), *Sistemas y políticas de bienestar: una perspectiva internacional* (pp. 197-211). Dykinson Publishing House.
- Fischer, N., & Spire, A. (2009). L'État face aux illégalismes. *Politix*, 87(3), 7-20. <https://doi.org/10.3917/pox.087.0007>
- Flores Júnior, C. R., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 27(4), 527-544. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274561551008>
- Franken, I., Coutinho, M. D. P. D. L., & Ramos, N. (2009). Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26, 419-427. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400002>
- Freitag, B. (2006). *Teorias da cidade*. Papyrus Editora.
- Gehlen, I. (2018). Atores sociais. Organização social e movimentos sociais rurais. Em I. Gehlen & Mocelin (Organizadores). *Organização social e movimentos sociais rurais* (pp. 39-53). Ed. da UFRGS. <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad107.pdf>

- Godinho, M. A. D. S. (2010). *Cova da Moura: bairro "histórico" em evolução* [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/14818>
- Godoy, A. S. (1995a). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, 35(2), 57-63. <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>
- Godoy, A. S. (1995b). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35(3), 20-29. <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Tradução: Mathias Lambert.
- Gohn, M. G. M. (2019). Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CRH*, 32(85), 63-81. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>
- Goldenberg, S. (1993). Orientação normativa para elaboração de tese. *Acta Cir Bras*, 8(1), 1-10.
- Gómez, N. A. M. (2018). La urbanización informal en Europa en el siglo XX: una historiografía. *O Social em Questão*, 21(42), 27-56. <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264299001/html/>
- Gonçalves, R. S. (2011). O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica. *GEOgraphia*, 13(26), 114-135. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2011.v13i26.a13627>
- Gonçalves, R. S. (2013). A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. *URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade*, 1(1), 1-23. <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115>

- Gonçalves, R. S. (2017). L’informalité comme une ressource urbaine? Le cas des favelas de Rio de Janeiro. *EchoGéo*, (39). <https://doi.org/10.4000/echogeo.14872>
- González-Monteagudo, J., & León-Sánchez, M. L. (2022). Pesquisa biográfica no campo das migrações e da interculturalidade. *Momento. Diálogos em Educação*, 31(3), 68-85. <https://hdl.handle.net/11441/139882>
- Guilherme, R. C. (2017). Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica. *Emancipação*, 12(1), 131-141. <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 22(2), 201-210. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>
- Habitability (s.d.). *Favelas serão exemplo de inovação sustentável*. <https://habitability.com.br/favelas-exemplo-de-inovacao-sustentavel-diz-nina-schelig-da-gerando-falcoes/>
- Haesbaert, R. (2004). Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. *Terra Livre*, 2(23), 35-51. <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/192>
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas sociais*, (29), 73-89. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>
- Hawley, A. H. (1986). *Human ecology: A theoretical essay*. University of Chicago Press.
- Heller, A. (2000). *O Cotidiano e a História*. Paz e Terra.
- Herzer, H., Di Virgilio, M., Rodríguez, C., & Redondo, A. (2008). ¿Informalidad o informalidades?: Hábitat popular e informalidades urbanas en áreas urbanas

- consolidadas. *Pampa: Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales*, (4), 85-112.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2756182>
- Hobsbawm, E. J. (1979). *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Forense-Universitária.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2019). Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2022). *Sol Nascente: Censo 2022 em uma das maiores favelas do país*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35253-sol-nascente-censo-2022-em-uma-das-maiores-favelas-do-pais>
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [IHRU]. (2020). *Programa 1.º Direito*.
<https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/58203/Relat%C3%B3rio%20Execu%C3%A7%C3%A3o%201.%C2%BA%20Direito/5820bc32-4ac4-63c3-f142-22b2630aab09>
- Instituto de Pesquisa Económica Aplicada [IPEA]. (s.d.). *Atlas da Vulnerabilidade Social*.
<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>
- Inverses, C., Morelle, M., Jacquot, S., Tadié, J., Bautès, N., Bénit-Gbaffou, C., Maccaglia, F., Rivelois, J., & Sierra, A. (2016). L’informalité politique en ville. 8 chercheurs et 9 villes face aux modes de gouvernement urbain. *L’Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique*, 2(29).
<https://doi.org/10.4000/espacepolitique.3806>
- Jacquot, S., Sierra, A., & Tadié, J. (2016). Informalité politique, pouvoirs et envers des espaces urbains. *L’Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique*, (29). <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.3805>

- Jorge, S., & Carolino, J. (2019). Um lugar em produção: o caso da Cova da Moura. *Forum Sociológico: Série II*, (34), 19-30. <https://journals.openedition.org/sociologico/4980>
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, (86), 93-103. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana do mundo moderno*. Editora Ática.
- Lefebvre, H. (2001). *A cidade do capital* (2ª ed.). DP&A.
- Lefebvre, H. (2008). *A Revolução Urbana* (3ª ed.). Editora UFMG.
- Leitão, G., & Delecave, J. (2013). O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? *O Social em Questão* (29), 265-284. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256740011>
- Lencioni, S. (2008). Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 24, pp. 109-123. <http://orcid.org/0000-0003-3473-0880>
- Lima, L. O. (2008). Resenha. FREITAG, Barbara. Teorias da cidade. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006. 192 p. *Boletim Goiano de Geografia*, 28(2), 235-240. <https://doi.org/10.5216/bgg.v28i2.5741>
- Lobosco, T. (2010). Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais. *GeoTextos*, 5(2), 25-48. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v5i2.3785>
- Lopes, A. J. D. (2020). *Sobre adriças e cabrestos: o Kola San Jon de Cova da Moura e as formas resilientes da tradição na diáspora africana em Lisboa-Portugal*. (Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco). Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38014>

- Loureiro, V. R. T. (2017). *Quando a gente não tá no mapa: a configuração como estratégia para a leitura socioespacial da favela*. [Tese de doutoramento, Universidade de Brasília]. Repositório Unb. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24679>
- Loureiro, V. R. T. V., Medeiros, A. S., Guerreiro, M. R. (2019). *Auto-organização na informalidade: Os padrões socioespaciais na favela*. Anais XVIII ENANPUR 2019. <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>
- Lucio, M. L. (2007). Resenha " Teorias da cidade" de FREITAG, Bárbara. *Sociedade e Estado*, 22(3), 755-759. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930890010>
- Lussault, M. (2016). Introduction. *Tous Urbains*, 3(15), 28-33. <https://doi.org/10.3917/tu.015.0028>
- Machado, L. M. V., & Souza, A. O. (1995). *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero* (Vol. 32). Annablume.
- Marguti, B. O. (2018). *Políticas de habitação*. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8628>
- Martins, A. M. (2002). Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. *Cadernos de pesquisa*, (115), 207-232. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100009>
- Martins, S. (2008). Prefácio. Em *A Revolução Urbana* (3ª ed.). Editora UFMG.
- Marx, K. & Engels, F. (2007 [1845-1846]). *A Ideologia Alemã*. Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2016). *O capital-Livro 1-Vol. 1 e 2: O processo de produção do capital*. Editora José Olympio.
- McFarlane, Colin (2012). Rethinking Informality: Politics, Crisis, and the City. *Planning Theory & Practice*, 13(1), 89–108.
- Milani, C. R. S (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista da Administração Pública*, 42(3), 551-579. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006>

- Ministério do Desenvolvimento Regional [MDR] (s.d.). *O Programa Casa Verde e Amarela*.
<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela>
- Moura, M. (2009). *Serviço Social e Modelos de intervenção da sociedade industrial à sociedade do risco*. [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <http://hdl.handle.net/10216/7173>
- Munanga, K. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Inclusão Social em Debate. <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>
- Neto, J. P. M., & Veiga, F. B. (2018). “Praça da Cantareira”: usos e práticas informais em um espaço público de Niterói. *O Social em Questão*, 21(42), 189-206.
http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_art_7_Neto_Veiga1.pdf
- Netto, J.P. (1992). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Cortez Editora.
- Nunes, I. L. (2008). *Favelfis: outra história da construção do espaço urbano carioca*. [Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC.
<http://hdl.handle.net/10316/5959>
- Oliveira, E. P. (2018). *Paradigma Interpretativista nos Estudos Organizacionais*. Anais do IV Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná Campo Mourão.
[/http://anais.unespar.edu.br/iv_secisa/data/uploads/administracao/oliveira_paradigma-interpretativista-nos-estudos-organizacionais_iv-secisa-2018.pdf](http://anais.unespar.edu.br/iv_secisa/data/uploads/administracao/oliveira_paradigma-interpretativista-nos-estudos-organizacionais_iv-secisa-2018.pdf)
- Oliveira, R. C. D. (2000). Os (des) caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 07-21. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100001>

- Oliver-Smith, A. (2013). Theorizing vulnerability in a globalized world: a political ecological perspective. Em Em G. Bankoff, G. Frerks & D. Hilhorst (Eds.), *Mapping vulnerability* (pp. 29-43). Routledge.
- Organização das Nações Unidas (1987). *Relatório Brundtland*. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. <http://www.worldinbalance.net/agreements/1987-brundtland.html>
- Paiva, R. (2003). *Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Mauad Editora Ltda.
- Parham, E. (2012). *The segregated classes: spatial and social relationships in slums*. Proceedings of the 8th Space Syntax Symposium.
- Paulilo, M. A. S. (1999). A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço social em revista*, 2(2), 135-148. <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=135>
- Payne, M. (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Editora Quarteto.
- Payne, M. (2020). *Modern social work theory*. Bloomsbury Publishing.
- Pena, R. F. A. (s/d). *O que é Espaço Urbano?* Brasil Escola. <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-espaco-urbano.htm>
- Pereira, L. (2012). *Centros Sociais e Intervenção Comunitária: Um reatar de Laços do Passado*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório ISMT. <https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/161/1/TESE%20FINAL.pdf>
- Peruzzo, C. M. (2002). Comunidades em tempo de redes. Em C. M. K. Peruzzo, D. Cogo, & G. Kaplún, *Comunicación y movimientos populares: ¿Quais redes?* (pp. 275-298). Editora Unisinos.
- Pimentel, T. D., & Carrieri, A. D. P. (2011). A espacialidade na construção da identidade. *Cadernos Ebape*. BR, 9, 1-21. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100002>

- Pinto, C. (1998). Empowerment: Uma Prática de Serviço Social. Em O. Barata (Coord.), *Política Social 1998* (pp. 245-277). ISCSP-UTL.
- Portal da Habitação (2018). *Nova geração de políticas de habitação*. <https://www.portaldahabitacao.pt/nova-geracao-de-politicas-de-habitacao>
- Portal da Habitação (2018). Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação: Pacote Legislativo. https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/51911/apresenta%C3%A7%C3%A3o_NGPH.pdf/de4c3337-81b0-24b4-a6da-6e93f2151e48?t=1551276950679
- Portaria 580/83 do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes (1983). *Diário da República: I Série, n.º 113/1983* (1983-05-17). <https://dre.tretas.org/dre/34412/portaria-580-83-de-17-de-maio>
- Portugali, J. (2000). *Self-organization and the city*. Springer.
- Poupart, J., Deslauriers, J. P., Groulx, L., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. (2008). *A pesquisa qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora Vozes. [tradução: Ana Cristina Nasser]
- Ramalho, V. S. B. (2021). *Craques de bola, mandinga e piruetas: experiência sociodesportiva e identidades juvenis no Bairro Padre Cruz*. [Tese de doutoramento, Universidade Lusíadas]. Repositório da Universidade Lusíadas. <http://hdl.handle.net/11067/5943>
- Rancière, J. (2010). *O Espectador Emancipado*. Editora Orfeu Negro.
- Raposo, O., & Varela, P. (2017). *Faces do racismo nas periferias de Lisboa. Uma reflexão sobre a segregação e a violência policial na Cova da Moura*. <http://hdl.handle.net/10316/87147>
- Recuperar Portugal (s.d.). *Plano de Recuperação e Resilência*. <https://recuperarportugal.gov.pt/>

- República Portuguesa (s.d.). *Programa Nacional de Habitação*.
https://www.consultalex.gov.pt/ConsultaPublica_Detail.aspx?Consulta_Id=230
- Restrepo, Olga (2003). *Reconfigurando el Trabajo Social. Perspectivas y tendencias Contemporaneas*. Editora Espácio.
- Ribeiro, L. C. D. Q., & Lago, L. C. (2001). A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em perspectiva*, 15(1), 144-154. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000100016>
- Robinson, J. (2011). Cities in a World of Cities: the comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(1), 1-23. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2010.00982.x>
- Rocha, H. B. (2018). Social Work practices and the ecological sustainability of socially vulnerable communities. *Sustainability (Switzerland)*, 10(5). <https://doi.org/10.3390/su10051312>
- Rodrigues, E. (2009). *Cova da Moura: por dentro e por fora*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia da Educação, Universidade do Porto].
<https://core.ac.uk/download/pdf/143400474.pdf>
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (2017). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9, 63-101.
<https://hdl.handle.net/10216/8578>
- Rodrigues, M. F. (2015). *Favela: Da Homogeneidade à Heterogeneidade; Rocinha como estudo de caso*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rolnik, R. (1997). *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. Studio Nobel.

- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo.
- Rolnik, R. (2017). *O que é cidade*. Brasiliense. E-book
- Rosa, T. B. (2017). O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar. *Revista Sem Aspas*, 6(1), 3–12. <https://doi.org/10.29373/semaspas.v19n1.2017.9933>
- Rossi, A. (2004). *A arquitetura da cidade*. Martins Fontes.
- Roy, A. (2009a). The 21st-century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*, 43(6), 819-830. <https://doi.org/10.1080/00343400701809665>
- Roy, A. (2009b). Why India cannot plan its cities: Informality, insurgence and the idiom of urbanization. *Planning theory*, 8(1), 76-87. <https://doi.org/10.1177/1473095208099299>
- Roy, A. (2011). Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(2), 223–38. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2011.01051.x>
- Rubin, A., & Babbie, E. (2008). *Research methods for social work*. California, Thomson Brooks/Cole.
- Saccol, A. Z. (2009). Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da UFSM*, 2(2), 250-269. <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/1555/863>
- Salvador, A. C. (2020). O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas – a experiência da educação superior brasileira. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 18(45), 211-223. <https://doi.org/10.12957/rep.2020.47229>

- Santos, B. D. S. (1995). Sociedade-providência ou autoritarismo social? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 1-7. <http://hdl.handle.net/10316/10803>
- Santos, M. (1999a). O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos Ippur*, 2, 15-25. <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=35456>
- Santos, M. (1999b). O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, 1(1), 7-13. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>
- Santos, M. P. N. (2014). As novas dinâmicas da sustentabilidade urbana em territórios de pobreza e exclusão social: o caso da Cova da Moura. *Revista INVI*, 29(81), 115-155. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582014000200004>
- Schramm, F. R. (1998). A autonomia difícil. *Bioética*, 6(1), 27-37.
- Scott, A. J., & Storper, M. (2018). A natureza das cidades: a abrangência e os limites da teoria urbana/The Nature Of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory. *Geografares*, (27), 5-29. <https://journals.openedition.org/geografares/4360>
- Silva, A. S. (2019). Sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar. *Revista brasileira de educação em geografia*, 8(16), 130–141. <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/535>
- Silva, J. S. (s.d.). *A potência das favelas como seu elemento de sustentabilidade na cidade*. <https://museudoamanha.org.br/pt-br/potencia-das-favelas-como-seu-elemento-de-sustentabilidade-na-cidade>
- Silva, K., Correia, M., & Malheiros, J. (2019). Viajando por periferias diversas e criativas de Lisboa: os bairros da Cova da Moura e do Talude. *Periferias*, 3(1), 1-24. <http://hdl.handle.net/10451/43133>
- Silva, M. C. (2015). Desigualdade, pobreza e exclusão social: Entre legitimações e realidades de ontem e de hoje. In F. Diogo, A. Castro, & P. Perista (Orgs.), *Pobreza e exclusão*

- social. Contextos, transformações e estudos* (pp. 29-47). Húmus.
http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=30623
- Soares, M. P. (2019). A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. *Cadernos Metrópole*, 21(45), 647-668.
<https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4513>
- Sousa, M. W. (2010). O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, 37(34), 31-52.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2010.68112>
- Storm, S. (2009). Capitalism and Climate Change: Can the Invisible Hand Adjust the Natural Thermostat? *Development and Change*, 40(6), p. 1011-1038.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2009.01610.x>
- Storper, M., & Scott, A. J. (2018). Debates atuais sobre a teoria urbana: uma avaliação crítica/Current debates in urban theory: A critical assessment. *Geografares*, (27), 30-62. <https://journals.openedition.org/geografares/4437>
- Telles, V. S., & Hirata, D. V. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300012>
- Therborn, G. (2013). The Killing Fields of Inequality. *Polity Press*, 48-67.
- Tilly, C. (2005). Historical perspectives on inequality. Em M. Romero, & E. Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities* (pp. 15-30). Blackwell.
- Universidade Católica Portuguesa [UCP] (s.d.). *Como combater o estigma nos bairros sociais*.
<https://www.ucp.pt/pt-pt/press/como-combater-o-estigma-nos-bairros-sociais>

- Urvoy, P. (2018). Informalidade urbana e “espaços de exceção”: as políticas socioespaciais da Ditadura portuguesa. *O Social em Questão*, (42), 57-82.
<https://www.redalyc.org/journal/5522/552264299002/html/>
- Valduga, T. L. (2019). Da emancipação à cidadania social: serviço social e assistência social: uma análise Portugal/Brasil. [Tese de doutoramento em Serviço Social, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte- Instituto Universitário de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/10071/18284>
- Vasconcelos, P. D. A. (2015). As metamorfoses do conceito de cidade. *Mercator (Fortaleza)*, 14(4), 17-23. <https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0002>
- Vaz, L. F. (1994). Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, 29(127), 581–597.
<http://www.jstor.org/stable/41011022>
- Verling, E. (2020, abril). *A sustentabilidade nas favelas bem antes de virar moda*.
<https://www.anf.org.br/a-sustentabilidade-nas-favelas-bem-antes-de-virar-moda/>
- Vinuto, J. (2016). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Wirth, L. (1938). O urbanismo como modo de vida. *O fenômeno urbano*, 4, 97-113.
<https://www.redalyc.org/pdf/558/55800208.pdf>
- Wisner, B., P., Blaikie, T., & Cannon, I. (2005) *At Risk: Natural hazards, people's vulnerability and disasters*. Routledge.
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da exclusão social: para uma construção do imaginário do desvio*. Instituto Piaget.
- Yazbek, M. C. (2009). O significado sócio-histórico da profissão. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS*, 125-143.
<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7IhGdgh1.pdf>

Zapelini, M. B., Lima, J. G., & Guedes, M. C. (2017). Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967–2014): uma análise de equilíbrio pontuado. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 6(3), 153-174.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24304>

Zürcher, P. F. F. (2015). *Política Habitacional no Brasil: equívocos repetidos ou negações perpetuadas? Elementos para análise*. Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política social. Universidade Federal de Santa Catarina.

https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180863/Eixo_3_277.pdf?sequence=1&isAllowed=y

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Investigação do Programa Doutoral em Serviço Social do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – ISCTE-IUL.

Título: A Informalidade em contextos urbanos: desafios para o crescimento e permanência local.

Doutoranda/Investigadora: Lorena Helena dos Santos Silva Anile

Orientadora: Helena Belchior-Rocha

A presente investigação surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. O estudo visa analisar e sistematizar como as práticas informais urbanas contribuem para o enraizamento e constituição territorial informal na favela da Rocinha no Rio de Janeiro e no Bairro de Génese Ilegal em Lisboa, Cova da Moura; buscando: identificar as dimensões conceituais sobre a informalidade urbana e as práticas informais urbanas e a sua compreensão para o Serviço Social; caracterizar as dinâmicas das práticas informais urbanas produzidas em contextos de informalidade urbana; categorizar as práticas informais que geram o enraizamento e a constituição do território em contexto urbano informal; interpretar e discutir os elementos e características do enraizamento e a constituição local a partir do conceito de território e espaço urbano; elaborar indicadores para a intervenção do Assistente Social com base na informalidade urbana.

A investigação é realizada por Lorena Helena dos Santos Silva Anile, Lorena_Helena_Anile@iscte-iul, que, caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário, entrará em contacto.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em participar de uma entrevista na qual responderá perguntas realizadas pela investigadora, e que pode escolher não respondê-las caso não se sinta confortável com alguma delas. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. A participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper

a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial. As informações coletadas são de uso exclusivamente académico e serão utilizadas para compor o redação da tese a ser apresentada em defesa do título a em nível do doutoramento em Serviço Social, do Iscte - Instituto Universitário e Lisboa.

Ressalto aos entrevistados que não haverá divulgação personalizada das informações, garantindo-se assim, **o sigilo da identificação dos mesmos**. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar Ao mesmo tempo nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos e detalhes sobre a pesquisa em pauta.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo/a investigador/a, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que aceito nele participar.

_____, _____ de _____ de 202__.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

ANEXO 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS RESIDENTES DOS BAIRROS

Nome:

Idade:

Gênero:

Nível de escolaridade:

Profissão:

Quanto tempo reside na localidade:

1. Como iniciou a sua história com o Bairro?
2. O que fez ou faz a permanência no Bairro?
3. Como é o contato com seus vizinhos?
4. Considera que existe algum desafio em residir na localidade? Se sim, quais são?
5. O que mais gosta em residir no Bairro? E o que menos gosta?
6. Como acha que é a percepção da sociedade com os residentes do bairro?
7. Percebe uma consciência social a partir da população?
8. Como é sua percepção sobre os aspectos:
 - a. Habitação
 - b. Educação
 - c. Saneamento
 - d. Cultura
 - e. Modo de vida
9. Como os residentes resolvem os “problemas” que surgem no bairro?
10. Você acredita que o bairro faz parte da sua vida, da sua história? Ou seja, Você diria que ser residente do bairro faz parte de quem você é hoje?
11. O que você acha que o bairro tem de diferente dos outros lugares da cidade?
12. Em sua opinião, como o bairro pode se desenvolver e permanecer até os dias de hoje, se tornando uma das favelas/bairro de gênese ilegal mais conhecidas no mundo, visto que no passado houveram inúmeras tentativas de extinção de favelas e algumas realmente foram extintas.
13. Como você descreveria o bairro? Como você descreveria os residentes do bairro?
14. Tem algo a mais que acha importante e queira me dizer?

ANEXO 3 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS TRABALHADORES DO BAIRRO

Nome:

Idade:

Profissão:

Movimento Social/Coletivo:

Função dentro do Movimento Social/Coletivo:

Área de atuação do Movimento Social:

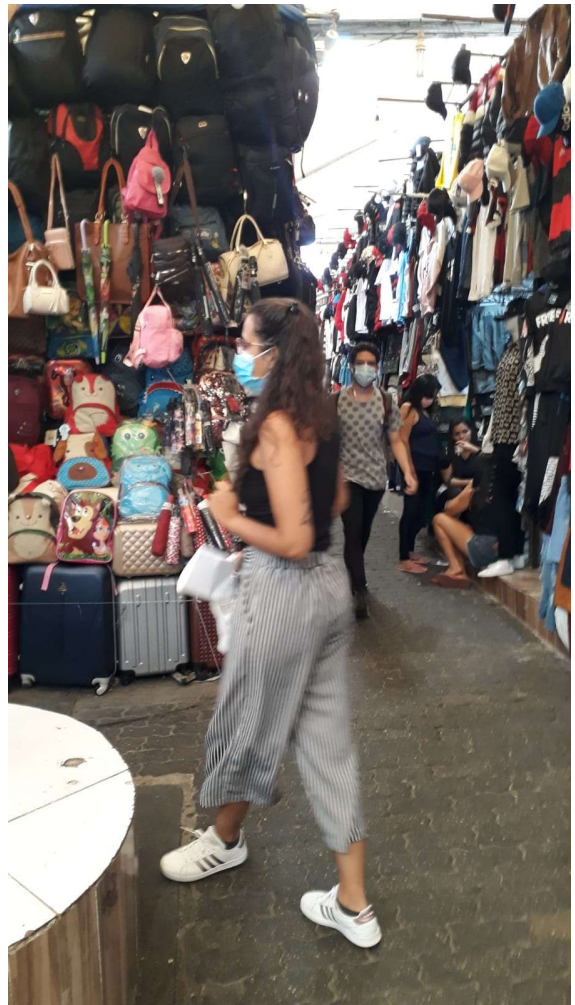
1. Como surgiu o Movimento Social/Coletivo?
2. Como se desenvolve o trabalho do Movimento Social/Coletivo no bairro?
3. Como é o contato o Movimento Social/Coletivo com os residentes?
4. Quais são os maiores desafios que o Movimento Social/Coletivo encontra no que toca este território?
5. Como observa as relações sociais dos residentes?
6. Percebe uma consciencia social a partir da população residente?
7. Como é sua percepção sobre os aspectos:
 - a. Habitação
 - b. Educação
 - c. Saneamento
 - d. Cultura
 - e. Modo de vida
8. Qual sua percepção sobre como os residentes resolvem seus “problemas” estruturais?
9. Em sua opinião, como o bairro pode se desenvolver e permanecer até os dias de hoje, se tornando uma das favelas mais conhecidas no mundo, visto que no passado houveram inúmeras tentativas de extinção de favelas e algumas realmente foram extintas.
10. Como vc descreveria o bairro? Como você descreveria os residentes do bairro?

ANEXO 4 – GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDOS

Categorias	Dimensões
Permanência Local	Práticas Informais
	Sentimento de Pertença
Relações Sociais	Práticas Informais
	Migração
	Entreajuda
Consciência Social	Comunidade
	Coletivo
Direitos Sociais	Lutas sociais para a garantia dos direitos
	Autonomia
	Intervenção
Desafios e Limites	Violência
	Preconceito
	Estigma

ANEXO 5 – FOTOS DA ROCINHA







ANEXO 6 – FOTOS DA COVA DA MOURA⁴⁵



Fonte: <https://observador.pt/seccao/pais/cova-da-moura/>



Fonte: <https://www.publico.pt/2017/07/13/sociedade/noticia/policia-de-proximidade-na-cova-da-moura-nasceu-de-conversas-e-nao-de-protocolos-1778899>

⁴⁵ Não foi viável tirar fotos durante as visitas a cova da moura, devido a pesquisa ter sido realizada sem acompanhamento de algum residente local. Por isso, optamos retirar duas fotografias de sites da internet, que pudessem nos mostrar como é o bairro.